

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE LETRAS CLÁSSICAS E VERNÁCULAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LITERATURA PORTUGUESA

FERNANDA SUELY MÜLLER

**(RE)VENDO AS PÁGINAS, (RE)VISANDO OS LAÇOS E
(DES)ATANDO OS NÓS: AS RELAÇÕES LITERÁRIAS E CULTURAIS
LUSO-BRASILEIRAS ATRAVÉS DOS PERIÓDICOS PORTUGUESES
(1899-1922)**

V.1

Exemplar revisado.

De acordo:


Profa.Dra. Annie Gisele Fernandes
Orientadora

SÃO PAULO

2011

FERNANDA SUELY MÜLLER

**(RE)VENDO AS PÁGINAS, (RE)VISANDO OS LAÇOS E
(DES)ATANDO OS NÓS: AS RELAÇÕES LITERÁRIAS E
CULTURAIS LUSO-BRASILEIRAS ATRAVÉS DOS PERIÓDICOS
PORTUGUESES (1899-1922)**

V.1

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em Letras.

Área de Concentração: Literatura Portuguesa

Orientadora: Profa. Dra. Annie Gisele Fernandes

SÃO PAULO

2011

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Müller, Fernanda Suely

(Re) vendo as páginas, (re) visando os laços e (des) atando os nós : as relações literárias e culturais luso-brasileiras através dos periódicos portugueses (1899-1922) / Fernanda Suely Müller ; orientadora Annie Gisele Fernandes. – São Paulo, 2011.

2 v. : il.

Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas. Área de concentração: Literatura Portuguesa.

1. Literatura portuguesa. 2. Literatura comparada. 3. Interação cultural (Brasil – Portugal). 4. Periódicos – Portugal. 5. I. Título. II. Fernandes, Annie Gisele.

CDD 809

MULLER, F.S. **(Re)vendo as páginas, (re)visando os laços e (des)atando os nós:** as relações literárias e culturais luso-brasileiras através dos periódicos portugueses (1899-1922). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em Letras.

Aprovada em: _____

Banca Examinadora

Profa. Dra. Annie Gisele Fernandes

Instituição: Universidade de São Paulo - USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Helder Garmes

Instituição: Universidade de São Paulo - USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. Paulo F. Motta de Oliveira

Instituição: Universidade de São Paulo - USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Profa. Dra. Raquel S. Madanêlo Souza

Instituição: Un. Fed. de São Paulo - UNIFESP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Profa. Dra. Rosane Gazolla A. Feitosa

Instituição: Un. Estadual Paulista - UNESP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Para Yuri, minha *estrela da vida inteira*

AGRADECIMENTOS

A Deus, por todas as bênçãos recebidas e por ter tornado possível a realização de mais um sonho.

À minha estimada Profa. Dra. Annie Gisele Fernandes, meu verdadeiro paradigma de Mestre, pela orientação segura e por mais uma vez me acompanhar com tanta dedicação e carinho nesta etapa tão importante da minha vida.

Ao Prof. Dr. Helder Garmes, pela valiosa contribuição no Exame de Qualificação e pelo privilégio de tê-lo novamente como interlocutor de meu trabalho.

Ao Prof. Dr. Paulo Motta de Oliveira, pela acolhida tão amável e pela importante participação na Qualificação deste trabalho, também fundamental para a conclusão da nossa pesquisa.

À Profa. Dra. Rosane Gazolla Alves Feitosa, por ter acompanhado desde sempre minha trajetória de pesquisadora, pelos incentivos e pensamento positivo.

À todos os Mestres integrantes da minha Banca Avaliadora de maneira geral pela paciência de ler este longo trabalho e, em especial, à Profa. Dra. Raquel dos Santos Madanêlo Souza pela disponibilidade de também participar dela.

À FAPESP por ter mais uma vez acreditado em mim ao conceder a bolsa de Doutorado e pelo financiamento de minha pesquisa desde a Graduação.

À Profa. Dra. Gilda Santos, pela cortês recepção na ocasião de nossa visita ao Real Gabinete Português de Leitura e pela conversa tão esclarecedora.

Aos meus queridos amigos e companheiros que, desde os tempos unespianos da graduação, me incentivaram nos momentos mais difíceis: Tatiane Torres, Leda Marana Bin,

Fernanda Maffei, Jacicarla Souza, Rosemeire Duarte, Juliana Fão, Cássia Sant'Anna e Carlos Augusto.

À todos os meus amigos e companheiros da USP da Pós-Graduação (especialmente Gabriela, Hosana e Mônica), aos colegas *desassosegados* (especialmente Joana Souto e Rogério Caetano), bem como às professoras Paola Poma e Mônica Simas, coordenadoras da nossa *Revista Eletrônica*. Também agradeço o recebimento cordial dos alunos da graduação durante o meu Estágio de Docência (PAE), representados sobretudo por André Martini, Stella Rita e Verônica Rodrigues.

Aos queridíssimos Érika Rosa, Jair e Ana Maria Kappan, Rafael Francisco, Felipe, Márcio Pereira, Fabiana Ferreira, Bete, Sílvia Siqueira, Isandréia Giroto, Cenira Araújo, Elaine Andrade, Daniele, Graciela Souza, Aline Stofella, Fabiano Colombo, Anna Maria Pozzetti e Viviane Bento pelo apoio e pelas palavras de incentivo nos momentos em que eu mais necessitei.

À grande “famiglia italiana” por terem feito de Gênova e Roma meu segundo lar: meus queridos sogros Marilena Greco e Arnaldo Brunello, as “presenças iluminadas” de Dolores Mansuino, Antonella Roscilli, Irene Scaturro e Anna Maria Corea e os queridos professores da Università “La Sapienza” Silvia Carandini, Ferruccio Marotti e Luisa Tinti.

À todas as pessoas maravilhosas que conheci *além-mar* e que foram fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa: Paulo Alexandre Lage, Elmano Sancho e Piedade, por terem tornado minha estadia em Lisboa muito mais humana; aos funcionários da Hemeroteca Digital de Lisboa e, principalmente o seu diretor, Álvaro de Costa Matos, pela atenção e pelas informações preciosas; aos professores Ernesto Rodrigues, Luís Crespo de Andrade e Arnaldo Saraiva pela oportunidade valiosa de troca de idéias; aos funcionários da Biblioteca Nacional e da Universidade Católica Portuguesa, pela conservação e disponibilização do importante acervo pertencente a Antônio Sardinha.

Ao professor Joseph A. Buttigieg, da Universidade de Notre Dame, pela gentileza, por se interessar pela minha pesquisa e pelo convite antecipado de continuar meus estudos sob a sua enriquecedora supervisão.

À minha mãe Sílvia, pelo apoio incondicional desde sempre e por saber, mais do que ninguém, o quanto foi quase *impossível* chegar até aqui... Mãe, esta vitória também é sua!

Aos meus familiares (*in memoriam*) meus tios Antonio Marcelino da Silva, Maria de Lourdes Marcelino e minha avó Maria José da Silva porque, na sua singeleza, também contribuíram muito para que eu me tornasse o ser humano que sou hoje e para que fosse possível surgir a primeira “doutora” da família. Tenho certeza de que, onde quer que vocês estejam, estão olhando por mim. Muito obrigada por tudo, mais uma vez.

Em especial, agradeço essa conquista ao meu marido-anjo Yuri Brunello, verdadeiro superlativo absoluto de amor e felicidade. *Cosa farei senza di te nella vita mia, tesoro mio?* Muito obrigada por existir, pela honra da sua presença em minha vida e por colorir meus dias antes tão cinzentos.

Finalmente, gostaria de agradecer a todos aqueles que contribuíram de uma maneira ou outra para a conclusão deste trabalho mas que, por ventura, tenha involuntariamente esquecido.

Deus quer, o homem sonha, a obra nasce.

Mensagem, Fernando Pessoa

O português é capaz de tudo, logo que não lhe exijam que o seja. Somos um grande povo de heróis adiados. Partimos a cara a todos os ausentes, conquistamos de graça todas as mulheres sonhadas, e acordamos alegres, de manhã tarde, com a recordação colorida dos grandes feitos por cumprir. Cada um de nós tem um Quinto Império no bairro, e um auto-D.Sebastião em série fotográfica do Grandela. (...) Somos hoje um pingo de tinta seca da mão que escreveu Império da esquerda à direita da geografia. É difícil distinguir se o nosso passado é que é o nosso futuro, ou se o nosso futuro é que é o nosso passado. Cantamos o fado a sério no intervalo indefinido. O lirismo, diz-se, é a qualidade máxima da raça. Cada vez cantamos mais um fado. O Atlântico continua no seu lugar, até simbolicamente. E há sempre Império desde que haja Imperador.

Sobre Portugal - Introdução ao Problema Nacional, Fernando Pessoa

E senti allora, se pure ti ripetono che puoi, fermarti a mezza via o in alto mare, che non c'è sosta per noi, ma strada, ancora strada, e che il cammino è sempre da ricominciare.

Poesie disperse, Eugenio Montale

RESUMO

MULLER, F.S. **(Re)vendo as páginas, (re)visando os laços e (des)atando os nós: as relações literárias e culturais luso-brasileiras através dos periódicos portugueses (1899-1922)**. 2011. 2 v. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

Historicamente, para Brasil e Portugal, o início do século XX é considerado como um momento muito representativo para ambos os países, não só devido às particularidades internas de cada um, mas também ao que concerne as relações entre os mesmos especialmente no âmbito cultural. Apesar de parecer incongruente, principalmente nesse primeiro vintênio, observamos tanto uma crescente oposição à presença lusitana (sobretudo na cidade do Rio de Janeiro) quanto o fomento exaustivo de “acordos” e “projetos” visando o estreitamento dos laços luso-brasileiros através da imprensa. Nesse sentido, pretendemos nesse trabalho elaborar um pequeno panorama dessas relações através de alguns periódicos portugueses que circulavam no Brasil (como a *Brasil-Portugal*, *Atlântida*, *Orpheu*, *A Rajada* e *Nação Portuguesa*, por exemplo) e que tinham também como um dos objetivos principais o de atender igualmente o público brasileiro para dirimir o grande “desconhecimento mútuo” existente entre as nações apontados por esses mesmos periódicos. Assim sendo, primeiramente procedemos à compilação e catalogação de artigos sobre a temática luso-brasileira nas revistas escolhidas para integrar o nosso *corpus* para, em um segundo momento, analisarmos mais detalhadamente alguns dos artigos mais significativos. Por fim, ao conseguirmos identificar algumas causas e justificativas apresentadas por essa imprensa portuguesa em ratificar constantemente tal “amizade luso-brasileira”, percebida como inconveniente por grande parte da intelectualidade local, procuramos refletir, – sobretudo à luz dos estudos realizados por Said e Bourdieu, por exemplo – a pertinência dessa postura “imperialista” articulada por essa elite lusitana e qual a importância da manutenção dessa hegemonia na (ex) colônia para Portugal.

Palavras-chave: Brasil-Portugal; relações luso-brasileiras; imprensa periódica literária; literatura portuguesa; literatura comparada.

ABSTRACT

MULLER, F.S. **(Re)viewing the pages, (re)ordering the ties and (un) tying the knots: the literary Luso-Brazilian relationships across the Portuguese journals (1899 -1922)**. 2011. 2 v. Tese (Doutorado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

Historically, in Brazil and Portugal, the beginning of the twentieth century is considered as a very significant moment for both countries, a situation that is explained not only if we observe each internal peculiarity of those nations, but also what concerns the relations between them, especially in the cultural sphere. Although it may seem incongruous, especially in the first twenty years, we observed both a growing opposition to the Lusitanian presence (especially in the city of Rio de Janeiro), and a big promotion of "agreements" and "projects" that aimed getting Portugal and Brazil closer to one another through the press. Therefore, we intend to show in this work a short overview of these relationships through the analysis of some Portuguese magazines that circulated in Brazil (such as *Brasil-Portugal*, *Atlântida*, *Orpheu*, *A Rajada* and *Nação Portuguesa*, for example), and that aimed also to help the Brazilian public reduce the "mutual ignorance" between the nations mentioned by these publications. To that end, we first proceeded with the compilation and cataloging of articles about the Luso-Brazilian theme, which were extracted from the chosen magazines, to integrate our *corpus* and, in a second step, we analyzed more thoroughly the articles that we considered to be the most significant ones. Finally, when we identified some causes and justifications presented by the Portuguese press to ratify that constantly "Luso-Brazilian friendship", which was seen as inconvenient by the majority of the local intelligentsia, we reflected – especially in light of studies made by Said and Bourdieu, for example – the relevance of this "imperialist attitude" articulated by this Lusitanian elite and the importance to Portugal of maintaining this hegemony in their (old) colony.

Keywords: Brazil-Portugal; Luso-Brazilian relationship; Literary periodical press; Portuguese literature; Compared literature.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Capa da 1ª. edição da revista <i>Atlântida</i>	42
Figura 2- Folha de Rosto da 1ª. edição da revista <i>Atlântida</i>	43
Figura 3- “Pássaro” que integra a capa da <i>Atlântida</i> , a partir da 8a. edição	46
Figura 4- Capa da 1ª. edição da <i>Brasil-Portugal</i>	101
Figura 5- Lorjó Tavares (foto publicada na edição 5 de <i>Brasil-Portugal</i>)	107
Figura 6- Exemplo de propaganda veiculada na <i>Brasil-Portugal</i>	112
Figura 7- Julia Lopes de Almeida	117
Figura 8- Visconde de Faro e Oliveira	121
Figura 9- Reprodução da seção “Galeria da Imprensa”	129
Figura 10- Reprodução da seção “Poetas e prosadores”	135
Figura 11- Panorama teatral / o “Cartaz da Quinzena”	139
Figura 12- Caricatura “Do Rio à Terra de Camões”	142
Figura 13- Bilhete Postal Exposição do Rio de Janeiro 1908	150
Figura 14- Capa da <i>Brasil-Portugal</i> edição 193	163

Figura 15- Mais exemplos de propaganda da <i>Brasil-Portugal</i>	168
Figura 16 – Propaganda da própria revista <i>Brasil-Portugal</i>	169
Figura 17- Capa da 1ª. edição da <i>Nação Portuguesa</i>	170
Figura 18- Pelicano da capa da <i>Nação Portuguesa</i>	178
Figura 19- Divisa oficial de D. João II	178
Figura 20- Capa da 1ª. edição da revista <i>Orpheu</i>	202
Figura 21- Folha de rosto da 1ª. edição da revista <i>Orpheu</i>	206
Figura 22- Capa do 2º. número da revista <i>Orpheu</i>	208
Figura 23 – Capa do 3º. número da revista <i>Orpheu</i>	214
Figura 24 – Capa da 1ª. edição da revista <i>A Rajada</i>	227
Figura 25 – Mimi Aguglia – Gravura de Correia Dias	230
Figura 26 – Propaganda veiculada na revista <i>A Rajada</i>	235
Figura 27 – Autocaricatura de Correia Dias	236
Figura 28- Contra-capa e sumário da edição número 2 de <i>A Rajada</i>	237

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Temas predominantes na revista <i>Atlântica</i> (em números e %)	51
Tabela 2 – Temas predominantes na Brasil-Portugal (em números e %)	118

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Temas predominantes na revista <i>Atlântica</i>	51
Gráfico 2 - Temas predominantes da <i>Brasil-Portugal</i>	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Artigos de/sobre Lorjó Tavares na <i>Brasil-Portugal</i>	108
Quadro 2 - Título dos artigos de Antônio Sardinha	182
Quadro 3 - Volume da emigração portuguesa legal e provável (...)	242
Quadro 4 - Emigração portuguesa segundo o IBGE	243
Quadro 5 - Média anual da emigração portuguesa	243
Quadro 6 - Quadro síntese das revistas	270

SUMÁRIO

VOLUME I

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO

CAPÍTULO 1- (RE)VENDO AS PÁGINAS

20

1.1- A imprensa em revista

26

26

CAPÍTULO 2- (RE)VISANDO OS LAÇOS: ANÁLISE DO *CORPUS*

42

2.1- REVISTA *HÍBRIDA*

44

2.1.1 - A revista e o projeto *Atlântida*

44

2.1.2 - A temática *Atlântica* em números e letras

50

2.2- REVISTA DE *ILUSTRAÇÃO*

101

2.2.1 - Revista *Brasil-Portugal*

102

2.2.2- *Brasil-Portugal* em números e letras

118

2.3 - REVISTA *POLÍTICA*

170

2.3.1 – *Nação Portuguesa*

171

2.4 - REVISTAS *LITERÁRIAS*

202

2.4.1 - *Orpheu*

203

2.4.2 - *A Rajada*

227

CAPÍTULO 3 - (DES)ATANDO NÓS	238
3.1 – À guisa de conclusão: Breve panorama do status das relações luso- brasileiras (1808-1922)	238
3.2 – Revelando as práticas: aparelhos, instrumentos e estratégias	252
CONCLUSÃO	279
APÊNDICE: Pequeno “dicionário biográfico” dos colaboradores das revistas	282
BIBLIOGRAFIA	324

VOLUME II

APRESENTAÇÃO	4
FICHAS CATALOGRÁFICAS	8
<i>A Águia</i>	9
<i>A Rajada</i>	58
<i>Atlântida</i>	60
<i>Brasil-Portugal</i>	112
<i>Ilustração Portuguesa</i>	167
<i>Nação Portuguesa</i>	240
<i>Ocidente</i>	248
<i>Orpheu</i>	304
<i>Serões</i>	305

ÍNDICE

VOLUME I

RESUMO

ABSTRACT

INTRODUÇÃO	20
CAPÍTULO 1- (RE)VENDO AS PÁGINAS	26
1.1- A imprensa em revista	26
CAPÍTULO 2- (RE)VISANDO OS LAÇOS: ANÁLISE DO <i>CORPUS</i>	42
2.1- REVISTA <i>HÍBRIDA</i>	44
2.1.1 - A revista e o projeto <i>Atlântida</i>	44
2.1.2 - A temática <i>Atlântica</i> em números e letras	50
2.2- REVISTA DE <i>ILUSTRAÇÃO</i>	101
2.2.1 - Revista <i>Brasil-Portugal</i>	102
2.2.2- <i>Brasil-Portugal</i> em números e letras	118
2.3 - REVISTA <i>POLÍTICA</i>	170
2.3.1 – <i>Nação Portuguesa</i>	171
2.4 - REVISTAS <i>LITERÁRIAS</i>	202
2.4.1 - <i>Orpheu</i>	203
2.4.2 - <i>A Rajada</i>	227

CAPÍTULO 3 - (DES)ATANDO NÓS	238
3.1 - À guisa de conclusão: Breve panorama do status das relações luso- brasileiras (1808-1922)	238
3.2 - Revelando as práticas: aparelhos, instrumentos e estratégias	252
CONCLUSÃO	279
APÊNDICE: Pequeno “dicionário biográfico” dos colaboradores das revistas	282
Afonso Duarte	283
Alceu Amoroso Lima	283
Antônio Arroio	284
Antonio Enes	285
Antonio Ferreira de Serpa	286
Antônio Sardinha	287
Augusto de Castilho	288
Basílio Teles	289
Bento Carqueja	290
Bettencourt Rodrigues	292
Carlos Maul	292
Consiglieri Pedroso Gomes	293
Cristiano Cruz	297
Cunha Belém	297
Cunha e Costa	298
Escragnole Dória	299
Faro e Oliveira	300
Graça Aranha	301
Hipólito Raposo	302
Jayme Victor	303
João de Barros	303
João do Rio	304

Joaquim Leitão	307
Lopes de Mendonça	309
Lorjó Tavares	310
Lúcio José dos Santos	311
Luís de Almeida Braga	311
Malheiro Dias	313
Navarro da Costa	315
Nuno Simões	316
Pequito Rebelo	318
Rolão Preto	319
Tomé Barros Queirós	321
Veiga Simões	322
Vitor Viana	323
BIBLIOGRAFIA	324

INTRODUÇÃO

O nosso interesse em investigar as relações entre Brasil e Portugal estabelecidas nas primeiras décadas do século passado numa perspectiva comparatista e para além das fronteiras literárias advém desde os anos iniciais da nossa Graduação. A partir dos primeiros passos dessa pesquisa – que teve suas sementes lançadas como projeto de Iniciação Científica em meados de 2002 e parcialmente concluída em 2007, por ocasião da defesa de nossa Dissertação de Mestrado¹ – tal ensejo foi particularmente reiterado e agora apresentamos, portanto, o resultado de mais uma etapa exaustiva de trabalho que acreditamos ser também uma contribuição importante para os futuros estudos nesse âmbito.

Durante o desenvolvimento de nossa Dissertação, a presença constante de algumas revistas literárias portuguesas citadas pelos jornalistas “lusso-brasileiros” do jornal *O Estado de S. Paulo* (como a *Ilustração Portuguesa*, então dirigida por Carlos Malheiro Dias, por exemplo) já nos despertavam a atenção para a possível realização de pesquisas futuras. Instigados sobretudo por essa possibilidade de “leitura” que já havíamos notado a partir da análise do *corpus* de nossa Dissertação, ou seja, de que tais revistas, analogamente ao observado no jornal *O Estado de S. Paulo*, almejavam imprimir em suas matérias de cultura/letras portuguesas certos “modelos” para a cultura/letras brasileiras com um objetivo maior de manter uma espécie de manutenção de uma “hegemonia cultural” no país, iniciamos nosso projeto de doutorado tão logo concluímos a etapa anterior.

Para manter a coerência com o trabalho anterior, privilegiáramos nesse novo estudo as revistas que circularam nos primeiros vinte anos do século XX (considerado como Pré-modernista no Brasil e de transição/primeiro Modernismo em Portugal) e então, para abranger

¹ Fernanda Suely Müller, *Ruptura ou tradição? A crítica e literatura portuguesa em O Estado de S. Paulo no Pré-Modernismo brasileiro: 1900- 1911*, Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

cronologicamente todos os anos emblemáticos desse período que efetivamente pesquisamos, escolhemos como “marco inicial” o ano de 1899 (primeiro ano de publicação da revista *Brasil-Portugal*, uma das integrantes de nosso *corpus*) e o ano de 1922 como a outra baliza limítrofe por ser naturalmente uma data histórica para as relações luso-brasileiras, representada não só pelo Centenário da Independência brasileira mas também pela realização da Semana de Arte Moderna que pretendeu ser, sobretudo, a ruptura efetiva da subordinação cultural passadista (nomeadamente portuguesa).

Como o intuito de escolhermos um *corpus* representativo e suficiente para elaborar, de fato, um painel significativo das relações culturais e literárias nesse início de século, além das revistas *Brasil-Portugal*, *Ilustração Portuguesa* e *Serões* (que já tínhamos conhecido através do jornal *O Estado de S. Paulo*), acrescentamos ao projeto inicial outras revistas como a *Atlântida* (1915-1920) e *A Águia* (1910-1932) influenciados, sobretudo, pelos estudos preliminares de Arnaldo Saraiva² e Daniel Pires³ que já assinalavam a relevância de tais periódicos para a história das relações luso-brasileiras através da imprensa nesse momento particular. No total, somáramos nove revistas, a saber (por ordem alfabética):

- *A Águia* – (1910-1932)
- *A Rajada* (1912)
- *Atlântida* (1915-1920)
- *Brasil- Portugal* (1899-1914)
- *Ilustração Portuguesa* – (1903-1924)
- *Nação Portuguesa*– (1914-1938)
- *Ocidente* (1878-1915)

² Arnaldo Saraiva, *O modernismo brasileiro e português: subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*, Campinas, Unicamp, 2004.

³ Daniel Pires, *Dicionário das revistas literárias portuguesas do século XX*, Lisboa, Contexto, 1986.

- *Orpheu* (1915)
- *Serões* (1901-1911)

Definidas assim, portanto, o conjunto das revistas que integrariam o nosso *corpus*, iniciamos o desenvolvimento do trabalho que consistiu, primeiramente na compilação e catalogação de todos os artigos que abordassem de alguma forma as relações entre Brasil e Portugal nos periódicos citados (sobretudo aqueles relacionados à cultura) para depois procedermos à análise dos artigos mais significativos dentro de cada veículo que se seguiria, ainda, a um adendo interpretativo das principais vertentes ali coligidas de maneira muito semelhante à que já tínhamos desenvolvido no Mestrado.

Porém, ao analisar nosso trabalho na etapa inicial, nos deparáramos já com uma tarefa verdadeiramente hercúlea devido à grande quantidade de material reunido. Se durante a nossa pesquisa do Mestrado conseguíramos coligir 241 matérias acerca dessa temática “lusobrasileira”, em nossas nove revistas sublinhamos mais de 1250 artigos sobre o mesmo assunto e, portanto, uma análise pormenorizada de cada um dos periódicos bem como de seus textos mais significativos tornou-se inviável não só pelo tempo relativamente curto que dispomos para concluir a Tese, mas também pelo volume ainda mais exagerado que se configuraria o resultado final, previsto para muito além das mais de 600 páginas que agora apresentamos.

Ao concluirmos a fase de catalogação, percebemos que devido mesmo ao ineditismo de muitos desses veículos enquanto objeto de estudo bem como variedade de temas, autores e perspectivas encontrados dentro de cada revista, cada periódico anteriormente elencado poderia fornecer material suficiente para desenvolver uma substancial Tese de Doutorado e assim, na impossibilidade de concluir contemporaneamente nove pesquisas tão exaustivas no tempo destinado somente a uma, tivemos que fazer algumas escolhas e diminuir sensivelmente o material que seria analisado.

Por ocasião de nosso Exame de Qualificação, ocorrido em agosto de 2010, já tínhamos feito algumas considerações relevantes acerca das revistas *Brasil-Portugal e Atlântida* e então, também acatando a sugestão dos Membros da Banca, optamos por reduzir drasticamente o corpus para conseguirmos terminar nosso trabalho a contento.

Quando analisamos as particularidades de cada revista durante a etapa de sistematização de dados notamos que, apesar de convergirem em um maior ou menor engajamento nessa manutenção das ligações luso-brasileiras, os periódicos poderiam ser separados por “grupos” segundo algumas características semelhantes entre si, resultando assim no conceito de classificação de revistas “híbridas”, “ilustradas”, “literárias” e “políticas”⁴. Nesse sentido, para não romper totalmente com essa coesão interna na qual já tínhamos planejado a execução da Tese, prosseguimos a pesquisa com o estudo preliminar das revistas *Orpheu* e *A Rajada* (revistas literárias) e *Nação Portuguesa* (política), para além da “ilustrada” *Brasil-Portugal* e “híbrida” *Atlântida* que já tínhamos analisado anteriormente.

Com efeito, devido às fontes inesgotáveis de informação que se caracterizaram em cada revista, afirmamos que pudemos realizar somente um estudo inicial de cada uma delas mas que, no entanto, adquire contornos muito representativos se analisado em seu conjunto. Como veremos adiante, conseguimos sublinhar individualmente em cada periódico aspectos importantes e fundamentais para a construção de um projeto maior de “integração” luso-brasileira engendrado pela *intelligentsia* portuguesa através desses meios.

A Tese que realizamos está articulada em três grandes capítulos.

No primeiro capítulo, “A imprensa em revista”, almejamos abordar a questão da imprensa como instrumento de propaganda e a forma “revista” como veículo de propagação de idéias de grupos, refletindo também sobre a natureza das revistas ilustradas, “híbridas” políticas e literárias que surgiram naquela época.

⁴ Tal critério de classificação será melhor definido e justificado no primeiro capítulo.

O segundo grande capítulo “(Re)visando os laços: análise do corpus” será dedicado à análise dos artigos catalogados que obedecerá, ainda, a uma sub-divisão quanto às características editoriais de cada periódico. Para cada revista incluiremos uma ficha histórica e faremos um recorte temático para comentarmos melhor as matérias, devido grande número de material catalogado. Em relação às revistas analisadas que dispunham de um grande volume de dados para ser analisado (nomeadamente a *Brasil-Portugal e Atlântida*) dividimos o material coletado de cada revista em grandes eixos como Cultura, Política, Sociedade, Letras e Economia e, dentro dessa perspectiva, selecionamos aqueles artigos que melhor traduzissem a sua “visão” e “contribuição” para o fomento das relações luso-brasileiras da época. Também privilegiamos os artigos que tentavam mostrar aos leitores portugueses como era o Brasil daquela época e a reiteração constante do discurso unificador das “pátrias-irmãs”.

Por fim, iniciamos o terceiro capítulo “(Des)atando nós” como um breve panorama das relações luso-brasileiras desde 1808 até 1922 por entendermos que seria necessário mapear as raízes históricas que originaram o grande movimento de “aproximação” proposto pelas revistas que estudamos – e que remontam, portanto, desde a vinda da família Real ao Brasil. Assim, comentaremos, de modo breve, os conflitos/fatos que desencadearam os pontos de ligação e de ruptura entre as nações no século XIX, como o rompimento das relações diplomáticas em 1893, com a Revolta da Armada brasileira, por exemplo. Também faremos um panorama da situação da colônia portuguesa no Brasil naquela época, discutiremos o porquê do sentimento “antilusitanista” no país e o papel da imprensa luso-brasileira nesse contexto. Na segunda parte desse primeiro capítulo pretendemos elaborar uma reflexão ampla sobre os assuntos recorrentes nas diferentes revistas do nosso *corpus*, como a Exposição Nacional do Rio de Janeiro (1908), o Acordo luso-brasileiro (1909) e a Confederação Luso-brasileira (1917), por exemplo, procurando equacioná-los numa possível resposta para o

estreitamento das relações luso-brasileiras almejado especialmente por Portugal à luz estudos culturais e pós-colonialistas.

Em formato de apêndice, anexamos um pequeno “dicionário biográfico” dos principais colaboradores das revistas que, na maioria das vezes, escreviam em mais de um periódico mas cuja a biografia só pode ser elaborada a partir da leitura atenta dos próprios periódicos que ajudaram a construir.

O presente trabalho ainda é composto por um segundo volume, onde apresentamos integralmente as fichas catalográficas remissivas dos 1254 artigos que reunimos das revistas que estudamos – base primordial da construção da Tese – e que também poderão auxiliar e conduzir outras pesquisas significativas no futuro.

CAPÍTULO 1- (RE)VENDO AS PÁGINAS

1.1. A imprensa em revista

Antes de tudo e, à guisa de introdução, uma questão fundamental de terminologia. O que é uma revista? No que ela se diferencia de outras publicações impressas como o livro e o jornal, por exemplo? E qual sua relevância como objeto e fonte de análise, tal como propomos para o nosso estudo?

Antes da nossa, tanto aquém quanto além-mar, outras pesquisas pioneiras discutiram a questão e, ao fazê-lo, suscitaram importantes considerações sobre o significado do conceito *revista* no mercado editorial de seus respectivos países.

A começar pelo título francês, observamos que na coletânea *La belle époque des revues (1880-1914)*⁵ há, desde o início, uma intensa discussão preliminar sobre a delimitação de parâmetros para definir uma *revista* não só enquanto um fenômeno específico da imprensa, mas também quanto a verdadeira importância desse veículo como difusor cultural no período. Privilegiando não somente a produção francesa – uma vez que o volume também é composto por ensaios que contextualizaram as produções periódicas espanholas, alemãs, belgas e inglesas daquele momento – tais reflexões são muito esclarecedoras, sobretudo se considerarmos que o modelo de revista “inventado” na França foi também aquele que, por excelência, foi copiado em Portugal e, conseqüentemente, reproduzido no Brasil.

⁵ Jacqueline Pluet-Despatin, Michel Leymarie et Jean-Yves Mollier, *La belle époque des revues (1880-1914)*, Paris, Éd. de l'IMEC, 2002.

Nesse sentido, Leymarie (2002)⁶ inicia a introdução do volume considerando que, embora a concepção moderna do termo “revista” tivesse sido já documentado em 1835⁷ no *Dictionnaire de l'Académie Française*, definir o que seria uma *revista* a partir dos verbetes enciclopédicos não era contudo uma tarefa fácil, principalmente se atentássemos para a tênue fronteira que a distingue de qualquer outro tipo de publicação periódica como “um jornal, um semanário, um livro ou até mesmo uma mera folha militante” (p.11).

Mais adiante, no mesmo volume, Geslot e Hage (2002) continuam a discussão ponderando que, para além das definições e das divergências de ordem lexical constatada em diferentes dicionários, uma possível tentativa de classificar uma *revista* como tal segundo seria aquela de observar primeiramente certas características físicas (tamanho, tipo de diagramação, número de páginas). Ainda segundo Geslot e Hage⁸:

Il faut renoncer à s'appuyer sur une définition précise de ce qu'est une revue et procéder par tâtonnements, en tenant compte des nuances et des exceptions. L'on peut appréhender cette notion à partir d'un certain nombre de critères. Comme l'écrit Benoît Lecoq, rappelant ainsi le docteur Véron, la revue est « un intermédiaire intellectuel aussi bien que matériel entre le journal et le livre », d'où des critères de

⁶ Michel Leymarie, Introduction: La belle époque des revues?, In : Jacqueline Pluet-Despatin, Michel Leymarie et Jean-Yves Mollier, *La belle époque des revues (1880-1914)*, Paris, Éd. de l'IMEC, 2002, p. 9-25.

⁷ Segundo Geslot e Hage (2002), o termo *revista* surgiu na França em 1804 junto com a *Revue Philosophique* mas somente apareceu dicionarizada em 1835 na sexta edição do *Dictionnaire de l'Académie Française*. Cf. Jean-Charles Geslot et Julien Hage, Recenser les revues, In : Jacqueline Pluet-Despatin, Michel Leymarie et Jean-Yves Mollier, *Op. cit.*, 2002, p.30.

⁸ Jean-Charles Geslot et Julien Hage, Recenser les revues, In: Jacqueline Pluet-Despatin, Michel Leymarie et Jean-Yves Mollier, *Op. cit.*, 2002, p.31-32. Tradução livre: “Devemos parar de confiar em uma definição precisa do que é uma revista e tentar fazê-lo através da tentativa e erro, tendo em conta as nuances e as exceções. Pode-se entender esse conceito a partir de uma série de critérios. Como escreveu Benoit Lecoq, lembrando Dr. Veron, a revista é "um intermediário intelectual e material entre o jornal e o livro", daí os critérios de formato e paginação. Então, considere os títulos de periódicos, nos quais talvez possamos identificar três casos: o que "é" uma revista (pelo título, bem como pela abordagem), aquilo que "se chama" revista, mas que não o é necessariamente considerando o ponto de vista de outros critérios [...], e o que nos parece claramente uma revista, pelo seu formato, conteúdo, sem explicitamente levar o nome em título ou legenda [...]. E aquela, sem competir com aqueles que adicionam "revista" à um outro qualificativo (o *Jornal-Revista*, por exemplo, que releva em um sentido mais restrito a linha editorial da revista – abordar os acontecimentos em retrospectiva – literalmente em "passar em revista" alguns dos “jornais-revistas”, diários da noite ou semanais, que fazem a ronda dos artigos dos outros jornais).”

format et de pagination. Ensuite, il faut considérer les titres des périodiques, dans lesquels on peut isoler trois cas: ce qui « est » une revue (par le titre autant que par la démarche), ce qui « s'appelle » revue mais n'en est pas forcément une au point de vue des autres critères [...] Et ce qui nous apparaît clairement comme une revue, par son format, son contenu, sans en porter explicitement le nom, en titre ou en sous-titre [...]. Et ce, sans competer celles qui ajoutent à « revue » un autre qualificatif (le *Journal-Revue*, par exemple, qui relève *stricto sensu* de la démarche de la revue – aborder les événements avec du recul –, littéralement en les « passant en revue » ainsi des « journaux-revues », quotidiens du soir ou hebdomadaires, qui font le tour des articles des autres journaux).

Clara Rocha, no seu importante estudo sobre as revistas literárias do século XX em Portugal⁹, também destacou nesse tipo de publicação um lugar privilegiado para uma *re-leitura* de seu próprio tempo ao *re-vistar* ou *re-visitar* os assuntos que, num determinado contexto, mais interessaram a sociedade na qual era produzida. Bem como afirma Rocha, também sublinhando a diferença entre um livro e uma revista:

Uma revista é uma publicação periódica que, como o nome sugere, passa em revista diversos assuntos [...] Por outro lado é um tipo de publicação que, depois de *re-vista*, se abandona, amarelece esquecida ou se deita fora. Enquanto objeto material, a revista distingue-se do livro por ser mais efêmera: só os bibliófilos, os estudiosos e certos interessados pelas letras e pelas artes guardam a revista. Essa efemeridade [...] tem a ver com a sua solidez material. Enquanto o livro dura (porque é mais resistente, tem uma capa sólida a protegê-lo), a revista é (pode ser) mais frágil em termos de duração material. [...] Uma revista é em geral menos volumosa do que um livro. E, *last but not least*, uma revista é quase sempre a manifestação duma criação de grupo: ao contrário do livro que, salvo algumas exceções, costuma ser produzido por um só autor, a revista é quase sempre o resultado de colaboração de vários “criadores” ou ensaístas [...]. Podemos então concluir que são essencialmente quatro as características que diferenciam a revista do livro: a efemeridade, a excepcionalidade das reedições, o menor volume físico e o modo de produção em grupo.¹⁰

⁹ Clara Rocha, *Revistas literárias do século XX em Portugal*, Lisboa, Casa da Moeda, 1985.

¹⁰ Clara Rocha, *Op. Cit.*, 1985, p.24-25.

Consoantes às premissas expostas pelas pesquisas francesa e portuguesa, no Brasil assinalamos alguns estudos como o de Dimas (1983)¹¹ e de Martins (2001)¹² que também privilegiaram o gênero “revista” como exemplo genuíno da produção periodística do início do século XX e que destacaram, nesse tipo de imprensa, uma forte tendência à manipulação das informações que favorecia o próprio grupo editorial que financiava a publicação:

A pertinência desse gênero de impresso como testemunho de período é válida, se levarmos em consideração as condições de sua produção, de sua negociação, de seu mecenato propiciador, das revoluções técnicas a que se assistia e, sobretudo, da natureza dos capitais nele envolvidos. Insista-se que na virada do século, quando o jornalismo transformou-se em grande empresa, as publicações foram criadas para ser vendidas e gerar lucro. Nesse propósito, veiculavam o que era rentável no momento, procurando “suprir a lacuna” do mercado e atender a expectativas e interesses de grupos, segmentando públicos, conformando-os com os modelos em voga; e, na maioria das vezes, a serviço da reprodução do sistema. Em outras palavras, desde então, as revistas em geral matizavam a realidade, veiculando imagens conciliadoras de diferenças, atenuando contradições, destilando padrões de comportamento, conformando o público leitor às demandas convenientes à maior circulação e ao consumo daquele impresso. [...] Não seria abusivo admitir para aqueles idos que – *tanto quanto o jornal, porém mais que o livro* –, a revista era o instrumento eficaz de propagação de valores culturais, dado seu caráter de impresso do momento, condensado, ligeiro e de fácil consumo. Acrescente-se a isso, por vezes, uma aparência luxuosa, divulgando, através da ilustração, propagandas e mensagens aliciadoras e pronto! Assim estava configurado o produto que subjugava corações e mentes, atingindo com presteza uma gama expressiva e diferenciada de leitores. Cada número publicado transformava-se em símbolo emblemático da transição vivida, expressando os conflitos do período e apresentando-se como porta-voz de múltiplas gerações.¹³

¹¹ Antônio Dimas, *Tempos Eufóricos. Análise da Revista Kosmos: 1904-1909*, São Paulo, Ática, 1983. Nesse estudo, por exemplo, Dimas destaca o papel da revista como espaço escamoteado de representação de grupo e veículo de propaganda da administração Rodrigues Alves/Pereira de Passos no Rio de Janeiro na primeira década do século passado.

¹² Ana Luiza Martins, *Revistas em revista: Imprensa e práticas culturais em tempos de República*, São Paulo (1890-1922), São Paulo, Edusp, 2001.

¹³ Ana Luiza Martins, *Op. Cit.*, 2001, p.21-27.

Voltando porém à nossa questão inicial, concluímos portanto que o termo *revista* se refere a um tipo de publicação periódica que tem como objetivo principal o de *re-visar* e *re-examinar* determinados assuntos considerados relevantes pelo grupo editorial que a concebe. Como afirmado alhures, é etimologicamente associada ao verbo *ver*¹⁴ e partindo, portanto, de seu significado mais primitivo, pretendemos nós também *re-ver* um momento muito representativo para a história cultural de Brasil e Portugal através dos periódicos publicados nesse início de século XX.

Mais especificamente, neste trabalho, procuraremos não só (re)ver as relações estabelecidas pela intelectualidade luso-brasileira nessas publicações, mas também (des)atar alguns nós e esquadrihar possíveis causas e conseqüências dessa ligação em um momento tão inconveniente do ponto de vista nacional, já que foi justamente o período no qual, por excelência, se gestava pretensiosamente a ruptura total dos laços culturais que nos uniam ainda à antiga metrópole.

O período histórico sublinhado nesta pesquisa, também conhecido como *belle époque*, foi, sem dúvida, muito particular para Brasil e Portugal, seja sob a perspectiva interna, seja sob o ponto de vista do desenvolvimento de suas respectivas imprensas mas, sobretudo, ao que tange as relações entre ambos os países.

Se, por um lado temos um Brasil que ia tentando fortalecer a República recém-fundada, desenvolver e urbanizar as principais cidades do país e ainda absorver a velocidade das mudanças da vida e da sociedade moderna que já se anunciavam, por outro lado temos um Portugal cambaleante que sofria com a crise deflagrada sobretudo pelo *Ultimatum* – que culminara posteriormente com enfraquecimento da Monarquia e seus desdobramentos (como o regicídio em 1908) – e a instauração da República em 1910.

¹⁴ Cf. Antônio Geraldo da Cunha, *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*, Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1982, p.815.

Assim sendo, se internamente para ambos o período foi de intensa agitação, podemos dizer que também a relação entre os países em si também não era das melhores, já que pairava no ar certo “estranhamento” entre Brasil e Portugal desde a Proclamação da República brasileira em 1889 e a conseqüente expulsão do então Imperador D. Pedro II e sua família, pelo menos, acentuada pela ruptura das relações diplomáticas com Portugal em decorrência da Revolta da Armada Brasileira¹⁵ em 1893.

Apesar das divergências e, mesmo antes do re-estabelecimento das relações diplomáticas oficiais entre Brasil e Portugal, observamos que pelo menos uma parte da intelectualidade luso-brasileira sempre se empenhara com muito afincamento para o fortalecimento das ligações entre ambos os países, dispendo, para tanto, da principal arma que possuíam: a imprensa. Como afirma Serpa:

As revistas produzidas pela intelectualidade portuguesa constituíram-se em locais privilegiados de discussão acerca da escrita da História, da situação política, social, cultural e econômica de Portugal e das relações com outros países. Constituíram-se em veículos de propagação de idéias nacionalistas expressas na chamada lusitanidade, dirigindo-se com destaque para o Brasil. Entretanto, na relação com o Brasil, o que se travou foi uma luta política, na medida em que esta se manifesta quando homens e mulheres, mediante produção de conhecimento, operam no sentido de fazer valer a visão legítima do mundo social, buscando o reconhecimento pela produção e

¹⁵ A Revolta da Armada foi um movimento deflagrado por setores da Marinha brasileira em 1893 contra o então presidente da República, Marechal Floriano Peixoto. Encabeçado pelo contra-almirante Custódio de Melo e pelo almirante Luiz Filipe Saldanha da Gama, o episódio expressou com clareza os interesses e as disputas políticas do início do período republicano. Dentro da Marinha as frustrações políticas com a República e principalmente com Floriano Peixoto eram claras. A Marinha naquele momento ainda mantinha muito da época do Império; oficiais de patente eram praticamente todos os membros das elites monárquicas, enquanto a função de marinheiro, posto mais elementar da corporação, era considerada inferior e delegada frequentemente aos negros. O advento da República, contudo, fora comandado pelo Exército, tendo a Marinha ficado em segundo plano. As pretensões do candidato declarado à presidência da República, o almirante Custódio de Melo, conseguiram rapidamente apoio entre os oficiais monarquistas e essa aliança de interesses acabou por culminar com a Revolta da Armada. Em 9 de fevereiro de 1894 os rebeldes decidiram tentar um desembarque em Niterói, mas foram obrigados a voltar aos navios. Acossados, bloqueados e atacados pela nova esquadra governista, os revoltosos que ainda estavam na baía de Guanabara, entre os quais Saldanha da Gama, pediram asilo às fragatas portuguesas Mindelo e Afonso de Albuquerque, sendo por elas recolhidos em 13 de março de 1894. O fato deu origem a um incidente diplomático que culminou com o rompimento das relações com Portugal por parte do governo de Floriano Peixoto. Cf. também: Hernani Donato, *Dicionário das batalhas brasileiras*, São Paulo, Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1996; Barão do Rio Branco, *Efemérides Brasileiras*, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1938 e Atanagildo Barata Ribeiro, *Sonho no cárcere: dramas da revolução de 1893 no Brasil*, Rio de Janeiro, Casa Mont'Alverne, 1895.

reprodução de capital simbólico que expressam notoriedade e respeitabilidade, afirmando sua autoridade e, por conseguinte, impondo ou criando condições para difundir e impor o conhecimento considerado legítimo e verdadeiro do sentido do mundo social, da sua significação atual e da direção em que vai e deve ir.¹⁶

Desse modo, fomentada sobretudo pelos portugueses – que, principalmente por motivos financeiros, se viram muito prejudicados com o rompimento das relações e acordos comerciais previamente estabelecidos com o Brasil – observamos nesse período um crescente número de publicações de artigos com o escopo de amenizar e abrandar tais diferenças, seja na imprensa regular (grandes jornais, sobretudo no Rio de Janeiro), seja na publicação específica de revistas pensadas exclusivamente pela/para intelectualidade luso-brasileira, como foi o caso da revista Brasil-Portugal. Como é sabido, além da presença maciça de jornalistas portugueses na imprensa brasileira (especialmente carioca), como bem assinalado nas pesquisas das professoras Dra. Elza Miné¹⁷ e Dra. Rosane Gazolla Alves Feitosa¹⁸, por exemplo, a colônia lusitana no Brasil também promoveu a publicação de folhas direcionadas ao público imigrante, dentre as quais podemos citar a *Revista Luso-brasileira* (1860), *A Ilustração Luso Brasileira* (1856, 1858, 1859), o jornal *Brasil e Portugal: Jornal Dedicado aos Interesses dos Dois Países – Sciencias, Artes, Commercio e Industria* (1872), além do famoso *Almanach de Lembranças Luso-Brasileiro* (1851-1932), somente para citarmos alguns títulos.

Assim, privilegiamos neste estudo algumas das mais relevantes revistas portuguesas e/ou luso-brasileiras publicadas entre 1900-1920 (*Ocidente* (1878-1915), *Os Serões* (1901-

¹⁶ Élio Serpa, Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos, In: *Revista brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, 2000, p. 73, disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010201882000000100004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 03 Apr 2007. Pré-publicação. doi: 10.1590/S0102-01882000000100004

¹⁷ Elza A. Miné, *Páginas Flutuantes: Eça de Queirós e o jornalismo no século XIX*, São Paulo, Ateliê Editorial, 2000.

¹⁸ Rosane G. A. Feitosa, Eça jornalista: olhar crítico sobre a literatura e vida social do século XIX, In: Patrícia Peterle; A. Santurbano; Luiz R. V. Cairo e I. Margato (Org.), *Escritura e sociedade: o intelectual em questão*, Assis, UNESP- Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2006, p. 61-69.

1911), *Brasil-Portugal* (1899-1914), *Ilustração Portuguesa* (1903-1924), *A Águia* (1910-1932), *Orpheu* (1915), *Atlântida* (1915-1920), *Nação Portuguesa* (1914-1938) e *A Rajada* (1912)) procurando identificar como se deu realmente o diálogo entre essa intelectualidade através desses veículos.

Investigando mais detalhadamente o conteúdo e as características das revistas contempladas em nosso *corpus* percebemos que, para facilitar nossa análise, poderíamos reagrupá-las segundo as peculiaridades de cada uma delas. Deste modo, o corpus ficou assim reclassificado¹⁹:

- Revistas “híbridas” (*Atlântida* e *A Águia*)
- Revistas de *Ilustração* ou magazines (*Brasil-Portugal*, *Ilustração Portuguesa*, *Ocidente* e *Serões*)
- Revistas literárias (*A Rajada* e *Orpheu*)
- Revistas políticas (*Nação Portuguesa*)

Por “revistas híbridas” entendemos as publicações que não se restringiram ao campo restritamente literário e que também abordaram em suas páginas, outros temas ligados à cultura, bem como política e educação, como foi o caso das já citadas *Atlântida* e *A Águia*. Também conhecidas como “revistas de cultura”, tais periódicos também se destacaram por promoverem realizações paralelas ou complementares de natureza varia no âmbito cultural, no intuito de vulgarizar o conhecimento e contribuir para a formação de “um novo Portugal”, seja através da publicação de livros ou pela realização de eventos como saraus, recitais, concursos e exposições literárias.

¹⁹ Clara Rocha (1985, p.28) também propõe uma classificação das revistas e jornais literários do século XX português quanto à temática muito semelhante à nossa, distinguindo principalmente os periódicos exclusivamente literários dos periódicos mais abrangentes como as “revistas culturais, políticas, de opinião, etc.”

No que toca a esta última [a atividade editorial] são inúmeras as publicações periódicas que lançam coleções de livros, tirando eventualmente dessa atividade alguns lucros materiais que as ajudem a manter-se financeiramente. Estão neste caso *A Águia* que tem uma enorme atividade no domínio da edição de obras literárias ou doutrinárias dos seus contemporâneos [...]. Enquanto lugares de expressão cultural, as revistas e jornais são, em alternativa ou simultaneamente, um lugar de criação e/ou de divulgação da literatura, da arte, das idéias, da crítica, enfim, daquilo que faz a cultura dum povo.²⁰

Ainda ao que tange *A Águia*, além da intensa divulgação das obras lusitanas de relevo através das edições constantes da Renascença Portuguesa, órgão responsável pela publicação da revista, é de se destacar outras iniciativas louváveis da instituição para a promoção da cultura no país, como o movimento para a fundação de Universidades populares.²¹

Embora institucionalmente menos “organizada” que a “Renascença” portuense, a revista *Atlântida* também manifestou, em várias oportunidades, a preocupação com a cultura e educação portuguesas através de seu diretor português João de Barros, como teremos oportunidade de ver melhor adiante no capítulo dedicado à *Atlântida*. Pedagogo de formação teve, por exemplo, um papel fundamental na instauração da República portuguesa em 1910 na qualidade de um dos articuladores da Reforma da Instrução Primária, proposta pelo novo regime em 29 de Março de 1911.

Na categoria “revistas de ilustração” ou magazines foram inseridas aqueles periódicos voltados especialmente para o entretenimento e que tinham na imagem (gravura, ilustração, fotografia e afins) seu principal atrativo editorial. Muito freqüentes no início do século passado, comumente apresentavam seções muito variadas (curiosidades, moda, notícias, charadas, partituras, textos literários, seção infantil) que visavam agradar a todos os membros

²⁰ Clara Rocha, *Op. Cit.*, 1985, p. 112-113.

²¹ Cf., por exemplo, Raquel dos Santos Madanêlo Souza, *Convergências e divergências: revistas literárias em perspectiva*, Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) – FFLCH, USP, São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-18092008-160545/publico/TESE_RAQUEL_DOS_SANTOS_MADANELO_SOUZA.pdf. Acesso em: 20 dez. 2009.

da família que, em geral, fazia uma leitura coletiva do periódico nos quotidianos serões domésticos, costume rotineiro do período. Dentro do segmento *revista*, o subgênero “ilustração” ou “magazine” foi aquele que mais se desenvolveu e se multiplicou, devido não só ao fato de incorporar gradualmente as evoluções tecnológicas da reprodução de gravuras que iam surgindo com o passar dos anos mas, principalmente, porque através da imagem poderiam também atingir um outro tipo de leitor/consumidor (o analfabeto²²) que “lia”, portanto, o periódico através dos desenhos. Bem como afirma Martins (2001, p. 40-42):

No curso da trajetória da revista, contudo, um marco revolucionário na imprensa da época: os recursos de *ilustração*. [...] Contudo, o extraordinário avanço técnico registrado na Europa, a partir do último quartel do século XIX, foi amplamente utilizado pelos periódicos, enriquecendo ainda mais aquelas publicações, transformadas em objetos atraentes, acessíveis até mesmo ao público menos afeito à leitura, se não à população analfabeta, que recebia as mensagens através dos desenhos grafados de forma visualmente inteligível. [...] Outros recursos técnicos de ilustração – da fotografia ao clichê em cores e à rotogravura – seriam desenvolvidos até o final do século, a serviço prioritariamente do impresso revista. A modalidade *revista ilustrada* passou a ser preferencial da população leitora; na sua esteira, o *magazine*, alternativa de revista periódica, acentuando a magia da ilustração enquanto embalava a publicidade de bens de consumo, potencializando as características comerciais do gênero (...).

Consoante a Rocha (1985) classificamos como literárias os veículos que priorizaram a “criação literária [...] ou criação e colaboração ensaística” (p.28), como foi o caso de *Orpheu* e *A Rajada*. Como sabemos, naquelas primeiras décadas do século XX em Portugal, as

²² A taxa de analfabetismo no Brasil em 1900 (população com mais de 15 anos) era de 65,3% e em Portugal, no mesmo período, atingia a marca dos 74% (nas estimativas mais otimistas) para a população com mais de 7 anos. Para dados mais completos, conferir, por exemplo: Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques, Capítulo XII: Escolas e Ensino, In: _____. (dir), *Nova História de Portugal – Portugal da Monarquia para a República*, Lisboa, Editorial Presença, vol. X I, p.519-575; Alceu Ravello Ferraro, Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos?, In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 23, n. 81, Dec. 2002. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01013302002008100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 out. 2010 e José Marcelino Rezende Pinto et al., Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil, In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 81, n. 199, p. 511-524, set./dez. 2000. Disponível em: www.inep.gov.br/download/cibec/2000/rbep/rbep199_010.pdf. Acesso em 21 out. 2010.

revistas literárias tiveram um papel essencial para as letras daquele país, pois foi justamente através desses veículos que se articularam os principais movimentos poéticos de vanguarda e tradição que tanto movimentaram a vida cultural de nossa ex-metrópole.

Tais revistas funcionaram ainda como importantes órgãos aglutinadores de intelectualidades que se constituíram como espaço de afirmações coletivas do período e que contribuíram, inclusive, para que a literatura portuguesa tivesse o alcance e a projeção para além dos países lusófonos ao ter como um de seus protagonistas, por exemplo, o poeta Fernando Pessoa, considerado como um dos melhores escritores mundiais até hoje. Ao analisar a especificidade desse tipo de publicação e sua relevância para o sistema literário de um país afirma Lachasse²³:

Elles sont le lieu privilégié de la spéculation intellectuelle et de l'expérimentation de formes littéraires nouvelles en dissonance avec la génération installée, l'oeuvre de jeunes souvent désargentés [...] Les petites revues ont une importance particulière pour les poètes dont elles accueillent d'abord les oeuvres, par fragments, et pour la critique littéraire, qui ne paraît souvent que là. Elles sont donc indispensables pour l'histoire du symbolisme qui fut surtout une oeuvre de poètes et de critiques : on ne peut saisir que là sont expression originelle, sa signification esthétique. Petit revues, comme on les appelle alors par dérision, les jeunes revues sont aussi des revues des jeunes [...] comme si une telle pratique, jugée incongrue chez des quadragénaires, nécessitait la marginalité intellectuelle et les rêveries insolentes de la jeunesse.

²³ Pierre Lachasse, *Revue littéraires d'avant-gard*, In: Jacqueline Pluet-Despatin, Michel Leymarie et Jean-Yves Mollier, *Op. cit.*, 2002, p.119. Tradução livre: "Eles são o lugar privilegiado da especulação intelectual e experimentação de novas formas literárias em dissonância com a produção vigente, o trabalho de jovens, muitas vezes sem um tostão [...] As pequenas revistas são particularmente importantes para os poetas que dão início às suas primeiras obras, por fragmentos e para a crítica literária, que muitas vezes aparece ali. São então indispensáveis para a história do simbolismo que foi sobretudo um trabalho de poetas e de críticos: nós podemos entender que lá são expressão original, sua significação estética. Pequenas revistas, como eram então chamados por escárnio, as revistas jovens também são as revistas dos jovens [...] como se uma tal prática, julgada incongruente pelos mais velhos, necessitasse da marginalidade intelectual e dos devaneios insolentes da juventude."

Por fim, definimos como “revista política” aquela que, no âmbito de nosso estudo, se destacou pela militância e na propagação dos ideais monarquistas no período, como foi o caso da *Nação Portuguesa* (expoente máximo do Integralismo Lusitano), muito embora seus conteúdos não se restringissem exclusivamente no âmbito político. Configuradas ainda como verdadeiros veículos de propagação de ideias e opinião, acrescenta Rocha (1985, p.29):

Estas revistas, órgãos de determinada tendência política ou de pensamento, dão azo a um certo tipo de leitura (...). De notar que todas estas revistas incluem alguma colaboração literária, como forma de “valorizar o produto” e, conseqüentemente, de alargar o espectro do leitor virtual: por outras palavras, de aliciar o público leitor.

Contudo, cabe assinalar que, para além das subnomenclaturas que tenham recebido, tais revistas são muito importantes porque foram representantes de um fenômeno cultural que pretendeu aproximar as mentalidades e simpatias de aquém e além-mar visando especialmente aparar arestas e picuinhas para promover nitidamente os interesses de Portugal que, não por acaso, foi o maior fomentador e interessado dessas publicações. Tais veículos, considerados como autênticos pontos de encontro de itinerários individuais, constituíram espécies de micro-sociedades que se reuniram em torno de um valor comum e de um projeto coletivo.

Portanto, uma “revista”, enquanto ambiente propício e convergente de ideais comuns, visam ainda um diálogo com os seus leitores e assinantes que lhe fornecem não só o respaldo financeiro mas sobretudo ideológico que assegura o sucesso e a longevidade do periódico sustentado. No caso dessa imprensa luso-brasileira que pretendemos analisar tal apoio se fez essencial pois observamos que somente as revistas que tiveram realmente um financiamento garantido e direcionado (como foi o caso das casas comerciais de origem portuguesa instaladas no norte de nosso país que patrocinavam a revista *Brasil-Portugal*, por exemplo) tiveram uma duração relativamente longa num período onde era comum que as publicações alcançassem apenas a tiragem de alguns números escassos. Ainda nesse âmbito, cabe observar

que, curiosamente, as revistas ditas “literárias” e que eram financiadas tão somente pela venda dos números ou pelo parco investimento de alguns de seus idealizadores eram, via de regra, as publicações que mais rapidamente desapareciam do mercado editorial em oposição às revistas que tinham algum tipo apoio “oficial” (Ministério Público ou Câmara do Comércio “Luso-Brasileiro”, por exemplo). Ainda consoante a Leymarie (2002, p.15-16)²⁴:

Lieux de sociabilité qui donnent cohésion à un groupe, lui assignent des buts communs et le légitiment, les revues sont, avant tout, bien sûr, des lieux de production intellectuelle. [...] À cet égard, elles sont essentielles pour analyser l’histoire des idées, l’histoire des intellectuels et des professions intellectuelles. [...] Les revues, même si leur tirage est modeste, représentent un lieu de pouvoir symbolique et réel dans une société qui vit sous le règne de l’écrit et elles nese comprennent donc que par la prise en compte de leur coexistence et de leur concurrence [...]

Sendo, portanto, um mercado de obras e de idéias no qual, por excelência, se configura como lugar de trocas e de solidariedades onde se constrói o presente e se constituiu o amanhã, concordamos com Lachasse (2002, p.120) quando afirma que uma revista poderia ser analisada a partir de seus elementos fundamentais, a saber: *os programas, os sumários e os homens*²⁵.

²⁴ Michel Leymarie, Introduction: La belle époque des revues?, In: Jacqueline Pluet-Despatin, Michel Leymarie et Jean-Yves Mollier, *Op. cit.*, 2002, p.119. Tradução livre: “Espaços sociais que dão coesão a um grupo, atribuindo-lhes objetivos comuns e legítimos, as revistas são, acima de tudo, é claro, os locais de produção intelectual. [...] A este respeito, eles são essenciais para analisar a história das ideias, história intelectual e profissões intelectuais. [...] As revistas, mesmo as de circulação modesta, representam um lugar de poder simbólico e real em uma sociedade que vive sob o domínio da escrita e incluem nesse fim tendo em conta a sua convivência e sua competição.”

²⁵ Lachasse enumera e distingue como principais categorias de uma revista (os programas, sumários e os homens) a partir de seus estudos sobre as revistas literárias francesas publicadas a partir de 1890. Por ser de alguma maneira análoga à nossa metodologia para o estudo das revistas portuguesas que integram o nosso *corpus*, aqui parafraseamos a nomenclatura de suas categorias. Por *programa* Lachasse afirma ser as idéias centrais que norteiam a publicação do periódico, bem como a explicitação de seus propósitos iniciais (à guisa de um “a que se deve”) e os objetivos da revista enquanto possível agente transformador da realidade na qual está inserida. Nesse sentido, o *sumário*, principal linha de estruturação da revista, seria responsável tanto pelo agrupamento dos chamados “artigos de fundo” (estética, crítica ou criação literária inédita) quanto pela parte de “crônica” do periódico, destinada mais à difusão das atualidades literárias e artísticas contemporâneas dentro do veículo. E, finalmente, na categoria *homens*, Lachasse elenca todos os idealizadores e protagonistas daquele momento que articularam e fomentaram as revistas que pesquisamos. Dentro do contexto específico francês privilegiado pelo professor, tal grupo poderia ser subdividido em três vertentes: grupo do “celeiro escolar”, pró

Para proceder a análise que propomos neste trabalho, primeiramente nossa leitura sobre o *corpus* incidu sobre as matérias correlacionadas diretamente as relações abrangendo a temática Brasil/Portugal em amplo sentido (mas especialmente aquelas concentradas no âmbito literário, cultural e político). No total, foram coligidas 1.241 matérias e, na impossibilidade de analisar singularmente como ocorreu tal “diálogo” luso-brasileiro em cada um dos periódicos escolhidos, optamos por escolher somente um título dentro das categorias anteriormente individualizadas com mais volume de material (híbrida e ilustração) para melhor analisarmos o conteúdo delas nesse contexto, conforme a sugestão de nossa banca avaliadora no Exame de Qualificação.

Dentro de cada revista procedemos à catalogação das matérias²⁶ e, especialmente no caso das revistas *Atlântida* e *Brasil-Portugal* também realizamos uma classificação temática (educação, política, cultura, sociedade e letras) que nos permitiram dimensionar melhor esses conteúdos em cada periódico e nos auxiliou de maneira substancial à realização da análise dos artigos propriamente ditos, já que de tais periódicos extraímos um grande número de textos.

Contudo, ressaltamos ainda que tal divisão temática das matérias foi embasada por parâmetros meramente subjetivos e arbitrários, definido por nós. Como sói nas pesquisas nas ciências humanas tal classificação não pretendeu ser absoluta e nem em encaixar em balizas rígidas as idéias contidas nas matérias que pesquisamos mas apenas servir como paradigmas para facilitar o nosso estudo diante de um *corpus* que se revelou tão rico. Assim, admitimos que algumas matérias eventualmente classificadas como “política”, por exemplo, poderiam muito bem ser realocadas em outras categorias e receber outra classificação dependendo do olhar do leitor.

ou contra a geração dos poetas de 1885 ou, ainda, fruto da reunião formal ou informal de intelectuais fora da Academia (como os cafés literários, por exemplo, a partir da década de 80 e 90).

²⁶ Consoante ao conceito adotado anteriormente por nós em nossa dissertação de Mestrado, matéria é “tudo o que é publicado, ou feito para ser publicado, por um jornal ou revista, incluindo textos e ilustrações. Tanto o original de qualquer artigo, notícia, crônica, nota, etc; quanto a sua forma impressa recebem, genericamente, o nome de matéria”. Cf. Rabaça e Barbosa, 1995, p.390.

Ao que tange ao *programa*, procuramos identificar nos periódicos que analisamos não só a sua linha editorial, mas também a opinião e a relação de cada uma dessas publicações com o Brasil. Através da leitura/análise de algumas matérias selecionadas de tais revistas procuramos verificar, na prática, qual era a verdadeira imagem de nosso país ali veiculada mas, principalmente, qual era a mensagem que a revista pretendia difundir.

Por fim, almejamos elencar os “homens” e tal intelectualidade articuladora desse projeto de luso-brasilidade nas revistas mediante a elaboração de um “pequeno dicionário de autores” onde procuramos construir uma pequena biografia dos principais jornalistas que protagonizaram essa história da imprensa periódica daquele início de século. Nesse singelo apêndice privilegiamos sobretudo aqueles “desconhecidos” da sociedade hodierna e cuja biografias foram escritas a partir das poucas linhas que recolhemos a partir da leitura da miscelânea de artigos reunidos.

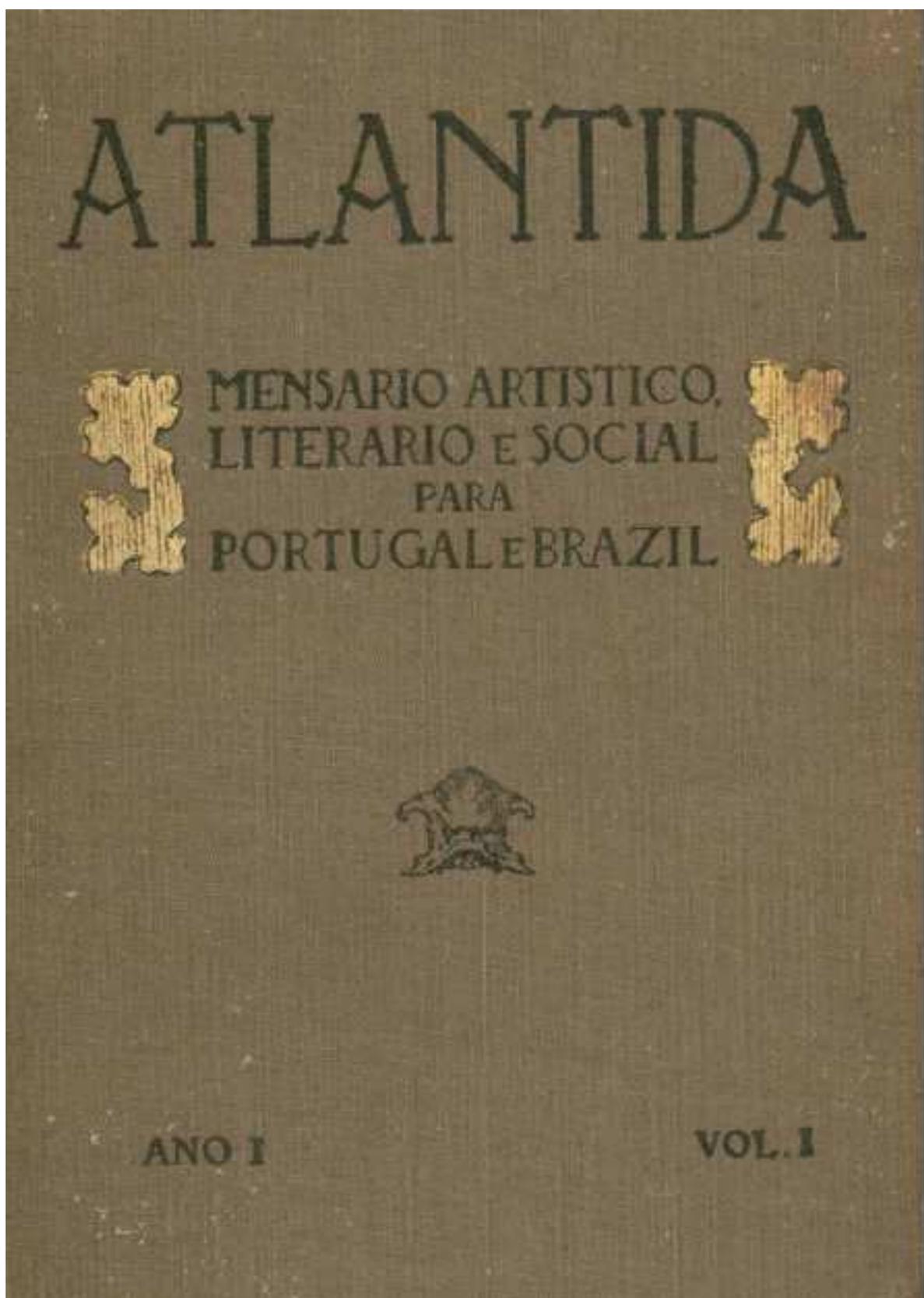
Bem como atesta Corpet (2002)²⁷:

De cette avancée incontestable de la recherche [des approches multiples], on ne peut d’abord que se réjouir. Il importe toutefois de souligner que celle-ci ne pourra être pleinement confirmée que si on tient compte de plusieurs conditions méthodologiques fondamentales liées aux spécificités même de cet “objet” bien particulier que sont les revues. Par sa complexité, sa multi-dimensionnalité, une revue requiert une approche qualitative extrêmement fine, qui n’oublie jamais que son histoire ne peut se réduire à l’analyse de ses sommaires et de ses index ; en effet, il existe dans tout projet de revue une dimension propre à sa fabrique qui impose de considérer chaque revue particulière comme un fait éditorial total. Ce qu’aucune revuistologie (ou revuistographie) savante

²⁷ Olivier Corpet, Avant-propos, In: Jacqueline Pluet-Despatin, Michel Leymarie et Jean-Yves Mollier, *Op. cit.*, 2002, p.7-8. Tradução livre: “Esse avanço inegável da investigação [múltiplas abordagens] só podemos regozijar em primeiro lugar. No entanto, é importante notar que isso só pode ser plenamente confirmada se levarmos em conta os vários requisitos básicos metodológicos relacionados com as especificidades de que o “objeto” bem particular que são as revistas. Por sua complexidade, sua multidimensionalidade, uma revista requer uma abordagem qualitativa extremamente fina, que nunca se esqueça que sua história não pode ser reduzida à análise de seus sumários e seus índices; com efeito, existe em qualquer projeto de revista uma dimensão própria ao seu engenho, que requer uma análise particular de cada revista como um todo editorial. Revistologia que nenhuma (ou revistografia) não saberiam subestimar, sem ignorar o risco de perder o que se usou para entender a incrível (e, finalmente, reconhecida por aquilo que é) performance da revista dentro da criação e difusão das formas, de conhecimento ou opiniões.”

ne saurait sous-estimer sans prendre le risque de passer à côté de ce qui permet de comprendre l'incroyable (et enfin reconnue pour ce qu'elle est) performance de la revue dans la création et la diffusion des formes, du savoir ou des opinions.

CAPÍTULO 2 – (RE)VISANDO OS LAÇOS: ANÁLISE DO *CORPUS*



ATLANTIDA

MENSARIO ARTISTICO,
LITERARIO E SOCIAL
PARA
PORTUGAL E BRAZIL

SOB O ALTO PATROCINIO DE S. EX.^{AS}
OS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES
DO BRAZIL
E DOS EXTRANGEIROS E FOMENTO
DE PORTUGAL

R. M.

2.1 - REVISTAS *HÍBRIDAS*

2.1.1 - A revista e o projeto *Atlântida*

PALAVRAS DE S. EX.^{AS} OS MINISTROS DAS RELAÇÕES
EXTERIORES DO BRASIL E DOS ESTRANGEIROS E
FOMENTO DE PORTUGAL

Desejo para a *Atlântida*, que se inicia com tão alevantados ideais, a prosperidade que será apenas o desenvolvimento da própria obra.

Rio de Janeiro, 1915

Lauro Muller

A sua iniciativa, – meu querido amigo, – é bem digna da sua fé patriótica, do seu ardente e sadio entusiasmo pelas “nossas coisas”, da sua admiração, exuberante e sugestiva, (ia a dizer absorvente), pela grande nação brasileira. Os homens que governam faltam desastradamente à sua missão se ao amparo de iniciativas destas não sabem por todo o seu valimento. E não devem ser vocês os agradecidos...

Lisboa, 1915

Augusto Soares

É me grato saudar na *Atlântida* um esteio seguro da indispensável aproximação, intelectual e econômica, entre as duas Pátrias irmãs.

Lisboa, 1915

Manuel Monteiro²⁸

²⁸ Transcrição da epígrafe da revista *Atlântida* apresentada na sua primeira edição, publicada em 15 de novembro de 1915.

Conforme já assinalamos anteriormente, a revista *Atlântida*, também auto-definida como “*Mensário artístico, literário e social para Portugal e Brasil*” se distinguiu muito mais pela sua natureza híbrida – apontando sobretudo para as questões de ordem política e econômica que permearam as entrelinhas do projeto editorial do periódico – do que simplesmente pelo hastear e pelo tremular de uma almejada bandeira cultural luso-brasileira nas suas múltiplas manifestações.

O periódico, patrocinado pelos Ministros das Relações Exteriores do Brasil, dos Estrangeiros e Fomento de Portugal, foi publicado entre 1915 e 1920, em Portugal e no Brasil, com a respectiva direção do português João de Barros e do brasileiro João do Rio (pseudônimo de Paulo Barreto). Cerca de quatro anos após a veiculação de seu primeiro número, observamos que em meados de 1919 a publicação inicia uma espécie de “segunda fase”²⁹, notado principalmente pela mudança de subtítulo “*Órgão do Pensamento Latino no Brasil e em Portugal*” e ratificado pela presença de Graça Aranha na direção da revista, já no penúltimo ano de publicação do periódico. Pedro Bordalo Pinheiro, sobrinho de Rafael Bordalo Pinheiro, foi o editor e co-proprietário da empresa até 1919, quando passa a ser propriedade da empresa *Fulmen* Limitada.

No tocante às características físicas e gráficas, destacamos a rica e sofisticada impressão em papel-mate e a presença de algumas vinhetas artísticas que “ornamentavam” as páginas da revista de vez em quando. De modo geral, tais peculiaridades mantiveram-se inalteradas até o fim da publicação, mas devemos assinalar que a partir do número oito (15/06/1916) começa a ser veiculada na contra-capla a figura de um pássaro, talvez uma águia (ver abaixo, fig. 3)

²⁹ Com o advento da guerra, o estreitamento e a promoção dos ideais luso-brasileiros deixam de ser prioridade, e a revista passa a ser então uma espécie de órgão “franco-luso-brasileiro”, sublinhando assim a *latinidade* dentro dessas culturas e publicando ainda textos em italiano e galego. Cf. Cecília Dias de Carvalho Henriques da Conceição, *A revista Atlântida: documento sócio-cultural e literário de uma época* – “Um abraço mental” entre Portugal e o Brasil, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 1997, Dissertação de Mestrado em Letras, p.22.



Figura 3 – “Pássaro” que integra a capa da revista, a partir da 8a. edição

Espécie de *ex-libris* da revista, a análise dessa imagem como símbolo da revista, bem como suas correspondências com a revista *Águia* e o movimento da Renascença, aponta já para indícios significativos para entender essa publicação inserida na grande “ânsia” lusitana de seu tempo, ou seja, através de textos e imagens tais periódicos veiculavam sempre conteúdos ascensionais que, metaforicamente, projetariam também Portugal para o ressurgimento (idéia que será melhor desenvolvida nas considerações finais). Também em relação às colunas fixas, não notamos mudanças significativas; em especial, relevamos “Notícias e comentários” (editorial que abordava geralmente assuntos de política exterior) e a “Revista do Mês” (crítica de arte sob a responsabilidade de José Figueiredo e Aquilino Ribeiro, enquanto Avelino de Almeida era incumbido do teatro, Joaquim Manso e Júlio Brandão eram responsáveis pela parte literária e Humberto Avelar, pela crítica musical), ambas publicadas nas páginas finais de cada edição. A partir do número dezoito (15/04/1917) são incluídas ainda seções “Portugal na Grande Guerra” e “Revistas das revistas”, que dissertavam respectivamente sobre a participação lusitana e as últimas notícias acerca da 1ª. Guerra Mundial e o “resumo” das principais publicações periódicas recebidas pela redação da revista.

Ao longo de seus quarenta e oito números que perfizeram um total de doze volumes, desempenhou um papel de relevo no estreitar de relações entre Portugal e Brasil – conforme veremos melhor adiante –, materializado através da colaboração de personalidades marcantes dos dois países, como, por exemplo, Carlos Malheiro Dias, Aquilino Ribeiro, Raul Proença, Antônio Sérgio, Antônio Ferro, João Lebre e Lima, Jaime Cortesão, Teixeira de Pascoaes, Afrânio Peixoto, Graça Aranha e André Brun. Reproduziu ainda quadros, gravuras e imagens de Bordalo Pinheiro, José Malhoa, Antônio Carneiro, Soares dos Reis, Almada Negreiros, entre outros. Embora tenha nascido para ser a “voz de Portugal no Brasil e a voz do Brasil em Portugal”, *Atlântida* teve a predominância de colaboradores portugueses, como notamos, que geralmente publicavam artigos ensaísticos, alguns contos e poema. A colaboração brasileira, quando houve, foi representada principalmente pelo próprio editor João do Rio, e por Olavo Bilac e Júlia Lopes de Almeida. Em relação ao conteúdo, podemos notar uma grande variedade de temas que quase sempre convergiram para reforçar o programa ideológico da revista, conforme veremos adiante. Congregou personalidades do simbolismo, do saudosismo da *Águia*, da literatura neo-realista, naturalista, do modernismo de *Orpheu* e ainda contou com colaboradores que integrariam outra importante revista, a *Seara Nova*. Além de escritores, contou com a colaboração de inúmeros ministros e presidentes de ambos os países, como já podíamos imaginar tomando por base o patrocínio político expresso na contra-capá da *Atlântida*.

Lendo porém mais atentamente as matérias da *Atlântida*, percebemos que esse “plano de aproximação luso-brasileira”, ansiado pela revista, já vinha sendo gestado há algum tempo: 1908, pelo menos, na conjuntura da visita a Lisboa de Paulo Barreto. Na ocasião, estabelecera contatos com os irmãos Lello e com Manuel de Sousa Pinto, brasileiro que tinha como ex-colega de Coimbra o escritor português João de Barros, que logo apresentou ao amigo João do Rio.

É, no entanto, no início de 1909, que a idéia da *Atlântida* começa a ganhar corpo. Tal conclusão pode ser depreendida pela leitura de duas cartas dirigidas a João de Barros, no período, por João do Rio (enviadas de Paris em fevereiro de 1909, nas quais relatava estar à espera de uma resposta da Lello & Irmão) e de outra, de Manuel de Sousa Pinto, esclarecendo que viabilização do projeto da revista era já iminente, como podemos observar a seguir.

Recebi o postal e a carta, cheios da revista. [...] Quanto à revista, preciso absolutamente de conferenciar previamente contigo. Saberás que temos de abrir as portas a todos: ao Júlio Dantas, ao Fialho. Está isso no plano de Paulo [n.a.Barreto], e creio, sem virar a casaca, que é o único modo de ter artigos, divulgadores e público numeroso. Já comecei a elaborar um projeto que discutiremos depois. [...] Conversaremos os dois e abordaremos de novo os Lellos. [...] P.S. É talvez conveniente que, dada a mudança de orientação, não misturemos a nossa velha e pura obra à nova obra mais tolerante. Em vez de *Arte & Vida*, poderemos dar outro nome à colossal revista. Lembrei-me de vários, que compendiassem Portugal e Brasil. Há um de efeito: ATLÂNTICA. Gostas?³⁰

Portanto, é sobre a égide mitológica³¹, invocando o continente perdido, que a revista ganha novo nome, também bastante significativo enquanto simbologia de um Portugal

³⁰ Carta de Manuel de Sousa Pinto expedida a João de Barros, de Lisboa, em 19 de março de 1909 *apud* Manuela Azevedo (seleção, prefácio e notas), *Cartas a João de Barros*, Lisboa, Edição Livros do Brasil, 1972, p.181-182. (grafia atualizada)

³¹ Pelo menos duas figuras míticas são reiteradas pela revista e seu diretor português João de Barros: a Atlântida e o mito de Anteu. Como sabemos, o mito atlântico remonta à lendária ilha cuja primeira menção fez o filósofo Platão em "*Timeu ou a Natureza*" e "*Crítias ou a Atlântida*". Segundo a lenda descrita pelo filósofo, Atlântida era uma grande potência naval, situada "na frente das Colunas de Hércules", que conquistara partes da Europa Ocidental e África, cerca de 9.000 anos antes da era de Solon, ou seja, aproximadamente 9600 a.C. Após uma tentativa fracassada de invadir Atenas, Atlântida afundou no oceano "*em um único dia e noite de infortúnio*" e desde então vem suscitando re-leituras e re-interpretações, tornando-se uma referência significativa para toda e qualquer suposição sobre avançadas civilizações pré-históricas perdidas. Outro mito que atravessa as páginas da revista é o de Anteu, que remete ao deus gigante que habitava o deserto líbio, filho de Poseídon e Gaia, que era extremamente forte e invencível quando estava em contato com o chão (ou a Terra, a sua mãe), mas ficava igualmente fraco e vulnerável se fosse levantado ao ar, tendo sido derrotado inclusive desse modo por Hércules. De fato, Anteu é também o título de um dos livros de João de Barros lançados no período e constantemente divulgado no periódico, e pode ser usado como uma chave de leitura alegórica complementar àquele atlântico, porque remete sobretudo à valorização da *terra*, tanto a lusitana, que precisa ser promovida, quanto a brasileira, que precisa ser conquistada. Cf. ainda Paiva, 2001, p. 35-38.

atlântico que precisa ressurgir através da revista, como bem já apontaram alhures Conceição (1997, p.24) e Paiva (2001)³², que assinala:

Um imaginário coletivo atlante e uma análise arqueológica dos dados históricos começam a fazer sentido não pelo que poderiam evocar de origem, mas sim pelo fato de nos fazer inquirir sobre a polissemia simbólica existente na aproximação entre a civilização atlante e dos portugueses, sugerindo uma leitura muito própria de Portugal. [...] Em uma primeira tentativa de aproximação entre atlantes e portugueses, um aspecto desperta a atenção: o mito da Atlântida é revisitado enquanto via e viés para se ler o caráter marítimo e expansionista dos portugueses, agora em fase de decadência e possível “renascimento republicano”(…), p.17-18

Nesse sentido, ao levantar e discutir o mito da Atlântida, que dá título a revista, em função de sua força simbólica – representando o próprio Portugal –, Paiva também recorda um outro significado que deriva do semantema *Atlanticus* – oceano Atlântico – que, não por acaso, banha ambas as nações e se configura igualmente como elo de ligação entre Brasil e Portugal.

Como podemos depreender, dificuldades técnicas e financeiras, agravadas sobretudo pelo momento de grande instabilidade política ocorrido em 1910, impossibilitaram a imediata publicação da revista, que só pode ser concretizada em 1915. No entanto, o periódico, que pretendeu ser “um órgão de aproximação recíproca”, capaz de “erguer até ao conhecimento perfeito e amável das suas tendências e dos seus esforços as duas nacionalidades” inicialmente foi recebido com algum ceticismo em Portugal e enfrentou “tantas e tão grandes dificuldades da parte dos editores mais habilitados a fazê-la vingar”³³ que os seus mentores quase desistiram, conforme assinalado pelo próprio João de Barros.

³² Cf. Janise de Sousa Paiva, *Atlânticamente Atlântida: em busca de mares já navegados*, Niterói, UFF, 2001, Dissertação de Mestrado em Letras.

³³ João de Barros, “Prospecto”, *Atlântida*, Ano I, Vol. I, no. 01, 15 nov. 1915, p.93.

É ainda através do editor português da *Atlântida* que tomamos conhecimento do programa editorial da revista, expresso nas primeiras páginas do número inaugural:

Para que nem esse desconhecimento literário, nem o desconhecimento de qualquer outro fator de progresso e de melhoria intelectual ou social continue a existir, e a envergonhar-nos – é que nos abalançamos a publicar a *Atlântida*. Acima de tudo – pretende-se criar um órgão de aproximação recíproca, em que se traduzam e expressem as energias, as ambições, os ideais dos dois povos. Decerto que, para justificar o aparecimento desta revista, se poderiam invocar mil motivos de ordem imediatamente prática para um ou ambos os países. A verdade, porém, é que só um motivo nos guiou – a Paulo Barreto e a mim – e um motivo de ordem moral: – erguer até ao conhecimento perfeito e amável das suas tendências e dos seus esforços as duas nacionalidades. Mais nada. É pouco? É muito? O Futuro o dirá. Mas as intenções são tão levantadas e tão grandes, que não será orgulho excessivo proclamá-las assim. Nem confiança absurda esperar que elas se realizem, com a cooperação de todos aqueles que hoje constituem, pelas suas obras e pelo seu talento, as maiores razões de existir para o Brasil e para Portugal.³⁴

Com efeito, o periódico discutiu obstinadamente em suas páginas uma ampla gama de assuntos em relação à temática das relações luso-brasileiras; vejamos agora com mais detalhes e, através da própria revista, como se deu tal debate.

2.1.2 – A temática *Atlântica* em números e letras

A partir do acervo da revista³⁵, relevamos cerca de 186 artigos concernentes à temática das relações luso-brasileiras, abordadas nas suas mais diversas formas como, por exemplo, ensaios políticos, transcrição de conferências literárias, homenagens, etc. Porém, na impossibilidade de transcrever e analisar meticulosamente cada uma dessas matérias nesse

³⁴ João de Barros, “Atlântida”, *Atlântida*, Ano I, Vol. I, no. 01, 15 nov. 1915, p. 8-9.

³⁵ Presente no acervo da Biblioteca Florestan Fernandes (FFLCH-USP), mas também facilmente acessível pelo site da Hemeroteca Digital de Lisboa (<http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/Atlantida/Atlantida.htm>).

trabalho, fizemos uma re-classificação prévia dos textos segundo os assuntos, conforme quadro abaixo:

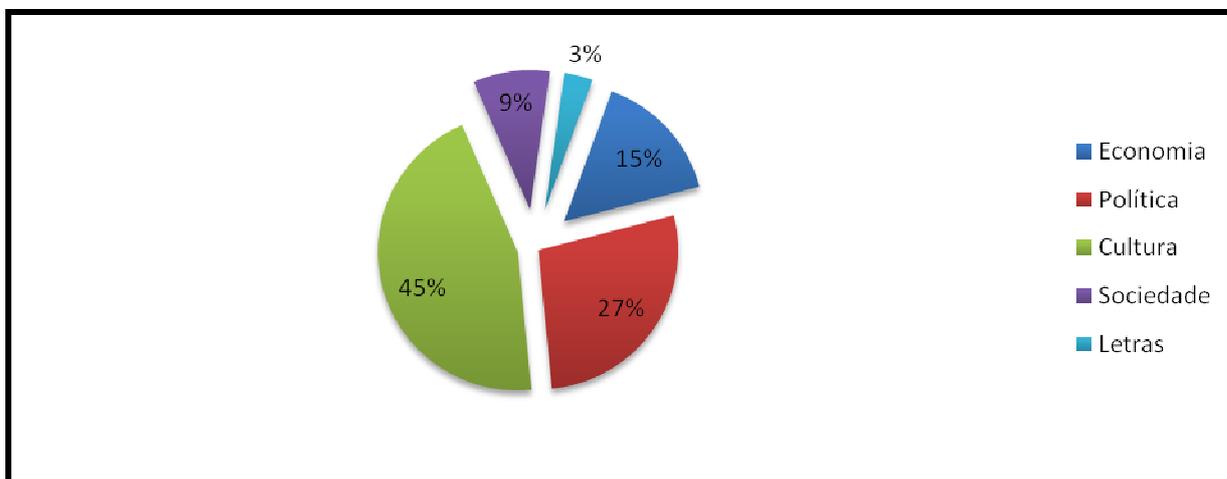


Gráfico 1 - Temas predominantes na revista *Atlântica*

Assuntos	Número de Matérias	%
Cultura	83	45
Economia	29	16
Letras	6	3
Política	51	27
Sociedade	17	9
Total	186	100

Tabela 1 - Temas predominantes na revista *Atlântica* (em números e %)

Destarte, para a realização dessa classificação, individualizamos as matérias segundo seu principal assunto, ou seja, ainda que todos os textos tivessem como objetivo primeiro “fomentar” as relações entre Brasil e Portugal, distribuímos as notícias como “nota sobre a visita do presidente X”, “artigo sobre a nova sede de um banco português no Rio de Janeiro”, “publicação de um conto de determinado autor brasileiro” e assim por diante, em algumas categorias que agrupassem temáticas semelhantes (Cultura, Economia, Sociedade, Política e Letras) para analisarmos melhor o conteúdo. Eis a descrição das categorias:

- Cultura (matérias sobre intercâmbios culturais, resenhas críticas de livros novos, exposições artísticas, teatrais, musicais, conferências literárias, perfil intelectual de escritores, reflexões sobre educação, notícias universitárias, repercussão e recepção da revista em outros meios da imprensa, programa editorial da revista)
- Economia (matérias sobre planos e necessidade de acordo comerciais entre os países, estabelecimento de linhas de navegação comercial para o transporte de produtos lusitanos, artigo sobre as Casas Bancárias portuguesas no Brasil, reflexões sobre a indústria)
- Sociedade (acontecimentos relacionados às personalidades da “alta Sociedade luso-brasileira” retratadas em tom laudatório em notícias efêmeras como notas de falecimento, notícias de banquetes e homenagens, viagens)
- Política (reflexões sobre a histórica política de ambos os países, notas sobre visitas de presidentes e embaixadores, reuniões e tentativas de acordos entre os governos, notícias da guerra)
- Letras (publicação/transcrição de poemas, contos, crônicas, textos teatrais).

Como já poderíamos esperar, o tema Cultura é predominante (45% do total) mas não deixa de ser significativo a grande quantidade de textos “políticos” e “econômicos” (que somam juntos 42,9%) numa revista que tinha como objetivo principal ser um “mensário artístico, literário e social”.

Partindo então do fio condutor *Cultura*, vejamos como foi reproduzido o painel luso-brasileiro proposta por e através da própria revista.

Já no segundo número do periódico (15 de dezembro de 1915), começamos a conhecer a opinião dos brasileiros a respeito dos propósitos da revista, como bem ilustra o jornalista carioca Vitor Viana (1881-1937), no artigo “Brasil-Portugal”:

As tendências da humanidade são para as aproximações e unificações dos povos da mesma raça e da mesma estirpe. É difícil conter o inato sentimento de estirpe ou do estado de alma de uma raça que a língua interpreta e traduz. [...] Assim portugueses e brasileiros tem interesses idênticos que criaram uma cooperação nascida da natureza das coisas. [...] Por isso, a obra que se inicia com esta revista é sumamente útil. Portugal precisa conservar no Brasil o seu melhor mercado intelectual, um dos seus melhores fregueses e precisa ter no nosso país o campo natural da emigração que, como todos reconhecem até hoje, é útil para os países europeus como a emigração para as nossas pátrias americanas. O Brasil necessita de Portugal, porque os emigrantes e os produtos portugueses, os livros e os costumes lusos não nos desnacionalizam e ao contrário entre os colonos de povos diversos são auxiliares da assimilação que operamos. [...] Parece-me que o fim desta *Revista* é fortemente dissipar preconceitos e ignorâncias e fazer com que as críticas respectivas acompanhem reciprocamente o movimento intelectual, político e literário dos dois países. [...] Convém, portanto, receber e desenvolver a cooperação literária e intelectual, a fim de manter e estreitar a cooperação econômica e social – tão eficiente, tão de acordo com os nossos destinos independentes mas harmônicos; tão necessária a brasileiros e portugueses. (p.99-102)

Embora tal discurso fosse de certa forma esperado por parte dos portugueses, é curioso notar como os brasileiros que colaboravam na revista partilhavam o mesmo pensamento em relação à importância desse empreendimento editorial. Vejamos o que diz Olavo Bilac – um dos mais ilustres brasileiros que contribuíram com a *Atlântida* – sobre a revista e a presença do passado português na história do Brasil, na ocasião de uma série de homenagens dirigidas a ele pelo magazine:

[...] Esta consciência de existência anteriores, vaga lembrança de vários avatares, é fenômeno psíquico muito familiar a todos os espíritos que se nutrem de

tradicionalismo, dados ao amor e ao culto das coisas do passado.[...] Talvez seja um pouco exagerada em mim esta paixão pelo passado;[...] Em verdade o meu nacionalismo é filho do meu tradicionalismo, quero que a minha pátria se orgulhe da sua história.[...] não quero que a minha nacionalidade tenha uma vida sem passado e sem provações. Não quero que ela viva como essas plantas inferiores, que subsistem sem glórias e sem martírios, como as algas errantes sobre as águas, sem lar; como as aeróbias, que se nutrem do ar, sem tentáculos de nutrição; [...] Quero que ela seja uma dessas grandes e belas árvores, de longas e profundas raízes, aferrando-se no mais remoto e secreto seio da terra, no âmago do solo consagrado pelos tempos, regado pelo suor, fecundado pelas lágrimas, lavrado pelo sacrifício de muitas gerações de trabalhadores. Quero que a sua copa livre, autônoma, soberana alargue no amplo céu a sua mocidade e a sua independência; mas quero também que, com a sadia verdura das suas folhas, com a formosura das suas flores e com o sumarento viço de seus frutos, ela reconheça a força do húmus da terra de que se fez a sua seiva, e abençoe a nobreza dos séculos que a robusteceram.³⁶

E mais adiante, ainda na mesma edição, assim se referiu à *Atlântida*:

Um escritor português, João de Barros, e um escritor brasileiro, Paulo Barreto, depois de ter inventado muitas páginas de encantadora literatura, tiveram um achado geográfico: encontraram essa misteriosa *Atlântida*, nunca marcada no roteiro dos navegadores, mas sempre sonhada e cegamente citada por historiadores e cosmógrafos de ardente imaginação. [...] O fato é que foi descoberta, abordada e conquistada a *Atlântida*, em cujo seio verde e risonho os dois Colombos plantaram o seu pavilhão estrelado, tecido de sonho e arte. Novíssimo continente moral, de amor e de defesa, *Atlântida* liga o velho e o novo, e une principalmente Portugal e o Brasil, as duas pátrias eternamente irmãs. Este banquete, de que sou apenas pretexto, é um dos instrumentos do vasto programa da admirável revista.³⁷

Foi sempre esse tom indireto e cercado de floreios que permearam os discursos sobre a nacionalidade da revista e como o Brasil, via de regra, era retratado. Ainda que o autor destacasse que o país precisava estar atento às suas raízes, é muito interessante notar que tal

³⁶ Olavo Bilac, “Discurso”, *Atlântida*, Ano I, Vol. II, no.6, 15 de abril de 1916, p. 572-573.

³⁷ Olavo Bilac, *Op. Cit.*, p.591

gênese quase sempre se resumia ao passado português, ignorando completamente a natureza híbrida da constituição da nação brasileira, fortemente marcada pela origem indígena, pela imigração e pela mão-de-obra escrava. Bem como afirma Paiva (2001, p.98-99)

Sua volta atlântica ao Brasil pressupunha a compreensão do emigrante português como elemento chave na formação nacional brasileira. Além de uma função progenitora simbólica, caberia a este assegurar, através da língua e da tradição, a unidade do território e a preservação da “raça”, tantas vezes referida na revista. Construindo um Brasil todo seu, desconfia-se de um Brasil que não conhece índios, negros e mestiços. Tem-se um Brasil português distante das questões raciais do momento. Na valorização do português, a revista indiretamente apresenta o papel secundário do negro e do índio na condução nacional.

O panorama das relações luso-brasileiras no ano de 1917 nos foi fornecido através de outro brasileiro, pela correspondência de João d’Além (outro pseudônimo de Paulo Barreto) na seção “Revista do Mês”, bem como os esforços portugueses para diminuir o “desconhecimento” mútuo de “dois irmãos que não se conhecem”:

RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS

Não devem ser poupados esforços por parte de Portugal e do Brasil para que cada vez se conheçam melhor esses dois países. É de fato lastimável ver-se o quanto ainda resta a fazer para que cada um desses países dê ao outro o seu justo valor. São muito amigos, é verdade e são dois povos irmãos... mas... *Sentez-vous tout ce que ce mais veut dire?* E como creio que o mal é pior por parte dos portugueses que dos brasileiros, vejo com imensa satisfação a criação de uma cadeira de estudos brasileiros na Universidade portuguesa. Esse ato oficial por parte dos dois governos vem coroar a obra de aproximação em que tão brilhantemente estão já empenhados a *Atlântida* e vários particulares que se interessam por essa magna questão. [...] Há uma quantidade imensa de problemas a tratar nas relações luso-brasileiras, muitos dos quais ainda estão à espera de uma solução adequada. A importância dessas relações é hoje um fato mais que incontestado e é por isso que entenderam os Governos de Portugal e Brasil elevar à categoria de Embaixadas a representação diplomáticas dos dois países.[...] A alma do povo é a mesma, os mesmos são os nossos ideais e no Brasil existe a

aspiração de ir continuando pelo futuro as esplêndidas tradições que herdamos dos nossos antepassados. A criação de uma carreira de navegação, que agora com o decreto do Governo Português, parece um fato solucionado, virá facilitar a indústria de transportes e dar maiores facilidades aos mercados dos dois países. E assim seremos sempre unidos para o futuro como fomos pelo passado.³⁸

Como vimos, além de levantar a questão da falta de uma linha regular de navegação entre os países, fundamental para o “desenvolvimento econômico de Portugal” (que discutiremos melhor mais adiante), João d’Além (Paulo Barreto) elogia a iniciativa desse “intercâmbio” através da criação da cadeira de Estudos Brasileiros na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa (Lei 586, de 12 de Junho de 1916). O projeto tinha sido apresentado anteriormente por Alberto de Oliveira (então Cônsul Geral de Portugal no Brasil), na Academia de Ciências de Lisboa, no período no qual estivera em Lisboa nos meses finais de 1915. Entre outras medidas, defendia a ideia de que a cadeira fosse “regida por professores brasileiros” e que “os alunos das escolas superiores do Brasil pudessem matricular-se em qualquer ano das nossas Universidades, desde que se submetessem a um exame de admissão” (15/02/1915, p.400), tendo sido aprovada pelo consenso majoritário dos membros da Academia, entre os quais se figuravam Júlio Dantas, Henrique Lopes de Mendonça, David Lopes, Teixeira de Queiroz e o próprio João de Barros. Posteriormente, Alberto de Oliveira conseguiria também o apoio do diretor da Faculdade de Letras, Dr. Queiroz Veloso, e dos seus professores “ilustres” como Teófilo Braga, Manuel Oliveira Ramos, José Leite de Vasconcelos, Augusto Epifânio da Silva Dias, Adolfo Coelho, José Maria Rodrigues, David Lopes, Silva Teles e Agostinho Fortes. O Conselho Universitário da Faculdade de Letras tinha a incumbência de encaminhar a proposta ao Ministério da Instrução Pública, onde foi acolhida com muita atenção e igualmente apoiada pelo Presidente da República, Bernardino

³⁸ João d’Além, “Cartas do Brasil: Relações luso-brasileiras”, *Atlântida*, Ano 2, Vol. II, no.15, 15 de janeiro de 1917, p. 216-217.

Machado, e pelo Governo de Afonso Costa. No entanto, apesar de tantos esforços, a inauguração efetiva dessa cátedra só fora possível em 9 de junho de 1923, quando o historiador Oliveira Lima pôde iniciar a regência da disciplina.³⁹

O cenário cultural português e (pretensiosamente) brasileiro, nas suas múltiplas e diversificadas formas de expressão – da literatura, à música, passando pelas artes mais populares – foram temas recorrentes em todos os números. Mereceu também tratamento especial a questão da educação e do ensino, sobre a qual sobressaíram os artigos assinados por Agostinho de Campos, Antônio Carneiro Leão, Barbosa de Magalhães, Delfim Santos, João de Barros (que além de diretor da *Atlântida* foi também professor, pedagogo e desempenhou relevantes funções no magistério público como diretor do Ensino Primário, diretor do Ensino Secundário e secretário-geral do Ministério da Instrução), João de Deus Ramos, Leonardo Coimbra e Lúcio dos Santos, entre outros.

Com efeito, ao que tange ainda à Educação, verificamos outras discussões calorosas acerca do tema na revista, que abordaram desde a necessidade da equiparação dos programas escolares dos dois países (principalmente do ensino fundamental), os desdobramentos da criação da cátedra de Estudos brasileiros – como já mencionado – até o debate profundo sobre o sistema escolar lusitano, promovido por João de Barros e bem semelhante ao desenvolvido nas páginas da *Águia*.

Foi o jornalista e historiador brasileiro Moreira Teles quem primeiro pautou a questão na revista:

³⁹ O político Miguel Calmon tinha sido o primeiro intelectual brasileiro a ser convidado para reger a disciplina mas, no entanto, não pôde realizar a viagem a Portugal em razão da participação brasileira na Primeira Guerra Mundial e seus desdobramentos. Encerrado o conflito, a Academia Brasileira de Letras instituiu o escritor Coelho Neto para o exercício da docência da disciplina Estudos Brasileiros que, por sua vez, também não aceitara o convite. Tal incumbência passara então a ser responsabilidade do historiador Oliveira Lima que em 9 de junho de 1923 fez a lição inaugural. Mais tarde o encarregado da cátedra foi o Dr. Manuel de Souza Pinto, que a regeu até o ano de sua morte, em 1934. Cf. Mário de Albuquerque, *Revista Atlântico*, Nº 4, 1943, p. 148 e ainda Carmem G. Burgert Schiavon, “O Estado Novo no Brasil e as relações culturais luso-brasileiras no período”, In: *Anais Eletrônico do IX Encontro Estadual de História – Vestígios do Passado: a história e suas fontes* – ANPUH – RS. Disponível em: http://www.eeh2008.anpuhrs.org.br/resources/content/anais/1210897420_ARQUIVO_TextoANPUH.pdf. Acesso em: 10 out. 2009.

Há porém nas relações luso-brasileiras uma falta importante que, até agora, não mereceu a devida atenção das autoridades dos dois países. Queremos referir-nos aos freqüentes casos de instrução, relativos a exames primários e secundários, que não tem tido solução capaz ou duradoura. [...] Rapazes brasileiros, filhos de pais portugueses e mães brasileiras ou vice-versa, são obrigados, por casos de família, a interromperem os seus estudos no Brasil para acompanharem os seus pais a Portugal. Aqui chegados, a lei inflexível obriga-os a perderem estudos encetados, para recommencarem o mesmo ensino por novos métodos. [...] O atual diretor geral da Instrução Pública em Portugal conhece perfeitamente os métodos de ensino das escolas brasileiras do Rio de Janeiro e de São Paulo. [...] Sendo deputado e especialista no assunto, porque é professor, podia promover uma equiparação de estudos para os alunos das escolas de Portugal e Brasil, sobre uma base racional de comodidade e justiça, validando num dos países os exames feitos no outro.(...)⁴⁰

Nas suas reflexões sobre a educação brasileira, o educador, político, engenheiro e escritor mineiro Lúcio dos Santos (1875-1944), também aborda essa questão nos artigos “As relações luso-brasileiras: questões de ensino” e “As relações luso-brasileiras: questões de ensino (conclusão)”, publicados respectivamente nas edições número 18 (15 de abril de 1917) e número 19 (15 de maio de 1917). Analisando a questão da educação em Portugal, da qual era profundo conhecedor, Lúcio dos Santos também sublinha:

Não é possível continuarmos como até aqui, iludidos com o que temos. Em matéria de instrução é tempo de pensar que a idéia de tudo resolver abrindo escolas é verdadeiramente dum simplicidade exagerada. Algumas melhor seria se fechassem; especialmente aquelas que, dentro das medidas dum orçamento irrisório, tem multiplicado ultimamente um número importante de focos de depressão intelectual, desenvolvendo a mentalidade a que poderia convir a designação de “analfabetismo primário de 2º. Grau”. Grande dificuldade não é habilitar a ler alguns milhões de portugueses, mas prepará-los para o trabalho como ele deve ser entendido numa sociedade inteligentemente organizada. O defeito é da qualidade do ensino primário. Só dos professores dos liceus é ainda possível esperar a fixação em Portugal da mentalidade da Europa moderna. [...] Continuando como está, com o trabalho

⁴⁰ Moreira Teles, “Relações luso-brasileiras”, *Atlântida*, Ano I, Vol. I, no. 01, 15 nov. 1915, p.65-67

desorganizado, desorientada e sem valor a opinião pública, Portugal não contará jamais no número das nações modernas, quaisquer que sejam as vantagens de momento que para a nação possam advir nas artes dos seus políticos. Com efeito, que esperanças pode haver? Que têm produzido, senão explicadores, tantas organizações do ensino, em vez dos homens que nos outros países dirigem o trabalho com iniciativa e inteligência?⁴¹

Em seu artigo precedente, Santos dissertara ainda sobre a necessidade de cooperação entre os países, elogiando a revista *Atlântida* à qual “cabe a honra do primeiro pensamento de colaboração e do primeiro passo, ousado e proveitoso, para a tornar efetiva” e, ainda que “dá ensejo a que os professores de um e de doutro país [...] preparem reformas que possam dar plena satisfação aos interesses tão estreitamente ligados das duas irmãs”⁴². Para tal propósito, defendera igualmente a criação de escola brasileira com professores portugueses (p. 487), idéia também compartilhada por João de Barros no artigo “O Brasil e os professores portugueses”:

Um recente telegrama [...] dá-nos a notícia de que o Conselheiro Rodrigues Alves, futuro Presidente da República [...] se propõe desenvolver largamente a instrução primária e agrícola, tencionando dar aos professores portugueses as mesmas garantias de seus colegas brasileiros [...] Ninguém desconhece, decerto, que o emigrante português é um ótimo elemento de nacionalização para o Brasil, pois que se adapta como nenhum outro à vida social, ao clima e à natureza transatlânticas, pois que possui no sangue, na raça e na sua psicologia, os motivos essenciais da fácil adaptação. Mas nunca o Brasil – segundo creio – dera até agora uma confirmação, uma sanção oficial ao reconhecimento dessa verdade axiomática. Se ela, porém, tardou um pouco, temos de reconhecer, no entanto, que nenhuma podia ser maior e mais importante. A alma dos povos forma-se, com efeito, pela influência de seus educadores. E entregar a influência brasileira aos cuidados de professores portugueses, é considerar estes últimos brasileiros natos, tão patriotas e tão *nacionalistas* como poderão ser os próprios professores brasileiros.[...] Eis o que é preciso frisar. O Brasil, praticando esse ato, reconhecerá, simultaneamente, o nosso direito a ser amados e

⁴¹ Lúcio dos Santos, “As relações luso-brasileiras: questões de ensino (conclusão)”, *Atlântida*, Ano II, Vol. II, no. 19, 15 mai.1917, p. 542-543

⁴² Lúcio dos Santos, “As relações luso-brasileiras: questões de ensino”, *Atlântida*, Ano II, Vol. II, no. 18, 15 abr.1917, p. 486.

estimados pelos seus naturais; e Portugal, mostrando-se grato a tão carinhosa iniciativa, deve compreender que, pela primeira vez, o Brasil o coloca na mais bela e na melhor situação entre todos os países que para lá deixam partir os seus emigrantes – pois entrega aos seus pedagogos a mais séria e grave tarefa que um Estado pode entregar a alguém: – a educação das crianças, que serão amanhã os orientadores e construtores das consciências nacionais.⁴³

Como pudemos perceber através desse artigo de João de Barros, o questionamento sobre os rumos da Educação é um elemento de reforço para a promoção da amizade luso-brasileira, que também atinge a problemática da emigração. De fato, em vários artigos percebemos que as críticas em relação ao surto emigratório lusitano para o Brasil giravam em torno da educação, considerando que a maioria dos portugueses que vinham para o Brasil (muitas vezes de forma clandestina até, dificultando o controle da colônia que crescia exponencialmente) eram, na sua maioria, analfabetos e, uma vez estando no país, contribuíam para o aumento da grande massa de mão-de-obra desqualificada que aqui já se encontrava fomentando, naturalmente, conflitos.

Compartilhando os mesmos ideais da revista *Águia* e, portanto, bebendo da fonte da *Renascença Portuguesa* na qual aquela tinha sido gerada, João de Barros – bem como Jaime Cortesão, Antônio Sérgio e Carneiro Leão, que também escreveram na *Atlântida* artigos sobre o tema em tela – acreditava que, através de obras críticas e agindo no plano da cultura, poderiam estimular a capacidade regeneradora do homem português e contribuir, assim, para o desenvolvimento da nação. Discorrendo sobre o assunto com propriedade – já que João de Barros era professor de português e tivera precedentemente uma significativa carreira ligada à questão, tendo sido nomeado inclusive Diretor Geral da Instrução na Primeira República – o autor tinha como objetivos a serem atingidos, também através da *Atlântida*, “a renovação da nacionalidade na tríade Povo-República-Pátria, [ataque aos] problemas do povo,

⁴³ João de Barros, “O Brasil e os professores portugueses”, *Atlântida*, Ano III, Vol. III, no. 29-30, março-abril 1918, p. 608-609.

pedagogicamente, através da educação infantil, educação de adultos, educação física” (Conceição, 1997, p.51). Nesse sentido, uma de suas melhores reflexões sobre a questão fora desenvolvida no longo ensaio “O problema educativo português”, publicado na edição 42-43 (1919, p.729-745). Destarte, Barros consegue ainda traçar um panorama completo sobre a atual situação política do país, tecendo ainda duras críticas quanto à forma de implantação do sistema Republicano em Portugal e a necessidade urgente da reforma da Educação para o desenvolvimento da nação:

[...] Com efeito, que meios emprega a República para canalizar as energias do povo? Que faróis acendem os seus apóstolos? Que estradas abrem? Que caminhos apontam? nenhuns. [...] Se realmente fizéssemos esse exame de consciência, – políticos, jornalistas escritores, homens de finanças e homens de negócio, operários e patrões, educadores e chefes de família, velhos e novos – chegaríamos logo a este ponto de vista, conhecido e comum: – que há em Portugal um problema primordial a resolver, o problema da ordem. Ordem nas inteligências, nos sentimentos, no trabalho, nas aspirações individuais ou coletivas. Toda a gente diz isto mesmo? É fato. Mas muita gente esquece que é preciso descer mais fundo na observação da vida portuguesa – e compreender que o problema da ordem é, fundamentalmente, um *problema de educação*. De educação e de instrução. Problema que fatalmente exige, em quem queira resolver, uma *doutrina assente* e uma *orientação segura*. [...] Não se diga que não preparamos o povo para a grande tarefa de reconstrução, a que somos obrigados. E não se esqueça ninguém de que, sem ensino nacionalizador, e sem educação social, tudo se poderá conseguir transitoriamente, talvez, mas nada se poderá realizar com segurança, com fé no futuro, e com uma certeza consoladora de triunfo – pois que as idéias de ressurgimento patriótico querem, acima de tudo, assentimento coletivo e unanimidade de consciências.

Parafrazeando Garrett, que acreditava que “nenhuma educação pode ser boa, se não for eminentemente nacional”, Jaime Cortesão, outro grande integrante da *Renascença*, iniciava as suas exposições na revista sobre o assunto, no artigo “As afirmações da consciência nacional III: O ensino sob o ponto de vista nacional” (edição número 9, 15 de

julho de 1916, p.874-875). Espécie de *profissão de fé* das diretrizes propostas pela *Renascença Portuguesa* no âmbito da Educação, ponderando inclusive sobre a iniciativa do grupo ao orientar a “Universidade Popular do Porto”, Cortesão também reflete sobre o posicionamento crítico de Antônio Sérgio. Este último, também protagonista dos debates acerca da Instrução Pública lusitana no período, publicou os artigos “Espectros” (edição 11, de 15 de setembro de 1916) e “A Educação Cívica, a Liberdade e o Patriotismo antigos e modernos a propósito de Rousseau e de Camões, divididos em duas partes (edições 16 e 17, publicados respectivamente nas edições de 15 de fevereiro e 15 de março de 1917). Profundo teórico sobre a “reforma mental” à qual teria de que se submeter a sociedade portuguesa, pautada sobretudo por reflexões filosóficas, políticas, sociais e literárias, Sérgio desenvolve nos artigos citados o conceito de “espectros”, que seria a “tirania dos fantasmas” que impedem as pessoas – e sociedades, conseqüentemente – de se desenvolverem plenamente e alude, assim, ao próprio Portugal através daquela metáfora.

No âmbito das letras, à qual se supunha dar grande destaque a julgar pelo subtítulo que trazia a palavra *literário* em relevo, percebemos que a divulgação da literatura em si não teve grande prestígio nas páginas da revista – sobretudo se considerarmos o grande número de artigos de fundo político e econômico, como já constatamos e, se refletirmos que a revista nunca mencionara o *Modernismo* em nenhum de seus artigos, parecendo ignorar e desconsiderar totalmente o movimento revolucionário que lhe fora coetâneo.

Com efeito, o plano inicial dos idealizadores da *Atlântida* consistia em promover a causa luso-brasileira, sobretudo através da “colaboração artística e intelectual”, que deveria ter “prioridade sobre as outras [...] dando maior atenção ao espaço que diz respeito à criação literária, com especial destaque para a poesia.” (Conceição, 1997, p.60). Diante de tal afirmação é curioso notar que, se a revista queria dar ênfase à poesia, porque não divulgou os poetas modernos que foram expoentes significativos da literatura portuguesa produzida na

época? O que percebemos, portanto, é que “a criação literária” que o grupo editorial apreciava era justamente aquela restrita aos próprios colaboradores do periódico, que seguiam a vertente “saudosista” e passadista.

De modo geral, as notícias literárias na revista eram veiculadas na seção “Revista do Mês”, principalmente através da crítica. Eventualmente, também eram publicados artigos com a finalidade de fornecer aos leitores uma visão panorâmica dos movimentos literários local e europeu, nomeadamente português e francês. Ao que concerne à publicação de textos, a divulgação de autores/obras se concentrou, sobretudo, na publicação de poemas e eventualmente pequenos contos, geralmente portugueses (como bem já assinalamos: ao longo de 48 edições, somente seis textos literários de autores brasileiros foram publicados).

Sublinhemos então qual foi a verdadeira participação *literária* brasileira no periódico, seus principais colaboradores e principais tendências.⁴⁴

Embora tenha sido gestada como um instrumento de aproximação luso-brasileira que previa, portanto, a dupla colaboração dos intelectuais dos países envolvidos de modo a desconstruir o “desconhecimento mútuo” que imperava, o que verificamos, no entanto – e como já era previsto – é a presença hegemônica de Portugal, tanto em relação aos temas quanto em relação aos colaboradores. Certamente, o fato de ter sido editada em Portugal, bem como os transtornos decorrentes do conflito mundial contribuíram para tal escassez mas, a esse respeito, João do Rio (Paulo Barreto) escreve uma carta a João de Barros que é muito esclarecedora:

Que estados de nervos o teu! Só quem como eu lê as tuas cartas é que poderá dizer que a exaltação, a polarização sem motivo do João há tempos. A tua carta, recebida hoje, 18 de julho [1918], é a de uma criança – de uma criança cujo cérebro é o de um gênio e cuja alma é de incomparável elevação. [...] Porquê não escrevo? Simplesmente:

⁴⁴ Cf., nesse sentido, o excelente estudo elaborado por Conceição, *Op. Cit.*, 1997, p. 87-110, que esmiúça em várias nuances todas as tendências literárias portuguesas encontradas na revista, analisando desde os pensamentos decadentistas-simbolistas presentes no periódico até as várias vertentes do “Nacionalismo literário: neo-garrettismo e neo-romantismo” (vitalismo, lusitanismo e saudosismo) nas obras de seus principais colaboradores.

Escrevi muitas cartas. A metade delas não te chegou às mãos. As que tiveram sorte tal sorte, mostraram a minha estupidez porque não as compreendias. Cansei-me de escrever o nosso estado de guerra na escassez da massa. Tu a duvidares patentemente de quanto t'ó (sic) dizia: a lerdice dos literatos em dar originais para a *Atlântida* (alguns desses originais lá não chegaram porque até agora não os publicaste), a impossibilidade de arranjar dinheiro, etc, etc. Só as cartas desse jovem cavalheiro Bordallo que assinava os seus *ukases* como se desse ordens a um dos seus caixeiros, irritaram-me seriamente; as tuas encheram-me de prazer. Parecia que eu, no caso da *Atlântida*, em que se afundaram dois contos e tantos meus, estava procedendo como mau amigo. [...] Esta carta está enorme [...] e será recebida com três censuras: a nossa, a vossa, a inglesa e mais ainda dos submarinos?⁴⁵

Ao concluir a carta com a clara referência aos submarinos bélicos, Paulo Barreto reforça a idéia de que a Guerra fora um dos empecilhos para uma colaboração brasileira mais “profícua”, mas ainda informa que não eram muitos os intelectuais brasileiros dispostos a colaborar com o periódico, em virtude também do grande sentimento antilusitano presente na sociedade local, como já foi visto no primeiro capítulo.

Contudo, além do próprio Paulo Barreto (que assinava com os pseudônimos João do Rio ou João d’Além), individuamos como colaboradores brasileiros: Olavo Bilac, Afrânio Peixoto, Graça Aranha, Tristão de Ataíde, Severiano de Resende, Hermes Fontes, Ronald de Carvalho, Júlia Lopes de Almeida, Albertina Berta, Alberto de Oliveira, Carlos Maul, Mansueto Bernardi, Antônio Torres, Lúcio dos Santos, João Luso e Pereira da Silva. Como vimos, se ao que concerne às obras literárias a participação brasileira foi praticamente insignificante, o mesmo podemos dizer em relação aos articulistas supra-citados, uma vez que tal participação nas páginas da revista se resumia a uma colaboração única.

Em tal contexto, entretanto, destacamos os artigos de Tristão de Ataíde (pseudônimo adotado por Alceu Amoroso Lima) e de Graça Aranha, sobretudo porque foram importantes personagens do cenário literário brasileiro do período.

⁴⁵ Carta de Paulo Barreto (João do Rio) endereçada à João de Barros, do Rio de Janeiro em 18 de julho de 1918 *apud* Azevedo, *Op. Cit.*, 1972, p.303- 304 (grafia atualizada)

É na edição *Atlântida* número 41 (agosto de 1919) que encontramos o texto “Crônica Literária do Brasil”, do importante crítico literário, professor e sobretudo, intelectual brasileiro Alceu Amoroso Lima (1893- 1983) que, por sua relevância, não poderia deixar de ser comentado. Sua exposição inicia-se assim:

A mentalidade de 1822 ainda perdura entre nós, se bem que atenuada. Cuido que o mesmo se dá em Portugal. Os nativistas querem insurgir-se contra o que lhes parece uma volta à dominação portuguesa, pela influência intelectual. Por seu lado, os portugueses, ou antes alguns deles, teimam em considerar o Brasil como uma vaga colônia apenas emancipada, cuja vida mental não se estende além das modinhas populares ou dos discursos bombásticos. [...] O Brasil hoje é uma nova nação, que guarda do domínio português os invencíveis caracteres de raça, mas que nada prende ao antigo Reino. Intelectualmente estamos mais próximos de França que de Portugal; nossa língua é muito diferente do idioma que nos foi herdado, nossa alma já se transsubstituiu em um novo corpo diverso daquele que outrora nos foi comum. Nem mesmo é certo que tivéssemos algo de comum, a não ser politicamente. A mentalidade, a sensibilidade, o próprio aspecto do português transportado ou vindo para o Brasil, logo se caldearam com elementos estranhos – da Serra, de África, e de outros países ou continentes, produzindo um novo ser distinto das partes que o compuseram. [...] Tendo, por conseguinte, o Brasil adquirido ou iniciado a sua personalidade desde os primórdios da conquista, como temer que relações intelectuais mais estreitas possam concorrer para desviar o curso de nossa individualização? (p.567, grafia atualizada)

E mais adiante, o crítico comenta a “contínua ignorância” e desconhecimento mútuo no âmbito literário, característica marcante em ambos os países:

Informações literárias de meios afastados são sempre curiosas, mormente em se tratando de Portugal e Brasil. Ressentimo-nos aqui de uma certa ignorância desse movimento em Portugal. [...] Se dessa falta nos ressentimos, não é ousado conjecturar que o mesmo se dê em Portugal. Eis o objetivo desta seção. [...] Será esta crônica simples repositório de fatos e informações literárias mais salientes, cujo interesse possa – ao menos por ilusão – se estender além-atlântico. [...] Não quero tentar contra

o destino. Hei de esforçar-me por dar uma resenha, senão completa, ao menos escrupulosa, de nossa agitação literária, quanto o pode quem vive alheio a cenáculos e cafés, e apenas conversa com os autores, pelas suas obras, no recolhimento de um “studio”. (p. 568, grafia atualizada)

Perseguindo com afinco seus propósitos, Tristão de Ataíde realizara, de fato, um excelente panorama para “português ver” sobre as letras brasileiras no período, tecendo importantes considerações sobre os autores contemporâneos desde Machado de Assis e analisando com propriedade as principais obras dos escritores em destaque no momento, como fez com *Canaã* de José Pereira da Graça Aranha (1868- 1931), também colaborador da *Atlântida*.

Popularmente conhecido como Graça Aranha, o escritor e diplomata brasileiro tem sua presença garantida nas páginas da revista desde 1919, ano também no qual lhe é conferido o cargo de “diretor para a França” – uma das consequências das modificações verificadas no periódico a partir de quando o mesmo passa a se pronunciar como “órgão do pensamento latino”.

Visto frequentemente como um “espírito aberto”, e caracterizado com “uma atitude espiritual frontalmente *anti-passadista*”⁴⁶, Aranha assina dois textos na *Atlântida*, – nomeadamente “A Nação” (edição 37, de abril de 1919) e “Catástrofe ou Evolução” (edição 38, de maio de 1919) – nos quais, paradoxalmente, expressa justamente o contrário. Em ambos os textos, Aranha aborda a temática da guerra e, especialmente no primeiro (“A Nação”), tece importantes considerações sobre o papel do Brasil e Portugal no conflito:

A guerra é a dor. Ela despertou em nós a consciência do espírito nacional. A participação de Portugal e do Brasil na guerra revelou a estas pátrias a identidade da alma da raça que, apesar de tantas uniões disparatadas, persistiu a mesma, tenaz e

⁴⁶ Cf. Alfredo Bosi, *História Concisa da Literatura Brasileira*, São Paulo, Cultrix, 1999, (34ª. Edição), p.324-325

imorredoura, através da fuga irreprimível do tempo. A guerra foi mais um traço de união da nacionalidade lusitana dos dois mundos. Pela força do instinto da raça o povo brasileiro e o povo português se sentiram em comunhão de destino contra o germanismo que os quis eliminar das suas pátrias. [...] Pelo mar Portugal se estendeu, e antes de partir de Sagres e dobrar o Cabo da Boa Esperança já havia atingido a África e a Ásia. Portugal se torna uma nação universal e ao Brasil transfunde aquele inicial espírito progressão. Em um e outro hemisfério a lei de constância da raça portuguesa é a mesma. O meio vital a determina à expansão nacional, ao desenvolvimento da pátria pela face da terra. Portugal não pode como a França se limitar ao seu território europeu. A sua aliança primitiva com o oceano fixou-lhe o destino. [...] Quando Portugal cessa de desenvolver a sua nacionalidade, a raça portuguesa continua no Brasil a sua prodigiosa tarefa de descobrir e conquistar novas terras, de povoar desertos e incorporar novas regiões, mantendo assim o impulso originário pela força da lei de constância vital. Esta ânsia de crescimento não terminou e ela é a melhor expressão da vida coletiva brasileira. O mesmo caráter de raça anima os dois povos, a mesma lei de vida funde espiritualmente os dois países. (p.8-10)

Apesar de longo, acreditamos que o trecho transcrito consiga já, ainda que parcialmente, refutar o próprio discurso de seu autor que, apenas alguns anos mais tarde insere definitivamente seu nome nas letras nacionais ao afirmar que o Brasil não era “sarcófago do passado”⁴⁷.

Ao que tange ainda à *Vanguarda Modernista*, se faz mister outra reflexão. De acordo com Conceição (1997), assinalamos que “não é natural que uma revista que se diz mensário artístico, literário e social, não refira nada do que ocorreu no país, ligada aos modernistas, enquanto era publicada, isto é, de 1915 a 1920” (p.116). Tal afirmação adquire mais relevo e fica mais evidente quando analisamos, por exemplo, o artigo “O ano literário” – espécie de “balanço das letras” do ano de 1915 – , inserido na seção “Revista do Mês” e publicado no número 2 da *Atlântida* (15 de dezembro, p. 177-182), de autoria de Luís da Câmara Reis. Nele constatamos que não houve nenhuma referência à grande repercussão do lançamento e

⁴⁷ Cf. Graça Aranha, “O Espírito Moderno” (Conferência realizada na Academia Brasileira de Letras em 15/02/1922, na ocasião da abertura da Semana de Arte Moderna), *apud* Gilberto Mendonça Teles, *Vanguarda Européia e Modernismo Brasileiro*, Petrópolis, Vozes, 1973, p.172.

desaparecimento da revista *Orpheu* e nenhuma menção sequer à qualquer um dos intelectuais que a protagonizaram.⁴⁸ Outra falta grave nos parece ser a omissão da “tentativa” da publicação da revista *Portugal Futurista*, em 1917 (já que primeiro número tinha sido inclusive apreendido pela polícia), sem citar a ausência de notícias sobre o suicídio de Mário de Sá-Carneiro em Paris no ano anterior.

Entretanto, observando os bastidores e as entrelinhas do meio literário lusitano da época, parece-nos que, afinal das contas, tal atitude por parte dos editores da *Atlântida* não tenha sido meramente fruto de distração ou falta de engajamento crítico em face ao novo movimento que surgia. Nesse sentido, a razão desse “esquecimento” proposital poderia ser explicada, pelo menos parcialmente, com a leitura da carta de Fernando Pessoa a Álvaro Pinto⁴⁹, na qual teríamos já algumas pistas sobre o relacionamento de Pessoa e João de Barros, assim como a opinião do poeta sobre o movimento *Renascença* e os outros participantes desse movimento:

Há aqui várias *coteries* (meras e reais *coteries*) que nos fazem uma guerra esquerda e assolapada. Uma delas – a de João de Barros, Sousa Pinto, Joaquim Manso, etc. – estende-se até incluir o Lopes Vieira e (parece-me) até enganchar, em Coimbra gente que espiritualmente é o mais Renascença possível.

Ainda no ano de 1913, outra polêmica, dessa vez ligada ao lançamento da obra *Gomil de Noivado*, de Manuel de Sousa Pinto, fomentou o “ressentimento” mútuo. A propósito da obra e de seu autor, Fernando Pessoa emendara: “Pegue-se num corno, chame-se-lhe prosa, e

⁴⁸ De todos os intelectuais à volta do *Orpheu*, apenas Almada Negreiros aparece na revista, ainda que de forma “escamoteada”: foi citado no artigo de V.F. “A Galeria das Artes”, na edição 14 (15 de dezembro de 1916, p.145-146) e também aparece como ilustrador do artigo de Manuel de Sousa Pinto sobre “Os Bailados Russos no Coliseu”, nas edições 26, 27 e 28 da *Atlântida* (dezembro de 1918 e janeiro de 1919).

⁴⁹ Cf. Carta datada de 20 de março de 1913 dirigida a Álvaro Pinto em “Vinte Cartas de Fernando Pessoa”, *Ocidente*, vol. XXIV, no. 80, dez. 1944, p.309.

ter-se-á o estilo do Sr. Manuel de Sousa Pinto”.⁵⁰ Em torno dessa questão, Azevedo (*Op. Cit.*, 1972, p. 186) acrescenta também:

Fernando Pessoa chicoteava-a [a obra *Gomil de Noivado*] na revista *Teatro*, aconselhando o seu autor a não escrever romances: – “Deixe-se disso, Sousa Pinto. Torne à crônica, homem; escreva como se deve e pode e deixe o romance aos romancistas. Mande ao diabo os Joões de Barro e Joaquins Mansos e todo o resto da “côterie” da entre-porta-a-porta da Livraria Ferreira”. Não obstante, Pessoa continuava a ter aberta as portas do *Diário de Lisboa* [empresa de propriedade de Joaquim Manso] e o Poeta [João de Barros], porventura magoado, nunca lhe regateou aplausos.

E, para finalizar, vejamos o que o autor de *Mensagem* escrevera a Mário de Sá-Carneiro⁵¹, em tom debochado:

O que você foi fazer, Sá-Carneiro! O que você foi fazer! Pois você não vê que para esta gente o apreciar você precisa ou fazer conferências ou como João de Barros, asnejar na capital como o Manso que veio de Coimbra, [...] Pois você não vê que para essa gente o elogiar você tem que andar a bajulá-los na rua e nos cafés, como fazem os Dantas, os Cunhas, os Sousa Pintos? Depois – pior ainda – você escreve europeicamente! Você escreve sem ver a pátria e a sua obra, que eu creio genial, esbarra com o provincianismo constante da nossa atitude. Para nós o universo está entre o Mesão e Villa Real de Santo Antônio. Ó desgraçado, ó desgraçado!... Isso é bom para a França, para Inglaterra, para a Alemanha... Lá os João de Barros escrevem à máquina nos escritórios comerciais, os Júlios Dantas estão por detrás dos balcões das lojas de retrozeiros, e os Ruys Chiancas ao mais que ascendem é a vender bilhetes nos guichês de teatros...

Diante de tais assertivas, portanto, não é de se estranhar que *Orpheu* não figurasse no elenco das revistas “honestas e úteis” (p.182) do ano de 1915, compiladas e anotadas por Câmara Reis, no artigo já citado anteriormente.

⁵⁰ Cf. Fernando Pessoa, *Páginas de Doutrina Estética* (seleção, prefácio e notas de Jorge de Sena), Lisboa, Editorial Inquérito, s/d, p.33.

⁵¹Cf. Carta de Fernando Pessoa para Mário de Sá-Carneiro *apud* Fernando Pessoa, *Correspondência Inédita*, (organização de Manuela Parreira da Silva), Lisboa, Livros Horizonte, 1996, p.71 (grafia atualizada)

Quanto aos autores *modernos* brasileiros, além da presença de Graça Aranha, a *Atlântida* praticamente nada menciona sobre os indícios do movimento no Brasil, com exceção à referência que faz a Ronald de Carvalho e seu livro *Luz Gloriosa* nos números 7 e 14 da revista (publicadas em maio e dezembro de 1916, respectivamente), através de duas resenhas publicadas sobre a obra.

De modo geral, a atualidade cultural dos dois países era acompanhada com regularidade na seção “Revista do Mês”: a crítica de arte era assinada por José Figueiredo e Aquilino Ribeiro enquanto Avelino de Almeida se ocupava de teatro; Joaquim Manso e Júlio Brandão eram os responsáveis pela parte literária e Humberto Avelar pela crítica musical.

Em relação às artes propriamente ditas, podemos dizer que a “aproximação artística luso-brasileira”⁵² através da revista foi coordenada principalmente pelo pintor brasileiro Navarro da Costa, diretor artístico da *Atlântida* para o Brasil. Pintor de renome no cenário cultural da época e também diplomata, Mário Navarro da Costa desenvolveu um trabalho significativo com João de Barros no sentido de melhorar as relações artísticas entre brasileiros e portugueses. Nesse sentido, obtiveram como uma de suas “vitórias” a equiparação dos direitos e garantias dos artistas brasileiros e lusitanos por parte da Direção Nacional de Belas Artes de Lisboa, em 1917. Posteriormente, em uma atitude de reciprocidade, a Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro instaura medida semelhante no Brasil, sendo tal atitude muito divulgada e festejada pelos diretores da revista que tiveram claramente grande relevância nesse processo (a repercussão de tais acontecimentos foi publicada nas edições 26, de 15 de dezembro de 1917 e 28, de 15 de fevereiro de 1918, como já mencionado).

Apesar de terem sido abordadas quase sempre por seu aspecto pedagógico, também são notáveis as referências ao Brasil no âmbito musical, sobretudo no artigo de Antônio

⁵² Título homônimo da conferência pronunciada por João de Barros na Sociedade de Belas Artes de Lisboa em 30 de janeiro de 1918 e publicada integralmente pela revista *Atlântida* na edição 28, de 15 de fevereiro do mesmo ano, páginas 435-448.

Arroio, “O intercâmbio Musical entre Portugal e Brasil”, publicado na edição 41 de agosto de 1919 (p.531-536):

A consciência que, dia a dia, se vai radicando entre nós da valiosa influência do Brasil na nossa vida como nação, sob qualquer aspecto por que ela se considere – econômico, moral, intelectual, artístico – tem pouco a pouco acordado energias latentes e preguiçosas com bom proveito para os dois países, numa comunidade iniludível de interesses que muitos desejariam ver, tanto quanto possível, convertida numa completa unificação. Várias causas concorreram para retardar e, entre elas, afigura-se-me preponderante a nossa ingênita indolência nacional, o desleixo português, o abandono a que nos entregamos, numa confiante atmosfera de fatalismo e vaidade. Indubitavelmente os interesses mentais dos brasileiros e dos portugueses divergem, sendo que por vezes o prato da balança pende a favor dos primeiros, com flagrante evidência que muitos persistem não ver, ou não admitir. Mas ainda bem que nem todos assim pensam. E já não são poucos os que trabalham, cá no velho ocidente, para realizar essa obra de unificação a que me referi. E, como de há muito pertenço a este grupo de obreiros da obra nova, causa-me sempre grande prazer o aparecimento de mais um que vem comungar nessa crença e confirmar a justiça das minhas aspirações. (p.531)

Entre outros aspectos, o autor também defendeu o intercâmbio luso-brasileiro através da música e refletiu sobre o interesse dos portugueses em relação a música brasileira, enaltecendo assim os propósitos da “missão cultural portuguesa” que tinha sido enviada ao Brasil naquela altura.

Quanto ao teatro, que também não foi muito representativo nas páginas da *Atlântida* e, em relação aos palcos brasileiros, destacamos somente a repercussão das peças de João do Rio intituladas *Que pena ser só Ladrão* e *Eva*, publicadas respectivamente nas edições número 4, de 15 de fevereiro de 1916 e edição 14, de 15 de dezembro do mesmo ano.

Como percebemos, a *Atlântida* discutiu em suas páginas uma infinidade de assuntos; porém, raros foram os momentos nos quais encontramos ecos da instabilidade política interna e da tensão social que caracterizam este período da história de Portugal – diferentemente do

que ocorreu em outras revistas por nós pesquisadas –, a não ser de forma escamoteada para justificar, por exemplo, quaisquer atrasos da edição. Nesse sentido, no âmbito político, foi o conflito Mundial de 1914 o grande protagonista.

A 1.^a Grande Guerra é, afinal, um dos motivos impulsionadores do ressurgimento da necessidade e da urgência de reafirmar e consolidar as relações entre os “dois povos irmãos”. Nesse contexto, a *Atlântida* terá mesmo desempenhado um papel relevante na mobilização da opinião pública para a necessidade de marcar presença no palco da guerra pois, desde o início, sempre se mostrou favorável ao conflito, enquanto outros meios da imprensa e a sociedade em geral divergiam sobre o assunto. A convicção dominante, tanto além quanto aquém mar, era a de que a guerra representaria uma oportunidade de mudança deveria ser aproveitada. Novas alianças entre Estados, tendo como denominadores comuns os ideais de raça, tradições e uma história compartilhada, produziriam novos rearranjos de poder e de desenvolvimento. Entre estes, sem dúvida o da *latinidade* era um dos mais promissores e, dentre os autores discutiram intensamente as consequências bélicas na imprensa no período destacamos José de Campos Pereira, Augusto Casimiro, Jaime Cortesão, José de Macedo, Guerra Junqueiro, e Teófilo Braga.

De fato, o irromper do conflito, pela ótica dos diretores da *Atlântida*, foi um acontecimento que veio ratificar a missão e as propostas da revista, bem como explicitadas no já citado “Prospecto”, dado a lume no primeiro volume (15/11/1915):

As circunstâncias especialíssimas criadas pela guerra européia determinaram um irresistível movimento de solidariedade entre aqueles países e aqueles povos que vivem de um mesmo ideal, que se alimentam da mesma tradição ou que descendem do mesmo tronco originário. Assistimos hoje a um espetáculo prodigioso, dia a dia mais belo e mais fecundo: – na Europa, à união espiritual estreitíssima de quase todas as

nações latinas; na América, ao predomínio, hora a hora mais seguro, do chamado espírito americano.⁵³

Compartilhando os preceitos da escola nietzschiana, os fomentadores da revista viram no conflito armado a possibilidade de transmutação dos “valores decadentes reinantes” e de uma espécie de *re-início* da História. Por isso, proclamam o seu otimismo perante o caos:

É, pois, esta a ocasião de se compreenderem mutuamente, de se estudarem, de se aproximarem uns dos outros, os povos que entre si possuem fortes comunidades de sentimento, afinidades de raça, semelhança de temperamento e de estrutura psíquica. Dentro da vasta família latina – o Brasil e Portugal são, mais do que nenhum outros [sic] países, fraternais e semelhante. É uma banalidade afirmá-lo. É uma inutilidade repeti-lo. Acontece, porém, que não se conhecem.⁵⁴

E era justamente para alterar este quadro que a *Atlântida* fora concebida mas, como os seus diretores reconhecem, ela vinha, fundamentalmente, dar continuidade ao “esforço de comum aproximação que os dois governos [...] têm desenvolvido e mantido nos últimos cinco anos, e a que tão notavelmente soube dar realce [...] o atual Presidente eleito da Republica Portuguesa [Bernardino Machado]”.(João de Barros, p. 95, 15/11/1915)

A participação de Portugal na Grande Guerra, e as suas relações com o Brasil nesse contexto, mereceram mesmo algumas edições especiais da *Atlântida* como, por exemplo um suplemento ao nº 5, no qual se publica a nota entregue pelo Ministro da Alemanha em Lisboa, declarando guerra a Portugal, e a declaração de resposta do governo português, lida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, na sessão de 10 de Março de 1916; nesse número temos ainda entrevistas com o Presidente da República, Bernardino Machado: outra entrevista com o Ministro da Guerra, general Norton de Matos, no nº 10, e outras com os Ministros das Finanças, Afonso Costa, e dos Negócios Estrangeiros, Augusto Soares, no n.º 11, enquanto o

⁵³ João de Barros, “Prospecto”, *Atlântida*, Ano I, Vol. I, no. 01, 15 nov. 1915, p.94.

⁵⁴ João de Barros, “Atlântida”, *Atlântida*, Ano I, Vol. I, no. 01, 15 nov. 1915, p.7.

suplemento ao n.º 21 foi totalmente dedicado à participação das mulheres no conflito, assinado por “M.S.” (possivelmente o jornalista Mário Sagueiro).

Seguindo o rastro do conflito, a partir de 1917, começou a ser acalentada e promovida, também pela *Atlântida*, uma espécie de “federação luso-brasileira”, encorajada pela Guerra Mundial e “interpretada pelas duas nações como segurança na cena política internacional” (Vieira, 1992, p. 135). Tratando-se de umas das propostas mais concretas e ousadas da revista no âmbito político para uma efetiva aproximação entre Brasil e Portugal, tal projeto, proposto inicialmente pelo Dr. Bettencourt Rodrigues⁵⁵, foi intensamente discutido nas edições 20, 21, 22, 23 e 26 (publicadas entre junho e dezembro de 1917).

Recorrendo à sua concepção lexical, entendemos por “confederação” a “união de vários estados independentes que reconhecem um governo comum” ou, ainda, “reunião de pessoas, grupos sociais, instituições, Estados etc. com um fim determinado”. Nesse sentido, podemos entender o conceito de “Confederação luso-brasileira” como instrumento para a formação de um “Grande Império Português” que, além do Brasil, pretendia abranger as possessões ultramarinas em terras africanas. Propagado por Rodrigues, o referido intento contou com apoio imediato de intelectuais tanto além quanto aquém-mar, bem como aponta Ernesto Castro Leal⁵⁶:

⁵⁵ O médico republicano Antônio Maria de Bettencourt Rodrigues (1854-1933), foi morador da cidade de São Paulo entre 1892 e 1913 onde, além de exercer a medicina, foi intelectual atuante da colônia portuguesa e colaborador ativo de vários órgãos importantes da imprensa local, como o jornal *O Estado de São Paulo*. Sendo um dos maiores entusiastas dessa *Confederação Luso-Brasileira* como “utopia etnocultural, geopolítica e econômico-social,” (Leal, *Op. Cit.*, p. 6), em 1923 publicara um título homônimo que concentrou desde a exposição da tese até todos os desdobramentos da polêmica em torno da questão. Em outras palavras, no referido volume o autor reunira as respostas concedidas ao Inquérito da revista *Atlântida* entre 1917 e 1919 sobre a idéia dessa “união”; ali são transcritas as opiniões de Henrique Lopes de Mendonça, Antônio Bettencourt Rodrigues, Sebastião de Magalhães Lima, Alberto de Oliveira, Jaime de Magalhães Lima, Álvaro Nunes Ribeiro, Artur Pinto da Rocha, Graça Aranha, Francisco Teixeira de Queirós, João de Almeida, Ricardo Severo, Anselmo Braamcamp Freire, Afonso de Melo, Júlio Dantas, José de Medeiros e Albuquerque, Spencer Vampré, Alberto Seabra, Noé de Azevedo, assim como há a transcrição de excertos de outros artigos publicados em jornais portugueses e brasileiros ou reflexões constantes de cartas pessoais, conferências e estudos sobre o tema. Cf. Bettencourt Rodrigues, *Uma confederação luso-brasileira: fatos, opiniões e alvitres*, Lisboa, Livraria Clássica, 1923. Para mais informações sobre o autor, vide apêndice no final desse trabalho.

⁵⁶ Cf. Ernesto de Castro Leal, “A ideia de Confederação Luso-Brasileira nas primeiras décadas do século XX”, *Ibérica – Revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos*, Juiz de Fora, UFJF, Ano III, Nº12,

A sua configuração teórica teve um desenvolvimento intelectual acentuado mais diverso (acordo, aliança, liga, união, confederação), entre 1917 e 1923, junto de intelectuais portugueses (Antônio de Bettencourt Rodrigues, João de Barros, Henrique Lopes de Mendonça, Sebastião de Magalhães Lima, Jaime de Magalhães Lima, Ricardo Severo, Alberto de Oliveira ou Anselmo Braamcamp Freire) e junto de intelectuais brasileiros (José Joaquim Medeiros e Albuquerque, José Pereira da Graça Aranha, Artur Pinto da Rocha, Spencer Vampré, Domício da Gama, pseudónimo de Domício Afonso Forneiro, Aldo de Cavalcanti Melo, Alberto Seabra ou Noé de Azevedo).

Retomando a idéia de Coelho de Carvalho (também colaborador da *Atlântida* que em 1908 já havia levantado a questão em uma sessão da Academia de Ciências de Lisboa) e, mais ainda, remontando à famosa conferência literária “O elemento português no Brasil”, (proferida por Sílvio Romero em 1902 que, já naquela época apontava para a necessidade de se “apertar os laços da federação que se dissolvia”⁵⁷), acompanhamos tal discussão calorosa nas páginas do magazine, desde a defesa mais apaixonada de seus idealizadores até o ataque violento dos contrários à tal pensamento. Vejamos como se desenvolveu tal polêmica, sobretudo através do “Inquérito” promovido pela *Atlântida*.

Na edição número vinte, publicada em 15 de junho de 1917⁵⁸, é o próprio Bettencourt Rodrigues que, através da entrevista concedida à João de Barros, expõe como nascera a idéia “de uma nova e grande Lusitânia” (p. 659):

Foi numa das reuniões do *Comitê França-Portugal* e, portanto numa atmosfera bem latina, que o Dr. Bettencourt Rodrigues, respondendo à minha insistência em lhe pedir algumas páginas para a *Atlântida*, me disse: – “Olhe, há uma idéia que a sua revista devia expor e defender, idéia que muito interessa o futuro do Brasil, e o nosso: – a

dez. 2009 - mar.2010, p.6. Disponível em: <http://www.estudosibericos.com/arquivos/iberica12/confederacao-luso-brasileira.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2010.

⁵⁷ Sílvio Romero, *O Elemento Português no Brasil: Conferência*, Lisboa, Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1902.

⁵⁸ João de Barros, “A Confederação Luso-Brasileira – Entrevista com o sr. Dr. Bettencourt Rodrigues”, *Atlântida*, Ano II, Vol. II, no. 20, 15 jun. 1917, p. 659-673.

necessidade de criar e organizar a *confederação luso-brasileira*. Se quiser ouvir-me a esse respeito, estou às suas ordens”. Aceitei logo, e com verdadeira alegria, o generoso oferecimento. [...] O ilustre médico e escritor recebe-me no seu gabinete [...] começa logo a declarar-me: – A solidarização de Portugal com o Brasil é hoje, mais do que nunca, uma questão de ordem do dia. Não quero dizer que não venha de longe: – mas, vinda de longe, chegou hoje ao seu ponto culminante. Numa entrevista que dei ao *Dia* falei numa *confederação luso-brasileira*. Não será esta uma idéia inteiramente nova, visto que já Silvio Romero a formulara. Sei também que já houve alguns altos espíritos portugueses que defenderam a aproximação luso-brasileira, realizando-se mesmo nesse sentido uma tentativa prática, pelo menos: – o acordo de Consiglieri Pedroso, que data de 1909, e que sobretudo se baseava nos laços de sangue, de raça, em aspirações comuns, em interesses de ordem econômica, etc. [...] Mas vamos devagar... E, se o histórico da questão o interessa, aqui tenho estes apontamentos, que lhe entrego, e que serviram para um artigo, que a esse respeito acabo de enviar ao *Estado de São Paulo*, jornal que tenho a honra de colaborar há já perto de 20 anos. Por eles verá que a idéia de uma tão íntima aliança que fizesse de Portugal e Brasil um verdadeiro sistema político, foi pela primeira vez aventada em Portugal, em 1908, numa sessão da Academia de Ciências de Lisboa, pelo seu atual presidente e ilustre humanista, Dr. Coelho de Carvalho. (p.659- 660)

Com efeito, nesse longo artigo João de Barros e Bettencourt Rodrigues discutem largamente o assunto e também nos dão a conhecer a opinião de importantes intelectuais brasileiros sobre o tema, desde o “idealizador” da idéia Sílvio Romero, passando pelos “contemporâneos” Oliveira Lima, Olavo Bilac e Pereira Barreto, por exemplo. Em algumas páginas adiante, justifica e enfatiza a importância de se viabilizar tal projeto, bem como reflete sobre a sua factibilidade e sobre a área de “atuação” de tal confederação :

[...]a idéia correspondente, aplicada a Portugal e ao Brasil, tem um aspecto de fácil realização, pois não há nada que a ela se oponha e antes tudo contribui para que ele se efetive. Com efeito, sejam quais forem os princípios que se adotem como base duma nacionalidade – condicionalismo geográfico, território, língua, raça, tradições, interesses e aspirações comuns – nada nos separa do Brasil. Tudo, pelo contrário, contribui para a nossa comum unificação. Território – se os brasileiros o povoam, nós

o descobrimos e desbravamos. Raça, sangue e língua – os mesmos. Tradições – comuns. Interesses de ordem econômica – muito semelhantes. [...] Que vantagens adviriam para os dois países duma confederação ? [...] A idéia de uma confederação, essa sim, não poderá deixar de impor-se à atenção dos brasileiros e portugueses, mormente nesta ocasião em que se jogam nos campos de batalha os destinos das nações, ou, para melhor dizermos, das diferentes raças que procuram alicerçar em novas bases os seus respectivos agrupamentos. [...] As vantagens são inegáveis! Basta olhar um mapa para que delas nos certifiquemos. De um lado e do outro do Atlântico que vemos ? Numa extensíssima margem da América austral, o Brasil; quase em frente, na costa africana, a vasta colônia portuguesa de Angola; e, entre as duas, como um mar lusitano, o Atlântico sul. Numa zona de navegação comum ao Brasil e à África Ocidental – o arquipélago de Cabo Verde. E mais ao norte, como pontos de escala em rotas diferentes – os Açores e a Madeira. E, no ponto de convergência de inúmeras linhas de navegação, como vasto entreposto comercial dos produtos e Brasil, o amplo magnífico porto de Lisboa! (p. 669-670)

Já no final do artigo, como bem já apontara Paiva (2001, p.105-106), o autor delimita essa *espécie varia* de imperialismo e esclarece ainda qual seria o papel do Brasil nesse complexo político:

[...] É a fórmula federativa a única que poderia nos dar a solução do problema [unificação luso-brasileira]. Não há um só imperialismo, mas imperialismos de vária espécie – imperialismo colonial, imperialismo geográfico e imperialismo de ordem étnica, implicando cada um deles uma solução diferente. [...] Que outro agrupamento étnico apresenta, como o que é constituído por portugueses e brasileiros, uma maior unidade de pensar e sentir, mais íntimas afinidades de ordem afetiva e mais ajustáveis superfícies de coesão? Ligados no passado por glórias e tradições comuns, porque não hão de, portugueses e brasileiros, unindo os seus destinos, constituir uma nova e grande Lusitânia ? Portugal seria, na Europa, o centro de irradiação, os *fons gentium* da raça lusitana, e o Brasil, onde seu esforço e o seu gênio tão intensamente se vivificam e florescem, seria, na América, o seu vasto e profundo campo de expansão... E assim constituído, com sólidos pontos de apoio em todos os vastos territórios onde se fala a língua portuguesa, o grande império lusitano, estendendo a sua influência e a

sua ação a todos os continentes, pesaria enfim sobre os destinos da humanidade como uma grande força civilizadora. (p. 672)

Consoante ao que foi dito antes, as publicações do segundo semestre do ano de 1917 foram, em sua grande parte, dedicadas ao desenvolvimento desse *rascunho* inicial de projeto nação, fortemente incitada pelos portugueses, como já era esperado. Quanto à reação dos brasileiros e, particularmente alguns anos mais tarde – o que nos faz supor, portanto, que seria por isso mesmo uma opinião mais madura e refletida, já que não tinha sido expressa no “calor da hora” – destacamos a opinião de Graça Aranha que, em seu já citado artigo “A Nação”⁵⁹, defende com afinco esse ideal de confederação chegando, inclusive, a usar claramente o termo “união política” que, por motivos óbvios, tinha sido evitado até pelos próprios portugueses:

A união política de Portugal e do Brasil, conseqüência da unidade moral das duas nações, seria a grande expressão internacional da raça portuguesa. [...] Trata-se de manter o nosso prestígio comum no Atlântico. E, além desta consideração, que é dominante na ordem política, deve-se considerar o grande bem que seria para a imortalidade do pensamento brasileiro a sua incorporação ao mundo português. [...] Unido a Portugal, o Brasil se tornaria uma nação européia, realizando a fusão do Oriente e do Ocidente sob um só espírito nacional, que seria português como para outras regiões é inglês ou francês. Para Portugal um grande benefício político resultaria da sua união com o Brasil, nação americana onde a cultura portuguesa obteve um ritmo mais acelerado e vivaz. Por toda a parte no vasto e velho domínio português sopraria o espírito da nacionalidade vindo do Brasil, e uma nova vida recomeçaria mais ardente, mais poderosa e mais bela. [...] E o momento é oportuno para realizarmos este admirável plano político, porque desta guerra nasceu uma decisiva corrente idealista que influirá para chamar a simpatia do mundo para o ideal luso-brasileiro. [...] Uma grande força de atração funde as nacionalidades da mesma língua e do mesmo pensamento, e desse esplêndido movimento de coesão nacional surge [...] a federação luso-brasileira mais simples, mais fácil, [que] não se fará nem pela guerra nem pela morte, mas pela inteligência e pela vontade de cinquenta milhões de homens, inspirados por um mesmo pensamento nacional que quer ser eterno. [...] Sendo português o Brasil não deixará de ser uma nação americana. A originalidade do

⁵⁹ Cf. Graça Aranha, “A Nação”, *Atlântida*, Ano IV, Vol. X, no. 37, 1919, p. 7-12

Brasil é o de ser continuador de Portugal, o herdeiro da espiritualidade latina no mundo americano. O privilégio do Brasil é o de fundir duas forças: a que vem do passado no sangue português e a que recebe do ardente meio físico em que se desenvolve esta transplantação da alma latina. (p. 10-12)

Com efeito, perfilados à Graça Aranha que, como vimos, considerava que tal união política seria uma conseqüência da unidade moral das duas nações, fomentado sobretudo pelo clima bélico e de suma importância para ambos os países, tivemos outros brasileiros que apoiaram incondicionalmente a causa, como o jurista Spencer Vampré, também entusiasta da idéia das duas pátrias “confederadas” e o médico Alberto Seabra, que enxergava a criação desse pacto como um primeiro passo para a consolidação das instituições ibero-americanas posteriormente. O escritor e jornalista Medeiros e Albuquerque – também frequente colaborador do jornal *Estado de São Paulo* – publicara, inclusive, na edição do dia 11 de Julho de 1919, as bases de um projeto de Constituição da Confederação Luso-Brasileira que previa, quanto à forma do *Estado* e ao sistema de governo, o possível alternamento anual das repúblicas brasileira e portuguesa na presidência da federação. No sul do país – mais especificamente em Curitiba – também temos registrado como se deu a recepção de tal projeto na cidade, principalmente através da conferência proferida por D. Duarte Velloso no Grêmio Luís de Camões da cidade, no dia 3 de maio de 1918⁶⁰:

As vantagens da Confederação Luso-Brasileira se manifestam claras e positivas, se atendermos não somente à posição geográfica de Portugal como também ao seu vastíssimo império colonial [...]. Com a Confederação Luso-Brasileira entraria o Brasil em concorrência com os demais países, visto não faltarem os elementos mais essenciais para esse fim [...]. Mantendo a mesma língua e os mesmos costumes, os povos português e brasileiro se procurarão mutuamente, e nenhum outro se poderá colocar de intermeio evitando essa Confederação [...]

⁶⁰ Cf. D. Duarte Velloso, *A confederação luso-brasileira*, (Conferência realizada no dia 03 de maio de 1918 no Grêmio Luís de Camões em Curitiba), Curitiba, Impressora Paranaense, 1918, p. 20, 29 - 31.

Contudo, é evidente que nem todos os intelectuais brasileiros receberam tal bem essa idéia de *novo imperialismo* sorrateiro e foram justamente os próprios editores da revista – talvez os mais empolgados pela causa – , João do Rio e João de Barros, os encarregados em acudir as hostilidades lusóforas e amenizar os ânimos nacionais, justificando que:

Não se trata de fusão política. Mesmo para os povos que não amam a liberdade, tal fusão é despeito, raiva, ódio, revolta, a fraqueza resultante da congestão das duas forças. Para as almas livres, como as nossas, seria o impossível. Em vez dessa irritante fantasia, a maior união é a tendência natural dos nossos destinos, a aproximação dos interesses de cada brasileiro e de cada português, patriotas ambos, dando como resultado, na grandeza de duas Repúblicas, a grandeza da raça. Tal liga é imposta pelo amor que nos une. [...] Tal liga é exigida, quando o patriotismo pede a cada um o esforço máximo pelo perigo imediato da absorção das nossas forças vivas.⁶¹

Notemos que, não por acaso, os editores da *Atlântida* aproveitaram este citado editorial – que tratava das homenagens da colônia portuguesa no Rio de Janeiro à João do Rio, em um evento realizado no Club Ginástico Português da cidade – para transcreverem trechos do discurso de agradecimento de Paulo Barreto onde se pretendia desfazer eventuais mal-entendidos gerados pela polêmica causadas pela criação da “Confederação luso-brasileira”, usando e reforçando a idéia da palavra *liga*, que remete à uma “simples união” no lugar da já reiterada (*con*)*federação*, que supõe uma organização política mais complexa com o conceito subentendido de subordinação.

Ainda em relação à essa “Confederação”, é interessante também sublinhar como, já em fins do século XIX, Sampaio Bruno em seu *O Brasil Mental* (1898, p.81-82), antevira a possibilidade dessa “nova configuração política luso-brasileira” utópica:

⁶¹ “Revista do mês: João do Rio”, *Atlântida*, Ano IV, Vol. X, no. 41, 15 ago. 1919, p. 638-640.

Não se cuide que os nossos irmãos d'além atlântico conosco se queiram acamaradar. Ao contrário, enjeitam-nos. A nossa companhia repugna-lhes. [...] Todavia, esses desejos [de compreensão mútua] tiveram, apesar de tudo, em Portugal sempre representação constante. Foram-se desenvolvendo até o ponto de se exagerarem na quimera de uma espécie de federação política entre os dois países.

Seguindo do mesmo modo essa “perspectiva onírica”, é sob o título de “Embaixada Espiritual” (edição número 19, de maio de 1917) que nos é apresentado mais profundamente alguns dos projetos de outro grande português de relevo desse período e agente fundamental para o bom andamento das relações luso-brasileiras: Carlos Malheiro Dias.

Legítimo intelectual luso-brasileiro, já que seu pai era português e sua mãe brasileira, Malheiro Dias (1875-1941), também romancista, dramaturgo, historiador, político, ensaísta e jornalista, foi um dos mais importantes prosadores do século XX e advogado apaixonado da causa luso-brasileira, para muito além das revistas que colaborou (praticamente todas as que compõem o nosso *corpus*) ou dirigiu (*Ilustração Portuguesa*, *O Cruzeiro*, etc.). Adepto convicto da Monarquia e do Integralismo, com a proclamação da República em Portugal em 1910 se exila voluntariamente no Brasil, passando assim a conhecer de perto a situação da colônia portuguesa no país – especialmente no Rio de Janeiro – e a apontar soluções que melhorassem o relacionamento entre os imigrantes e os brasileiros, sobretudo nesse período tão conturbado de aversão absoluta aos portugueses, como já vimos no primeiro capítulo. Profundo conhecedor das “duas faces da moeda”, analisar seu legado crítico – seja na *Atlântida*, na imprensa em geral ou através das inúmeras obras que deixou – revela a pena de um homem que amava sua(s) pátria(s) acima de tudo e que nunca poupou esforços para a realização de uma efetiva e real cooperação entre ambas – não porém sem uma grande dose de sacrifício pessoal.

Com efeito, no artigo já referido – *Embaixada Espiritual* –, que alude verdadeiramente à função que próprio Malheiro Dias designara para si no Brasil, ou seja, ser o legítimo

representante da *alma portuguesa* no país, o ilustre “diplomata” menciona certas atitudes hostis que recebia também por parte dos colonos portugueses em solo fluminense quando, por exemplo, tentava alertá-los sobre a verdadeira vocação lusitana ou, ainda, discorria sobre a necessidade de “povoar” o interior do Brasil para contribuir para o seu desenvolvimento e concorrer com as outras colônias estrangeiras:

[...] Por outro lado me impelia o instinto de defesa contra os fatores da dissolução que enfraqueciam a colônia, abalando-a, prejudicando-a na sua resistência perante a competição de outras colônias estrangeiras que naturalmente ambicionam usurpar-lhe a hegemonia. [...] Não. Pelo contrário. Foi combatido [seu “programa utilitário” para a regeneração da colônia] pelas vítimas da paixão política desencadeada. Não chegara ainda a hora propícia ou me faleceram os atributos necessários ao êxito da propaganda de uma tal causa. [...] Não me faltaram os impropérios. Isso, porém, não prejudicou as minhas convicções nem diminuiu a estima fraternal que sempre votei nos meus compatriotas. Esperei. Para tudo há a hora própria. (p.601)

Em um outro trecho de entrevista concedida à *Atlântida*, dessa vez datada de 15 de dezembro de 1916 (p.155-157), é interessante como o jornalista expõe desenvolve a tese da “missão histórica” que cabia aos portugueses no Brasil e sobre como sua presença no país precisava ser *otimizada*:

[...] É preciso que alguém, dos nossos, aponte as terras da promessa aos emigrados; porque é preciso que as colônias portuguesas levantem acampamento do litoral e recomecem a obra de penetração, de infiltração. O Brasil espera isso de nós. É urgente pregar o êxodo para os planaltos. Sair da areia para o húmus. A nossa missão histórica ainda não findou na América. [...] Quanto seria útil que vocês pensassem! A colônia lembra-me a força desaproveitada de um Niágara. É preciso condensar e aplicar, no seu máximo potencial, essa energia. Há sete anos eu pressentia a realidade. Hoje, conheço-a. A grande crise do Brasil é o déficit humano: uma nação do tamanho da Europa, com uma população igual à da Espanha, a balouçar dentro: uma túnica de gigante para uma criança. É preciso povoar, e que o povoamento se faça do centro para a periferia [...] Estas tarefas de conquista de natureza – exploração e povoamento – só podem ser levadas a efeito com êxito e segurança pelos representantes ou

colaterais de uma raça *nacional* [...] Não é de uma literatura nacionalista que se precisa mas, principalmente, de uma política nacionalista, inspirada na necessidades do país e nunca na estúpida competição dos povos. O Brasil não pode rejeitar a dádiva de todos os sangues, a colaboração de todas as raças. Mas é preciso que, por um lado, reforçemos o núcleo da raça nativa e absorvente, e por outro lado que se faça circular, de norte a sul um pensamento *nacional*, dimanado de uma política *nacional*.⁶²

Outra preocupação constante de Malheiro Dias, consoante à muitos outros seus compatriotas – como já tivemos a oportunidade de notar – , era a questão da economia portuguesa: seu desenvolvimento, mercados de expansão, meios de transporte para a exportação, etc. Nesse sentido, assim o jornalista abordara tal questão em um de seus artigos:

Essa colônia é caracterizadamente comercial. Todo o português que dela faz parte, uma vez que se expatriou, por uma verdadeira seleção de aptidão do trabalho, adquiriu a consciência de sua missão. [...] É a incompreensão entre a maneira de ser destes dois espécimes de portugueses – o de Portugal e do Brasil – que tem impedido certamente que a influência econômica da Colônia Portuguesa não se tenha mais amplamente demonstrado pela intervenção salutar dos capitais no desenvolvimento da agricultura, do comércio e das indústrias de Portugal, ao contrário do que sucede, por exemplo, na Itália, onde o colono da América do Sul preponderantemente no renascimento econômico da Pátria. O auxílio que os portugueses prestam à economia portuguesa quase se limita às remessas cambiais, cujo valor atinge aproximadamente 5 milhões de libras anualmente. Não há quase vestígios de capital brasileiro nas nossas empresas industriais e agrícolas.⁶³

De fato, artigos exclusivamente de fundo “econômico”, bem como já assinaláramos anteriormente, constituem uma parte considerável das matérias sobre as relações luso-brasileiras na revista (cerca de 29 artigos, correspondente à 15,6 % do total), que não avultaram certamente por acaso. Considerando a natureza declaradamente *artística e literária*

⁶² Cf. Carlos Malheiro Dias, “Notícias e Comentários: Recomeçando o Passado”, *Atlântida*, Ano II, Vol. IV, no. 14, 15 dez. 1917, p. 155-157.

⁶³ Joaquim Leitão, “Revista do Mês: Embaixada Espiritual”, *Atlântida*, Vol. V, no. 19, 15 mai. 1917, p. 601-602

do periódico, num primeiro momento tínhamos estranhado o fato de tantas matérias abordarem o assunto, apontarem soluções e tentarem mesmo o “reforço” dos laços entre Brasil e Portugal através da Economia, acordos de comércio, dados técnicos sobre a indústria, balancetes de exportação/importação, etc. Depois, no entanto, ao efetuarmos a leitura do restante do *corpus*, percebemos que, não só não se trata de um fato isolado mas, antes, fundamental para o “estreitamento” desse diálogo mais profundo almejado pelos periódicos e, conseqüentemente, pelos intelectuais portugueses que as dirigiam e pela ribalta da sociedade portuguesa em geral. Por acharmos que a relevância do tema é um dos fios fundamentais para entendermos os verdadeiros escopos da promoção de uma *amizade* entre ambas as nações num período decididamente inoportuno e, ainda, considerando que nenhum outro estudo científico – dos poucos que tiveram como base algumas das revistas que elencamos em nossa pesquisa –atentaram detalhadamente para tal questão, analisaremos alguns trechos selecionados sobre o assunto já tentando indicar algumas das bases que sustentam a nossa Tese, que melhor desenvolvida será no próximo capítulo.

Um dos primeiros a discorrer mais abertamente sobre o tema foi o empresário, publicista, escritor, naturalista e professor português da Universidade do Porto Bento Carqueja, no artigo “Solidariedade étnico-econômica” da edição número 3 (15 de janeiro de 1916, p. 210-214):

Vão passados trinta anos depois que Frederico Ratzel criou essa nova ciência que batizou com o nome de *antropogeografia*. O fundamento natural e científico dessa ciência consiste no estudo do aspecto material da questão social e, simultaneamente, no do desenvolvimento econômico de uma nação. Desta maneira descobrem-se e estreitam-se as relações étnicas, firmam-se as relações econômicas. [...] Não compreendeu ainda Portugal – com pesar dizemos – a situação especialíssima em que se encontra nas suas relações com o Brasil. [...] Fatos econômicos fundados apenas na tradição não passam de veleidades criadas pelos sonhos agitados de fantasias. E as relações econômicas a firmar entre Portugal e Brasil não são dessas que possam e

devam pairar no domínio das fantasias. Fomentem-se e engrandecem-se as relações mercantis entre as duas nações, como, aliás, outros povos têm feito, com menos vantagem do que as que podemos alcançar, e em torno delas se criarão núcleos preciosos de novos adiantos, como em torno do núcleo de uma célula se agregam os elementos de novas células. Pelo tratado de comércio?... E porque não? Não abandonou nunca o nosso espírito a ambição de ver realizado esse tratado. [...] Resta que apareça um homem, um grupo de homens esclarecidos, verdadeiros ciosos da hegemonia de sua raça e, guiados pela luz da Ciência, pelos altos interesses das duas nações, soergam os primeiros tramos dessa gigantesca ponte econômica que através do Atlântico as há de ligar para sempre, ficando na História como a demonstração mais clara da grandeza de uma raça – “reviviscência do Luso que desfalece, mas que nunca se rende”. Pensa a Itália na sua expansão étnica na maior república da América Meridional. Porque não havemos nós de pensar, e pensar maduramente, em tudo quanto possa fomentar os interesses econômicos, políticos e sociais de duas nações, ligadas por laços étnicos inconfundíveis, em benefício comum e para a glória de ambas?

Ainda nessa mesma edição é o jornalista carioca Carlos Ribeiro quem reforça os nobres propósitos da revista, sobretudo no âmbito comercial:

[...] *Atlântida* surgiu, muito leve e muito brilhante nas suas páginas de arte intensa, para fazer essa união, desde a Independência, tão desejada – e aí de nós! – tão adiada entre Brasil e Portugal. Quase cem anos levamos nós a protelar essa comunhão de nacionalidades, tão forte como o Destino. Nesse quase século decorrido depois que um príncipe português nos separou de uma velha e gloriosa metrópole – com um fácil grito nas colunas do Ipiranga – vivemos todos nós no mais absoluto alheamento das coisas de Portugal e a terra de Camões quase esqueceu lamentavelmente a sorte do filho mais moço, perdido do outro lado do Atlântico, vago e tenebroso. [...] *Atlântida*, porém, não pretende só dar versos e dar o que nós latinos chamamos de literatura. No seu programa cabe também o intercâmbio comercial entre as duas Repúblicas e a partir da edição deste mês ela vai criar a pouco e pouco, no espírito de seus leitores, o desejo das viagens, a vontade de ver novas terras e novas gentes, essa curiosidade que o ironista de *Fradique Mendes* louvava com delícia e sinceridade no perfil de Eduardo

do Prado, como um dom precioso das Fadas, que levou Colombo a descobrir a América.⁶⁴

Também na seção “Notícias e Comentários”, publicada em 15 de março de 1916 (edição número 5), temos o comentário da situação comercial do Cacau Português e uma análise detalhada dos benefícios da aproximação comercial entre Brasil e Portugal para o comércio do produto:

A aproximação entre Portugal e o Brasil, de grande vantagem para a economia de ambos os países, teria magníficos resultados para defender o seu comércio de cacau, em caminho para uma crise semelhante à que em tempos teve lugar o café. [...] Portugal e Brasil têm conjuntamente uma produção igual ou superior à da Costa do Ouro e igual à quarta parte da produção mundial, sendo o seu cacau superior em qualidade ao restante cacau africano. Daqui a possibilidade de regular e manter os preços por meio de uma praça que naturalmente está indicada que seja a de Lisboa, com o seu porto livre, organizado nos termos do decreto do governo de Bernardino Machado e dando aos produtos brasileiros todas as facilidades. [...] Oxalá os capitalistas e agricultores brasileiros e portugueses se disponham a aproveitar esta oportunidade única, que lhes permitiria mais tarde o poderem ditar as leis no comércio deste tão importante produto da sua agricultura.⁶⁵

Três anos mais tarde é outro português, Barros Queirós, a reiterar a questão da importância do “Porto franco de Lisboa” para o desenvolvimento da nação e para otimizar ainda mais o comércio de cacau luso-brasileiro perante o mundo:

Posto que as transações comerciais com o Brasil representem uma importantíssima parte do comércio externo português, as relações de caráter econômico e financeiro entre Portugal e Brasil estão ainda muito longe de atingir o limite possível e necessário. Os produtos que exportamos para o Brasil não estão introduzidos no consumo geral do país, mas apenas no da colônia portuguesa que moureja naquele

⁶⁴Carlos Ribeiro, “Notícias e Comentários: O Turismo”, *Atlântida*, Vol. I, no.3, 15 jan. 1916, p. 301- 302.

⁶⁵ “Notícias e comentários: O Cacau Português”, *Atlântida*, Vol. I, no. 5, 15 mar. 1916, p. 494- 495.

vasto e riquíssimo território. nenhuns ou poucos esforços proveitosos o comércio e os governos do nosso país têm feito no sentido de alargar o consumo dos nossos produtos; nenhuma diligências têm sido feitas para interessar o comércio brasileiro na nossa vida econômica; nenhuns trabalhos profícuos têm sido encaminhados no sentido de chamar a atenção dos brasileiros para as vantagens de possíveis combinações econômicas e financeiras; poucos e isolados esforços têm sido feitos no sentido de se valorizar o magnífico porto de Lisboa, em relação à economia brasileira e, em regra, o pouco que se têm feito é devido ao zelo, à inteligência e ao patriotismo de alguns portugueses conhecedores dos meios econômicos e financeiros dos dois países. [...] Mas, para que as transações com o Brasil atinjam a grandeza que é legítimo esperar das nossas afinidades de raça e da nossa identidade de língua, das nossas relações com o passado e das nossas aspirações futuras, precisamos de não cuidar apenas dos nossos interesses: precisamos de dar compensações à economia brasileira. [...] Ora, os interesses comerciais de Portugal e do Brasil aconselham o aproveitamento das magníficas condições do porto de Lisboa e das concessões feitas pela legislação aduaneira portuguesa, criando grandes entrepostos para a guarda do cacau brasileiro e português e, porventura, fábricas em zona franca para a sua transformação em produtos dum consumo já hoje assegurado n Europa.⁶⁶

A criação de uma *ansiada* “Câmara de Comércio”, com a finalidade de melhorar as relações e promover o comércio luso-brasileiro, é anunciada na edição número 8, publicada no dia 15 de junho de 1916:

Por iniciativa do novo cônsul do Brasil, sr. Dr. Moraes Barros, fundar-se-há, brevemente, em Lisboa uma Câmara Brasileira de Comércio e Indústria, com o fim de desenvolver o intercâmbio comercial de Portugal e Brasil. Já foram dados os primeiros passos para a realização de tão belo plano, – há muito tempo em embrião, – sendo de esperar que todos os esforços se conjuguem no intuito de transformar em realidade uma velha aspiração do comércio brasileiro: a introdução dos gêneros do país irmão nos mercados portugueses, agora, mais do que nunca, necessitado de alguns deles. Como consequência de uma tal medida, virão as facilidades dos dois governos, e o seu mútuo auxílio, para o estabelecimento de uma carreira de navegação para o Brasil. Esta aspiração da colônia portuguesa nas Terras de Santa Cruz tem que ser

⁶⁶ Barros Queirós, “Portugal-Brasil: O Porto de Lisboa”, *Atlântida*, no. 37, 1919, p. 100- 104 .

transformada em realidade, neste momento difícil da vida dos dois países, porque os governos não podem ignorar quanto sofre o comércio luso-brasileiro com esta falta imperdoável, – para não dizermos criminosa. A *Atlântida*, que, desde a sua fundação, sempre tem pugnado pelo estreitamento das relações luso-brasileiras, coloca-se incondicionalmente ao lado dos portugueses e brasileiros que conseguirem levar adiante tão patriótica idéia, – seguro alicerce das maiores empresas em épocas futuras.⁶⁷

Enquanto as edições subsequentes (números 9 e 10) são destinadas às reflexões sobre as relações do porto franco de Lisboa com o estado de São Paulo, inclusive com a pormenorização do volume de movimento do comércio, comparação entre os outros portos europeus e com o detalhamento dos preços e mercadorias escambadas entre si (15 de julho e 15 de agosto de 1916, artigos de Vasco Morgado), o número 13 da revista é reservado à discussão mais aprofundada do problema da linha regular de navegação entre os países, frequentemente reiterada pelos jornalistas e considerada como um dos principais empecilhos ao desenvolvimento do comércio luso-brasileiro na época. Destarte, assim ponderou Moreira Teles – autor do artigo citado⁶⁸ – atentando principalmente à perda do mercado português para as outras colônias européias existentes no Brasil, “melhor organizadas” que a lusitana:

Volta novamente a falar-se da carreira de navegação portuguesa para o Brasil. Atualmente todas as entidades políticas, comerciais e financeiras estão empenhadas na solução do velho problema, que pela sua magna importância, representa o principal fator do ressurgimento econômico de Portugal. Chegou o momento de satisfazer essa aspiração patriótica do comércio português no Brasil, que vê fugir-lhe, pouco a pouco, a velha influência conquistada nos mercados da grande república, durante várias dezenas de anos de constante trabalho. A decadência do comércio português era devida à competência de outras raças, perfeitamente aparelhadas para a luta por uma educação especializada do assunto, – mas o fator que mais concorria para a vitória

⁶⁷ A. de C., “Notícias e comentários: Câmara Brasileira de Comércio e Indústria”, *Atlântida*, no. 8, 15 jun. 1916, p. 798.

⁶⁸ Moreira Teles, “Navegação para o Brasil”, *Atlântida*, no.13, 15 nov. 1916, p. 62- 64.

lenta e segura dos adversários era a navegação adstrita ao esforço de cada povo. [...] Todas as nações se preparam já, durante as hostilidades, para a guerra econômica do futuro, no intuito de suplantarem de vez o inimigo comum, – a persistência do trabalho alemão nas indústrias e comércio. Pela sua tenacidade, a Alemanha moderna deu ao mundo um grande exemplo de energia, que os outros povos rivais não conseguiram igualar. E Portugal, o navegador audaz dos outros tempos, o fundador do grande império colonial, abandonou ao acaso as conquistas do passado. Senhor das mais vastas e mais ricas colônias africanas sofria pacificamente a concorrência teutônica nos seus portos coloniais e deixava ao patriotismo da colônia do Brasil a solução de um problema, que há de marcar – quando resolvido definitivamente – o início de uma nova época de expansão colonial.

Em um momento posterior e, mais precisamente na edição de número 21 (15 de julho de 1917) é muito interessante como a *Atlântida* utiliza a “propaganda” (matéria paga? bem possível) de duas importantes instituições comerciais portuguesas – a firma Burnay & Co. e Banco Nacional Ultramarino – como modelo de fomento comercial entre Brasil e Portugal:

A *Atlântida* vê-se obrigada a multiplicar dia a dia as suas seções para corresponder ao acolhimento, sempre crescente, que lhe vem sendo dispensado em terras portuguesas e brasileiras. Não lhe basta a sua parte literária e artística; indispensável é que contribua também para o intercâmbio financeiro, industrial e comercial dos países irmãos, passando em revista os mais notáveis empreendimentos nesse campo. A *Atlântida* fundou-se e tem vivido para que Portugal e Brasil se conheçam [...]. É a vida dos dois povos, sob todos os seus múltiplos aspectos, que nos propomos a fazer vibrar nestas páginas, que um grande patriotismo e uma ardente fé nos destinos históricos e civilizadores de Portugal e do Brasil, guiam e iluminam. Principiaremos hoje a história das iniciativas rasgadas no meio financeiro e na esfera de ação comercial e industrial. A essa história estão indissolúvelmente ligados os progressos, os triunfos, os privilégios de que gozam materialmente as duas nações – reconhecidas, evidentemente, ao punhado de homens que assim as honram e engrandecem. Folheando as memórias da vida financeira e econômica de Portugal, encontra-se uma casa, depara-se-nos um nome que todo o país, há cerca de cinquenta anos, conhece e prestigia com a sua confiança e admiração. A firma Henry Burnay & Co., que foi fundada em 1875, exerce, com efeito, sobre o espírito português, a mesma influência

magnética que o nome Rotschild tem exercido sobre gerações sucessivas na Inglaterra. Pode dizer-se que todos os poderosos organismos financeiros, que há meio século se vêm formando em Portugal, lhe devem o seu concurso, o seu forte apoio, o seu sólido alicerce. [...] ⁶⁹

E, mais adiante, o Editorial delinea especificamente o papel da citada instituição, através da atuação do Banco Nacional Ultramarino, nas “colônias” portuguesas e no Brasil, também retomado posteriormente, na edição 39:

Poucas são, relativamente, as pessoas que, embora dispondo de uma razoável bagagem de conhecimento e de mediana cultura em geral, têm a noção exata da capital influência do crédito no desenvolvimento dos países coloniais. E no entanto esta homérica epopéia que se chama a colonização moderna, e à qual se deve a transformação de vastas e inóspitas regiões em fecundos núcleos de trabalho e de produção, nada seria hoje sem o auxílio dos bancos coloniais que, regulando e satisfazendo as necessidades econômicas das sociedades em via de organização, constituem ao mesmo tempo um estímulo e garantia. Num país essencialmente colonial como o nosso, é fundamental o conhecimento desta verdade. As colônias, possuímos-las durante muito tempo com locais azados a especulações comerciais de toda a ordem, onde a agiotagem imperava como incontestável soberana, absorvendo o labor honrado das iniciativas que ali pretendiam florescer. [...] Basta-nos, porém, recordar as palavras acima transcritas para nos convenceremos de que o Banco Nacional Ultramarino, sob a inteligente direção de um punhado de patriotas, é uma instituição que maior honra faz à iniciativa nacional. O Banco alarga constantemente a sua esfera de ação, o que é sintoma de uma segura prosperidade, e lá no Brasil, onde tem várias filiais e numerosas agências, possui um também notabilíssimo crédito, sendo de dia para dia mais e mais avultadas as suas operações. ⁷⁰

⁶⁹ “Notícias e comentários: A firma Burnay & Co. tem colaborado em questões de administração geral do país e grande número de empresas devem-lhe a sua criação e o seu desenvolvimento”, *Atlântida*, no.21, 15 jul. 1917, p.796-798.

⁷⁰ “Notícias e comentários: Como se tem exercido a ação do Banco Nacional Ultramarino no nosso domínio colonial e no Brasil”, *Atlântida*, no.21, 15 jul. 1917, p.798-800.

No volume 33-34, publicado em janeiro de 1919 (p.889), também tivemos a divulgação do regulamento de um “concurso” promovido pela *Atlântida* que, apesar de pouco usual, também visava o melhoramento das relações econômicas entre os dois países:

O CONCURSO DA “ATLÂNTIDA”
UMA MEMÓRIA SOBRE A APROXIMAÇÃO ECONÔMICA LUSO-
BRASILEIRA

Prêmio: 100 escudos

A *Atlântida* abre hoje um concurso, entre os seus leitores portugueses, para uma memória sobre a aproximação econômica luso-brasileira. As condições são as seguintes:

- 1º.– O concurso é aberto pelo espaço de dois meses, a contar do dia do reaparecimento da *Atlântida* – 20 de janeiro.
- 2º. – Os originais não devem ser assinados, mas trazer uma divisa, que o autor fará conhecer pelo recibo passado em troca do original.
- 3º. – Os originais serão examinados e classificados por um júri, cuja composição será indicada em tempo oportuno.
- 4º. – O prêmio será entregue logo depois da classificação feita pelo júri.
- 5º. – A memória premiada será publicada no primeiro número da *Atlântida* a sair depois da sua aprovação, reservando-se a *Atlântida* o direito de publicar uma separata, se assim o entender.

Ao que tudo indica, posteriormente, ou a revista desistiu de promover tal concurso ou não houveram candidatos ao prêmio, uma vez que mais nada foi comentado nas edições seguintes. Porém, não deixa de ser intrigante a promoção dessa “disputa” que, no fundo, objetivava sobretudo motivar os leitores a se engajarem na causa comercial luso-brasileira e mobilizar a sociedade em geral para buscar soluções para o problema que prejudicava principalmente as finanças lusitanas.

Ainda nesse contexto e, para finalizar as questões relativas à Economia, outro tema intensamente discutido pelos intelectuais portugueses através da *Atlântida* foi o da necessidade do melhoramento de uma “política consular” lusitana que pudesse quantificar o

real números dos imigrantes portugueses no Brasil, identificar seus principais ramos de atividade econômica e, ainda, levantar sua verdadeira participação nas finanças da “pátria-mãe” através de suas remessas. Com efeito, percebemos ainda que, nos vários artigos que abordam o assunto, tais “remessas” sempre têm destaque principal, tanto no sentido de se descobrir efetivamente quanto dinheiro era enviado a Portugal, quanto na “investigação” de quanto dinheiro poderia ser hipoteticamente remetido, dado o “potencial” da colônia no Brasil. Vejamos qual era a opinião de Nuno Simões publicado na edição 39 (1919):

No meu artigo anterior – Portugal-Brasil – mostrei a necessidade de se proceder o quanto antes à estatística dos nossos valores migratórios. Se é longa e complicada a tarefa, ninguém poderá deixar de aperceber-se das vantagens dela para a vida da Nação, como órgão de consciência da raça. E por isso me sinto na obrigação de insistir no assunto. [...] De modo que o que é necessário é à simples estatística dos que saem de Portugal fazer seguir a estatística metódica, e organizada pelos nossos representantes consulares, dos que chegam, se fixam, trabalham e realizam valores econômicos com o que o Estado português não tem o direito de deixar de contar, desde que não falte a quem os realiza com solidariedade de que o emigrante português carece. [...] Feito isto, e não sei porque não há-de pensar se em fazê-lo desde já, [...] a iniciativa ampliar-se-ia a todos os países e regiões onde se fixaram portugueses, e dentro de pouco tempo o inventário dos valores da raça portuguesa estaria pronto para nele estudarem, sociólogos e economistas, o plano de solidariedade, proteção e estímulo que resgatem o Estado do abandono a que se sentem votados no estrangeiro os portugueses que emigram em busca do campo próprio para a sua atividade. Seria então o início duma rasgada política consular, indubitavelmente mais útil e profícua para a Nação do que a vaga e inconsistente política diplomática de secretários e adidos, [...] ⁷¹

Na edição 44-45 (1919, p. 5- 70), é o diplomata e também membro da família de Nuno, Veiga Simões, quem analisa meticulosamente tal questão, ao longo das 65 páginas de seu extensíssimo ensaio. Na impossibilidade de citar integralmente tão valioso ensaio,

⁷¹ Nuno Simões, “Revista do Mês: Comentários – Política Consular”, *Atlântida*, no. 39, Vol. IV, 1919, p. 351-352..

relevamos alguns trechos que, por si só, já traduzem o viés e a opinião de Veiga sobre as políticas comerciais portuguesas em relação ao Brasil:

Portugal continua ainda a viver do Brasil. Não é já o ouro de Minas, da antiga e apagada Vila-Rica, [...] nem voltou ao Tejo a frota do Pará, com seus nove navios mercantes, comboiados pela nau de guerra São José, trazendo a “carregação [sic], além de outros efeitos” de fatos milhares de arrobas de cacau. O ouro vem como dantes. Mas não é o braço do negro que o colhe; é o imigrante, que a miséria expulsou de Portugal. [...] Vivemos neste círculo infernal: incapazes de alimentar uma população que aumenta, exportamo-la, entregando-a aos acasos da fortuna; incapazes de aumentar a nossa produção, e de garantir dentro das fronteiras o pão-nosso, no temor de reagir contra uma irregular distribuição de propriedade, – vivemos do que nos manda o emigrante. É ele que, em cada ano, com as suas remessas à família, se por lá anda, ou com os rendimentos dos capitais que lá deixa empregados, se para cá volta, ou ainda com a transferência de capitais da fortuna lá ganha e aqui consolidada em propriedade e construções, títulos e empresas, nos traz o fator de receita, ainda hoje primacial, da nossa precária balança de pagamentos.⁷²

De fato, além de ressaltar o papel fundamental das divisas dos emigrantes portugueses para o “equilíbrio” fundamental da economia lusitana – ao qual já aludíamos antes –, Veiga elabora e expõe realmente um “programa” de ação complexo para a re-estruturação das relações comerciais luso-brasileiras, abordando desde a questão da “clandestinidade” da grande maioria dos integrantes da colônia no Brasil, passando pelo eterno problema da ausência de uma linha regular de navegação para o outro lado do Atlântico, refletindo sobre a necessidade de acordos literários/culturais para o comércio de livros e circulação de bens culturais (porque não?) e, ainda, discutindo a presença maçica e os “interesses” portugueses na Amazônia naquela época. Tendo ainda lançado dois livros que abordavam diretamente a questão⁷³ e, mais uma vez, por não se tratar de um fato isolado, já que o magazine *Brasil-*

⁷² Veiga Simões, “Programa de política comercial com o Brasil”, *Atlântida*, no. 44-45, 1919, p.5-70.

⁷³ Cf. Veiga Simões, *Daquém e dalém mar: Portugal e a Amazônia*, Manaus, Tipografia da Livraria Palais Royal César Cavalcanti, 1916 e *Interesses portugueses na Amazônia*, Lisboa, Tipografia do Anuário Comercial, 1917.

Portugal – uma das outras revistas que compõem o nosso *corpus* – também discute intensamente o assunto em suas páginas, também abordaremos melhor o tema no próximo capítulo.

Como já foi dito alhures, entre os anos 1918 e 1919 a *Atlântida* conhece algumas mudanças, sobretudo internacionaliza-se, ou melhor, “latiniza-se”. O primeiro sinal surge no volume IX, que registra as alterações na sede da Redação – passa da Rua Antônio Maria Cardoso para o Largo Conde Barão – e na ficha técnica, onde Pedro Bordalo Pinheiro surge agora como “Diretor Técnico”, José Baptista como “Editor” e Bourbon e Menezes como “Secretário de Redação”. No número duplo 35/36, que fecha o volume, a última página anuncia que “A empresa proprietária da *Atlântida* sofreu uma modificação passando todos os direitos do co-proprietário, o nosso amigo Pedro Bordalo Pinheiro, para o Sr. Dr. Nuno Simões”. O n.º 37, que abre o volume seguinte, o X, anuncia em editorial que “Com o presente número a *Atlântida* passa a poder intitular-se, legitimamente, ÓRGÃO DO PENSAMENTO LATINO EM PORTUGAL E NO BRASIL”, e que confiara a Graça Aranha a direção literária na França que, por sua vez, apresenta nesse mesmo número uma síntese do novo programa e dos objetivos que pretendiam alcançar. É ainda revelado que a *Atlântida* passara a ser propriedade da empresa *Fulmen* Limitada que se constituiu em Lisboa por escritura de 20 de Fevereiro do corrente ano com capital de cento e quinze mil escudos. Faziam parte da Sociedade da empresa *Fulmen* os srs. Raul Monteiro Guimarães, Antônio Mário Almeida Brandão, Antônio Rosa Cabral, Jerónimo Couto Rosado, João de Deus Ramos, José Fernandes de Barros Júnior, dr. Adriano Marcolino Pires, Francisco Brandão Faria, dr. Jorge Faria, João de Barros, Paulo Barreto e Nuno Simões. Vejamos, pelas próprias palavras da revista, como foi apresentada tal mudança aos leitores:

Com o presente número a *Atlântida* passa a poder intitular-se legitimamente, ÓRGÃO DO PENSAMENTO LATINO EM PORTUGAL E NO BRASIL. Com efeito, a

aproximação luso-brasileira, para cuja defesa ela se fundou e por cuja realização tem combatido, só encontrará a sua completa efetivação quando baseada no mesmo e ardente amor pela alma latina que vive e palpita nas duas Pátrias irmãs, filhas de uma só raça, aventureira, leal e progressiva. Pela amável acquiescência do grande escritor que é o eminente Graça Aranha, tão querido e estimado nos meios intelectuais parisienses, a *Atlântida* confiou-lhe a sua direção literária em França. Espírito superior, alma idealista, inteligência de entusiasmo sempre vibrante, Graça Aranha traça nas primeiras páginas do nosso número de hoje a síntese do nosso programa, e dos resultados que pretendemos colher. França-Brasil-Portugal, amando-se na mais estreita comunhão de aspirações e de interesses espirituais – eis toda a ambição dos que trabalham na *Atlântida*. As palavras de Graça Aranha abrem hoje esta revista como se fossem a senha do novo combate que, pelas idéias latinas, a *Atlântida* vai defender. Para o Brasil, a *Atlântida* mantém a direção literária de João do Rio, o ilustre escritor tão amado em Portugal, o primeiro defensor da aproximação luso-brasileira, e um dos mais sãos espíritos de artista que nos tem sido dado admirar. Ele, e Graça Aranha, juntos aos diretores portugueses – são a garantia segura da atitude que esta revista tomará sempre nas questões e problemas que interessam a vitória do espírito latino nos dois países atlânticos, e o triunfo definitivo da íntima união entre Portugal e Brasil.⁷⁴

A partir do número seguinte, o 38.º, o campo de ação da *Atlântida* alarga-se ainda mais por via da colaboração “dos maiores espíritos de todas as nações latinas” como: “Gabriel d’Annunzio, de Guilherme Ferrero, de Tribusa, o poeta tão popular na Itália, de Francisco Blanco, o jornalista ilustre da *Tribuna de Roma*; o do grande crítico e historiador de arte Salomon Reinach e de Louix Vauxcelles; o de D. Manuel Cocio, universalmente admirado pelos seus estudos sobre o Grego e pelos seus trabalhos pedagógicos; o de D. Pedro Blanco, Diretor do Museu Pedagógico de Madrid; etc.” e há uma presença muito grande de artigos escritos na língua francesa, italiana e eventualmente espanhola.

Porém, malgrado todo o mérito e esforço dos seus colaboradores, a publicação da *Atlântida* se estenderia somente a mais dois anos de edição. Os motivos da sua extinção não

⁷⁴ “Aos nossos leitores”, *Atlântida*, Ano IV, Vol. X, no. 37, 1919, p. 3-5

são revelados, mas talvez a sua proximidade e o contato com pessoas poderosas e influente pode ter sido crucial nesse processo. No editorial publicado no n.º duplo 44/45 há uma clara referência de que a publicação teria “sido acusada de exercer uma influência desnacionalizadora” e que, apesar de contestado pela própria revista, ao afirmar que a colaboração estrangeira “só pode ser de benéficos efeitos para a nossa cultura geral, dados os nomes que a subscrevem” (15 nov/dez de 1919, p.3), parece pouco ter adiado para evitar o fim da publicação. Outro agravante neste contexto foi ainda o afastamento de João de Barros, por razões não esclarecidas, mas anunciado no penúltimo número e que, somado à morte de Paulo Barreto, em junho de 1921, provavelmente influíram na sua continuidade. Destaca-se ainda a ousadia do projeto editorial da *Atlântida*, de periodicidade mensal, e com diretores e colaboradores distribuídos por dois continentes. Malgrado os grandes obstáculos que enfrentara, tanto no âmbito externo quanto interno, o periódico conseguiu honrar de modo satisfatório os deveres legais para com seus assinantes e completou cinco anos de edição. Sendo uma revista produzida por e para um público elitista, a viabilidade financeira da publicação se concentrava, provavelmente, nas assinaturas, em alguma publicidade eventual e nos apoios e colaborações voluntárias dos que lhe asseguravam conteúdo. Cada número da *Atlântida* possuía em média 100 páginas, que integravam um volume com uma numeração contínua dentro de cada ano de edição mas não há, contudo, informação sobre a tiragem.

Contudo e, em linhas gerais, é muito interessante verificar como o periódico recria um Brasil e Portugal peculiares, moldados em função do almejado estreitamento luso-brasileiro, consoante afirma Paiva (2001):

O mais notável na revista, porém, é o modo de ler sua época, recriando, sem cessar, um Portugal e Brasil específicos [...] Dedicada a um público-leitor culto e conhecedor da sua atualidade, insere-se amplamente no período político a qual pertence. Revista de propaganda republicana, se empenha na revitalização de Portugal interna e externamente instável. Recriando no imaginário coletivo a idéia de um Portugal

profeticamente destinado a ser grande – cujo reingresso a esse período seria operado pela República – *Atlântida* busca o renascer de uma identidade portuguesa e, vagueando pelo passado, constrói um Portugal de mares já navegados e de “memórias gloriosas” ainda a navegar. Daí que mesmo ao recorrer a um movimento de revalorização pátrio, fundado na exaltação da cultura popular e regional, sua busca pela terra incluirá, ainda e sempre, uma volta ao mar. Simbolizando, neste retorno ao Brasil, uma nova e mesma busca por novo reino, novas terras, novas Áfricas e novas Ásias: por um novo Império. Com algum engenho e pouca arte, é nesta necessidade de valorização nacional que se situam as raízes da brasilidade lusa de *Atlântida*. Exalando política por todos os lados, frágil e fragmentada, *Atlântida* faz da propaganda nacional o eixo em torno do qual se ergue e define a sua idéia de aproximar Brasil e Portugal (p.5-6)

Enquanto pela revista sempre sabíamos “tudo” (o que era conveniente, é claro) o que se passava em Portugal, desde o âmbito político até as colunas sociais, o Brasil ali exposto (nas raras vezes em que é mencionado) é um país construído, alegórico, pensado por/através de Portugal e endossado pelos poucos brasileiros que representavam o país no corpo editorial da revista. O crítico Arnaldo Saraiva, em seu estudo sobre as relações entre o Modernismo português e brasileiro⁷⁵, qualificara a revista como “luso-brasileira sim, mas pouco ousada” e sublinha principalmente que a revista não alinhara-se ao período estético no qual estava inserido, conforme já apontamos anteriormente.

Entretanto, não deixa de ser estranho como as revistas que fomentavam o luso-brasileirismo – e particularmente no caso de *Atlântida* – conseguiram sobreviver e propagar esse ideal da luso-brasilidade e de estreitamento das relações culturais entre os países (desde, é claro, que se sobressaíssem os valores portugueses, não podemos nos esquecer) em um período tão impertinente para tais discussões e praticamente concomitante aos acontecimentos que se tornariam um marco para a cultura e literatura nacionais em 1922.

⁷⁵ Cf. Arnaldo Saraiva, *O modernismo brasileiro e português: subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*, Campinas, UNICAMP, 2004, p. 121-131.

A revista, mesmo contando com o patrocínio dos Ministérios das Relações Exteriores do Brasil e do Fomento de Portugal e, bem como prevê o sistema de funcionamento da imprensa, necessitava certamente de atingir um certo número de leitores/alcançar um certo número de tiragem ou, pelo contrário, não teria conseguido ir adiante por muito tempo, sobretudo naquela época.

Ora, se o periódico era também dirigido ao público “brasileiro” – como pudemos notar pela grande quantidade de propaganda e informações desnecessárias ali veiculadas para o português residente em Portugal – cabe nos perguntar ainda quais eram os brasileiros que liam/consumiam tais revistas. O índice de alfabetização e, conseqüentemente de leitores brasileiros naquela época, como sabemos, não era muito alto. A camada da população que tinha acesso à educação e à cultura em tal período era a mesma que provinha das tradicionais famílias de imigrantes bem sucedidos (portugueses, inclusive), freqüentemente no Rio de Janeiro ou, no caso de São Paulo, da elite rural que ascendia socialmente e proporcionava a seus filhos até mesmo formação no exterior (Portugal e França eram os destinos mais comuns). Logo, podemos inferir que era esse mesmo público-leitor restrito, formador da então elite intelectual brasileira, o consumidor de tais publicações e, não por acaso, também o articulador dos acontecimentos culturais que marcaram o início oficial do Modernismo no Brasil.

Se no início tal afirmação pode parecer estranha e contraditória em si mesma – afinal, as revistas citadas pregavam a aproximação luso-brasileira através, sobretudo, da valorização da cultura/raízes portuguesas imbuídas na constituição do país e que, justamente, representou um dos alvos de crítica dos Manifestos Modernistas – lembremos que, não por acaso, o período foi marcado por um contínuo dialético de tradição e ruptura que, mesmo com a explosão da Semana de 22, não conseguiu extirpar a presença indelével de Portugal, seja através da língua, pelo amadurecimento que proporcionou tais reflexões em busca da

identidade brasileira ou ainda pelo belo *galho* que criamos, parodiando a gênese criacionista da nossa literatura exposta por Antonio Candido na famosa *Formação*. Lembremos, ainda, do interessante conceito de Ecologia Cultural/ecossistema proposto por Benjamim Abdala Jr.⁷⁶ e que nos parece bem adequada ao caso: “Por ecossistema entendemos uma produtiva coexistência contraditória de pedaços de culturas diferentes, em processos contínuos de tensões, interações e mesclagens.”

Falando ainda de imprensa, não podemos nos esquecer, contudo, do grande poder de persuasão e de formação de opinião que tal meio de comunicação exerce junto à sociedade, ainda que de forma incipiente em tal época. É inegável que os articuladores de tais revistas e, especialmente no caso da *Atlântida* – fomentada não por acaso pelos Ministérios das Relações Exteriores como já mencionamos – sabiam e utilizaram esse poderoso instrumento de “propaganda” em prol do estreitamento das relações luso-brasileiras, pautados em interesses que parecem menos ingênuos que aqueles expostos inicialmente no programa da revista. Ainda de acordo com Paiva (2001, p. 115):

Atlântida vale pelas imagens de Portugal e Brasil, bem como pelos usos e abusos da literatura e da história em seu projeto luso-brasileiro. Da fachada de um “mensário artístico literário e social para Portugal e Brasil” emerge, pois, uma revista essencialmente política. Muito mais que um condensado de ensaios, entrevistas, poemas, contos e resenhas, *Atlântida* é um caminho para se ler Portugal. Ler Portugal lendo a revista foi com interpretamos suas páginas, aparentemente ávidas, como um mil folhas de textos, pretextos e contextos, sintomas e discursos.

Ao pensarmos no Portugal construído por essa intelectualidade para atender objetivos diferentes daqueles ingênuos expostos no programa inaugural da revista, percebemos claramente a formação de um campo de força intelectual, tal qual aquele proposto por

⁷⁶ Benjamin Abdala Junior, *Literatura, história e política: literaturas de língua portuguesa no século XX*, São Paulo, Ateliê, 2007, p.20.

Bourdieu⁷⁷, representado nesse contexto pelo poder simbólico da imprensa/ideologia veiculada. Conscientes também de que não existe escrita neutra e de que toda a fala é uma estratégia política, na medida em que o emissor sempre tenta convencer seu interlocutor pelo seu ponto de vista, aprofundaremos a discussão dessa questão considerando o conjunto dos artigos do restante do *corpus*.

⁷⁷Cf., por exemplo, Pierre Bourdieu, Trad. Sergio Miceli, *A economia das trocas simbólicas*, São Paulo, Perspectiva, 2005.

2.2 – REVISTAS DE ILUSTRAÇÃO



Fac-símile da capa de revista "Brazil-Portugal" (1908)

2.2.1 – Revista *Brasil-Portugal*

(...) E, contudo, surge, vem à liça, desce à estacada, afronta os maus agouros, entra denodado na grande batalha da vida e entrega-se confiado à boa fada tutelar que nunca desampara os que trazem consigo uma idéia e uma vontade. Qual é essa vontade? Qual é essa idéia?

(...) A idéia é esta: tornar o Brasil conhecido em Portugal, tornar Portugal conhecido no Brasil, generalizando em cada um destes países a arte e a literatura do outro, e tornando apreciados em ambos, os escritores e os artistas, que na mesma língua, rica, sonora e rítmica, dizem o que na pátria portuguesa e na pátria brasileira tem o sentimento de mais intenso e delicado e a idéia de mais profundo brilhante. As paisagens, os monumentos, as personalidades, as fábricas, os aspectos de cidades e vilas, que forem aparecendo em todos os números, lembrarão ininterruptamente, respondendo a uma curiosidade, ou avivando uma afeição, o Brasil a Portugal e Portugal ao Brasil. (...)

*Brasil-Portugal, A nossa apresentação*⁷⁸

Seguindo o gênero das publicações ilustradas em voga em Portugal no primeiro quartel do século XX, a revista *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, foi publicada entre 01 de fevereiro de 1899 a 16 de agosto de 1914, perfazendo um total de 374 números. Dirigida por Augusto de Castilho, Jaime Victor, Lorjó Tavares e mais tarde Augusto Pina, ao longo dos seus quinze anos de vida, manteve-se praticamente inalterável a direção original do periódico. Em 1912, após a morte de Castilho, João de Vasconcelos o substituiu e assumiu também como diretor. Grandes editores também foram responsáveis pelo sucesso da publicação, dentre os quais podemos citar Luiz Antônio Sanches (1899), sucedido posteriormente por Carlos de Magalhães Burguete (1910), Manuel Pedro da Silva (1911) e Carlos Abreu (1914).

⁷⁸ Augusto de Castilho; Jayme Victor; Lorjó Tavares, “A nossa apresentação”, *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Lisboa, ano 1, número 1, 01 fev. 1899, p.2 (grafia atualizada).

Sendo muito escassa a bibliografia concernente aos homens da imprensa luso-brasileira naquele período, investigar os protagonistas que conceberam a *Brasil-Portugal* – bem como todos os outros que dirigiram e/ou colaboraram em outros periódicos que integram o nosso *corpus* – não foi tarefa muito fácil. Na maioria das vezes, tivemos que realizar um verdadeiro trabalho “metalinguístico”, procedendo à leitura atenta dos artigos das revistas que pesquisamos para tentar reconstituir – pelo menos parcialmente – as personalidades dessa plêiade que fizeram a história da imprensa luso-brasileira da época. Constituída por homens de relevo na sua coetânea sociedade lusitana, nos surpreendemos, especificamente, em relação aos diretores da *Brasil-Portugal*, pela ausência de estudos significativos sobre o legado de tais intelectuais nas áreas nas quais atuaram efetivamente (política e imprensa, sobretudo). Nesse sentido, esperamos também que a nossa contribuição possa valer como um ponto de partida para pesquisas posteriores sobre esse periódico tão singular para a sociedade brasileira e portuguesa nesse início de século.

Começamos então nosso “panorama” pela figura de Augusto de Castilho que, como pudemos concluir, parece ter sido o principal responsável pela idéia de publicar o magazine e ainda foi aquele que, dentre os três diretores iniciais, tinha os motivos mais fortes para propagar os *ideais* de amizade luso-brasileira a todo custo (e logo saberemos o porquê).

De extirpe ilustríssima, Augusto Vidal de Castilho Barreto e Noronha, nascido em Lisboa (1841-1912), era filho de Antônio Feliciano de Castilho e afilhado de Alexandre Herculano – dois importantes nomes na conjuntura cultural da sociedade portuguesa do século XIX. Formado, portanto, sob a égide idealista da primeira fase do Romantismo português e, talvez, inspirado ainda nas peripécias garrettianas de homem das “armas e letras”, inicia desde cedo uma brilhante carreira na Marinha Portuguesa que conciliou de forma primorosa à sua faceta de intelectual escritor, tradutor das obras de seu padrinho Herculano para o inglês e

assíduo colaborador de importantes periódicos de sua época, como o *Diário de Notícias*, *Jornal das Colônias*, *Ocidente*, além dos Boletins da Sociedade de Geografia⁷⁹.

Como alto oficial da Marinha lusitana, participou ativamente do plano de tentativa de “moralização” das forças armadas portuguesas, engendrado sobretudo após o episódio do *Ultimatum* em 11 de janeiro de 1891. Nesse âmbito, serviu nas bases portuguesas de Angola, Índia, Goa e Moçambique desde 1860, pelo menos, até ter sido nomeado como governador das possessões ultramarinas do distrito de Inhambane e Lourenço Marques, em 1874 e 1875, respectivamente. Em 1885, galgou o posto de Governador Geral de Moçambique, tendo ali desempenhado com destaque a ocupação até então irregular da porção norte da província e administrado com competência os conflitos violentos da região.

Após passar uma temporada em Lisboa, Castilho assumiu a chefia da Divisão Naval de Angola, com instruções específicas de supervisionar as manobras dos oficiais franceses na costa africana, quando foi chamado ao Brasil para intermediar uma outra questão que se fazia mais urgente. Naquela ocasião, foi surpreendido com a ordem de “seguir para o Rio de Janeiro, a vigiar e proteger os interesses de Portugal e dos portugueses no conflito suscitado pelo levantamento da esquadra brasileira [...] contra Floriano Peixoto” (p.37)⁸⁰. Era o famoso episódio da Revolta da Armada, sobre o qual já dissertamos no primeiro capítulo e no qual Castilho tivera destaque absoluto, já que foi ele o comandante que concedera asilo aos revoltosos brasileiros e “desencadeador”, por conseguinte, da ruptura das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal como desdobramento de tal acontecimento.

⁷⁹ A título de exemplo, constam como obras de Castilho os títulos: *A questão do Transvaal: documentos collegidos, traducidos e comunicados à Sociedade de Geographia de Lisboa*, Lisboa, Casa da Sociedade de Geographia, 1891; *Relatório da guerra da Zambesia em 1888*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1891; *Portugal e Brazil, conflicto diplomático – o processo no Conselho de Guerra de Marinha* (...), Lisboa, M. Gomes Editor, 1894 (3 volumes); *O districto de Lourenço Marques, no presente e no futuro*, Lisboa, Casa da Sociedade de Geographia, 1860. Todas estas obras citadas foram digitalizadas pelo projeto norte-americano Internet Archive e podem ser acessadas integralmente através do sítio: <http://www.archive.org/search.php?query=augusto%20de%20castilho%20AND%20mediatype%3Atexts>.

⁸⁰Cf. Eduardo de Noronha, *Cadernos Coloniais 08* (Augusto de Castilho), Lisboa, Editorial Cosmos, s/d.

Com efeito, tal celeuma parece ter sido muito marcante na vida de Augusto de Castilho, a julgar pela quantidade de vezes que rememorou o episódio em alguns artigos que escreveu para a *Brasil-Portugal*, apesar de se tratar de um evento tão distante cronologicamente da circulação da revista. A título de exemplo, assim comentou Castilho a Revolta da Armada ao discorrer sobre o falecimento de seu amigo Dr. Carlos Augusto de Carvalho, que conhecera no período no qual esteve no Brasil em 1905⁸¹:

Há poucos dias o telégrafo, no seu cruel e rude laconismo habitual, anunciou-nos a morte, na cidade do Rio de Janeiro, do grande vulto que tinha esse brilhante nome! [...] Nunca esqueceremos a deliciosa impressão de simpatia que experimentáramos, quando em uma bela tarde de agosto de 1893, nos avistávamos pela primeira vez com este grande homem, no seu modesto escritório de advogado na Rua da Quitanda na bela capital do Rio de Janeiro! [...]

Foi durante a presidência do marechal Floriano Peixoto que o Dr. Carlos Augusto de Carvalho sobraçou pela primeira vez em 1893 a pasta dos Estrangeiros; mas como os temperamentos, as ideias de liberdade e as crenças políticas dos dois eram diversíssimos, não poderiam entender-se e, ao cabo de poucos dias o Dr. Carlos de Carvalho dava a sua demissão. Sucedeu-lhe ao ministério o Dr. Cassiano do Nascimento, homem mais dócil nas mãos do marechal de ferro, e que veio alguns meses depois a assinar a célebre nota em que o governo da república brasileira rompia as relações diplomáticas com o nosso governo, um pouco por causa do asilo dado aos revoltosos vencidos da esquadra brasileira, mas principalmente por causa da fuga de alguns deles no Rio da Prata.

Mais tarde durante a presidência do honrado e conciliante Dr. Prudente de Moraes, sendo segunda vez ministro das relações Dr. Carlos de Carvalho, foram reatadas as interrompidas relações entre os países irmãos. É preciso dizer-se em abono da verdade, que a interrupção das relações nunca foi além do campo protocolar da formalista diplomacia, porque a colônia portuguesa sempre manteve as mais cordiais ligações com o povo brasileiro. Entretanto, não podemos deixar de enaltecer a boa

⁸¹ Augusto de Castilho, “O Dr. Carlos Augusto de Melo”, *Brasil-Portugal*, Ano VIII, no. 160, 16 de setembro de 1905, p.245. (grafia atualizada). Note-se, ainda, a ligeira crítica que Castilho faz ao confronto governo republicano/ exército brasileiro *versus* monarquia/marinha que foi, na verdade, o verdadeiro embate que permeou a Revolta da Armada. Note-se, também, no final do texto, a insistência em vincular a prosperidade do Brasil a de Portugal.

vontade e eficazes diligências postas em prática pelo talentoso jurisconsulto e ministro cuja perda lamentamos.

Mais de uma vez nos disse anos depois este grande Brasileiro, que Portugal cometera um grande erro, tomando a atitude que tomou perante o governo do Brasil em frente daquela passageira dificuldade; e acrescentava: “– Se o asilo houvesse sido dado por navios ingleses e vez de portugueses, creia que a atitude do governo teria sido outra bem diversa! O governo português devia ter sustentado corajosamente o ato do asilo, com a altivez que tal ato por si mesmo inspirava, e mesmo ufanar-se dele e cobri-lo incondicionalmente com a sua responsabilidade e com as suas prerrogativas indiscutíveis. E se assim houvesse procedido creia que o governo do marechal não teria tomado o tom arrogante que tomou”.

Não é esta ocasião própria, nem dispomos de espaço para exhibir com mais largueza as insuspeitas opiniões de um homem que era um grande patriota, um grande jurisconsulto [...]; não pudemos, contudo, furtar-nos a apresentar ao menos fugitivamente, as opiniões do homem de quem estamos tratando, naquilo que elas podem relacionar-se com um acontecimento importante e histórico dos tempos modernos em que ele representou um tão simpático papel. [...]

O Dr. Carlos de Carvalho deixa um grande vácuo no foro, nas letras, e na política brasileira, o qual dificilmente e só com o tempo poderá ir sendo preenchido. Novo, cheio de vigor de uma grande atividade e de uma não vulgar ilustração, poderia ter prestado durante muitos anos ainda assinalados serviços ao seu país; e como a prosperidade do Brasil está intimamente ligada à nossa, não podemos também por esse motivo egoísta deixar de lamentar a súbita morte de tão ínclito varão.

De volta à sua terra natal e, ainda refletindo a confusão recente ocorrida na Baía de Guanabara, foi julgado e absolvido. Contudo, jamais deixou de servir sua pátria e integrar a Marinha; em 1903, por exemplo, fiscalizou de perto a construção da canhoneira Pátria (que foi, inclusive, objeto de muitos artigos publicados na *Brasil-Portugal* e *Ocidente* nesse período), além de ter sido diretor da Escola Naval em Lisboa e Ministro responsável pela pasta da Marinha e das Colônias (tudo isso no mesmo tempo em que integrou a direção da *Brasil-Portugal*). Como reconhecimento último aos seus serviços prestados à nação portuguesa, foi homenageado postumamente em 1914, quando batizaram um navio da esquadra portuguesa com seu nome.

Outro singular diretor da *Brasil-Portugal* que também figura como um “ilustre desconhecido” nos dias de hoje foi Lorjó Tavares.



Lorjó Tavares (foto publicada na edição 5 de *Brasil-Portugal*)

José Bernardo Camilo Lorjó Tavares nasceu no dia 21 de dezembro de 1857 na cidade de Faro, em Portugal. Dividindo suas atividades entre o jornalismo e a dramaturgia foi, durante onze anos, redator do *Correio da Noite*, além de ter sido colaborador do *Correio Português*, *Ocidente*, *Ilustração Portuguesa*, *Comércio Português*, *Diário da Manhã*, entre outros. No campo editorial, destacamos ainda os periódicos que fundou – *Perfis Contemporâneos* e a já citada *Brasil-Portugal* –, junto com Jayme Victor e Ernesto Bartolomeu. Na qualidade de dramaturgo, nas poucas palavras que lhe dispensa Lisboa (1994)⁸², assim nos foi apresentado Tavares:

Escritor teatral de intermitente mas não despidianda produção, depois de um drama violentamente anti-clerical (*Segredo da Confissão*, 1892) e de uma comédia dramática (*O Suicida*, 1894) manteve um longo silêncio, só quebrado em 1915 com uma peça de

⁸² Eugênio Lisboa (coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses* (vol. II), Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, p.404.

tom desenfastiado (*Inglese* [...]) e de novo em 1933 com a sua melhor obra, a comédia *Divórcios*, em que defende o primado dos sentimentos e da razão contra a moral oficial conservadora. (p.404)

De fato, o legado teatral⁸³ de Lorjó Tavares, considerado incipiente pelos seus contemporâneos, só obteve algum reconhecimento no fim de sua carreira como escritor e apenas alguns anos antes de sua morte. No entanto, no círculo jornalístico, (pelo menos em Portugal) sua figura era muito apreciada, como já pudemos notar, tanto pelo número de periódicos no qual foi colaborador, quanto pelo relevo das publicações que fundou e dirigiu. No mais, consta apenas que falecera na cidade de Colares em 1939.

No entanto, as informações sobre Tavares nas páginas de *Brasil-Portugal* foram muito freqüentes e muito significativas para a construção da personalidade desse intelectual através do próprio periódico. Com efeito, coligimos no *corpus* do periódico cerca de trinta artigos que tinham como objeto principal a figura de Lorjó Tavares, suas viagens para o Brasil, a importância da promoção da revista no país e ainda alguns textos literários (tradução/correspondência) que eventualmente fazia publicar no magazine, como podemos notar pelos títulos:

Nº. Edição	Ano	Data	Página	Título
5	1	01/04/1899	1 e 2	A imprensa do Brasil e o <i>Brasil-Portugal</i>
5	1	01/04/1899	1 e 2	Lorjó Tavares
7	1	01/05/1899	1 e 2	Lorjó Tavares no Pará: a imprensa do Brasil
8	1	16/05/1899	1	Lorjó Tavares
9	1	01/06/1899	1	Lorjó Tavares
10	1	16/06/1899	1, 2 e 3	O <i>Brasil-Portugal</i> e o Lorjó Tavares no norte do Brasil
11	1	01/07/1899	11	Lorjó Tavares: Pelo Amazonas [sic]
17	1	01/10/1899	1	Lorjó Tavares no Rio de Janeiro

⁸³ Cf. panorama completo das representações e das obras de Lorjó Tavares até 1898 em José Sousa Bastos, *Carteira do artista: apontamentos para a história do teatro português e brasileiro*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand/José Bastos, 1898, p.458.

20	1	16/11/1899	1 e 2	Lorj3 Tavares na Bahia
24	1	16/01/1900	1 e 2	Lorj3 Tavares
25	2	01/02/1900	1	O regresso de Lorj3 Tavares
27	2	01/03/1900	1	Lorj3 Tavares
28	2	16/03/1900	1	<i>Brasil-Portugal</i> : Lorj3 Tavares
35	2	01/07/1900	1 e 2	O <i>Brasil-Portugal</i> no Par3
40	2	16/09/1900	1	Lorj3 Tavares
48	2	16/01/1901	1	O <i>Brasil-Portugal</i>
49	3	01/02/1901	1	<i>Brasil-Portugal</i>
73	4	01/02/1902	1	O <i>Brasil-Portugal</i>
96	4	16/01/1903	2	O <i>Brasil-Portugal</i>
121	5	01/02/1904	399	O <i>Brasil-Portugal</i> : cinco anos de exist3ncia
144	6	16/01/1905	761	Cr3nica: 1899-1905
168	7	16/01/1906	370	O <i>Brasil-Portugal</i>
193	8	01/02/1907	2	<i>Brasil-Portugal</i> : Oito anos vividos
215	9	01/01/1908	363-364	Lorj3 Tavares
241	10	01/02/1909	4	Dez anos depois
289	13	01/02/1911	2	13.º. Ano
302	13	16/08/1911	224	Lorj3 Tavares
313	14	01/02/1912	386	<i>Brasil-Portugal</i>
337	14	01/02/1913	2	14 anos de publica33o
361	15	01/02/1914	2	15 anos de publica33o

Como podemos perceber, t3o logo o peri3dico foi lan3ado, Tavares incumbiu-se de promov3-lo intensamente no Brasil e, para atingir tal escopo, realizou pelo menos quatro longas viagens ao pa3s que t3m previram longas estadias (aproximadamente 8 meses cada). Sua primeira viagem, por exemplo, foi anunciada j3 na edi33o n3mero 5, de 01/04/1899⁸⁴:

⁸⁴ "Lorj3 Tavares", In: *Brasil-Portugal : revista quinzenal ilustrada*, Lisboa, ano 1, n3mero 05, 01 abr. 1899, p.2.

Parte de novo para o norte do Brasil no *Rei Humberto*, o mesmo pacote italiano que no ano passado o levou ao Pará, o nosso prezado amigo e colega na imprensa, o sr. Lorjó Tavares. Vai agora fazer a propaganda da excelente revista quinzenal, literária e artística, que há pouco fundou em Lisboa com os senhores conselheiro Augusto de Castilho e Jaime Victor. Ao êxito colossal que teve em todo o reino esta luxuosa publicação, única no seu gênero, estamos certos que deve corresponder o êxito no Brasil, não só por parte dos filhos dessa grande nação como por parte de todos os nossos compatriotas que lá residem. Sabemos que, em cada uma das pessoas com quem tratou no Pará, Lorjó Tavares deixou um amigo. [...] Pelo seu valor, pelo seu caráter, pelas suas excepcionais qualidades de trabalho e pelo arrojo da empresa que fundou e **que tem por companheiros um nome de há muito conhecido no Brasil como jornalista, e outro que tem universal consagração em todo o território da República como um dos mais valentes e honrados oficiais da marinha portuguesa**, por tudo isso merece Lorjó Tavares que o Brasil, auxiliando a sua empresa secunde os seus esforços e contribua poderosamente para a obra que ele iniciou seja levada a efeito com o mais feliz e próspero resultado. (...)

Lorjó Tavares com aquela tenacidade e índole ativa, que são um dos apreciáveis dotes que o caracterizam, caprichou em fazer da revista de que tratamos uma publicação duradoura e de todo o ponto digna dos nomes que nela figuram. **Ele vai uma segunda vez às terras de Santa Cruz**, trabalhar como ele sabe, desassombrada, honesta, vigorosamente, superando dificuldades que entibiariam outro menos forte, fazendo estimar por todos de quem se aproxima, nunca esmorecendo, armado com seu eterno e bondoso sorriso, marcando uma linha na sua frente e seguindo sem arrogância mas também sem vacilar. (...) Os primeiros quatro números publicados de *Brasil-Portugal* que acompanham ao Norte o nosso ilustre amigo provam, pela escolha de artigos e gravuras, que ele não se esqueceu da terra hospitaleira que tão carinhoso acolhimento lhe fez no passado. (grifo nosso)

Nesse primeiro artigo já notamos algumas informações interessantes, conforme sublinhamos. A primeira delas foi, sem dúvida, a notícia de que o jornalista estava indo pela segunda vez ao Brasil – e, especialmente ao Norte do país – para divulgar a revista. Consoante às leituras dos artigos que tem títulos e conteúdos semelhantes (edições número 7, 10, 35 etc, por exemplo, conforme o quadro anteriormente elencado), podemos conjecturar que o plano de realização da revista *Brasil-Portugal* – com o apoio inclusive dos empresários

e comerciantes portugueses estabelecidos na região norte do nosso país –, já tinha sido gestado na sua primeira viagem ao país, isto é, em 1898. Tal hipótese é reforçada, sobretudo, pelo número exagerado de propagandas, em nossa opinião, das casas comerciais portuguesas instaladas na região norte do Brasil (cerca de 70% no total do espaço reservado à publicidade em cada edição) e pelas constantes viagens que realizou Tavares para o Brasil com ênfase naquela área geográfica. Outro fato intrigante é a observação de que Lorjó Tavares tivera sido oficial da Marinha portuguesa (informação que não consta em nenhuma das poucas notas biográficas que encontramos sobre o jornalista), bem como a divulgação de que o dramaturgo seria já um jornalista muito apreciado no Brasil, embora seu nome não conste em nenhuma gazeta contemporânea como colaborador. A descoberta da sua participação na Marinha portuguesa como oficial ainda nos levou à outra reflexão: teria Tavares participado ou, pelo menos, tendo seguido de perto a polêmica e os desdobramentos da Revolta da Armada brasileira (tal qual Augusto de Castilho) e, por isso, se empenhasse com tanta veemência na propaganda de Portugal através de sua revista? É uma hipótese que requereria, porém, um levantamento de dados mais específico e que talvez pudesse justificar esse “interesse” demasiado de Tavares pelo Brasil.

Finalmente, o último integrante que compôs a tríade inicial de diretores da *Brasil-Portugal* foi Jayme Justino Victor (Torres Nova, 1855 -?), do qual também, infelizmente, não temos muitas informações. De origem humilde, fica órfão de pai aos dois anos e começa a trabalhar muito cedo, fato que lhe impediu de seguir com os estudos formais e ingressar na Universidade. No entanto, desde cedo dedicara-se às letras, tendo colaborado em inúmeros periódicos de Lisboa e do Brasil como o *Diário de Notícias*, *Diário da Manhã*, *Jornal da Noite*, *Democracia*, *Renascença*, *Ocidente* e *Arquivo Literário*, por exemplo. Como escritor

publicou alguns livros de poemas, dentre os quais relevamos, por exemplo, “Herculano e Michelet” (Lisboa, Tipografia Gutierrez da Silva, 1877).⁸⁵

BRASIL-PORTUGAL 13

Manteiga Burnay

Aviseo aos entendedores e ás donas de casas



Para fazer Boa Cozinha

É esta a
boa manteiga para
USAR

A Manteiga Burnay

A venda
em todas as prin-
cipaes succursias
de Lisboa

—O—
AGENTE GERAL
JOÃO BASTOS JUNIOR

235, Rua dos Fanqueiros — LISBOA

—♦♦♦♦—
DEPOSITARIOS EXCLUSIVOS

João Luiz Fernandes & C.ª — R. da Prata, 28 a 288, Lisboa.
Jeronymo Martins & P.ª — R. Garrett, 13 e 15, Lisboa.
José Afonso Vianna & C.ª — Largo Camões, 33 e 34, Lisboa.
R. D. de Campos — R. da Prata, 187 a 191, Lisboa.
Alves Diniz, Irmaes & C.ª — R. S. João, 91 a 106, Lisboa.
Sch. Corrêa Saraiva Lima — R. de S. Paula, 111 e 123, Lisboa.

HOTEL ALLIANÇA

FUNDADO EM 1843



PROPRIETARIOS

Gotuzzo & Agrifoglio

Rua 15 de Novembro — 218

PELOTAS — Estado do Rio Grande do Sul

Brasil

Banco Norte do Brasil

Banco telegraphico "NORTON CO." PARA — Telephone n.º 339

Capital realizado Réis 3.000.000\$000

Fundo de reserva Rs. 343.400\$559

Pará — R. 15 de Novembro, n.º 69

CORRESPONDENTES

NO PAIZ	NO ESTRANGEIRO
Rio de Janeiro	Londres
Bahia	Paris
Pernambuco	Lisboa
Ceará	Porto
Maranhão	Gênova
Matozós	New-York

Emitta cartas de credito, e socco vedeo as praças acima e
tambem socco sobre Hamburgo e 19-las as cidades e vilas
importantes de Portugal, Hespanha e Italia.
Encarrega-se de cobrança de lettras e remessa do produ-
cto, assim como faz todos os mais negocios bancarios.

SANTOS & MAGALHÃES

PAPELARIA E TYPOGRAPHIA

ARTIGOS DE ESCRITORIO

Trabalhos typographicos em todos os generos

OFFICINA A VAPOR

10-RUA DA PRATA-12

— LISBOA —

CONSULTAS
Das 8 da manhã
às 6 da tarde
G.F.O.

JOAQUIM CEZAR PAIVA

Cirurgião Dentista

CONSULTAS
Das 11 as 12
G.F.O.

Diplomado pela Escola Medico-Cirurgica de Lisboa
Especialista no tratamento de doçores de dentes e dos maxillares
Rua da Palma, 40. 1.ª

New Zealand Store

Casa especial de viveres, molhados finos e mais generos concernentes
a este ramo de negocio

Importação directa

*Recebem generos pelos vapores frigorificos,
de Southampton e Rio da Prata*

COELHO, DIAS & C.^A

RUA DO OUIDOR, 37

RIO DE JANEIRO

Pequeno painel de publicidade publicado regularmente na *Brasil-Portugal* (com destaque às propagandas de casas comerciais “brasileiras”; exemplo retirado da edição 28).

⁸⁵ Cf. Innocencio Francisco da Silva, “Diccionario bibliographico Portuguez”, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, Tomo X, p. 125 e 126.

Quanto ao programa editorial do periódico, assim foi apresentado os objetivos da revista na página 2 de seu primeiro número, publicado no dia 01 de fevereiro de 1899⁸⁶:

Nasce o *Brasil-Portugal* um mês depois de nascer o ano e pouco antes de expirar o século. Vem ao mundo num momento convulsionado, eriçado de problemas. Não aparece no mês das flores, naquele em que o Destino costuma fazer brotar os poetas e as rosas. Ao contrário, vem numa época triste, em que a invernã bate rijo à porta e as árvores secas e hirtas têm um ar de pavor. Para que não pudesse ser mais desolador o horóscopo bastava que o *Brasil-Portugal* viesse a luz numa sexta-feira 13. E, contudo, surge, vem à liça, desce à estacada, afronta os maus agouros, entra denodado na grande batalha da vida e entrega-se confiado à boa fada tutelar que nunca desampara os que trazem consigo uma idéia e uma vontade. Qual é essa vontade? Qual é essa idéia?

Responder a estas perguntas é dizer todo um programa, e, como ele é simples e curto, em duas palavras se diz.

A idéia é esta: tornar o Brasil conhecido em Portugal, tornar Portugal conhecido no Brasil, generalizando em cada um destes países a arte e a literatura do outro, e tornando apreciados em ambos, os escritores e os artistas, que na mesma língua, rica, sonora e rítmica, dizem o que na pátria portuguesa e na pátria brasileira tem o sentimento de mais intenso e delicado e a idéia de mais profundo brilhante. As paisagens, os monumentos, as personalidades, as fábricas, os aspectos de cidades e vilas, que forem aparecendo em todos os números, lembrarão ininterruptamente, respondendo a uma curiosidade, ou avivando uma afeição, o Brasil a Portugal e Portugal ao Brasil. Os nossos pintores de nome atravessarão estas páginas com a nota da arte que mais encanta, por ser a que os olhos de pronto assimilam, dando em flagrante o comentário ou a *charge*, e ilustrando versos e contos, romances ou crônicas. A fotografia irá buscar aos salões artísticos, aos aposentos de trabalho dos homens ilustres, às casas suntuosas, e aos *ateliers* dos artistas, o que mais interesse o bom gosto e a estética. E essas descrições serão firmadas por quem, em matéria de ciência mobiliária e arqueologia artística tem um nome consagrado.

Acontecimentos palpantes, nossos ou internacionais, terão aqui a sua repercussão tanto artística como literária. O *Brasil-Portugal* sabe que não é viável publicação desta

⁸⁶ Cf. Augusto de Castilho; Jayme Victor; Lorjô Tavares, “A nossa apresentação”, *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Lisboa, ano 1, número 1, 01 fev. 1899, p.2 (grafia atualizada).

natureza que mãos femininas não compulsem, que não interesse ou deleite o espírito feminino. É uma das suas missões delicadas: esforçar-se-á por cumpri-la.

E muito de propósito aguardamos o fim para dizer que o *Brasil-Portugal* tem a peito, acima de tudo, manter e apertar as relações do comércio e da indústria entre as duas nações irmanadas pelo sangue, pelo sentimento e pela tradição. Eis aqui a idéia que traz consigo *Brasil-Portugal*. Falta dizer o que é a vontade. A vontade é pô-la em ação e torná-la prática. Para esse *desideratum* absolutamente confiam no grande público dos dois países.

Criada, portanto, com o propósito de “estretar os laços entre Brasil e Portugal” sobretudo no âmbito econômico mas sem excluir, contudo, a perspectiva artístico-literária reiterada constantemente, possuía em média 24 páginas (sendo a metade delas só de propagandas de anunciantes brasileiros e portugueses) e teve uma ótima circulação no Brasil e também nas colônias africanas, também em parte devido à brilhante atuação dos correspondentes das revistas no exterior. O público brasileiro desde o início da publicação mereceu grande atenção dos editores da revista, especialmente de Lorjô Tavares, como vimos. Outro fato que nos chama a atenção quanto à essa “correspondência” brasileira é o grande número de agentes da revista espalhados por todo o país, conforme divulgado em suas próprias páginas: em meados de 1900 contava com agentes/colaboradores em Manaus, Belém, São Luis, Rio de Janeiro, Porto Alegre e São Paulo, por exemplo.

Ao que tange o programa editorial, podemos dizer que a publicação se dividiu em dois momentos distintos que tiveram a implantação da República Portuguesa como baliza divisória: antes de 1910 se caracterizou como veículo de notícias em geral e entretenimento; depois dos acontecimentos de 05 de outubro se configurou como órgão de oposição ao novo regime. De fato, após o início da República lusitana, observa-se paulatinamente nas crônicas publicadas na revista um tom mais crítico em relação ao novo regime, embora os diretores sempre reiterassem a “neutralidade política”, a cada novo ano de publicação, nos editoriais comemorativos.

Desde a ocasião de seu lançamento, a revista foi planejada para ser um produto consumido pelas elites, nomeadamente a comunidade portuguesa no Brasil e das colônias, que procurava cativar sobretudo de diversidade de textos apresentados em suas páginas de temática bem variada (abrangendo desde a história, literatura, arte até etnografia, sociologia, religião, sociedade), sempre de excelente qualidade e bem ilustrados. Podemos dizer que a *Brasil-Portugal* era mesmo uma espécie genuína de álbum de memórias visuais, que despertava um grande interesse enquanto fonte de informação. No primeiro ano, a direção artística da *Brasil-Portugal* era incumbência de Celso Hermínio, mas no ano seguinte foi anunciado o seu afastamento, justificado por motivos profissionais. Celso Hermínio viria a falecer a 8 Março de 1904, episódio que foi noticiado pela própria revista em seu n.º 124. No campo gráfico das artes visuais, a revista contou ainda com a colaboração de nomes como Joaquim Costa, Alfredo Cândido, Arnaldo Fonseca, Camacho, Carlos Abreu, Carlos Pereira Cardoso, Fidanza, J. Benoliel, , Loz Marinho, Roque Gameiro, entre outros.

As notícias contemporâneas apareciam sempre forma diversificada nas páginas das revistas, mas havia a predominância das crônicas e das reportagens fotográficas. No foco das publicações da revista convergiam quase sempre as relações luso-brasileiras, que forneciam vasto material para as seções de vida cotidiana, como: “Relações commerciaes de Portugal”, assinada pelo conselheiro F. Matoso Santos; “Questões actuaes”, sob a batuta do dr. Anselmo de Andrade e as “Cartas de Paris”, de Silva Lisboa, por exemplo. O grande enfoque na economia torna a revista *Brasil-Portugal* como uma autêntica testemunha das finanças do período e uma preciosa fonte de informação sobre empresários e empresas, bancos e gestores financeiros, associações de classe e instituições. Desde o início de sua publicação apresentava algumas colunas fixas, como a “Crônica elétrica”, “Poetas e prosadores” (cotejo de duas poesias, sendo sempre uma de autoria portuguesa e a outra brasileira), a seção de folhetim, além de uma seção dedicada ao Teatro, que incluía o panorama teatral da época, a

programação das casas de espetáculos e os bastidores das peças. Publicou também uma interessante série intitulada “Galeria da Imprensa”, com destaque a grandes empresas jornalísticas de Portugal e também do Brasil – conforme veremos melhor adiante – além de publicar regularmente uma seção denominada “Bibliografia”, com a resenha dos principais livros que vinham à lume em ambos os países.

Os acontecimentos da vida política, tanto no âmbito nacional, quanto internacional, eram comentados pelos respectivos diretores da revista na já citada “Crônica elétrica” ou na crônica humorística “À varanda do Club”, de Moura Cabral. Mas, conforme a publicação ia conquistando novos espaços junto ao público, novos articulistas, e de peso, foram agregados ao corpo editorial como, por exemplo, Alfredo Mesquita, Alberto Braga, Câmara Lima, Consiglieri Pedroso, Eduardo Schwalbach, Emydio Navarro, Gervásio Lobato, Henrique Lopes Mendonça, Ramalho Ortigão, Teófilo Braga, Wenceslau de Moraes. Além destes, a *Brasil-Portugal* contou com a colaboração permanente de Abel Botelho, Adrião de Seixas, Afonso Gayo, Alberto Braga, Alfredo da Cunha, Anselmo de Andrade, Anselmo Vieira, Antônio Arroyo, Antônio de Barros, Antônio do Valle de Sousa, Antônio Ennes, Antônio José Boavida, Gomes Leal, Guilherme Gama, Arnaldo Fonseca, Augusto Pina, Barão de Marajó, Bello Moraes, Bernardo Pinheiro, Bulhão Pato, Carlos Malheiro Dias, Conde da Esperança, Conde de Monsarraz, Crispim, Cunha Belém, Cunha e Costa, Curry Cabral, D.Luiz de Castro, Egas Moniz Barreto de Aragão, Eduardo Vidal, Euclides Dias, F.A. de Matos, Félix Faure, Fernandes Costa, Ferreira Mendes, Fialho d’Almeida, Henrique Vasconcelos, Itibiré da Cunha, Jorge de Menezes, J. Barbosa Colem, J. Nunes de Freitas, João Abreu, João Galhardo, João Grave, João Saraiva, Júlio Brandão, Júlio Nunes de Freitas, L.F. Marrecas Ferreira, Lambertini Pinto, Lino d’ Assumpção, Lopes de Mendonça, Luiz Cardozo, Luiz de Moraes Carvalho, Luiz Trigueiros, Macedo Papança, Manoel Dâmaso Antunes, Manoel de Arriaga, Manuel Penteadado, Marques Mano, Marrecas Ferreira, Mattoso dos

Santos, Maximiliano de Azevedo, Miguel Bombarda, Moura Cabral, Olavo Bilac, Oliveira Freitas, Branco, Oraval, Orlando Teixeira, Padre Alvares d'Almeida, Pinto de Carvalho (Tinop), Raul Brandão, Ribeiro de Carvalho, Ruy Santos Farinha, Sena Freitas, Silva Pinto, Thomaz Ribeiro, Valentim de Magalhães, Visconde de Faro Oliveira, Zacharias d'Aça, entre outros.

A presença feminina – conforme constatamos já a partir do programa da revista – e a defesa do feminismo também foram constantes nas páginas de *Brasil-Portugal*; nesse sentido, destacamos a colaboração de Adelina Lopes Vieira, Ana de Castro Osório, Ana Maria Ribeiro de Sá, Branca de Carvalho, Constança Telles da Gama, Héloise Cordeiro, Júlia Lopes, Margarida Bodin, Maria Amália Vaz de Carvalho, Maria O'Neill, Sophia da Silva.



Fig. 7 - D. Julia Lopes de Almeida (foto publicada na edição 29)

Sublinhamos ainda o dinamismo da política comercial da *Brasil-Portugal*, representado pela presença de muitos assinantes (especialmente nos anos iniciais da publicação), na sua política de preços, por diversas vezes reduzidos, na presença de suplementos e no lançamento anual de brindes, entre outras estratégias. A empresa também

passou por mudanças constantes de sede e de tipografia e utilizou técnicas inovadoras de impressão, detalhes que foram reconhecidos e premiados em certames internacionais, como a Exposição Internacional de S. Luís, Exposição de Paris (1900) e Exposição Nacional do Rio de Janeiro (1908).

2.2.2 – *Brasil-Portugal* em números e letras

Conforme à metodologia anteriormente explicitada, dividimos as 196 matérias coligidas acerca das relações luso-brasileiras em grandes eixos temáticos: Cultura, Economia, Sociedade, Política e Letras, resultando no seguinte quadro:

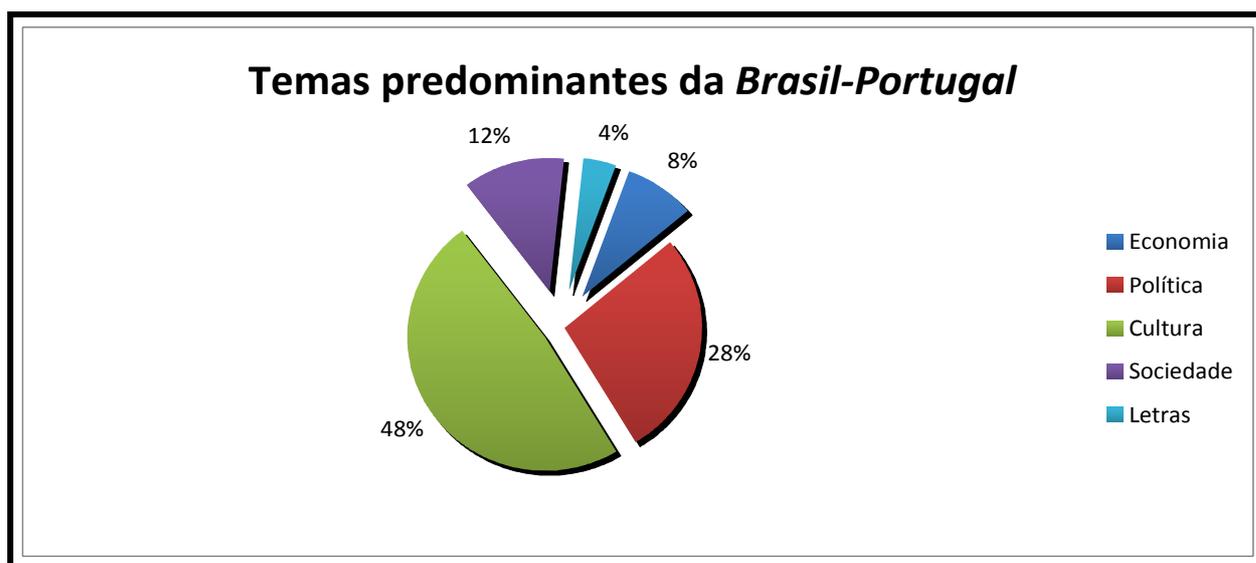


Gráfico 2 - Temas predominantes da *Brasil-Portugal*

Assuntos	Número de Matérias	%
Cultura	95	48,5
Economia	16	8,2
Letras	8	4
Política	54	27,5
Sociedade	23	11,8
Total	196	100

Tabela 2 – Temas predominantes na *Brasil-Portugal* (em números e %)

Como podemos perceber, embora o eixo Cultura se sobressaia *quantitativamente e significativamente* perante os outros, também se revelam muito emblemáticos aqui os artigos sobre Política e Economia – ainda que já esperados, a julgar pelo próprio programa da revista que explicitara o propósito do fomento das relações luso-brasileiras nesse âmbito. Observamos ainda que, por se tratar de uma revista de *ilustração*, eventualmente comentaremos algumas charges ou imagens sobre Brasil e Portugal publicadas nas revistas, uma vez que o conteúdo imagético tem grande relevância nesse tipo de magazine.

Começando nossa exposição sob a perspectiva da *Cultura*, observamos que desde o início da publicação houve um grande número de matérias enaltecidas das Instituições Portuguesas em geral e, nomeadamente, daquelas localizadas no Brasil ou que atendiam diretamente aos “interesses coloniais” da nação portuguesa, como a Sociedade de Geografia de Lisboa. No caso da colônia portuguesa no Brasil, notamos que os articulistas de tais matérias pretendiam que seus patrícios de aquém-mar tivessem um entendimento maior sobre a presença de tais instituições no país e as entendessem como “órgãos” de coesão e de “proteção” no caso de situações hostis, como já adiantamos alhures. Destarte, Visconde de Faro e Oliveira assim discorre sobre o assunto na edição número 3, publicada em 01 de março de 1899 (p.8)⁸⁷:

Ao aceitarmos o encargo de dizer o que sabemos com relação às associações portuguesas no Brasil [...] deliberamos que melhor serviríamos os interesses desta Revista tratando, sem omissões, de todas as associações de caráter português, fundadas por portugueses no Brasil, após a independência deste. [...] Os súditos de Vossa Majestade, quando ausentes da terra natal, ou por afirmarem como resultante da separação, as mais das vezes forçada, ou por atestarem aos povos, entre os quais

⁸⁷ Visconde de Faro e Oliveira, “Instituições portuguesas no Brasil”, *Brasil-Portugal*, Ano 1, no.3, 01 de março de 1899, p.8 (grafia atualizada).

vivem que, a despeito dessa mesma separação, o sentimento do amor da pátria e, pelos portugueses, compreendido no seu mais alto valor, tanto na sua como na alheia terra, reúnem-se, congregam-se em associações e, dadas as mãos fraternamente, fazem de cada uma delas honroso monumento para a pátria. Uma das terras do Brasil onde esse sentimento mais se há acentuado pela criação das Associações, cada qual mais patriótica e todas elas profundamente humanitárias é, incontestavelmente a cidade do Rio de Janeiro: o Gabinete Português de Leitura, a Sociedade Portuguesa de Beneficência, a Caixa de Socorros D. Pedro V, o Retiro Literário Português e muitas outras, são vivíssima prova desse acerto e por essas instituições bem alto falam os inúmeros benefícios que profusa e incessantemente distribuem. (...)

Nesse mesmo artigo, é muito interessante notar como Faro e Oliveira comenta as hostilidades anti-lusitanas no território fluminense, tentando sinalizar ainda que tais celeumas não passavam de um mal-entendido e que as comunidades viviam em plena harmonia:

Não subscreveremos, contudo, à totalidade das suas imposições, produzindo um estudo minucioso da evolução material e intelectual da colônia portuguesa naquele ubérrimo e abençoado país onde, por mais que tentem fazer o contrário, a amizade entre brasileiros e portugueses há de ser eterna e grande, como é grande e impetuoso o Amazonas, como é alto e vertiginoso o Itatiaia.

Em seu segundo artigo sobre o tema, publicado na edição de número 6 (16/04/1899)⁸⁸, Faro e Oliveira privilegiou o Gabinete Português de Leitura e seu relevo para a comunidade lusitana na cidade:

Porque não nos acusem de parcialidade, e também porque melhor possa ser estudada a evolução progressiva da colônia portuguesa [...] do Gabinete Português de Leitura, do Rio de Janeiro, trataremos em primeiro lugar. Fundado em 12 de maio de 1837, é lícito inferir, embora o não achemos consignado em documento algum, que o móvel dos instituidores não foi somente a vulgarização das letras portuguesas mas, principalmente, alimentar e desenvolver o sentimento patriótico pelo agrupamento de todos os portugueses em uma associação representativa da importância material e intelectual da colônia, conquistando para esta o predomínio que lhe falecia e que

⁸⁸ Visconde de Faro e Oliveira, “Instituições portuguesas no Brasil II - Gabinete Português de Leitura no Rio de Janeiro”, *Brasil-Portugal*, Ano 1, no.6, 16 de abril de 1899, p.8 (grafia atualizada).

andava fracionado e perdido nas mãos dos pouquíssimos que até então haviam conseguido salientar-se pelo esforço do seu trabalho, elevando-se além da craveira comum.

É certo que a identidade da língua e de costumes, além do entrelaçamento da família e da conversão à nacionalidade brasileira da grande maioria dos portugueses residentes no Brasil, ao tempo da independência deste, faziam crer a desnecessidade de uma associação puramente portuguesa, por isso que o interesse de brasileiros e portugueses era comum e ambos se davam as mãos amigavelmente, auxiliando-se com verdadeiro amor fraternal; mas não era menos certo que a corrente de imigração aumentava de dia para dia e que os recém-chegados, guardando a sua nacionalidade, iam formando uma nova legião de cujas forças combinadas deveria resultar uma só, poderosa, força coletiva, reguladora da importância crescente da colônia portuguesa.



Fig. 8 - Visconde de Faro e Oliveira, um dos colaboradores de *Brasil-Portugal* (foto publicada na edição no. 3)

Mais tarde, em 1913 e, pela pena de outro jornalista – Jayme Victor – as instituições portuguesas foram novamente tema de artigos publicados na revista. Em tal artigo, que integra a interessante série de dezoito reportagens intituladas “Cartas do Rio de Janeiro – Aquém e além-mar” – significativo panorama da sociedade carioca, analisada em seus vários aspectos e

elaborada pelo jornalista em uma de suas passagens pelo país – Victor discorreu sobre o “histórico” dessas instituições no Rio de Janeiro, no exemplar de 16 de março de 1913⁸⁹:

Salientam-se, entre as numerosas associações portuguesas espalhadas por esta cidade, a Beneficência Portuguesa, o Gabinete Português de Leitura e Clube Ginástico Português. [...] Analisar estas coletividades altruístas e beneméritas o mesmo é que reconhecer e admirar a íntima coesão entre o povo português e o povo brasileiro. Elas são a demonstração real de que se perpetuam pelos tempos fora as mesmas qualidades étnicas de um e de outro povo e que se o português tem tanto e tão radicado o amor pátrio que consegue exteriorizá-lo por tal forma e elevá-lo a proporções tais, é nesta formosa capital, à sombra da bandeira brasileira, entre os seus irmãos brasileiros, sob a ação benéfica da lei brasileira, hoje como ontem, na Monarquia como na República, que essas instituições de beneficência, de instrução e de desenvolvimento psíquico, nascem, crescem, prosperam, afirmam e exemplificam as qualidades altruístas de um povo que, ausente do seu país, pretende honrá-lo e continuá-lo pelo espírito associativo, generoso e utilitário, das classes laboriosas. Separem-no muito embora dissensões políticas, dividam-no opiniões radicais sobre formas de regime ou sobre personalidades [...] o que não conseguirá nunca é aniquilar esta poderosa força patriótica, este espírito de coletivismo prático, esta fecunda e superior qualidade da raça portuguesa, que tem nas associações do Rio de Janeiro a sua mais alta expressão.

A “íntima coesão” entre brasileiros e portugueses evocada no artigo supracitado também foi reiterada no painel da “imprensa luso-brasileira” publicada pela *Brasil-Portugal* a partir de 1899. A partir do terceiro número da revista (01/03/1899), o magazine veiculou a curiosa seção “Galeria da Imprensa”, espécie de vitrine sobre os principais jornais e jornalistas cariocas nesse final de século XIX. Publicada ainda nas edições número 4 (16/03/1899), 6 (16/04/1899), 7 (01/05/1899), 10 (16/06/1899), 24 (16/01/1900) e 30 (16/04/1900), a duração dessa coluna praticamente coincidiu com o primeiro ano de publicação do periódico.

⁸⁹ Jayme Victor, “Cartas do Rio de Janeiro VIII – Aquém e além-mar: Associações portuguesas no Rio de Janeiro”, *Brasil-Portugal*, Ano XV, no. 340, 16 de março de 1913, p. 58 (grafia atualizada).

Nas sete edições nas quais foi publicada, a “Galeria da Imprensa” traçou um importante retrato da *intelligentsia* brasileira finissecular – representada pelos intelectuais e homens de letras que estavam a frente dos periódicos *Jornal do Comércio*, *Gazeta de Notícias*, *O País*, *O Século*, *Jornal do Brasil* e *A Notícia*, todos do Rio de Janeiro – ainda que de forma singela. Os artigos, de modo geral, tinham sempre a mesma estrutura, ou seja, na primeira parte era sempre apresentado o diretor do jornal e um breve panorama histórico sobre a publicação, enquanto que na segunda sempre havia o destaque para os respectivos correspondentes na capital portuguesa.

No primeiro artigo da série (edição número 3 de 01/03/1899) os jornalistas “homenageados” foram José Carlos Rodrigues, então diretor do periódico, e José Antônio de Freitas, correspondente do *Jornal do Commercio*⁹⁰ em Lisboa. Rodrigues, que na época completaria quase uma década como diretor do jornal, foi inicialmente descrito pela revista como

notável jornalista brasileiro que com tão grande êxito dirige a empresa jornalística do Rio de Janeiro. [...] A sua atividade e o seu talento manifestaram-se logo nos primeiros anos dos seus estudos, que principiaram no Colégio D. Pedro II do Rio, e terminaram na Universidade de São Paulo, onde em 1864 se formou em direito, merecendo várias distinções (...) ⁹¹ (p.2)

⁹⁰ Fundado em 1º de outubro de 1827 pelo francês Pierre Plancher, o *Jornal do Commercio* do Rio de Janeiro é, até hoje, um importante e influente órgão da imprensa fluminense, sendo considerada a mais antiga folha de circulação diária ininterrupta da América Latina. Em suas páginas desfilaram personalidades do primeiro e do segundo Império, bem como da República até os dias presentes. Teve origem no *Diário Mercantil* (1824), de Francisco Manuel Ferreira & Cia., editado no Rio de Janeiro, voltado para o noticiário econômico, mantendo a vocação até hoje. No período de 1890 a 1915, sob a direção de José Carlos Rodrigues, contou com a colaboração de grandes intelectuais brasileiros, como Rui Barbosa, Visconde de Taunay, Alcindo Guanabara, Araripe Júnior, Afonso Celso e outros. Era então editorialista José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco (1845-1912). Atualmente, o diário integra os Diários Associados. Em 2005 expandiu-se, inaugurando sucursais em São Paulo, Brasília e Belo Horizonte, onde passou a ser comercializado em bancas, concorrendo diretamente com outros importantes jornais econômicos brasileiros como *Valor Econômico* e *Gazeta Mercantil*. Cf., por exemplo, F. Pacheco, *Um francês-brasileiro, Pedro Plancher: subsídios para a história do “Jornal do Commercio”*, Rio de Janeiro, Typografia do Jornal do Commercio, 1917; C. Sandroni., *180 anos do Jornal do Commercio – 1827-2007: de D. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva*, Rio de Janeiro, Quorum, 2007 e N. W. Sodré, *História da Imprensa no Brasil*, 4. ed., Rio de Janeiro, Mauad, 1999.

⁹¹ “Galeria da Imprensa”: *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro. In: *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*. Lisboa: ano 1, número 3, 01 mar. 1899, p.2. (grafia atualizada)

O editorial prosseguiu narrando as qualidades cognitivas e empresariais de Rodrigues, com destaque à sua participação na imprensa periódica americana – no período que aqui estivera como correspondente do *Jornal Oficial* e do próprio *Jornal do Commercio* – além de enfatizar a importância de suas publicações e estudos jurídicos para o desenvolvimento da Jurisprudência brasileira. Ao final do artigo, tivemos a informação de que

O dr. José Carlos Rodrigues tem visitado a Europa várias vezes, demorando-se na sua última viagem algum tempo em Lisboa, onde foi muito festejado, sendo-lhe oferecido um grande banquete no Hotel Internacional, ao qual presidiu ainda o malgrado Carlos Lobo d'Avila, então ministro dos estrangeiros, e assistiu o sr. Thomaz Ribeiro que era ao tempo ministro português junto à República Brasileira. Do nosso governo tem merecido por vezes algumas distinções, entre as quais em 1893 a Comenda de S. Thiago, e depois a Carta do Conselho.⁹²

Em tom exclusivamente laudatório, na conclusão do artigo temos, portanto, as informações de que a figura do jornalista era não somente muito apreciada em Portugal, como também merecedora de condecorações honrosas por parte do governo português, justamente no ano de 1893 (marco do rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal, como vimos antes), dando a impressão para o leitor de que as divergências entre os governos luso-brasileiros não passavam de simples questões burocráticas.

Da mesma maneira nos foi descrito José Antônio de Freitas, correspondente do *Jornal do Commercio* em Lisboa:

Basta vê-lo e conhecê-lo para se simpatizar logo com o Brasil. É que raramente se consegue ser mais insinuante do que ele é: vivo, irrequieto, nervoso; espírito culto, possuindo todos os segredos da graça moderna, traduzida em bons ditos e em observações justas; escritor correto, conhecedor como poucos da sua língua, orador eloqüente que arrebatava não pela retórica mas pelo brilho da frase cuidada e natural, tal é José Antônio de Freitas, brasileiro de coração e de origem, e português pela educação e pela conveniência. Ocupa há muito um lugar distinto entre os sócios

⁹² “Galeria da Imprensa”: *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro. *Op.cit.*, p.2, grafia atualizada.

correspondentes da Academia de Ciências, é em Lisboa correspondente literário do *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro, onde os seus folhetins são justamente apreciados, e o teatro português deve-lhe as traduções mais ricas das principais obras de Shakespeare. (...) ⁹³

Seguindo a mesma linha do primeiro artigo publicado na série “Galeria da Imprensa”, na edição de 16 de fevereiro de 1899 nos foi apresentado o “verdadeiro tipo de jornalista moderno”, representado na figura de Dr. Ferreira de Araújo, diretor da *Gazeta de Notícias* ⁹⁴, do Rio de Janeiro:

Espadaúdo, fronte elevada, olhar vivo e inteligente, fisionomia franca e aberta, feições acentuadas, o ilustre diretor da *Gazeta de Notícias* do Rio de Janeiro, jornalista dos mais brilhantes do Brasil, tem sido um forte na pura acepção da palavra. Espírito culto (...) ele é o verdadeiro tipo do jornalista moderno, moldando-se pela maleabilidade da sua inteligência a todos os gêneros, desde o artigo político cheio de argumentos, até o folhetim ligeiro cheio de graça. [...] Francamente democrata, sem os exageros do jacobinismo, convictamente liberal, mas liberal pela ordem, não esperou o glorioso decreto da condessa d’Eu, para atestar o seu respeito pela humanidade, e ainda, quando poucos acreditavam que essa tarefa seria levada a cabo pelo coração dedicado e uma princesa, (...) José Ferreira de Araújo encetou nas colunas de seu jornal, com ideal de justiça, uma campanha decidida a favor do movimento abolicionista que começava então a esboçar-se e que ele animou, incitou e fez triunfar. Partidário das instituições que o Brasil hoje tem, o que não quer dizer que o seja sempre dos homens que governam, a sua pena e o seu jornal tem estado, até agora, um e outro, ao lado dos bons princípios de administração séria, de política alevantada e de soberania nacional. ⁹⁵

⁹³ “Galeria da Imprensa”: *Jornal do Commercio*, do Rio de Janeiro. *Op.cit.*, p.2, grafia atualizada.

⁹⁴ O jornal *Gazeta de Notícias*, fundado por Manuel Carneiro, Ferreira de Araújo e Elísio Mendes, circulou de agosto de 1875 até 1942. Inovador em seu tempo, abriu espaço para a literatura (que publicava em folhetins) e debateu com afinco os grandes temas nacionais. De tendência antimonarquista e abolicionista, foi em suas páginas que José do Patrocínio (sob o pseudônimo de *Prudhome*) iniciou a sua campanha pela Abolição (1879). Machado de Assis, Capistrano de Abreu, e os portugueses Eça de Queiróz e Ramalho Ortigão, entre outros, também colaboraram de modo expressivo com o periódico.

⁹⁵ “Galeria da Imprensa”: *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, In: *Brasil-Portugal: revista quinzenal ilustrada*, Lisboa, ano 1, número 4, 16 mar. 1899, p.3. (grafia atualizada)

O importante jornalista, historiador e dramaturgo português Lino de Assunção, então correspondente da *Gazeta de Notícias* em Lisboa, também teve suas qualidades de publicista enaltecidas pelo editorial:

É o correspondente em Lisboa da *Gazeta de Notícias*. Conhece o Brasil e as suas coisas como poucos portugueses, porque viveu longos anos em algumas das principais cidades de América do Sul, onde criou sinceras afeições que ainda hoje recorda com saudade. O seu nome foi conhecido primeiro do que a sua fisionomia, no nosso meio literário contemporâneo (...) Nomeado, ao criar-se a inspeção das nossas bibliotecas, (...) Lino de Assunção dedicou-se deveras ao desempenho desse cargo de responsabilidade a cujo serviço tem prestado maiores disvelos do seu trabalho.⁹⁶

Sempre nesse mesmo sentido, foram descritos ainda os perfis intelectuais de Quintino de Bocaiúva (diretor) e Joaquim Leitão (correspondente) do jornal *O Paiz*⁹⁷, na edição de *Brasil-Portugal* de 16 de abril de 1889; do clã da família Mendes (Dr. Fernando Mendes e Fernando Victor Mendes de Almeida), bem como dos correspondentes Celso Hermínio e Jayme Victor, que estavam à frente do *Jornal do Brasil*⁹⁸ (edição número 10 de 16 de junho

⁹⁶ “Galeria da Imprensa”: *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, *Op.Cit.*, p.3, grafia atualizada.

⁹⁷ O período matutino *O Paiz* foi um dos inúmeros jornais que surgiram na cidade do Rio de Janeiro no último quartel do século XIX. Fundado pelo português João José dos Reis Júnior – mais tarde agraciado com o título de conde de São Salvador de Matosinhos – circulou entre 1 de outubro de 1884 e 1930. Quintino Bocaiúva (1836-1912) foi seu redator-chefe de 1885 até ao início do século XX. Principal periódico republicano do Brasil, chegou a vender, em 1890, 32 mil exemplares. Apesar de atuar como um órgão oficioso do governo, considerava-se independente. Grandes personalidades brasileiras de renome colaboraram com o jornal na época, dentre as quais podemos citar, por exemplo, Rui Barbosa, Fernando Lobo, Joaquim Serra, Alcindo Guanabara, Urbano Duarte e Joaquim Nabuco. Devido à sua oposição ao governo revolucionário implantado a partir de 24 de outubro de 1930, a sua sede foi destruída por populares que apoiavam a revolução, data em que consta a sua última edição.

⁹⁸ Fundado em 1891 por Rodolfo Epifânio de Sousa Dantas, com intenção principal de defender o regime monárquico deposto, o *Jornal do Brasil* contou com a colaboração importante de José Veríssimo, Joaquim Nabuco, Aristides Spínola, Ulisses Viana, José Maria da Silva Paranhos Júnior e outros nomes como Oliveira Lima, então apenas um jovem historiador. O periódico inovou por sua estrutura empresarial, parque gráfico, pela distribuição em carroças e a participação de correspondentes estrangeiros, como Eça de Queirós. O seu primeiro número veio a público em abril. De orientação conservadora, defendeu a monarquia recém-derrubada, até que Rui Barbosa (1849-1923) assumiu a função de redator-chefe (1893). Nesta fase inicial, o Barão do Rio Branco (1845-1912) colaborou, em suas páginas, com as célebres colunas *Efemérides* e *Cartas de França*. Por ter sido o único periódico da então Capital a publicar o manifesto do Contra-Almirante Custódio de Melo quando da eclosão da Segunda Revolta da Armada (6 de setembro de 1893), o presidente da República, Floriano Peixoto (1891-1894) determinou o fechamento do jornal e mandou caçar Rui Barbosa, *vivo ou morto*. O jornal, fechado, assim permaneceu por um ano e quarenta e cinco dias. A partir de 15 de novembro de 1894 voltou a circular, sob a direção da família Mendes de Almeida. A opção pela data assinalava o apoio à República e a sua nova proposta editorial voltava-se para as reivindicações populares. Foi propriedade dos Conde e Condessa Pereira Carneiro e depois de seu genro, Manuel Francisco do Nascimento Brito. Atualmente pertence ao empresário Nelson Tanure.

de 1899). Finalmente, na derradeira publicação de “Galeria da Imprensa” (16 de abril de 1900), a distinção foi para o jornal *A Notícia*⁹⁹ e seus representantes, Manuel Rocha (diretor), Salvador Santos (gerente) e Augusto de Melo (correspondente em Lisboa).

Concluindo a seção com o comentário sobre a estrutura editorial de alguns dos maiores jornais da época e discorrendo ainda sobre os grandes jornalistas que os promoviam, destacamos principalmente o editorial da edição número 6 (16/04/1899) e a sua justa homenagem a Quintino Bocaiúva, que também foi um importante político brasileiro. Considerado como “Príncipe dos jornalistas brasileiros” por seus contemporâneos, Quintino Antônio Ferreira de Sousa (1836-1912) foi um dos principais articuladores do movimento republicano. Extremamente patriota, chegou a adotar o nome indígena Bocaiúva para reafirmar seu nacionalismo. Carioca de origem, transferiu-se para São Paulo em 1850, onde trabalhou como tipógrafo, revisor e começou a estudar Direito (que acaba abandonando por falta de recursos). De volta ao Rio de Janeiro em 1854, inicia sua carreira na imprensa, escrevendo para jornais como *O Globo* e *O Paíz*, nos quais defende as idéias republicanas. É um dos redatores do *Manifesto Republicano*, em 1870, e um dos responsáveis pela aproximação entre civis republicanos e militares descontentes com o governo imperial. Jornalista polêmico e dono de um discurso lógico, limitou-se a criticar os atos da monarquia no cotidiano sem produzir, contudo, uma obra teórica mais profunda a respeito do regime. Participou do primeiro governo provisório da República como ministro das Relações Exteriores. Elegeram-se senador em 1890, mas renunciou após a promulgação da Constituição de 1891, retornando à atividade jornalística. Em 1899 foi eleito novamente senador e presidente do Rio de Janeiro, cargo equivalente ao de governador. Voltou ao Senado em 1903

⁹⁹ O jornal vespertino *A Notícia* foi fundado no Rio de Janeiro em 1894 por Manuel Jorge de Oliveira Rocha (vulgo Rochinha); nele colaboraram jornalistas como Medeiros e Albuquerque, Valentim Magalhães e Figueiredo Coimbra. Em 1924 passa à propriedade de Cândido de Campos. Em 1930 o jornal foi alvo de vandalismo e seu acervo, queimado. O periódico somente foi reaberto dois anos depois e em 1950 passou a ser propriedade de Adhemar de Barros e Chagas Freitas.

e assumiu a presidência do Partido Republicano Conservador, funções que exerceu até a morte.

É escusado dizer que ao dissertar sobre os perfis de Fernando Mendes (16 de junho de 1899) e de Rochinha (edição de 16 de abril de 1900), as características que mais lhe são acentuadas foram, justamente, as de “promotores” e “benfeitores” da República brasileira, e a partir daí podemos já tirar algumas conclusões.

Primeiramente, é muito intrigante essa *exaltação* da República Brasileira e, mais ainda, do sistema republicano, uma vez que vimos que a revista posteriormente se opõe e critica sistematicamente a implantação do regime em Portugal; do mesmo modo, o magazine, que tinha como um de seus objetivos “manter e apertar as relações do comércio e da indústria entre as duas nações irmanadas pelo sangue, pelo sentimento e pela tradição”, como citamos anteriormente ao tratar de seu programa de abertura, não teria teoricamente nenhum benefício promovendo a República/ imprensa republicana brasileira, já que era justamente na manutenção do regime monárquico que, talvez, o periódico conseguiria atingir os seus objetivos iniciais, com a maior proximidade política e conseqüentemente econômica entre os países. Lembremos ainda que, de fato, a implantação da República brasileira em nada contribuiu para o “estreitamento” das relações luso-brasileiras e, pelo contrário, o novo regime foi um dos pivôs centrais do rompimento das relações diplomáticas em 1893, fomentando o movimento jacobinista e sendo causa das constantes e duradouras divergências e conflitos entre a colônia de imigrantes e os brasileiros, sobretudo no Rio de Janeiro.

Ainda nesse sentido, é interessante notarmos que, apesar da constante colaboração lusitana na imprensa carioca (o que foi de fato muito natural, dado a forte presença dos portugueses na capital fluminense, sobretudo depois da vinda da Família Real em 1808), após o incidente com a Revolta da Armada, houve uma espécie de explosão de publicações

lusofóbicas nos quotidianos¹⁰⁰ do Rio de Janeiro, que retratou exemplarmente esse longo conflito de “jogo de forças” na cidade. De acordo com Triches (2009, p. 8):

Era também através da imprensa carioca de fins do século XIX e início do XX que se combatia a presença maciça dos portugueses no Brasil, sendo que alguns jornais chegam a fazer verdadeira campanha a favor da expulsão desses imigrantes, considerados elementos perniciosos ao desenvolvimento da nação. Junto com outras formas de linguagem, como a caricatura, a música popular brasileira, o teatro de revista e as típicas piadas de portugueses, a imprensa contribuiu para confirmar e perpetuar a imagem do português como um ser ignorante, porco, barrigudo, desonesto, ganancioso, imoral, explorador – tanto em termos econômicos quanto políticos –, entre outras infinitas caracterizações que se juntaram na consolidação de seu estereótipo.

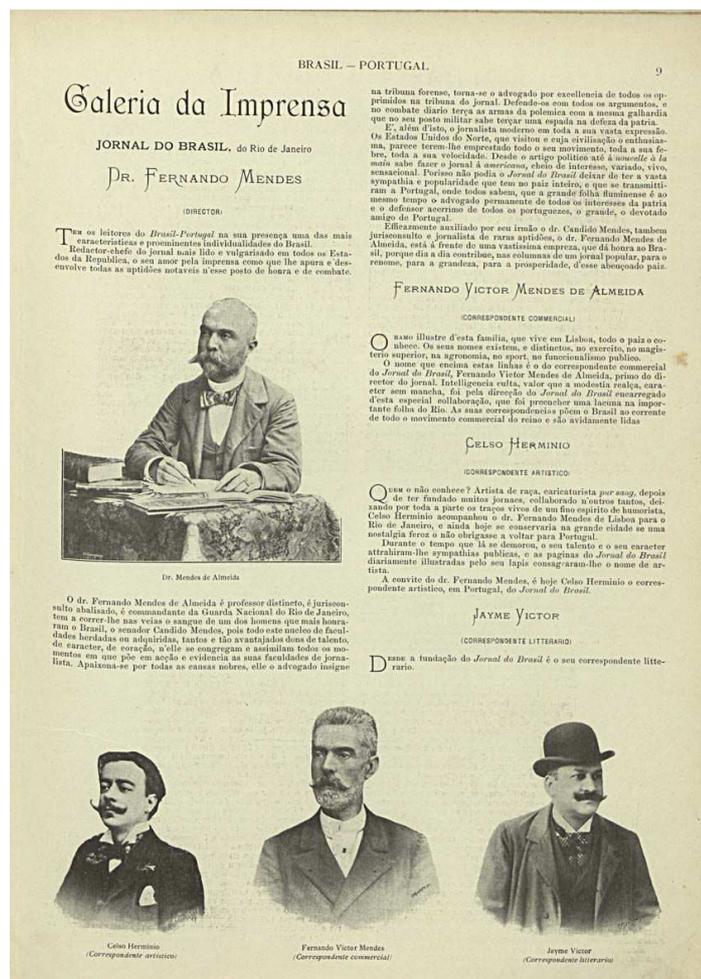


Figura 9 - Seção "Galeria da Imprensa" publicada em 16 de junho de 1899, p.9

¹⁰⁰ Destacamos, por exemplo, os periódicos jacobinos *O Jacobino*, de Deocleciano Martyr, e *A Bomba*, de Aníbal Mascarenhas, também antilusitanistas por excelência.

O que se percebe, portanto, é que a revista tenta recriar e propagar, através dos editoriais publicados na “Galeria da Imprensa”, uma situação de espécie de *camaradagem* entre os colegas jornalistas brasileiros (que, não por acaso, representavam os cinco maiores jornais em circulação da época) para tentar, pelo menos no âmbito da imprensa, muito poderosa e influente naquele período, desfazer os mal-entendidos passados, apaziguar ressentimentos negativos e criar condições efetivas para o estreitamento das relações comerciais entre os países (fato que beneficiaria principalmente Portugal). Ainda quanto a esse “diálogo” da imprensa luso-brasileira, é muito interessante analisar a observação de Jayme Victor¹⁰¹ sobre o assunto, sobre a situação da imprensa portuguesa e sobre a “debandada” dos jornalistas para o Brasil:

Houve um tempo em que em Portugal se dizia à boca cheia que havia mais gente a escrever jornais do que a lê-los. Com efeito, estava demonstrado que 75 por cento dos habitantes eram analfabetos. Restavam 25 por cento, e destes era escasso o número dos que liam, porque mal lhes chegava o tempo para granjear o pão indispensável à vida. Contudo, aumentava dia a dia o numero de jornais e revistas chegando a circular em Lisboa vinte folhas diárias e, segundo uma resenha cuidadosamente feita pelo bibliófilo Brito Aranha, entre revistas e jornais, algumas centenas, cujo número não posso precisar, eram diariamente publicados no continente e no ultramar. Fazendo-se o computo dos redatores, repórteres, noticiaristas, críticos, folhetinistas, revisores, colaboradores eventuais e puros amadores, [...] chegaremos à conclusão de que a percentagem dos leitores era mínima, e de certo inferior a dos jornalistas. [...] Se a todos estes, os despachados, os efetivos, os eventuais, os preteridos, os reformados [...] juntarem os que andam dispersos por Inglaterra, por Espanha, por França e pelo Brasil, facilmente chegam à conclusão de que há, com efeito, mais escritores do que leitores, nos tais 25% da população portuguesa não analfabeta. Regula em tudo isto, é claro, a lei da proporção.

Só aqui, no Rio de Janeiro, a percentagem dos que debandaram é colossal. Não me acreditavam se eu lhes dissesse, sem o provar, com os nomes à vista, eu os 42 trabalhadores da pena, além dos que escapam ao meu conhecimento, 42 portugueses, muitos, dentre esses, profissionais do jornalismo, e todos eles tendo passado por lá,

¹⁰¹ Jayme Victor, “Cartas do Rio de Janeiro XV – Aquém e além-mar: Jornalismo português – A debandada”, *Brasil-Portugal*, Ano XV, no. 354, 16 de outubro de 1913, p. 274. (grafia atualizada).

uns em situações de destaque, outros em obscura colaboração, mas tendo todos manejado uma pena [...] não me acreditavam, repito, se eu me limitasse a dizer que depois da proclamação da República Portuguesa, isto é, em menos de três anos, debandaram de Portugal para o Rio de Janeiro 42 trabalhadores da imprensa, os quais a toda hora se acotovelam uns aos outros pelas ruas desta grande cidade, que assim parece transformada numa sucursal enorme do jornalismo português.

Assim, após tecer essas importantes considerações – refletindo, inclusive, o problema do subdesenvolvimento da imprensa lusitana devido ao baixo nível de escolaridade e à grande taxa de analfabetismo em Portugal – Victor elabora uma lista incluindo todos os jornalistas e os jornais brasileiros nos quais sua nação se fazia presente e ainda critica a atitude de alguns deles quanto às suas “convicções” políticas:

Desta comprida lista de nomes que se conclui? Que todos os extintos partidos da monarquia tem no Rio de Janeiro representantes-relíquias. Que é grande também o contingente de republicanos que trocaram Portugal pelo Brasil. E concluam o resto todos os que queiram aplicar um pouco de observação aos fenômenos sociais.

Com efeito, não tinha sido a primeira vez que a *Brasil-Portugal* veiculara artigos tratando do embate que existia entre os monarquistas e os republicanos no período; em 1908, por exemplo, através do editorial “Portugueses no Brasil: onde está o patriotismo?”¹⁰², criticou veementemente o posicionamento da imprensa portuguesa em relação à opinião política dos patrícios residentes no Rio de Janeiro:

Não ocultamos a mágoa que nos causa a leitura de notícias em que são férteis alguns jornais portugueses sobre a atitude e a situação dos nossos compatriotas no Brasil que esses jornais tem freqüentes vezes o mau gosto de agredir e injuriar. [...] É o que está acontecendo com as apreciações e as críticas que uma parte da nossa imprensa que se compraz em fazer a respeito das manifestações e atitudes políticas atribuídas aos portugueses que vivem no Rio de Janeiro.

¹⁰² “Portugueses no Brasil: Onde está o patriotismo?” *Brasil-Portugal*, Ano X, no. 223, 01 de maio de 1908, p. 98. (grafia atualizada).

É que para os jornais que tão mal os tratam, naturalmente esses portugueses não são filhos de Portugal! E, se o são, não tem direito de ter opiniões políticas, nem de apreciar os homens públicos do seu país, nem de fazer recair as suas considerações sobre a melhor ou pior forma de se administrarem os negócios do Estado! [...]

Felizmente não é um jornal político no sentido comezinho da palavra, não é uma publicação partidarista ou facciosa o *Brasil-Portugal*. A sua política é mais larga, é mais vasta, é a política nacional, aquela que só visa os interesses e a prosperidade da nação. Maior, mais alto é portanto o direito que lhe advém desta atitude neutra, e o leva a fixar nesta coluna, como princípios assentes, as palavras que aí ficam.

Não, não tem ninguém o direito de increpar os nossos compatriotas do Rio de Janeiro, ou de qualquer outro ponto do Brasil, porque exprimem acentuadas opiniões sobre a política, sobre as instituições, sobre os homens de Estado sobre a governação publica de Portugal!

Ao que tange ainda às imbricações da imprensa e sociedade diretamente discutidas no periódico, relevamos os artigos “A imprensa portuguesa contra o analfabetismo”, publicada na edição 80 (16/05/1902) e “O jornalismo e a crítica literária” (no. 69, 01/12/1901).

Problema gravíssimo em Portugal do início do século XX, a questão do analfabetismo no país é retomada no editorial publicado em 16 de maio de 1902, no qual se comenta uma notícia então recente, publicada no *Diário de Notícias* de Lisboa, sobre um inquérito promovido pela Associação dos Jornalistas sediado na mesma cidade acerca da redução do tempo de serviço militar aos portugueses que fossem alfabetizados. Sublinhando, portanto, o potencial papel que a imprensa poderia ter nesse processo de “educar” a nação e, conseqüentemente, melhorar a qualidade de vida da população e desenvolver o país, assim se manifestara a *Brasil-Portugal* sobre o assunto:

Quanto ao alvitre de se reduzir o tempo de serviço militar em benefício dos que soubessem ler, é excelente, e decerto daria resultado, de mais a mais num país como o nosso em que o povo tem aversão da vida militar. Mas outros meios podiam ser empregados para o mesmo fim, – e não seria mau, estou em dizê-lo, que por intermédio da Associação dos Jornalistas se fizesse um inquérito à imprensa do país sobre os meios que a cada um se afigurassem práticos para extinguir, ou ao menos reduzir, o analfabetismo. Se isto se fizesse, e os resultados colhidos inspirassem

depois leis nesse sentido – mas leis que se cumprissem! – a imprensa portuguesa teria inaugurado uma época tão notável, que dataria talvez daí um “Portugal novo”... E a ela lhe cumpre fazê-lo; porque num país de cinco milhões de habitantes, a ação da imprensa pode dizer-se circunscrita ainda hoje a um tão pequeno número, que a medir-se por este o seu valor, ele não é decerto, de envaidecer... [...] Dada a curiosidade instintiva do nosso povo, pode dizer-se que se a maioria deste soubesse ler, a tiragem dos nossos jornais se multiplicaria extraordinariamente numa progressão crescente, o que não deixaria de ser também para o jornalismo a sua “idade do ouro”... E para mais; porque a Instrução é a única atmosfera em que os progressos de uma nação podem germinar e desenvolver-se. Sendo a nação a soma dos indivíduos, a força natural de cada um destes só com a instrução pode frutificar.¹⁰³

Apesar de não ter elaborado um programa efetivo com o objetivo de “regenerar” o país pela instrução, como outras revistas que integram nosso *corpus* almejavam – como *A Águia* e a *Atlântida*, por exemplo – não deixa de ser louvável essa pequena pausa de reflexão nas páginas do periódico sobre tal premente questão, largamente debatida pela intelectualidade portuguesa da época.

Já em “O jornalismo e a crítica literária”¹⁰⁴, o jornalista Cunha Belém analisa o *modus faciendi* da imprensa “moderna” e da crítica literária nos jornais e revistas de sua época, bem como ressalta o funcionamento de uma “fábrica de resenhas enaltecedoras” dos livros que eram comentados pelos periódicos em voga:

[...] A crítica literária, essa planta tão mimosa e que tantas solitudes reclama no cultivo, tem de viver à moda de mil demônios, ou de vegetar, esmagada pelo escalracho do anúncio, que medra e cresce por todas as colunas da folha.

Quando eu andei a estragar esterilmente muitos e bons anos da minha vida na faina ativa da imprensa periódica, uma das coisas que mais me preocupava era a apreciação dos trabalhos literários; e se o drama ou comédia deleitosamente em três ou quatro horas de noite bem passada, não era assim o livro, ou fosse romance ou poesia,

¹⁰³ “A imprensa contra o analfabetismo”, *Brasil-Portugal*, Ano IV, no. 80, 16 de maio de 1902, p. 3. (grafia atualizada).

¹⁰⁴ A. M. da Cunha Belém, “O jornalismo e a crítica literária”, *Brasil-Portugal*, Ano III, no. 69, 01 de dezembro de 1901, p. 327. (grafia atualizada).

história ou doutrina científica, porque essa reclamava compridas horas de leitura concentrada, e confesso que não raro me vi assoberbado por este trabalho [...].

Ora, hoje que quem menos escreve no jornal são os jornalistas, precisavam eles forrar-se a esse trabalho; e assim como para o movimento teatral já inventaram a seção de reclames, em que cada empresa diz maravilhas das peças que tem em cena, assim era preciso que acontecesse com o livro, não menos digno de reclame do que a peça. [...] Se o anunciante exalta a sua mercadoria, ou seja, gênero alimentício, artigo de vestuário, mobília, túmulo, coroa de laranjeira, enterro ou artefato industrial; se a indústria teatral conta as excelências das comédias e dramas que faz representar, porque não faria a indústria editorial a mesma coisa? O sol da publicidade elogiosa, quando nasce é para todos, que todos são igualmente filhos de Deus!

De modo geral, embora Cunha Belém tivesse criticado duramente a relação de “cumplicidade” entre a imprensa e os poucos escritores que publicavam em Portugal naquele período, observamos que o posicionamento da revista em relação às *letras* luso-brasileiras foi muito favorável. Com efeito, a revista se empenhou em publicar artigos que comentassem e elaborassem um panorama da literatura realizada no Brasil, bem como publicou uma interessante coluna de poesia intitulada de “Poetas e Prosadores” que consistia numa espécie de “cotejo” de poesias publicadas no Brasil e em Portugal.

Assim sendo, alguns dos artigos mais consistentes publicados pela *Brasil-Portugal* nesse sentido foram os que integram a série “Romance e Poesia no Brasil – I, II e III”, do ensaísta, jornalista, jurista, professor e diplomata brasileiro Leopoldo de Freitas (1865-1940), veiculados respectivamente nas edições 70 (16/12/1901), 71 (01/01/1902) e 72 (16/01/1902). Com o escopo inicial de retratar a então atual literatura brasileira “infelizmente tão pouco conhecida entre os portugueses”¹⁰⁵, Freitas inicia seu interessante “painel” comentando as origens românticas de nossa literatura e analisando brevemente a produção de importantes autores nacionais como Manuel Antônio de Almeida, Gonçalves Dias, Araújo Porto Alegre,

¹⁰⁵ Leopoldo de Freitas, “O Romance e Poesia no Brasil - I”, *Brasil-Portugal*, Ano III, no. 70, 16 de dezembro de 1901, p. 344. (grafia atualizada).

José de Alencar, Joaquim Manoel de Macedo, Franklin Távora e Machado de Assis. Em seu segundo artigo, discorreu sobre a literatura “realista” de Aluísio de Azevedo, Raul Pompéia, Julio Ribeiro, Horácio de Carvalho, Adolfo Caminha, Inglês de Souza e Coelho Neto, além de comentar o relevo de Julia Lopes de Almeida nas letras brasileiras e destacar a literatura do norte do país. Por fim, dedicou seu último texto à produção poética desde Gregório de Matos, com acentuada ênfase em seus contemporâneos.

Frisando igualmente a poesia de língua portuguesa produzida aquém e além-mar, sublinhamos a já citada coluna “Poetas e Prosadores”, na qual nomes como Raimundo Correa, Fagundes Varela, Olavo Bilac e Fernando Caldeira, por exemplo, tiveram algumas de suas obras publicadas em excertos, especialmente no primeiro ano da *Brasil-Portugal*.

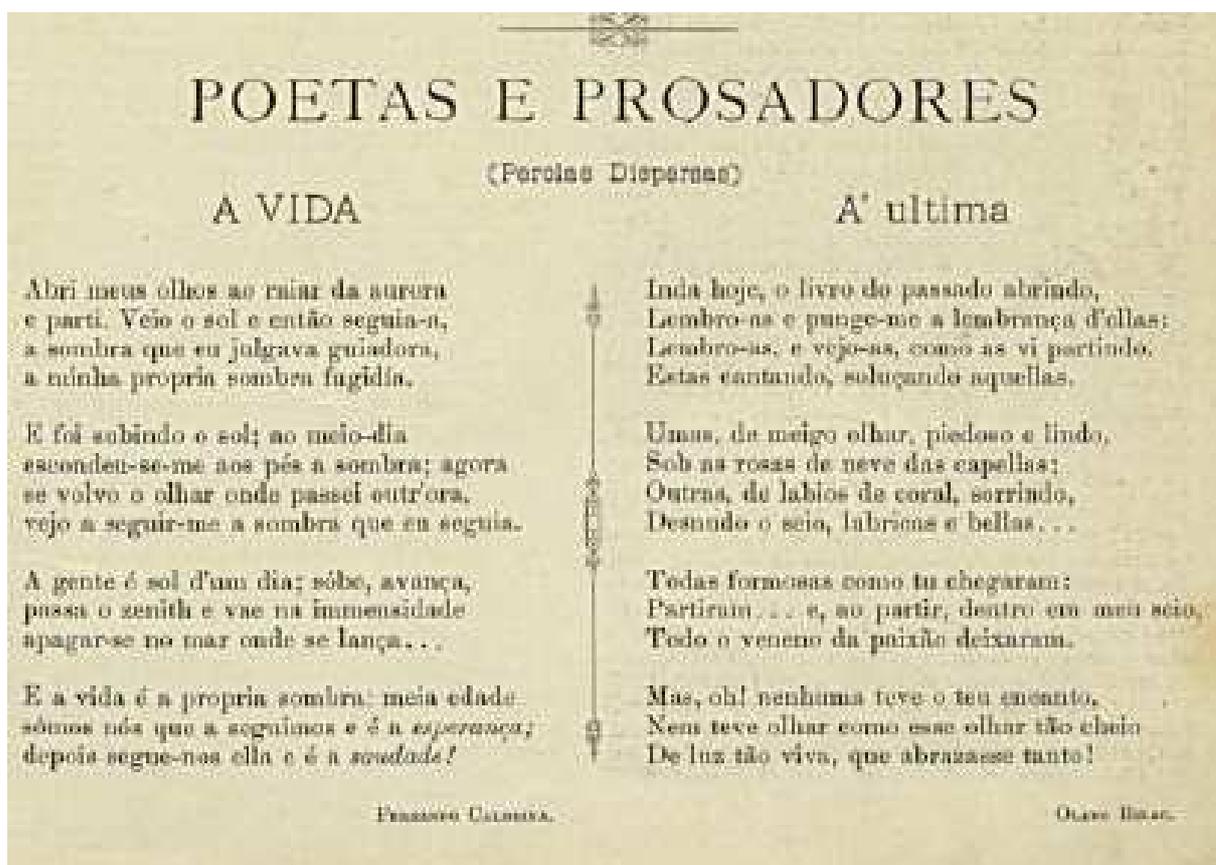


Fig. 10 - Reprodução da coluna “Poetas e Prosadores – Pérolas Dispersas”, publicada na edição número 6 (16/04/1899), p.13.

As poetisas brasileiras Áurea Pires da Gama e Ibrantina Cardona¹⁰⁶ também foram homenageadas na seção “Poetisas brasileiras da atualidade – I e II” (publicadas respectivamente nas edições número 6 e 10, de 16 de abril e 16 de junho de 1899), outra coluna que também privilegiou a produção poética brasileira, sob a batuta do escritor e jornalista portuense Alberto Pimentel (1849-1925).

Outro importante escritor brasileiro que, embora não tivesse se destacado como poeta, foi também divulgado sob esse “viés poético” foi Machado de Assis que, na edição 46 da *Brasil-Portugal* (16 de dezembro de 1900, p.346), teve trechos de sua obra “Versos à Corina”, – dedicados à sua esposa e vindo a lume inicialmente em 1864 – veiculados pelo magazine. Presença constante no periódico, Machado de Assis figura como um dos colaboradores da parte “brasileira” desde o programa de abertura da revista e na edição 254 (16 de agosto de 1909) mereceu ainda atenção especial por parte de José de Sousa Monteiro em seu artigo publicado nas páginas 214 a 216 no qual defendia a relevância do escritor brasileiro como sócio da Academia de Ciências de Lisboa. Tratando-se na verdade da transcrição do parecer de Sousa Monteiro sobre candidatura de Machado de Assis como sócio da ilustre Academia lisboeta emitido em 1901, destacamos alguns trechos da sua opinião sobre o autor brasileiro¹⁰⁷:

¹⁰⁶ Áurea Pires da Gama, professora e poetisa fluminense, nasceu na cidade de Angra dos Reis em 1876 e faleceu no Rio de Janeiro em 1949. Tendo iniciado seus estudos primários em Minas Gerais, concluiu-os posteriormente no Rio de Janeiro, cidade onde principia sua carreira no magistério e também onde se casa com o escritor Antonio Chichorro da Gama. Estréia em 1898 com o volume de poesias *Flocos de Neve*, seguido das obras *Indiana* (1902), *Pétalas* (1908) e *Entre o mar e a floresta* (s/d). Também carioca e outra mulher de grande cultura, Ibrantina de Oliveira Cardona nasceu na cidade de Nova Friburgo em 1868 e faleceu em São José do Rio Pardo (SP), em 1956. Após casar-se com o jornalista Francisco Cardona, natural de Campinas, fixaram residência em São Paulo, onde participaram ativamente da agitada vida cultural da cidade, sobretudo pela vasta colaboração do casal nos principais jornais da cidade. Foi reconhecida como poetisa de relevo por alguns de seus contemporâneos, como a também poetisa Presciliiana Duarte de Almeida (esposa de Sílvio de Almeida, jornalista do jornal *O Estado de São Paulo*) e Plínio Salgado. Deixou as publicações: *Heptacórdio* (1922), *Primaveras de Amor* (s/d), *Asas rubras* (s/d), *Cleópatra* (s/d) e *Cosmos* (1951). Cf. Nelly Novaes Coelho, *Dicionário crítico de escritoras brasileiras*, São Paulo, Escrituras, 2002, p.80 e 271.

¹⁰⁷ José de Sousa Monteiro, “Machado de Assis, sócio da Academia Real das Ciências, de Lisboa – Parecer lavrado pelo sócio efetivo José de Sousa Monteiro acerca da candidatura de Machado de Assis”, *Brasil-Portugal*, Ano XI, no. 254, 16 de agosto de 1909, pp. 214-216. (grafia atualizada).

De todas as qualidades que distinguem Machado de Assis três cativam por certo mais a atenção e o agrado. São elas, a meu ver, que melhor o definem e caracterizam. Dessas três aponto duas desde já: a fecundidade e o humour. A terceira di-la-ei depois. [...]

Sem embargo, porém, das excelências destes dotes, é pelos merecimentos do terceiro que eu mais o aplaudo e estreitamente estimo. Este escritor tão brasileiro pelo conhecimento instintivo e profundo que revela da vida, do querer, do sentir, da alma de seus conterrâneos, cujos erros e virtudes, defeitos e predicados desenha, pinta avulta com segura mão, é por uma qualidade, pela que vou dizer agora, eminentemente português.

Não o conheço. Nunca me foi dado vê-lo. [...] Toda a notícia que dele tenho deriva simplesmente de seus livros. Mas é para mim indubitável que existe em seu coração um grande afeto por esta terra, sua remota mãe e nossa mãe próxima, por esta terra cujas belezas são nosso enlevo, cujas virtudes são nosso desvanecimento, cujas grandezas são nossa glória, cujos infortúnios – remova-os Deus – são nossa dor. Desejava inquirir os que o conhecem. De certo confirmariam, com sua noção direta, o que meu espírito presente com clareza tal que reputa vê-lo. Para que haja em sua pena tanto e tão intencional respeito pela língua portuguesa, pelo gênio que a assinala, pelas tradições que a enobrece, pelo que constitui o mais vivo de seu ser, é mister que haja em seu coração bem intenso amor à pátria portuguesa. A pena acusa simplesmente o que recata o coração. Machado de Assis quer à língua portuguesa com afeto intenso. Não sei se este afeto ele o confessou alguma vez. Sei que praticamente o afirma nos seus livros, quase em cada página.

Sou dos muitos, ou dos poucos, que presumem que nossa língua só se fala em geral e escreve bem aqui, neste encantador recanto em que nasceu, e que Deus compensou com as grandes glórias que lhe deu, e das quais não é ela a mínima por certo, da material pequenez que o quis. [...] Os maiores escritores do Brasil em todo tempo são os que menos se apartam pela língua, embora se distingam pela índole e feições do engenho, de seus iguais de Portugal. [...]

É nestas condições e prendas, tão evidentes em Machado de Assis que se não faz mister para encontrá-las penetrante ou demorado exame, que fundo meu parecer favorável à sua candidatura a sócio correspondente da Academia, mais de uma vez trazida à minha reflexão por alguém que é para mim amigo tão querido quanto para todos é escritor ilustre. (...)

Contudo, não sabemos realmente se os outros membros da Academia de Ciências de Lisboa foram persuadidos por tal discurso eloqüente de Sousa Monteiro ou se reputavam igualmente imprescindível a presença do brasileiro como sócio da instituição; o fato é que, cerca de três anos após a pronúncia de tal parecer, Machado de Assis foi aceito como correspondente, em 1904.

Enfatizando ainda a presença brasileira no âmbito das letras/cultura na *Brasil-Portugal* assinalamos o romance *A terra de Santa Cruz*, de Henrique Lopes de Mendonça¹⁰⁸, que seria distribuído entre os assinantes da *Brasil-Portugal* como brinde e que, por se tratar de “um romance sensacional, de igual interesse para os dois países, porque se liga[va] ao descobrimento do Brasil e porque nele aparec[ia] a figura de Pedro Álvares Cabral [...]” seria ainda “destinado a um enorme sucesso no mundo em que se fala a língua portuguesa” e constituiria, portanto, mais um elo entre os “países irmãos” que compartilhavam “um passado glorioso”. Relevamos igualmente um artigo de Sena de Freitas em homenagem à seu amigo Coelho Neto, intitulado “No Chapéu do Sol” (publicado em 01 de maio de 1899, p.2), e dois textos de G.S. (Visconde de S. Boaventura)¹⁰⁹, dirigidos ao dramaturgo brasileiro Artur de Azevedo: o conto “Abstinência” (16 de fevereiro de 1907, p. 20) e “Nota de falecimento” (01 de dezembro de 1908, p.334).

O panorama teatral da época – programação dos teatros, notícias sobre os atores e atrizes das grandes companhias, bem como eventuais apreciações “críticas” sobre as peças em

¹⁰⁸ Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931), importante militar, historiador, arqueólogo naval, professor, conferencista, dramaturgo, cronista e romancista português, foi o autor de *A portuguesa*, hino nacional de Portugal. Foi também um dos diretores da revista *Serões* (1901-1911). Sobre a “propaganda” de seu volume *A terra de Santa Cruz* nas páginas da *Brasil-Portugal* conferir, por exemplo, a página 1 da edição número 10 publicada em 16 de junho de 1899.

¹⁰⁹ Embora tenha sido escassa a sua colaboração na *Brasil-Portugal*, a presença de Gaspar da Silva no periódico confirma o que assinalamos alhures quando afirmamos que o jornalista tinha sido um dos mais importantes “fomentadores” das relações literárias e culturais luso-brasileiras através da imprensa periódica em ambos os países. Com efeito, Gaspar da Silva (G.S./Visconde de S. Boaventura) foi um dos principais destaques da nossa dissertação de mestrado, divulgando com afinco a literatura e valores portugueses no jornal *O Estado de São Paulo* – do qual foi muitos anos correspondente em Lisboa – figurando ainda como um de seus “fundadores”, no período em que esteve no Brasil. Cf. Fernanda Suely Muller, *Ruptura ou tradição? A crítica e literatura portuguesa em “O Estado de São Paulo” no Pré-Modernismo brasileiro: 1900- 1911*, São Paulo, FFLCH-USP, 2007, pp. 66-68.

cartaz – também tiveram vez nas páginas da *Brasil-Portugal*. Com o título de “O cartaz da quinzena”, o periódico publicava regularmente em todas as edições, no final da parte reservada à publicidade, a programação dos principais teatros de Lisboa.

O CARTAZ DA QUINZENA

D. Maria.—No dia 1.ª a excellente peça de Marcellino Mesquita—*Sempre noiva*, que se representará também nos dias 3, 5, 7, 8, 10, 14 e 15. No dia 3, em beneficio dos actores Nobre e Senna, o drama *Catharina*, de Lavedan, que tanto agrado alcançou desde a primeira representação. Ahí tem, pois, o publico uma quinzena brillantissima e como poucas vezes se lhe proporciona.

D. Amélia.—Para beneficio do illustre actor João Rosa, sobe brevemente á scena o drama em 3 actos—*Os Degenerados*, cuja distribuição é a seguinte:

Chambard	Eduardo Brásio
Livaray	João Rosa.
Barral	Augusto Rosa.
Mr. Malmei	Augusto Antunes.
Noguis	Antonio Pinheiro.
De Ricque	C. d'Oliveira.
O sub-refeito	João Gil.
Um continuo	C. Bayard.
Creando	F. Salles.
Janina	Maria Pia.
Liana de Givollis	Rosa Damasceno.
Nicole	Amelia Pereira.
Um acreado	N. N.

Trindade.—Brevemente teremos n'esta popular casa de espectaculos a revista *Rimero*, original de Accacio de Paiva e *Esculapio*, com musica do inspirado maestro Cyrriaco de Cardoso. A revista tem 3 actos e 12 quadros repletos de scintillante *verve*. O guarda roupa é segundo consta, de primeira ordem, assim como a scenographia, que é primorosa.

O publico vai, pois, passar noites agradabilissimas e como ha muito não logra obter.

Gymnasio.—Antes do dia 15, e para beneficio de Leopoldo de Carvalho, sobe á scena a engraçadissima comedia *Foco de vistas*, de Freyer e Collins, traducção de Mello Barreto.

Esta comedia, uma verdadeira fabrica de gargalhadas, é assim distribuida:

Ernesto Campvístrel	Telmo.
Jack Borcheston	Ignacio.
Lagourde	J. d'Almeida.
O director	M. Franco.
O commandante	Cardoso.
Berth	Sarmento.
Bouvard	Annibal.
Desturiers	Alves.
Flageolet	Ferreira.
Um continuo	Salles.
Um alfayate	Lemos.
Um marujo	Lima.
Maud	Benriz.
Grichetto	Josephina.
Diana Lacombe	Juliana.
Henriqueta Desançon	Adelia.
Dorothée	V. Farrusco.
Girl	Sophia.

Bua dos Condes.—É grande a azafama que se observa n'este theatro, afim de se ultimarem os ensaios da brillante revista *O barril do lixo*, que, segundo se diz, é peça para fazer larga carreira, dar enormes lucros á empresa e fazer rir o publico a bandeiras despregadas.

Avenida.—A *Viagem de Safotte* continúa obtendo grandes applausos e, como vizinha de condão, a chamar o publico, que não se cansa de a ver, tão luxuosa e engraçadissima ella é.

Antes do dia 13, subirá á scena, em beneficio de Caetano Reis e Encarnação Reis, a comedia em 3 actos *Talhoes de prata*, traducção de E. Schwalbach, e á qual podemos agourar uma larga permanencia no cartaz.

Colysen dos Heceios.—No proximo dia 14, estreia-se a grande companhia lyrica, para a qual estão já contratados artistas muito distinctos, Santos Junior partiu já para Hespanha e Italia, afim de completar a formação da companhia, que, *segur se cuenta*, deve ser a melhor que se tem ouvido fóra do theatro de S. Carlos. E' com a maior ansiedade que todo o publico de bom gosto espera pela noite de 14, para se deliciar com a inspirada musica dos melhores maestros Italianos.

Real Colysen.—Estão-se ultimando varios contractos, afim de se fazer a inauguração d'esta casa de espectaculos, com uma companhia portugueza de canto. Por enquanto, porém, nada se sabe de positivo. Contudo, podemos desde já agourar grandes lucros á empresa, visto que os seus projectos são verdadeiramente extraordinarios.

Bato.—Continúa a ser representada com geral agrado e applausos em barda, a engraçadissima revista *A Parodia*, original de Baptista Diniz. O scenario é encantador, o desempenho *hors-ligne* e os ditos de espirito succedem-se, obrigando a rir o mais carrancudo anachoreta. *A Parodia* é, pois, o remedio mais efficaç para quem deseja esquecer, por momentos, a contrariadade da vida, e rir á farta durante algumas horas.

Fig. 11 - Reprodução de “O cartaz da quinzena”, com o panorama teatral de Lisboa (retirado da edição 29 – 01/04/1900).

No final de cada edição, o periódico também publicava regularmente artigos que discorriam sobre a recepção das peças pelo público e por outros órgãos da imprensa, o intercâmbio das companhias teatrais estrangeiras e, eventualmente, noticiava do mesmo modo

o que se passava nos teatros da capital do Brasil. Vejamos, por exemplo, qual era a situação dos teatros cariocas pela opinião do jornalista, dramaturgo e poeta Orlando Teixeira (1874-1901) em seu artigo publicado em 01 de outubro de 1899¹¹⁰:

Deve já ter chegado aí através ou das notícias dos jornais ou das cartas dos amigos a notícia terrível de que o teatro na capital Federal da Republica dos Estados Unidos do Brasil agoniza, anêmico e sem forças, sem que se saiba, ao menos, que tônico poderá reanimá-lo. Para mim, a época que o teatro do Rio de Janeiro atravessa é naturalíssima.

Depois da admirável época trágica, durante a qual floresceu o gênio de João Caetano dos Santos, e a qual se seguiu a reação violentíssima da introdução do teatro moderno por Furtado Coelho, era fatal, imprescindível que o teatro descesse à bambochata, à mágica, à revista.

As evoluções não se fazem a seguir; as decaídas são necessárias. Se o progresso fosse um fato, se a sua marcha não tivesse alternativas e ele, na faina de seguir, não encontrasse obstáculos insuperáveis, quedas terríveis, a humanidade igualaria Deus em duzentos anos, no máximo. [...] Do naufrágio, entretanto, escaparam, nas várias ramificações do teatro, caracteres e mentalidades que ficaram ilesas e que passaram incólumes. Ele há de tudo (e isto contribui para mostrar o quanto há de verdade nas minhas asserções e no meu modo de ver) no nosso meio: – críticos, escritores, artistas e público.

Na engrenagem, entretanto, saltou fora um elo: qual? Eis o que seria necessário procurar; mas essa tarefa cabe aos que não admitem o terrível quadro, como uma consequência natural de duas grandiosas épocas. (...)

Ainda quanto ao âmbito teatral, é muito interessante analisar a opinião de Jayme Victor sobre uma “dramaturgia nacionalizadora brasileira” e sobre o teatro produzido no Rio de Janeiro alguns anos mais tarde, na já citada série de artigos “Cartas do Rio de Janeiro – Aquém e além-mar”¹¹¹:

¹¹⁰ Orlando Teixeira, “O teatro no Rio de Janeiro”, *Brasil-Portugal*, Ano I, no. 17, 01 de outubro de 1899, p. 16. (grafia atualizada).

¹¹¹ Jayme Victor, “Cartas do Rio de Janeiro IV – Aquém e além-mar: O teatro – A sua nacionalização no Brasil”, *Brasil-Portugal*, Ano XV, no. 335, 01 de janeiro de 1913, p. 738. (grafia atualizada).

Desbravei, no ultimo artigo, o terreno da nacionalização *tant pis que mal*. [...] O assunto que desenvolvi o melhor que soube e pude no meu ultimo artigo, apesar de *comezinho e insignificante*, encheu em um ou outro jornal o espaço destinado ao rito solene dos editoriais. Para ser tratado a sério, como é próprio desse posto, chamado o lugar de honra e tantas vezes, com efeito, honroso posto de refrega e de combate? Não! Para ser tratado em tom chocarreiro, com ares desdenhosos e trocistas. Cheguei a ler alhures, sob a mais pura forma literária, é certo, que numa sociedade como a brasileira, onde tudo é importado, a nacionalização do teatro não passa de uma pretensão absurda, porque drama, arte, paixões, sentimentos nada é de casa, vem tudo de fora, vem tudo da França numa condessinha [...] e que o único gênero de arte que o público do Brasil compreendia e saboreava era a opereta, porque só a opereta traduzia com verdade o modo de ser da vida brasileira.

Se um estrangeiro emitisse ou perfilhasse esta opinião não precisava de mais nada para ser deitado às feras ou queimado vivo. Está no seu direito um crítico brasileiro, mas não é menos autêntico o direito que assiste, seja a quem for, judeu ou cristão, português ou china [...] de dizer, onde quer que seja, que tal afirmativa, tanto mais audaciosa quanto menos justa, está fora da observação e da verdade. [...]

Aí tem porque eu repudio a doutrina dos que entendem ser inacionalizável [sic] o teatro brasileiro, por não haver no Brasil assunto senão para a opereta. Aí tem porque eu entendo que os que pensam ao contrário e nesse sentido agem, fazem melhor serviço ao país. Consigam estes colocar-se acima de doestos e malquerenças, sigam direitos o seu caminho, tragam para a sua grei quantos os acompanham nos mesmos intuitos de renovação, estimulem as iniciativas e o talento, facilitem as boas vontades, e visto que se trata de teatro, consigam por concursos, prêmios, por incentivos de toda a natureza, desde o interesse material até a glória literária, que os moços brasileiros, providencialmente fadados para altos destinos intelectuais, enveredem pelo caminho do teatro que exatamente por ser o mais espinhoso e arriscado é, quando vem o êxito, o mais glorioso de todos.

Tecendo críticas aos intelectuais brasileiros que não enxergavam no próprio país um campo propício para o desenvolvimento de um teatro “nacional”, julgando impossível “apresentar a pátria através da arte” – já que todas as manifestações artísticas aqui produzidas seriam apenas “reproduções” do que se passava no exterior – , o jornalista, ao retratar o painel teatral brasileiro, acaba por elaborar ainda um excelente retrato das “relações luso-brasileiras”

pela imprensa brasileira, revelando algumas das *nuances* do anti-lusitanismo vigente na cidade, personificado pelos ataques pessoais publicados em alguns jornais como represália aos seus artigos “contra” o Brasil.



Figura 12 – “Do Rio à Terra de Camões”, de Alfredo Cândido (publicado na edição 157 – 01/08/1905)

Dono de uma personalidade forte e com uma opinião sempre muito contundente dos fatos, Jayme Victor também nos surpreendeu ao descrever, com minúcia e muita sagacidade, a sociedade carioca como “microcosmo” da sociedade lisboeta da *belle époque*¹¹²:

Fora do território português, em nenhuma outra zona do planeta nos consideramos, como no Rio de Janeiro, em Portugal, isto é: em nossa casa. Quem faz a Avenida Central faz o Chiado e a Rua do Ouro. [...] Quando percorremos, porém, esta encantadora, longa e movimentada artéria da cidade, não é qualquer ponto de semelhança com as nossas avenidas ou as nossas ruas que nos fez pensar em Lisboa. É a palavra Portugal, são os nomes das nossas vilas e das nossas aldeias, são todos os acontecimentos portugueses sob todos os comentários variadíssimos, é a língua portuguesa, sonora e cantante como nós a falamos, ou com os tons característicos que o Brasil lhe imprimiu é, por assim dizer, toda a vida portuguesa na reprodução verbal, que a toda hora nos entra pelos ouvidos, nos atrai os olhares, nos prende a atenção e o espírito. [...] Mas não é só a vibração da mesma língua que bebemos no leite, não é só o fato de a todo passo nos baterem nos ouvidos os casos que aí ocorrem, que de momento a momento nos transportam em espírito a Portugal e a Lisboa. Não. O que mais nos recorda e aviva as ruas da cidade são as fisionomias que a toda a hora nos surgem aqui e ali. Conhecemos de vista a maior parte, temos a certeza de que aí nos encontramos, num café, num estabelecimento, num teatro e isso basta. (...)

A seguir, Victor elenca uma extensa série de “personalidades” lusitanas presentes no Rio de Janeiro naquele momento como Bernardino Machado, Coelho da Silveira, Baltasar Cabral, Camelo Campreia, Emídio Navarro, Urbino de Freitas, entre tantos outros. Tal lista, que não por acaso era constituída principalmente por políticos e “homens de negócios” de Portugal, também coincidia com a “lista” de colaboradores da *Brasil-Portugal* que escreviam frequentemente sobre política e economia, – colaboradores dos quais trataremos agora nesse capítulo através dos comentários de algumas matérias publicadas pela revista.

¹¹² Jayme Victor, “Cartas do Rio de Janeiro II – Aquém e além-mar: A capital de Portugal e a capital do Brasil – Uma fita animatográfica de portugueses – Patria super omnia”, *Brasil-Portugal*, Ano XV, no. 329, 01 de outubro de 1912, p. 642. (grafia atualizada).

Como já era esperado, por se tratar de um órgão de orientação declaradamente monarquista, observamos nesse recorte do *corpus* uma grande quantidade de artigos sobre esse sistema de governo e a Família real portuguesa, reflexões sobre a administração das colônias ultramarinas e possíveis vias de “expansão territorial”, bem como expressiva e constante “propaganda” do país reiterada nos preparativos / realização da Exposição Nacional de 1908 e no projeto de um “Acordo luso-brasileiro” em 1909. Os acontecimentos expressivos que marcaram a sociedade lusitana da época, tanto os significativos episódios recentes – como a tragédia do regicídio em 1908 e os desdobramentos da implantação da República Portuguesa em 1910, por exemplo – quanto os “traumatizantes” episódios passados – como a humilhação do *Ultimatum* e as conseqüências do rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal – também reverberaram nas páginas da revista, conforme veremos melhor adiante.

Lançada no limiar do século XX, a primeira “celebração” histórica e recíproca abrangendo os dois países que a revista veiculou foi o aniversário de 400 anos do descobrimento do Brasil. Dentre todas as notícias das comemorações de aquém e de além mar sobre tão “extraordinário” fato histórico, destacamos o evento promovido pela Sociedade de Geografia de Lisboa, no qual dentre os convidados ilustres, figurou El-Rei D. Carlos, que assim se pronunciou sobre o acontecimento¹¹³:

Meus senhores: – Dois deveres nos trouxeram hoje aqui: Um deles, que assiste a todos os portugueses verdadeiramente amigos de sua pátria, foi a glorificação de um daqueles atos extraordinários que nos tornaram grandes perante o mundo, que nos tornaram grandes para sempre, a glorificação de um daqueles heróis que, como Pedro Álvares Cabral, descobriu novas terras para o mundo e para a civilização.

Mesmo aqueles que hoje, arriscando o seu sangue, nos têm conservado as terras que outrora foram conquistadas por esses heróis, esse dever cumprimo-lo gratíssimos; mas um outro dever ainda existe no coração de nós todos, um dever de gratidão.

¹¹³ “Centenário do Descobrimento do Brasil na Sociedade de Geografia de Lisboa”, *Brasil-Portugal*, Ano II, no. 32, 16 de maio de 1900, p. 117-118. (grafia atualizada).

Esse dever nos trouxe aqui e essa gratidão é para com o povo brasileiro, verdadeiramente irmão nosso, que sempre nos tem testemunhado simpatia e carinho em todas as ocasiões em que, quer nas nossas alegrias, quer nas nossas desgraças, a ele nos tem dirigido.

Este dever, meus senhores, leva-nos a pedir-vos que, do fundo do coração, mandemos uma saudação a esse povo pela sua prosperidade, saudação que parta como de irmãos para irmãos em nome da mãe pátria.

Embora tenha utilizado um tom muito polido e politicamente correto ao se referir ao Brasil, D. Carlos não deixa de sublinhar em seu discurso que Portugal seria sempre a *mãe pátria* do Brasil, idéia que, não por acaso, era constantemente reiterada em muito dos artigos que analisamos. Outro fato relevante que avulta nesse trecho citado é a representação do Brasil como modelo de “colônia” portuguesa que “deu certo”, espécie de paradigma para as colônias lusitanas em terras africanas e esperança utópica para fazer ressurgir um novo Portugal baseado em modelo antigo – que, até certa altura, foi modelo de sucesso, ressaltamos.

Em 1902, por ocasião das comemorações do aniversário da Proclamação da República Brasileira, novamente vimos os atributos diplomáticos de El-Rei sendo enaltecidos pela revista, descrito como um agente fundamental no estreitamento das relações entre Brasil e Portugal (sobretudo no âmbito econômico) naquele período¹¹⁴:

A imprensa jornalística, que tanta vez é exagerada, desta foi deficientíssima [sic]: não pôs em relevo o que há de delicado, de alto e de patriótico, no ato de El-Rei. Nem sequer chegou a frisar que, se não tivesse dado esse ato de vontade régia, Portugal ficaria numa situação melindrosa, para outro qualificativo lhe não dar, perante o Brasil, perante os portugueses que do Brasil fizeram a segunda pátria. [...]

Era lá possível que Portugal deixasse de se associar por uma forma bem pública, bem evidente, à mais nacional, à mais gloriosa festa que vai celebrar essa nação tão afastada de nós pela distância e tão próxima pelo sangue, pelo afeto, pela vibração da

¹¹⁴ Jayme Victor, “Crônica: El-Rei, Portugal, Brasil”, *Brasil-Portugal*, Ano IV, no. 91, 01 de novembro de 1902, p. 677. (grafia atualizada).

mesma linguagem, pelas afinidades da mesma raça? [...] Era lá possível que se perpetrasse esse delito governamental, que outra coisa não seria o fato de melindrarmos o Brasil e o seu novo governo no momento em que procuramos por meio de negociações diplomáticas um regime comercial que dê aos interesses conjugados dos dois países a possível reciprocidade?

É interessante ainda notar em tal trecho o modo como, mais uma vez, se fala em proximidade de “sangue”, de “afeto”, de “mesma linguagem” e de “afinidades de raça” para amenizar a “distância” espacial que pode metaforizar a separação, a independência pretendida por nós, brasileiros.

Concernente à política de “expansionismo” português, destacamos as reflexões do General Claudino Carneiro de Sousa e Faro, então administrador da colônia da ilha de São Tomé, na série de artigos “Expansão Colonial – I, II, III”, publicados respectivamente em 16 de novembro de 1901 (edição 68), 01 de abril de 1902 (edição 77) e 01 de junho de 1902 (edição 81). Após iniciar seu texto dissertando sobre as origens e causas do movimento de expansionismo territorial desde as antigas civilizações, Carneiro de Sousa e Faro tece importantes considerações sobre a importância do Brasil enquanto conquista portuguesa, além de discutir os acontecimentos do *Ultimatum*:

O descobrimento do caminho marítimo para a Índia que, a par do assombro causado por tão brilhante feito, produziu no mundo uma revolução social, política e econômica: o descobrimento do Brasil, que se lhe seguiu a breve trecho como continuação do mesmo heróico esforço, e a ocupação política destes vastíssimos territórios, que os navegadores portugueses com os seus galeões por *mares nunca dantes navegados*, segundo a frase consagrada, abriram ao comércio da Europa e do mundo, são os marcos mais notáveis dessa grande época de navegação e conquista colonial.

Não é demais, certamente, recordar aqueles que se não pejam de nos tratar com a mais revoltante e grosseira sobranceira, ao ponto de, não há muito, provocar a mais grotesca hilaridade no parlamento de uma nação amiga uma referência a nossa dignidade nacional, que é aos descobrimentos dos portugueses que se deve esse conjunto de

benefícios que outras nações, menos arrojadas de certo, porém mais afortunadas desfrutavam hoje em lauto banquete, atirando-nos algumas tristes migalhas, e que foram esses heróicos descobrimentos, como os não há iguais na historia de outras nações, que mudaram a ordem da sua importância relativa, pela simples razão de terem elas sabido aproveitar melhor as vantagens de tão grandiosos sucessos.¹¹⁵

Mais adiante, o general pondera ainda sobre o alto custo que as nações colonizadoras tinham que pagar para manter seus domínios, mas emenda que a “salvação” e o desenvolvimento econômico de Portugal adviriam justamente de suas possessões ultramarinas:

(...) As colônias são um pesado encargo para a mãe pátria porque representam uma grande soma de penosos sacrifícios de sangue, vidas e dinheiro, em manifesta desproporção com os benefícios que a metrópole possa auferir dos seus recursos naturais. [...] Daí, sem dúvida, essa lastimável obcecação do espírito de alguns dos nossos homens públicos que, levados do prurido da imitação, se lembraram de propôr, como medida salvadora das nossas finanças, comprometidas por uma longa série de erros acumulados, a alienação das nossas colônias que são, sem contestação, a razão de ser da nossa existência autônoma e precisamente a nossa única esperança de salvação. O futuro de nossas finanças arruinadas e também, e muito principalmente, o da nossa nacionalidade ir-se-ão afundando no mar do abandono, se não soubermos conservar as colônias, como jóias que são de inestimável valor. [...] A expansão colonial é uma necessidade que entrou a manifestar-se cada vez mais imperiosa, como meio prático de assegurar o futuro dos povos, desejosos de se perpetuarem, e de viverem vida mais ampla e desafogada, constituindo individualidades sociais de maior alcance político e econômico.

Atentemos, contudo, ao paradoxo do discurso: se as colônias representavam “pesado encargo para a mãe pátria” devido aos “penosos sacrifícios de vida, sangue e dinheiro” por

¹¹⁵ Carneiro de Sousa e Faro, “Expansão Colonial – I”, *Brasil-Portugal*, Ano III, no. 68, 16 de novembro de 1901, p. 311. (grafia atualizada).

que a reiterada necessidade de preservá-las? Para “assegurar o futuro dos povos” colonizados, como o autor afirma no final do trecho citado? Esse tipo de argumento, recorrente em boa parte dos homens públicos lusitanos, vem reforçar a permanência da imagem de soberania ativa, orgulhosa, dessa nação que, com a expansão ultramarina, iniciou o processo de abertura do comércio mundial. É natural que esse tipo de argumento “viesse a calhar” num momento excessivamente traumático como foi o século XIX para Portugal, mas não podemos deixar de observar a aura mítica com que foi revestido o processo expansionista – podemos ousar dizer que para o General tratava-se quase de uma obra de caridade e salvação.

Procedendo à leitura rigorosa sobre os artigos de política/economia percebemos que, furtivamente, a intelectualidade portuguesa alimentara a idéia de realizar uma espécie de “acordo” financeiro com o Brasil – no sentido de obter algumas regalias de sua ex-colônia – e assim, talvez, recuperar pelo menos parcialmente as perdas comerciais sentidas desde a Independência e alavancar esse setor defasado da sociedade portuguesa. Assim, uma das iniciativas pioneiras e possivelmente concretas noticiada pelo periódico foi a criação de uma “Sociedade de Propaganda de Portugal”, noticiado por Cunha e Costa na edição 172 (16 de março de 1906, p. 50-51):

Com o título *Sociedade Propaganda de Portugal*, é fundada uma associação tendo por fim, pela sua ação própria, pela intervenção junto dos poderes públicos e administrações locais e pela colaboração com estes e com todas as forças vivas da nação, promover o desenvolvimento intelectual, moral e material do país e, principalmente, esforçar-se por que seja visitado, admirado e amado por nacionais e estrangeiros. [...]

Não seria talvez, fácil encontrar, no momento presente, outra fórmula em que, tão à vontade, coubessem todas as intenções sinceramente patrióticas. [...] A nova sociedade não é estranha a nenhuma forma de atividade; não repele nenhuma cooperação, seja ela qual for; ouve, com interesse, todos os alvites; consulta, com empenho, todo o português, ainda o mais humilde e obscuro, que possa trazer-lhe um alvite útil, uma

lembrança feliz. Numa palavra, é a fórmula ampla, fecunda e luminosa da cooperação nacional, na sua expressão mais desinteressada e pura.

O título, por si só, vale uma definição. Diz tudo. *Propaganda de Portugal*: do clima, do céu, da paisagem, da história, da bondade portuguesa. Um mundo numa frase breve. *Propaganda de Portugal!* É simples, claro e eloqüente. Só se propaga o que é belo, amável, digno de ser visto e amado. O que falta à Portugal? A *toilette*, simplesmente a *toilette*. Tem lindos cabelos: não os penteia; tem lindos rostos: não os lava; tem lindos sítios: não os arrebita [...] A nova sociedade supre essa lacuna: é o homem organizando e disciplinando todas as forças da matéria, colaborando com elas, associando à natureza pródiga dezenove séculos de inteligência, de estudo e de trabalho, e fazendo em seguida a propaganda dessas maravilhas e riquezas.

Ao que tudo indica, os planos de tal *Sociedade* malograram, pois não foram mais publicadas quaisquer tipo de notícias sobre o recém-fundado órgão; no entanto, em 1908, surgira a oportunidade para que um outro tipo de *propaganda*, muito mais articulada e eficaz, fosse desenvolvida, tendo como palco principal a cidade do Rio de Janeiro.

A Exposição Nacional de 1908, realizada para comemorar o centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas (decretada pelo rei D.João em 28 de janeiro de 1808, na ocasião da vinda da Família Real para o Brasil), representou, no início de um século que se abria cheio de esperanças e, na esteira dos melhoramentos da época de Pereira Passos e Oswaldo Cruz, uma afirmação da vontade nacional de desenvolver o país. Contando com a participação de Portugal – único país estrangeiro convidado para o evento –, a Exposição foi como uma verdadeira “vitrine” que pretendia mostrar aos visitantes as maiores conquistas nacionais no campo das indústrias, comércio, lavoura e artes liberais. Os edifícios projetados para o evento, que refletiram segmentos de uma arquitetura bem diversificada da época, foram erguidos na antiga Praia da Saudade, hoje Avenida Pasteur (Urca), e deles só resta atualmente o então Palácio dos Estados.



Fig. 13 - Bilhete postal comemorativo da Exposição, publicado na edição 233

Com efeito, vista como uma oportunidade única para propagar o nome de Portugal no Brasil – bem como reforçar o eixo de ligação das nações “irmãs” – tal acontecimento foi muito debatido nas páginas da *Brasil-Portugal* porque, além da publicidade dos produtos lusitanos, previa também a propaganda da própria *Nação* portuguesa, com todo o seu valor, glória e tradição, personificados na figura de El-Rei D.Carlos, então convidado ilustre do governo brasileiro. Infelizmente, o episódio do regicídio em Portugal, que abalou a sociedade portuguesa meses antes da Exposição, frustrou alguns dos planos dos articuladores lusitanos para o evento, mas não tirou o brilho da participação do país nessa solenidade. Por se tratar ainda de um importante marco nas relações luso-brasileiras no período cotejado pela nossa pesquisa, analisaremos melhor o impacto da Exposição noticiado pelos periódicos que compõem nosso *corpus* no último capítulo, limitando-nos, agora, a somente destacar alguns pontos que a *Brasil-Portugal* julgou importante através de seus artigos.

De forma bem pragmática, pelo editorial publicado na edição 225, de 01 de junho de 1908¹¹⁶, percebemos já as preocupações da revista quanto à participação de Portugal no evento e as conseqüências da ausência de D. Carlos na Exposição:

São desconstruídos os prognósticos sobre o sucesso da Exposição, desde que, por um execrando crime, lhe falhou o mais importante dos seus atrativos. O abalo produzido pelo assassinio do Rei e do Príncipe de Portugal teria talvez em outro país ou até no Brasil de outros tempos causado um desanimo invencível com, pelo menos, um inevitável adiamento da abertura da grande Feira. [...]

Que figura faremos nós na Exposição? É a pergunta que a si mesmo dirigem todos os compatriotas aqui residentes. Sendo Portugal o único país estrangeiro representando – altíssima honra a nós concedida pelo governo da generosa nação amiga, pela intervenção sempre patriótica e congraçadora do nosso digno e saudoso ministro sr. Conselheiro Camelo Lampreia – não podemos furtar-nos a uma justificada curiosidade dos brasileiros e das colônias de grandes nações, que não esconderam o seu ressentimento pela singularíssima distinção feita à nossa terra.

Cresce de ponto a nossa curiosidade e o nosso empenho porque o Brasil na legítima defesa dos seus interesses, envereda francamente pela política internacional do *do ut des* e há de fatalmente aproximar-se dos nossos competidores, aptos a oferecerem-lhe, em troca dos favores recebidos, mercados vastos para produtos que nós não podemos acolher em iguais condições sem o sacrifício de nossas colônias.

Só a visita do mal-aventurado Rei D. Carlos poderia adiar o grande golpe que inevitavelmente nos ameaça. Privados desse poderoso defensor, apelamos sofregamente para o sucesso da nossa exposição, de que nos pode provir um pequeno auxílio ou uma formidável derrota. E infelizmente não será o brilho da nossa seção de belas-artes que evitará o desastre, se as nossas indústrias agrícolas e manufatureiras nos trouxerem uma desilusão.

Mais adiante (edição 231) e, em tom muito mais eloqüente e ufanista, Consiglieri Pedroso comentou a Exposição do Rio de Janeiro como um resultado dos frutos da “raça portuguesa” no Brasil, considerado por ele “a melhor obra” de Portugal¹¹⁷:

¹¹⁶ “Exposição Nacional de 1908 no Rio de Janeiro”, *Brasil-Portugal*, Ano X, no. 225, 01 de junho de 1908, p. 137. (grafia atualizada).

Nos tempos modernos há três grandes exemplos de solidariedade moral entre as que foram antigas colônias e as respectivas metrópoles – a Inglaterra com os Estados Unidos, a Espanha com a América latina, Portugal com o Brasil. [...] Este último grupo, a que nós portugueses e brasileiros pertencemos, é talvez dos três o mais compacto, e o que mercê do seu habitat mais rápida expansão pode ter num próximo futuro. [...] Por outro lado o grupo português-brasileiro ou lusitano, como por brevidade lhe chamaremos, ocupa uma extensão de terras de tal maneira importante e de uma tão grande riqueza e feracidade, que prometem aos que a habitam expansão por assim dizer indefinida. O território do Brasil só por si é um mundo, de fantástica exuberância e de tesouros sem fim. [...] O território português, se na Europa é reduzido, alarga-se também nas duas Áfricas por vastidões imensas, de uma rara fertilidade e com proporções para atrair e fixar em alguns sítios numerosa colonização, que levante ali em pleno século XX um novo Brasil, reproduzindo à nossa vista o esforço épico do século XVI, quando fundamos o glorioso império que se estende do Rio Grande ao Amazonas. Raça relativamente homogênea, território gigante e fabulosamente rico, historia esmaltada de feitos heróicos como nenhuma outra, que falta a portugueses e brasileiros para constituírem o grupo ideal, que se há de chamar no futuro a “grande Lusitânia” e que, embora respeitando a absoluta independência das duas nações, há de ser a expressão suprema da missão histórica da nacionalidade lusitana em face dos outros grupos étnicos – germânicos eslavos e anglo-saxões? Se a “Grande Alemanha”, sonhada pelo poeta teutônico, é toda a terra “onde ressoa a língua alemã”, porque não será também a “grande Lusitânia” toda a terra onde se fala a bela língua de Camões e de Gonçalves Dias?

O Brasil é a nossa melhor obra, a que atestará aos vindouros o que vale a fibra deste povo, que tão altos feitos realizou no passado e tão grande resistência tem mostrado no presente contra a fortuna adversa. [...] No momento, pois, em que do outro lado do Atlântico se festeja a celebração centenal da abertura dos portos do Brasil ao comércio estrangeiro, seja-nos lícito enviar daqui uma saudação calorosa à nação irmã, que com a nossa querida pátria já hoje constitui a “grande Lusitânia”, que em breve ocupará no quadro da civilização o lugar que lhe pertence e que é a justa recompensa ao esforço do seu passado!

¹¹⁷ Zófimo Consiglieri Pedroso, “A nossa melhor obra”, *Brasil-Portugal*, Ano X, no. 231, 01 set. 1908, p. 230-231 (grafia atualizada).

Como podemos notar, o artigo citado é muito significativo, principalmente porque as palavras de Pedroso praticamente sintetizam a opinião e o sentimento da intelectualidade lusitana à qual pertencia ao considerar o Brasil como uma solução utópica para os problemas de Portugal, o futuro do pretérito esplendoroso da nação e o paradigma de administração para tornar as possessões na África tão promissoras quanto a sua ex-colônia sul-americana. É interessante ainda notar como Pedroso já discute a idéia de uma “grande Lusitânia” – que não por acaso é retomada alguns anos mais tarde por outra revista que integra o nosso *corpus*, a *Atlântida*, em 1917, com o projeto de uma “Confederação Luso-Brasileira”, como já vimos antes.

Apesar de ter expressado grandes expectativas quanto ao evento para o futuro das relações luso-brasileiras, Consiglieri Pedroso não se absteve de comentar os grandes feitos históricos da “raça portuguesa” na África e no Oriente e de criticar igualmente a mágoa de seu povo ante os desdobramentos do *Ultimatum* – episódio que, embora distante cronologicamente da época que contemplamos no recorte de nossa pesquisa, pareceu estar sempre presente na alma lusitana reiterando, portanto, que duas décadas não tinham sido suficientes para apagar na memória coletiva a mágoa e a vergonha que o acontecimento determinou:

É um verdadeiro milagre o que Portugal com os seus minguados recursos e a sua reduzida população pode conseguir nos séculos XV e XVI. Não contentes com o esforço extenuante de ter conquistado o território nacional aos árabes em mil combates porfiados, descobrimos a África e os segredos do Oceano Austral: fundamos um império à custa dos mouros africanos em redor de Celta e das outras praças marroquinas; abrimos à Europa o caminho marítimo para o Oriente pondo em contato dois mundos; criamos na Índia um poder tão forte e tão dilatado, que pode fazer vitoriosamente frente ao Sultão da Turquia, o maior potentado militar do século XVI; exploramos até os mais remotos confins os mares e os arquipélagos do Extremo Oriente; fizemos com Fernão de Magalhães a circunavegação do mundo; e depois de tantos prodígios, que mais parecem do domínio do sonho por terem sido realizados por um povo só, ainda tivemos tempo para fundar do outro lado do Oceano, nas terras

descobertas por Pedro Álvares Cabral, que assim roubou a Colombo metade da glória de ter achado o novo mundo, esta formosíssima nação do Brasil, que já hoje é a nossa glória de colonizadores, e amanhã será o nosso melhor título de colaboração na obra ingente da civilização humana.

Com efeito, tudo quanto constitui a vasta epopéia dos nossos feitos militares e marítimos, se desfez como fumo de efêmera glória. Só o Brasil ficou a atestar, cada vez maior e mais progressivo, o que fôramos e o que a humanidade nos deve.

As praças da África perdemo-as, e hoje naquelas regiões do continente, que nós fomos os primeiros a devassar, o nome de Portugal é quase desconhecido e outras nações impõem com a força dos seus canhões uma soberania da última hora. A Índia pertence a outros, e nós que fôramos com o grande Afonso de Albuquerque o poder hegemônico do Oriente, de Malaca a Ormuz, temos hoje no Hindustão apenas o estritamente necessário com que figurar no cortejo do vencedor, como o paria humilde mais indispensável para fazer sobressair a grandeza do dominador atual. Da circunavegação do globo, já ninguém se lembra, nem mesmo os que dela se aproveitaram. De modo que só nos resta perante a justiça da história do Brasil. Mas este ao menos compensa-nos de todas as perdas e de todas as ingratidões, porque ninguém será capaz de negar que a Portugal deve o mundo a florescentíssima nação, em cuja prosperidade nós nos revemos orgulhosos, e de cujo futuro está em grande parte dependente a continuação do nome português.¹¹⁸

Defensor incansável de Portugal, Zófimo Consiglieri Pedroso foi um dos principais fomentadores das relações luso-brasileiras no período, divulgando com verdadeira obstinação suas idéias na imprensa periódica da época – e, não por acaso, colaborador de praticamente todas as revistas que elencam nosso *corpus*. Professor catedrático, Zófimo José Consiglieri Pedroso Gomes da Silva nasceu em 1851, em Lisboa, e morreu em 1910, em Sintra. Formado em Letras, foi político, etnógrafo, ensaísta, escritor, professor catedrático e diretor do Curso Superior de Letras de Lisboa. Foi membro do Partido Progressista e deputado da Câmara, eleito por Lisboa. Para além do ensino e da política, Consiglieri Pedroso distinguiu-se em várias áreas, nomeadamente na etnografia, tendo sido, conjuntamente com outros investigadores, um dos fundadores e um dos mais importantes dinamizadores da Antropologia

¹¹⁸ Zófimo Consiglieri Pedroso, *Op. Cit.*, p.231.

em Portugal. Nesse âmbito, dedicou-se, sobretudo, ao estudo dos mitos, das tradições e das superstições populares, atividade na qual demonstrou ser um típico letrado do último quartel do século XIX, profundamente imbuído de valores humanistas. Considerado um ensaísta brilhante, colaborou em diversos periódicos, tendo publicado no Jornal *O Positivismo* grande parte das suas análises etnográficas. Foi presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa e sócio efetivo da Academia de Ciências sediada na mesma cidade. ¹¹⁹

Pedroso foi o articulador fundamental do singular “acordo” que, em 1909, visava coadunar todos os interesses econômicos e políticos que interessavam ao seu país naquela época em relação ao Brasil e estabelecer medidas e ações que pudessem viabilizá-lo rapidamente.

Assim sendo, no dia 10 de novembro de 1909 ganhara vez e voz, na sala de conferências “Algarve” da Sociedade de Geografia de Lisboa, a importante proposta de “aproximação amorável e definitiva dos dois povos que falam a língua portuguesa” ¹²⁰ proferida por Zófimo Consiglieri Pedroso. Conhecido como “Acordo luso-brasileiro”, tal projeto, apresentado pelo então Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa – que também acumulava na época os cargos de diretor do Curso Superior de Letras e de Deputado – listava uma série de ações que se faziam necessárias para melhorar as relações entre Brasil e Portugal e “desfazer a obra de afastamento dos dois países” ¹²¹. Dentre as quatorze alíneas propostas, destacamos os “planos de ação” que previam:

- A realização periódica de congressos luso-brasileiros, “com o intuito de discutir todos os assuntos de ordem intelectual e econômica, que interessem em comum e exclusivamente as duas nações” (p.20);

¹¹⁹ Para mais informações sobre Zófimo Consiglieri Pedroso e seu legado intelectual para Portugal, consultar o apêndice no final deste volume.

¹²⁰ Cf. Z. Consiglieri Pedroso, *O acordo luso-brasileiro*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1909, p.22.

¹²¹ Z. Consiglieri Pedroso, *Op. Cit*, p.23.

- Um tratado de comércio, ou ainda melhor, “um largo entendimento comercial entre as nações [...] procurando-se à maneira que cada uma conceda à outra respectivamente vantagens especiais” (p.20);
- A promoção e a criação de uma linha regular de navegação entre Brasil e Portugal;
- A fundação de entrepostos mútuos em Lisboa e Rio de Janeiro para o fomento do comércio luso-brasileiro;
- A unificação/ “harmonização” da legislação civil e comercial de ambos as nações;
- A “aproximação intelectual, científica, literária e artística dos dois países” (p.20);
- O estudo da viabilidade da fundação, em ambas ou quaisquer umas das então capitais federais, de “uma revista que seja o órgão para servir de intérprete permanente a este movimento de aproximação luso-brasileira” (p.21);
- A promoção das “mais íntimas e continuadas relações entre a imprensa brasileira e a imprensa portuguesa, pela troca de colaboração” (p.21);
- O fomento do intercâmbio entre as sociedades científicas, artística, de instrução, etc., bem como o de bolsas de estudos para a pesquisa luso-brasileira;
- O incentivo de uma “congregação” luso-brasileira no Brasil, seja por intermédio da Sociedade de Geografia ou do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro, que quisessem, “à semelhança da Sociedade de Geografia de Lisboa, a união dos povos” e a instauração de uma “liga luso-brasileira” (p.21);
- O reforço do engajamento da benemérita colônia portuguesa no Brasil como “a ativa intermediária da transformação moral dos dois povos [...], em duas pátrias fraternalmente enlaçadas, de vínculo inquebrantável à raça luso-brasileira”.

Após ter sido aprovado, “por aclamação, em sessão imponentíssima, o projeto de acordo luso-brasileiro” (p.43), a súmula da conferência foi publicada no opúsculo “O acordo Luso-Brasileiro” (*Op. Cit.*, 1909) pela editora Antiga Casa Bertrand no dia 30 de novembro do mesmo ano. É interessante ainda notar como o próprio opúsculo conecta a “sincronia” de interesses dos editores da *Brasil-Portugal* e dos dirigentes da Sociedade de Geografia de Lisboa ao comentar que as idéias-base do “acordo” já tinham sido expostas anteriormente pelo próprio Consiglieri Pedroso num artigo publicado pela mesma revista, há cerca de um ano antes, na ocasião da celebração do Centenário da Abertura dos portos brasileiros e da Exposição Nacional do Rio de Janeiro, no já mencionado artigo “A nossa melhor obra”.¹²²

Percorrendo o texto integral de “O Acordo luso-brasileiro” percebemos, desde o início, o grande interesse por parte dos portugueses em legitimar tal projeto com a justificativa clara de estar fazendo uma grande benfeitoria ao nosso país que, supostamente, seria, como Portugal, muito beneficiado com a viabilidade do acordo. Como forma de engajar a intelectualidade brasileira da época nesse processo, além de ter dedicado seu discurso ao Barão do Rio Branco¹²³, ou melhor, ao “alto espírito que inspirou tais páginas [...] e que sem deixar de ser um grande brasileiro, tem sabido tantas vezes mostrar a sua simpatia pelos portugueses” (1909, p. 6), Consiglieri Pedroso ainda utilizara como epígrafe de seu projeto um trecho da conferência “O elemento português no Brasil”, proferida por Sílvio Romero alguns anos antes (1902).

Com efeito, quando Sílvio Romero pronunciara a famosa conferência no Rio de Janeiro em “favor” dos portugueses, o crítico defendia na verdade a presença lusitana no Brasil num contexto muito específico – ou seja, na conjuntura do grande aumento das correntes imigratórias estrangeiras no país como consequência da contratação massiva de mão-de-obra

¹²² Zófimo Consiglieri Pedroso, “A nossa melhor obra”, *Brasil-Portugal*, Ano X, no. 231, 01 set. 1908, p. 230-231 (grafia atualizada).

¹²³ Na época, o senhor José Maria da Silva Paranhos Júnior, também conhecido como *Barão do Rio Branco*, ocupava o cargo de Ministro das Relações Exteriores da República dos Estados Unidos do Brasil.

para a substituição do recém-extinto trabalho escravo. Em virtude da constatação de que tal presença estrangeira poderia inclusive, em alguns lugares do país, criar sub-comunidades que reproduziriam o *modus vivendis* de suas respectivas nações de origem sem se integrarem plenamente à cultura brasileira, Romero sustentou em seu discurso que a imigração portuguesa não deveria ser preterida em favor de outros grupos de imigrantes, pois era a única colônia que não descaracterizaria drasticamente o ambiente no qual se inserisse, em razão da língua e das raízes culturais em comum com a ex-colônia. A partir de então e, sempre descontextualizada, tal conferência foi constantemente reiterada em todos os planos “efetivos” e já citados do governo português de aproximação dos dois países para justificar, ainda, uma espécie de “vontade oculta” e latente, por parte dos brasileiros, em tomar parte de tais projetos, como foi em 1909.

A imprensa luso-brasileira do período – e, especialmente as revistas *Brasil-Portugal* e *O Ocidente* –, repercutiu muito positivamente o “Acordo luso-brasileiro”. Nesse sentido, dentre as várias matérias publicadas na *Brasil-Portugal* sobre o assunto, destacamos o artigo “O acordo luso-brasileiro”, vindo à lume na edição no. 266 (16 de fevereiro de 1910, p.22), assinado por Consiglieri Pedroso e ao qual se seguiu uma nota elaborada pela própria Redação reforçando a importância do projeto.

Pedroso foi colaborador da *Brasil-Portugal* desde o início da publicação da revista em 1899 (geralmente assinava a coluna “Crônica Ocidental”, que versava sobre política internacional) e, como vimos, em relação aos alicerces do “plano de aproximação” entre Brasil e Portugal, já tinha se manifestado em 1908 no artigo “A nossa melhor obra” que comentamos antes. Reiterando, portanto, as idéias do “acordo luso-brasileiro”, proferidas na Sociedade de Geografia de Lisboa, em artigo homônimo publicado no dia 16 de fevereiro de 1910, Pedroso reforça a necessidade da realização do “pacto” para ambos os países e exalta ainda a sua relevância naquela conjuntura:

O acordo luso-brasileiro

Vai seguindo o seu caminho a idéia lançada pela Sociedade de Geografia, há pouco mais de três meses, para promover a aproximação amorável e definitiva dos dois povos que falam a língua portuguesa. Não vai tão depressa, é certo, como a impaciência do autor do projeto do acordo o desejaria. Vai, porém, como pode e como deve ir lenta mas seguramente infiltrando-se na consciência pública de Portugal e no Brasil, ganhando todos os dias terreno, conquistando a pouco e pouco novas e valiosas adesões. É este o caminho das idéias que triunfam. E o acordo luso-brasileiro há de triunfar, porque está na respiração latente das duas nações.

É preciso que nos lembremos, para cobrar ânimo, que se trata de desfazer a obra de afastamento dos dois países, que há perto de um século se estão, pela vista curta dos governos, separando dia a dia um do outro. Trata-se de emendar agora o erro fatal deste século de esfriamento mútuo. E tão colossal empresa, que teve de escrever uma nova página, não só na história dos dois países irmãos, mas na história da nossa idade, não pode ultimar-se em horas ou mesmo em meses, embora de persistente trabalho e de diligência. Há de precisar de longos anos para se realizar na plenitude dos seus resultados benéficos. Isto mesmo previu o autor da proposta, quando a organizou com o caráter complexo, que lhe dá o verdadeiro valor.¹²⁴

Mais adiante, num trecho não assinado, temos o discurso de um “editorial” – e, portanto, a opinião direta dos diretores da revista sobre o tema –, reforçando a “lição moral” das palavras que o precedia, como exortação da “aliança” indispensável às nações:

Que sejam um estímulo e um ensinamento as palavras que aí ficam. Que os acontecimentos futuros, que a realidade já agora por nós todos ambicionada seja a confirmação absoluta e consoladora deste patriótico anseio de um estado melhor, deste desejo convertido em necessidade nacional, política, social, de que no futuro, os dois povos que falam a língua portuguesa de tal maneira se identifiquem e estreitem em todas as manifestações do Direito, em todas as vibrações do sentimento, e na eqüitativa reciprocidade de todos os interesses, que as duas pátrias, sempre independentes e autônomas, formem uma pátria comum. [...]

O governo pela voz de seu chefe, o Brasil pela palavra de seu representante, e a Sociedade de Geografia, cujos nobilíssimos fins o seu presidente mais uma vez pôs em foco, todos, como se esse momento solene antecipasse num fraterno e íntimo

¹²⁴Zófimo Consiglieri Pedroso, “O acordo luso-brasileiro”, *Brasil-Portugal*, Ano XII, no. 266, 16 fevereiro de 1910, p. 22.(grafia atualizada).

estreitamento de pessoas o estreitamento vasto de duas nações, todos os que falaram e os que aplaudiram, vieram demonstrar que já agora, os destinos tem de cumprir-se, as idéias tem de tornar-se fatos, tem de transformar-se em acontecimentos as esperanças, o acordo dos corações será um dia o acordo dos interesses, e num futuro radiante, palpitará mais forte do que hoje, mais uníssonas, mais vibrante, a alma de dois países!

Desde o princípio, a partir do título, temos alguns elementos fundamentais que nos dão algumas pistas de leitura do artigo. Assim sendo, o título “O acordo luso-brasileiro” não só retoma a conferência homônima do mesmo autor do artigo – e também de conhecimento público, não só devido à ampla divulgação da imprensa na época, mas especialmente divulgada pela própria Brasil-Portugal – como sugere ainda a ideia de que tal “acordo” era já um acontecimento real e articulado por Brasil e Portugal, a julgar pelo emprego da adjetivação. Tal como está, o título insinua que ambas nações “discutiram” previamente o assunto e concordaram em executar uma ação em comum que os beneficiaria igualmente quando, na verdade, sabemos que tal “proposta” foi uma medida unilateral que a imprensa portuguesa tentava vender à comunidade luso-brasileira como iminente e imprescindível. Em outras palavras, a(s) revista(s) formula, endossa um discurso em torno do “acordo luso-brasileiro” e o propaga como a verdade absoluta, tornando assim tal articulação verossímil aos olhos de seus leitores.

A adjetivação empregada também tem um papel relevante na construção desse discurso; assim sendo, sublinhamos nos trechos citados do último artigo termos como “respiração latente das duas nações”, “dois países irmãos”, “a realidade já agora por nós todos ambicionada”, “confirmação absoluta e consoladora deste patriótico anseio”, “desejo convertido em necessidade nacional, política, social”, “aproximação amorável”, “fraterno e íntimo estreitamento de pessoas o estreitamento vasto de duas nações”, entre outros, que denunciam uma estratégia argumentativa que objetivava suscitar a emoção e uma espécie de

“identificação” e “comunhão” emocional entre os dois povos, que se traduziriam na concretização do projeto de Pedroso.

Contudo, apesar da tão intensificada campanha, observamos que o projeto não rendera os frutos esperados pelos portugueses, talvez devido a não reciprocidade de interesses por parte dos brasileiros em realizar tal acordo ou, ainda, pela morte prematura de Consiglieri Pedroso que, sendo seu principal idealizador, ao falecer no mês seguinte à realização do evento (03 de setembro de 1910), não teve continuadores tão eloqüentes e tão comprometidos com a ‘causa’ como ele. Com efeito, após a morte de Consiglieri Pedroso, o tema de “estreitamento” das relações luso-brasileiras só foi “oficialmente” retomado após a eclosão da 1ª. Grande Guerra Mundial (1914) com o projeto de uma “Grande e Nova Lusitânia” ou, em outras palavras, “A confederação luso-brasileira” (1917), dessa vez retomada e fomentada pela revista *Atlântida* (1915-1920).

Ainda sobre a repercussão do projeto proposto pelo então presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa nas mentalidades brasileiras, é interessante salientar que o próprio Pedroso se questionara sobre a recepção que o “acordo” teria no outro lado do Atlântico, manifestado em um trecho de sua famosa conferência:

Se ao Brasil, pois, não convier o acordo íntimo com Portugal, sobre as bases que acabo de apresentar, ou sobre outras idênticas, que mantenham o pensamento dominante da minha proposta, esse acordo não se fará. Mas convém, e por isso eu estou convencido não só da sua possibilidade, mas da relativa facilidade da sua realização.¹²⁵

Espécie de colocação profética, temos a impressão de que Pedroso já desconfiava do fim que teriam suas propostas. Mais adiante, se considerarmos a resposta do Barão de Rio Branco, comentando a posição do governo brasileiro acerca do acordo, percebemos que ao Brasil não interessava em nada essa tentativa insistente de “união” proposta pelos

¹²⁵ Cf. Z. Consiglieri Pedroso, *O acordo luso-brasileiro*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand, 1909, p. 36.

portugueses, embora esses quisessem, com seus discursos eloqüentes, persuadir seus leitores contemporâneos do contrário. Vejamos então qual foi a correspondência endereçada a Rio Branco e o seu pronunciamento sobre a questão, publicada na seção “Telegrama e Respostas” (páginas 43 e 44), inserido no final do texto principal do já citado opúsculo de Pedroso:

TELEGRAMAS

À Sua Majestade, o Rei de Portugal – Madri. A Sociedade de Geografia de Lisboa, ao aprovar por aclamação o projeto de acordo entre Portugal e Brasil, saúda a Vossa Majestade como chefe da nação portuguesa, agradece a Vossa Majestade a patriótica deliberação de pessoalmente instalar a comissão luso-brasileira, e confia em que Vossa Majestade porá toda a influência da sua alta magistratura ao serviço da causa nacional da aproximação dos dois povos irmãos. O presidente – Consiglieri Pedroso.

À Sua Excelência, o Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil – Rio de Janeiro. A Sociedade de Geografia de Lisboa ao aprovar por aclamação, em sessão imponentíssima, o projeto de um acordo luso-brasileiro, saúda Vossa Excelência como chefe da grande nação brasileira, nossa irmã, e confia em que Vossa Excelência porá toda a influência da sua alta magistratura ao serviço da causa nacional da aproximação dos dois povos, que falam a língua portuguesa. O presidente – Consiglieri Pedroso

À Sua Excelência, o Barão do Rio Branco, Ministro das relações – Rio de Janeiro. A Sociedade de Geografia de Lisboa, ao aprovar entusiasticamente o projeto de um acordo luso-brasileiro, envia a Vossa Excelência a expressão da sua simpatia, e confia em que Vossa Excelência lhe prestará o apoio do seu grande prestígio. O presidente – Consiglieri Pedroso

RESPOSTAS

Rio de janeiro, 17 de novembro – Presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa. O Presidente da República agradece muito o telegrama de Vossa Excelência, e eu fico muito agradecido pela comunicação com que Vossa Excelência me honrou. Examinaremos em tempo o projetado acordo, sobre o qual não tem este governo conhecimento algum. – Rio Branco

BRASIL - PORTUGAL

1 DE FEVEREIRO DE 1907

N.º 193

PELOS MARINHEIROS



— Piedade, Senhor . . .

Diga o que disserem, e colha Portugal, mesmo de joelhos. É sempre grande

Figura 14 – Capa da Brasil-Portugal (edição 193)

Para além da legenda – “Diga o que disserem, o velho Portugal, mesmo de joelhos, é sempre grande” – e da própria representação emblemática do “país” ao centro, notemos toda a construção interessante desta caricatura de Augusto Cândido: o mar (Tejo?) ao fundo, bem como as imagens de uma idosa e uma criança (passado e futuro?) ao lado de uma construção à esquerda que remete à Torre de Belém (e, conseqüentemente, o velho do Restelo camoniano)

A instauração efetiva de uma linha regular de navegação entre os países, como pudemos perceber, também se configurou como uma forte preocupação entre os portugueses, bem como a concorrência que os produtos lusitanos sofriam no Brasil. Tendo sido, inclusive, uma das alíneas contemplada por Pedroso no seu “Acordo luso-brasileiro”, foram muitos os artigos da Brasil-Portugal que discutiram a questão na tentativa de encontrar uma solução que afetava de modo significativo as finanças portuguesas. Nesse sentido, uma das reflexões mais significativas sobre o assunto foi realizada em meados de 1904, com um artigo de Cunha e Costa¹²⁶ que destacou, especialmente, a manutenção e a preservação da “ex-colônia” como principal mercado consumidor dos produtos portugueses e, conseqüentemente, uma das principais fontes de renda do país:

Os esforços da Liga Naval Portuguesa, tendentes a acentuar a necessidade de uma carreira de navegação para o Brasil, a sua insistência junto dos poderes públicos para que, quanto antes e auxiliem a criação de uma companhia poderosa capaz de lutar com uma concorrência tao inevitável quanto natural, a sua propaganda, oral e escrita, em abono dessa idéia, interessam vivamente os que acompanham de perto a nossa vida comercial, a nossa expansão ultramarina e os mercados brasileiros. Do êxito de propaganda tão patriótica depende, em grande parte, a nossa vida econômica, subsidiariamente a financeira e, acima de algarismos e estatísticas, o prestígio moral da nossa colonização sul-americana, ameaçada, contrariada, batida em brecha por concorrentes mais ativos, mais práticos e, sobretudo, mais previdentes.

Nas esferas políticas, nos centros de influência e cultura da nossa terra, é geral a ignorância a respeito dos homens e coisas do Brasil. Menos ciência temos do que por lá vai do que no tempo de Pedro Álvares Cabral. [...]

¹²⁶ José Soares da Cunha e Costa foi advogado, escritor e jornalista (Lisboa, 1868 -1928). Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, decide viver um período no Brasil, onde ocupou o cargo Cônsul de Portugal em Santos. De volta a Portugal, inicia sua contribuição com a imprensa periódica lusitana em 1904 e 1905 quando, no jornal diário republicano *Século*, começa a escrever um grande número de artigos sobre a questão dos tabacos, grande polêmica na época. Vereador da câmara de Lisboa com a República, abandonou o Partido Republicano em 1911, e aderiu à causa monárquica, colaborando em periódicos católicos. Afastado da república, “convertido à monarquia por uma questão de puro patriotismo, pela razão e não pelo sentimento” foi, a partir de 1914, assíduo colaborador dos jornais monárquicos *A Nação* e *O Dia*. Além dos periódicos citados, colaborou com o jornal *O Mundo* e com a revista *Brasil-Portugal*, acumulando ainda a função de sócio da Academia das Ciências de Lisboa. Como advogado, teve uma carreira brilhante, atuando nos mais célebres processos do seu tempo, como o crime de Serrazes e o processo do Banco Angola e Metrópole, por exemplo.

Como quem observou de perto os fatos “mano a mano”; conviveu com os homens; como quem detesta esse patriotismo fácil, berrador e clubista [...], poderemos vir a perder o mercado brasileiro, preocupa-me e assusta-me pelas graves conseqüências que esse desastre poderia ter. Além de uma faixa continental estreitíssima e de uma África onde a colonização mal se esboça e cujo domínio poderosos antagonistas tornam precário e angustioso, é o Brasil, ao menos por agora, o nosso grande mercado exportador, para os produtos e para os livros, para a lavoura e a mentalidade, para as idéias e para a língua, e de lá vem em remessas constantes, como fonte perene da saúde, do patriotismo e dos laços de família, uma grande parte do ouro que alimenta a nossa economia provincial e, por via desta, a nação inteira.

Bem sei que, mais tarde, à força da atividade e iniciativa, quando os nossos domínios ultramarinos estiverem aparelhados para a drenagem das suas riquezas, a África poderá substituir o Brasil nutrido, tonificando o continente exangue. Mas quando? Ninguém o sabe. Nem por esse fato deixarão de mourejar no Brasil *dois milhões* de portugueses, mais da metade da população reinicola. Mais da metade, *em número*; muito mais, incomparavelmente mais, em forças vivas, produtoras e reprodutivas.

Tempos houve em que de fato tivemos o monopólio do comércio importador de produtos agrícolas como ainda hoje ali temos, em percentagem avultada, o do comércio a retalho. Além da identidade da língua e da continuidade de tradições, o português conquistara essa situação excepcional pela sua atividade verdadeiramente assombrosa, pela lisura dos seus processos, pelo seu temperamento generoso [...]. Mas mudam os tempos, mudam os costumes e, pouco a pouco, italianos no centro e no sul, alemães nos estados meridionais, espanhóis por toda a parte, foram furando e medrando à nossa custa, restringindo-nos devagar mas incessantemente a esfera da ação, criando-nos uma concorrência que só poderá ser compensada pela intervenção e auxílio do Estado sob pena de ruína permanente.¹²⁷

Mais adiante, é a própria Brasil-Portugal que reitera a questão, através do editorial “Tratado de Comércio – Portugal e Brasil”, publicado na edição 135 de 01 de setembro de 1904. Expandindo a discussão levantada por Cunha e Costa, o editorial pondera sobre a dificuldade da viabilização do tratado de comércio em virtude da disparidade de valores e produtos exportados entre os países, sublinha o “conflito de interesses” dos produtos

¹²⁷ Cunha e Costa, “Navegação para o Brasil”, *Brasil-Portugal*, Ano VI, no. 122, 16 fevereiro de 1904, p. 416. (grafia atualizada).

produzidos pelo Brasil (praticamente os mesmos produzidos pelas colônias africanas) e argumenta, ainda, sobre a necessidade de realizar o acordo considerando a “questão sentimental”:

A imprensa brasileira tem-se ocupado ultimamente dum projetado tratado de comércio entre Portugal e o Brasil e a Lisboa chegam notícias de várias reuniões de pessoas gradas ao Rio de Janeiro para discutirem o assunto. Parece que unanimemente se aplaude a idéia. Nem admira que ela seja igualmente simpática a brasileiros e portugueses. Há muito que o governo português se empenha em regularizar por meio de um tratado as relações comerciais entre os dois povos de língua portuguesa. [...] E se os interesses políticos desejam esse acordo, os interesses comerciais reclamam-no.

A dificuldade provém sobretudo do grande desequilíbrio que existe na balança comercial dos dois países. Pretende-se igualar os favores recíprocos, e isso é manifestamente impossível, se se considerar que a exportação de Portugal para o Brasil é, segundo as estatísticas portuguesas, de mais de 5.000 contos de réis fortes, ao passo que a exportação do Brasil para Portugal não chega a 3.000 contos. Outra dificuldade, maior ainda, provém de ser a principal exportação para o Brasil composta dos gêneros que constituem a única exportação das possessões portuguesas na África Ocidental. [...]

A propósito do tratado tem-se falado muito no Brasil numa linha direta de navegação para Portugal subsidiada pelo governo português. Foi o governo português que partiu em tempos essa idéia. E nenhuma idéia podia ser mais simpática a portugueses e a brasileiros. Mas para sermos práticos devemos começar por fazer o tratado e, quando vimos os resultados dele, criar então a carreira direta nos termos que as circunstâncias reclamarem. Se não houvesse comunicações diretas para Portugal e o Brasil era essencial e urgente estabelecê-las. Mas há numerosas carreiras inglesas, alemãs e francesas e isso, se não tira o caráter de necessidade ao estabelecimento duma linha portuguesa, tira-lhe o caráter de urgência. [...]

Nesta questão dum tratado de comércio entre Portugal e o Brasil há três pontos a considerar: a questão comercial, a questão política e a questão sentimental. [...] Se considerarmos a questão pelo lado sentimental, basta perguntar aos brasileiros se no Brasil se recebem como irmãos a outros que não seja os portugueses – e aos portugueses se em Portugal os brasileiros são olhados como estrangeiros. Há em Paris uma colônia inglesa e americana, que constitui um grupo. Há o outro formado por espanhóis [...] e há finalmente uma colônia luso-brasileira, uma colônia de língua portuguesa em que, por acordo tácito, se esqueceram as divisões políticas para se

lembrar só a unidade da língua de tradições e de aspirações. Podemos brigar algumas vezes, portugueses e brasileiros. São turras de família. Mas diante do estranho somos irmãos, temos o mesmo sangue e se não nos ajudarmos uns aos outros ninguém nos ajudará com desinteresse. E somos irmãos orgulhosos uns dos outros. É gloriosíssima a nossa história comum, mas são gloriosas nossas histórias separadas. [...] E para que haja todos os elementos necessários para a celebração de um bom tratado não falta agora o elemento pessoal. O rei de Portugal é um amigo sincero do Brasil – todos os sabem – como o Presidente da República Brasileira se tem mostrado sempre amigo dedicado de Portugal, berço da sua família.

Por conseguinte, observamos que a revista Brasil-Portugal, assim como todos os outros periódicos ditos luso-brasileiros que integram o corpus de nossa pesquisa de Doutorado, produziram e repercutiram um discurso contínuo e incontinente dos valores e do ideal de comunidade luso-brasileira que queriam propagar e que, não por acaso, serviria de “plataforma” para o re-estabelecimento da economia e da moral lusitanas nesse momento tão particular para o país. Assim, a concretização do “acordo luso-brasileiro” atenderia perfeitamente a tais interesses, seja através das “linhas de navegação” e regulamentação de regras comerciais que favoreceriam a ex-metrópole e serviriam para “compensar” alguns dos prejuízos ocasionados pelo “afastamento” das “duas nações irmãs”, seja pela manutenção do status quo cultural, que Portugal pretendia conservar na ex-colônia ao oferecer – por meio da cultura e literatura, principalmente – um modelo de raça e povo que o Brasil deveria seguir, ou melhor, continuar. Amiúde, analisando outros artigos publicados nos periódicos mencionados acerca das relações luso-brasileiras, percebemos como os portugueses daquela época realmente acreditavam que o Brasil só era “importante e desenvolvido” graças à sua origem, graças à colonização portuguesa, e como tal idéia alimentava ainda o mito do Portugal grande e profético que poderia ressurgir a qualquer momento. Outra questão que também mereceria uma análise mais aprofundada e que se torna ainda premente no periódico

Brasil-Portugal

REVISTA QUINZENAL ILLUSTRADA

Directores — AUGUSTO DE CASTILHO, JAYME VICTOR, LORJÓ JAVAPES

Director artistico — CELSO HERMINIO

Collaboradores litterarios — OS PRINCIPAES ESCRITORES DE PORTUGAL E BRASIL

Collaboradores artisticos — OS MELHORES DESENHADORES DE PORTUGAL

Capa artistica, 16 paginas de texto, 4 paginas supplementares, media de 25 gravuras por numero, representando paisagens, monumentos, fabricas, personalidades, salões e ateliers, cidades e villas, do Brasil e de Portugal.

Versos, contos, chronicas illustrados.

BRINDE ANNUAL a assignantes e annunciantes.

CONDIÇÕES DA ASSIGNATURA

BRASIL	ILHAS, AFRICA E ESTRANGEIRO	PORTUGAL
Anno (moeda brasileira) 45000 réis	Anno 80000 réis	Anno 70000 réis
Numero avulso 27500 "	6 mezes 42500 réis	6 mezes 40000 réis
	Numero avulso 2500 réis	3 mezes 27000 réis
		Numero avulso 2400 réis

Brasil-Portugal tem correspondentes nas principaes terras do paiz e do Brasil. Vende-se em todas as livrarias, na tabacaria Monaco, e nos escriptorios da Revista.

52, RUA IVENS, 52

— LISBOA —

FASCICULOS SEMANAES

8 folhas de 8 paginas cada, 4.º grande

± MAGNIFICAS ±

GRAVURAS GRANDES

CADA FASCICULO 60 REIS

Assignatura Permanente

MANUEL PINHEIRO CHAGAS

HISTORIA DE PORTUGAL

Edição popular e illustrada, direcção de ROQUE GAMEIRO

Publicação luxuosa e barata

Assignaturas em LISBOA, Livraria Moderna, rua Augusta, 95. — PORTO, Guildadia de Campos, rua de D. João, 113, 2.º, e em todos os livrarias do paiz

Estão publicados — 25 FASCICULOS E 5 TOMOS — Estão publicndos que se enviam mediante 60 REIS cada fasciculo e 600 REIS cada tomo, e quem se requisitar a ALFUGENTA, 93

TOMOS MENSAES

5 fasciculos com mais de

20 MAGNIFICAS 20

GRAVURAS GRANDES

CADA TOMO 300 REIS

Assignatura Permanente



Armazem de fazendas e fato feito, por atacado e a retalho

FORNECEDORES DA CASA REAL

J. NUNES CORRÊA & C.ª

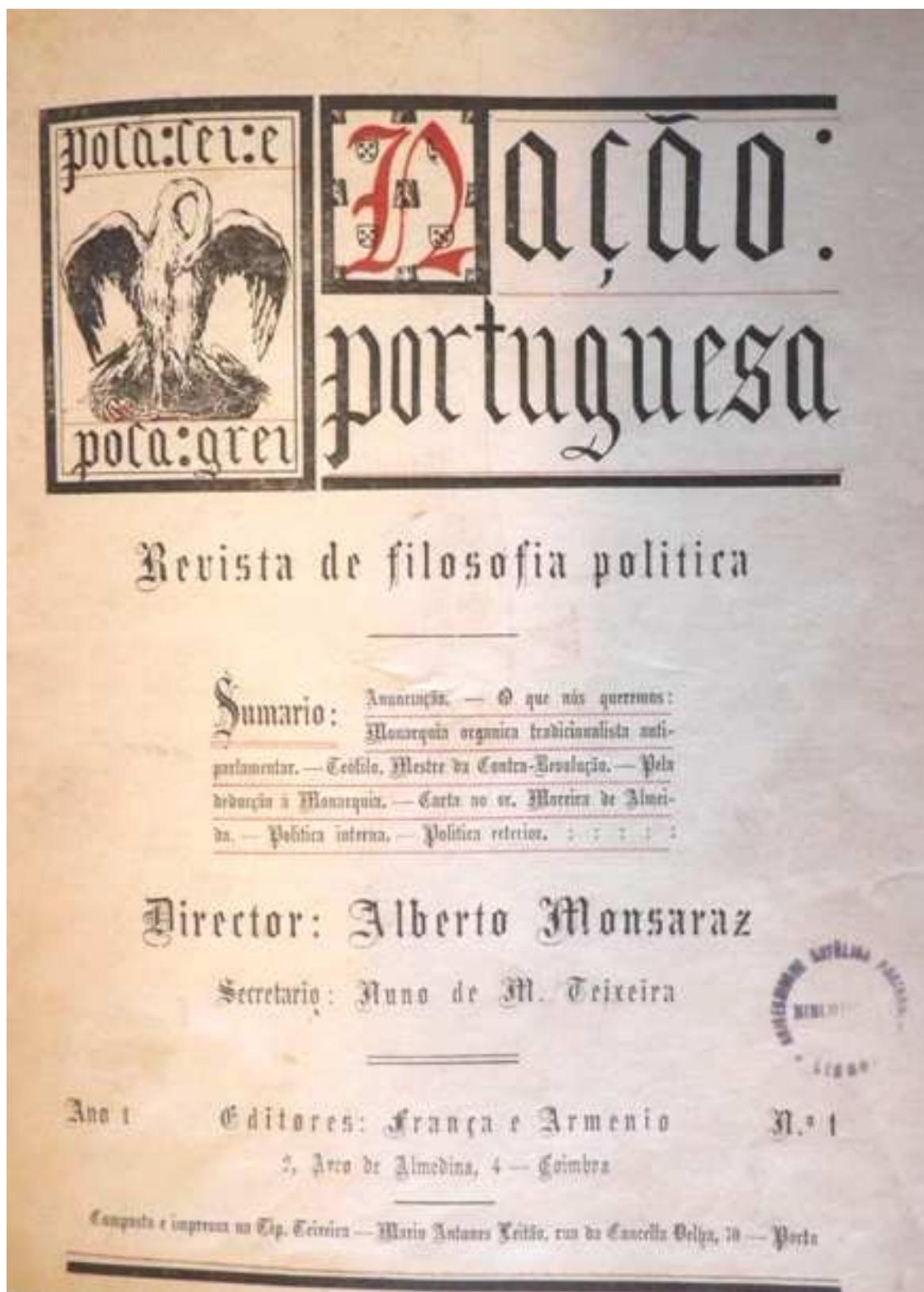
ESPECIALIDADE DE D'ESPORTEES

Rua do Ouro, 40, 42 e 44; Rua de S. Julião, 149, 152, 154 e 156 — LISBOA

Prontificam-se com a maior brevidade qualquer funcioes e encomendas para exportação. — Ateller mechanico para confecção de uniformes. Garante-se em todas as encomendas a sua qualidade, perfeição e exactidão de preços.

Fig. 16 - Propaganda da própria *Brasil-Portugal* em seu 1.º. Número (01 de fevereiro de 1899)

2.3 – REVISTAS POLÍTICAS



2.3.1 – Revista *Nação Portuguesa*

Nação fundadora de nacionalidades, tal como a Espanha, nossa irmã e nossa vizinha, Portugal contempla no Brasil um dos seus mais belos florões de glória e sem dúvida um dos mais elevados serviços prestados por nós à civilização. Obra admirável do nosso gênio, o Brasil reflete na sua composição, tão forte, tão homogênea para uma pátria mal saída da confusão colonial, a estrutura histórica que tornou poderosa e grande, cá deste lado do Atlântico, a sua velha metrópole. [...] Efetivamente, olhar o Brasil é como assistir a uma segunda criação de Portugal (...)

“Glória ao Brasil!”, editorial da *Nação Portuguesa*¹²⁸

Gestada no seio e pelos anseios da juventude reunida em roda da Universidade de Coimbra na primeira década do século XX, a revista *Nação Portuguesa* circulou de forma seriada entre 1914 e 1938 sem periodicidade definida. A primeira série, considerada como “a mais marcante” por Martins (2008, p.498-499)¹²⁹, foi veiculada entre 1914 e 1916 e ostentava como subtítulo “Revista de filosofia política”, dirigida por Alberto de Monsaraz. Dessa primeira fase emergiram os nomes mais representativos da originária geração integralista – Antônio Sardinha, Hipólito Raposo, Luís de Almeida Braga, Pequito Rebelo, Rolão Preto, Alfredo Pimenta além do já mencionado Alberto de Monsaraz – que, a partir de 1907 pelo menos¹³⁰, já postulavam os ideais monárquicos e a fundação de um “órgão” para disseminar suas idéias.

¹²⁸ “Glória ao Brasil!”, *Nação Portuguesa: Revista de Cultura Nacionalista*, no.3 (2ª. série), set.1922, 97-99.

¹²⁹ Cf. Fernando Cabral. Martins, *Nação Portuguesa* (verbete), In: _____. (coord.), *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, Lisboa, Caminho, 2008, p.498-499.

¹³⁰ Segundo Pinto, a geração integralista coimbrã que dá origem à revista *Nação Portuguesa* é formada pelos alunos que freqüentaram a universidade local a partir de 1907 até meados de 1917, aproximadamente. Cf. Antonio Costa Pinto, *A formação do Integralismo lusitano (1907-1917)*, In: *Análise Social*. Lisboa, 1982, vol. XVIII (no. 72, 73, 74), p. 1409- 1419.

A partir da segunda série (1922-1924) agregou outros importantes nomes ao seu corpo editorial, tais como Afonso Lopes Vieira, Vieira de Almeida, Castelo Branco Chaves e Avelino Soares, por exemplo, e passou a ser subdenominada como “Revista de cultura nacionalista”. Passou, então, a ser dirigida por Antônio Sardinha que se tornaria um dos principais nomes da revista e do movimento integralista lusitano, que representavam como órgão oficial.

Convergingo especialmente para a economia e política, os membros do movimento – e consequentemente do periódico – concentraram-se, sobretudo, na defesa da monarquia no novo contexto da revolução republicana, na defesa da igreja católica e no fomento de uma herança nacionalista militante, princípios que resultariam num projeto “integralista”, de modo a realizar a mesma tarefa de ressurgimento e de “renascença” nacional que outras publicações periódicas contemporâneas (vide *A Águia*, por exemplo) também se empenharam em concretizar.

O termo “Integralismo Lusitano” foi utilizado pela primeira vez por Luís de Almeida Braga na revista *Alma Portuguesa* (1913) para conceituar um projeto regeneracionista de Portugal em oposição (e em reação) ao Saudosismo de Teixeira de Pascoaes (*O Espírito Lusitano ou o Saudosismo*, 1912) e ao movimento da “Nova Renascença” (criado pelo grupo de republicanos portugueses da revista *A Águia*). Para a Renascença Portuguesa, do qual *A Águia* foi principal expoente, a instauração do regime republicano abria novas possibilidades de regeneração para Portugal, mas preconizavam que este desenvolvimento só se concretizaria se fossem rompidos definitivamente os laços com a Igreja Católica. Almeida Braga, porém, por entender que o novo regime republicano implantado representava somente uma nova etapa no processo de decadência do país, defendia que a regeneração só seria possível através de um retorno à integralidade do espírito católico que fizera Portugal.

Além da portuense “Renascença Portuguesa” outro movimento lusitano, a *Liga de Ação Nacional*,¹³¹ também foi alvo da crítica mordaz do grupo, como bem podemos perceber nas palavras de Sardinha¹³²:

[...] Aludo, sem propósito de desprimor, à recente *Liga de Ação Nacional* e àquela confederação literária do Porto *A Renascença Portuguesa*. Não é para aqui a crítica, ainda que ligeira, do seu programa e das suas afirmações. Basta que lhes assinalemos, como um vício grave de origem, a sua inteira subalternização ao preconceito inadmissível do regime. [...] *A Renascença Portuguesa*, não passando dum já agora falido esboço de federalismo literário, á maneira do *Mercure de France*, não nos ofereceria nunca a importância da *Liga de Ação Nacional* se não pretendesse preceptorar a produção evidente das nossas letras com o falso e perigoso nacionalismo da sua teoria saudosista. [...] Divorciadas das tendências representativas da nacionalidade, nem a *Liga de Ação Nacional* nem a *Renascença Portuguesa* poderiam oferecer, por isso mesmo, á geração nova uma doutrina que, fundamentada nas realidades do seu sangue e da sua inteligência, lhe abrisse o caminho para a restauração da nossa consciência coletiva obliterada. Que resta pois, no turbilhão dos impulsos rápidos, depressa exauridos na falta dum princípio orgânico que lhes dê finalidade e sequência? Necessariamente o movimento que à roda do Integralismo Lusitano procura reconduzir Portugal à continuidade do seu fio tradicional interrompido.

¹³¹ Fundada em 1918, a *Liga de Ação Nacional* (LAN), foi presidida por Pedro José e tinha António Sérgio como um dos secretários. A Liga foi responsável pela publicação da revista *Pela Grei — Revista para o Ressurgimento Nacional pela Formação e Intervenção de Uma Opinião Pública Consciente* (1918-1919), dirigida por António Sérgio. Segundo os seus estatutos, a Liga era “uma agremiação de cidadãos portugueses e de associações aderentes, com o fim de imprimir uma vida nova de trabalho produtivo à sociedade portuguesa, promovendo a transformação moral, a refundição de todo o ensino, o fomento econômico (incluindo novos processos de colonização), a reorganização financeira, a educação cívica e as reformas sociais, no sentido de uma política nacional que, resolvendo a crise presente, garanta a independência, a prosperidade e o progresso da Nação e permita realizar o máximo de condições favoráveis à plena e legítima expansão das atividades individuais”. Política e religiosamente neutra, prezava a independência do Estado e almejava conseguir os fins indicados através da propaganda (publicações, debates, conferências, congressos), de “representações junto dos poderes públicos” e da “cooperação com outras associações”. Do ponto de vista institucional, a Liga “compreende uma Junta Geral, juntas regionais, juntas locais, associações aderentes, núcleos e secções no estrangeiro”. Além da publicação da revista *Pela Grei*, uma das medidas mais efetivas da associação, pouco se sabe das atividades do grupo. Cf. Fernando Farello Lopes, A revista “Pela Grei” (doutrina e prática políticas), In: *Análise Social*, Lisboa, 1982, vol. XVIII (no. 72, 73, 74), p. 759 - 772. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223400305P9aFA0tv7Pn83VP4.pdf>. Acesso em 06 dez. 2010.

¹³² Cf. António Sardinha, Testemunho duma geração, In: “*A Prol do comum*”: doutrina e história, Lisboa, Livraria Ferin, 1934, p. 6-9.

O Integralismo Lusitano nasceu, portanto, com a insurreição monárquica liderada por Paiva Couceiro (1911-1912), inicialmente em redor da revista *Alma Portuguesa* (1913) e, mais tarde, em torno da revista *Nação Portuguesa*. Apesar das origens paradoxalmente republicanas e anarco-sindicalistas, esta corrente, desencantada com a República, paulatinamente “evolui” e se transforma em uma instituição antidemocrática. Em seu programa, o Integralismo pregava a restauração da Monarquia tradicionalista e antiparlamentar, centrada na figura onipotente do Monarca (mas não absolutista), bem como a defesa dos privilégios da religião católica, apostólica e romana.

O grupo buscava a mítica alma nacional através de um Estado que finalmente pudesse reencontrar a Nação imortalizada pela História e que se teria perdido com o Liberalismo e com a República, num processo muito semelhante ao ocorrido na França da mesma época¹³³. A obstinação recorrente do grupo de “reaportuguesar” Portugal era a sua utopia regressiva que visava a restauração da legitimidade cristã e monárquica, aproximando-se, de certo modo, do ideário fascista que logo começaria a se desenvolver na Europa.

Os Integralistas também defendiam a tese da “hispanidade” (ou hispanismo) que considerava a Península Ibérica como a essência da civilização cristã ocidental, opondo-se ao modelo de Latinidade propagado por parte da intelectualidade francesa coeva. Contudo, estimavam apenas a unidade espiritual e não política da península, pois o conceito de nacionalidade do grupo assentava-se principalmente nos semas da profundidade (como a “ancestralidade espiritual”), tradicionalismo (traduzido aqui como “unidade rática e religiosa”), rusticidade (a alma da nação está na terra) e de organicidade (“a nação que funciona como um organismo vivo”).

¹³³ Em 1908 o jornalista Charles Maurras fundou, em Paris, a revista *Action Française*, que se transformou no principal representante do movimento chamado Nacionalismo Integral, também baseado na defesa da monarquia tradicional, hereditária, antiparlamentar e descentralizada. Com efeito, as idéias centrais do pensamento político de Maurras baseavam-se num intenso nacionalismo (que ele descrevera como um “nacionalismo integral”) e na crença em uma sociedade ordenada e elitista. Essas eram as bases para o seu apoio à monarquia e à Igreja Católica Romana. Consoante ao pensamento em vigor na Europa de seu tempo, constantemente reiterava a idéia da decadência, em parte inspirado pelas leituras de Hippolyte Taine e Ernest Renan. Cf., por exemplo, Bruno Goyet, *Charles Maurras : «Références Facettes»*, Paris, Presses de Sciences Po, 2000.

Apesar de não ter se esmerado em difundir necessariamente temas literários, observamos, todavia, que a pauta inicial do periódico girou em torno de alguns nomes que evocavam a cultura romântica e a Geração de 70, como Teófilo Braga e Eça de Queirós, por exemplo. Como já bem esmiuçado alhures por Quintas (2004)¹³⁴, o Integralismo Lusitano expressou um pensamento político tradicionalista anti-conservador, estabelecido em torno de uma consciência da individualidade espiritual e cultural dos portugueses, numa reflexão teórica sobre a Tradição e a História Pátrias. Nesse contexto, o pesquisador sublinhou nesse movimento elementos nacionais que historicamente justificavam o surgimento do Integralismo no início do século XX, com destaque especial aos debates promovidos pela Geração de 70 e toda problemática concernente ao choque do *Ultimatum* britânico (1890), até atingir a última fase de os “Vencidos da Vida”. Para tanto, Quintas enfatizou, por exemplo, alguns traços do legado de protesto político-cultural que a Geração de 70, no seu ponto de vista, transmitiu ao Integralismo Lusitano: o protesto contra o que restava do *modus operandi* monárquico-constitucional; o protesto contra a violência que se proclamava Revolução e era entendido como desordem; o protesto contra a democracia parlamentar, entendida como um regime disfarçado em que se negavam as liberdades e a aspiração a uma verdadeira representação democrática.

O programa oficial da revista, publicado já na primeira edição do periódico (8 de abril de 1914), também reiterava os valores da monarquia que pretendiam proclamar, bem como indicavam que publicação seria realmente um dos representantes desse movimento¹³⁵:

¹³⁴ Cf. José Manuel Quintas, *Filhos de Ramires - As origens do Integralismo Lusitano*, Lisboa, Editorial Nova Ática, 2004. Interessante notar ainda que o título, *Filhos de Ramires*, não por acaso, remete para Gonçalo Mendes Ramires, personagem de Eça de Queirós, considerado como “o pai cultural e ideológico dos integralistas”. O título desta obra, *Os filhos de Ramires*, foi aproveitado da afirmação do poeta, historiador e doutrinador Antônio Sardinha ao sugerir este nome para classificar a si e seus companheiros integralistas como herdeiros, portanto, do próprio romancista e de sua obra, já que Gonçalo Mendes Ramires protagoniza uma obra na qual aparece como difusor e defensor da tradição.

¹³⁵ “O que nós queremos - monarquia orgânica, tradicionalista, anti-parlamentar - programa integralista”, *Nação Portuguesa*, 1 (1), 8 de Abril de 1914, pp. 4-6 (grafia atualizada)

As indicações que seguem não pretendem ser um programa, triste vocábulo já agora desacreditado pela falência dos velhos e dos novos partidos. Nelas vão apenas incluídos determinados pontos de doutrina e anunciadas algumas realizações práticas. Por uns e outros elementos, a nossa tendência se revela e francamente se define a nossa atitude. Este índice, embora incompleto, dentro do qual encontram expressão a nossa atividade e propaganda em prol de uma Monarquia tradicional, servirá para reunir à volta de uma aspiração honesta e consciente, a dedicação daqueles que, já descrentes da mentira democrático-parlamentar, ainda confiam no futuro da sua Pátria e na grandeza do seu destino. Os outros, tímidos, cépticos, comodistas ou indiferentes, todos ligados à numerosa família dos covardes de inteligência - esses não têm aqui que fazer, nem devem pertencer à terra em que nasceram. Quando à nossa causa tiver concorrido o esforço de todas as competências que neste país estão conosco, será então oportuno tornar conhecido o plano completo e sistemático de ação e estudo que constituirá toda a razão de ser de uma orientação política nacional que já agora podemos denominar Integralismo Lusitano.

MONARQUIA ORGÂNICA TRADICIONALISTA ANTIPARLAMENTAR

A) Tendência Concentradora (Nacionalismo)

Poder pessoal do Rei: Chefe de Estado.

1) Função governativa suprema: por ministros livremente escolhidos, especializados tecnicamente, responsáveis perante o Rei; por conselhos técnicos também especializados (parte dos membros de nomeação régia, parte representando os vários corpos, com função consultiva).

2) Função coordenadora, fiscalizadora e supletória das autarquias locais, regionais, profissionais e espirituais; nomeação dos governadores das Províncias e outros fiscais régios da descentralização.

3) Funções executivas, fazendo parte da função governativa suprema, que no entanto cumpre sublinhar como sendo a forma de ação mais característica e importante do ofício régio: defesa diplomática; defesa militar; gestão financeira geral; chefia do poder judicial; função moderadora.

B) Tendência Descentralizadora:

1) Aspecto Económico:

Empresa: regime e garantia da propriedade, vinculação (homestead), cadastro, subenfitense, sesmarias, propriedade coletiva, legislação social da empresa, etc.

Corporação: sindicatos operários, patronais e mistos, sua personalidade jurídica,

fiscalização da empresa, fomento dos interesses comuns, arbitragem, etc. Graus corporativos superiores: sistematização profissional, colégios técnicos, câmaras de trabalho, etc. Nação Econômica: Política econômica do governo central (Rei, ministros, conselhos técnicos), função supletória de fomento (protecionismo, tratados de comércio) - função de fiscalização e coordenação dos vários graus da hierarquia econômica.

2) Aspecto familiar administrativo: Família: Unidade (pátrio poder); Continuidade (indissolubilidade conjugal; vinculação, luta contra o absentismo; vinculação propriamente dita: morgadio, homestead). Paróquia: representação de um conjunto de famílias pelos seus chefes. Município: representação de um conjunto mais amplo de famílias pelos seus chefes e de quaisquer outros organismos sociais de importância. Província: câmara por delegação municipal, sindical, escolar e com a assistência do governador da província, função governativa especializada na aristocracia (com caráter rural e regional). Nação Administrativa: Órgão - a Assembléia Nacional, assistida do conselho técnico geral (permanente ou de convocação temporária). Representação - delegações provinciais, municipais, escolares, corporativas; delegação eclesiástica, militar, judicial, etc. Função - consulta sobre a aplicabilidade, na prática, das leis que os ministros e os respectivos conselhos técnicos elaboraram (aprovação de impostos, orçamento, etc.).

3) Aspecto Judicial: Essencialmente organizado sobre estas bases: Julgado municipal (tribunal singular). Tribunal provincial (coletivo). Supremo Tribunal de Justiça (coletivo). Conselho Superior da Magistratura.

4) Aspecto espiritual: Arte: Desenvolvimento artístico, subsídios pelo município, província e governo central, restituição às províncias das obras de arte que lhes pertencem. Indústrias artísticas locais. Museus regionais e defesa do património artístico da província. Museus nacionais e defesa do património artístico da nação. Ciência: Desenvolvimento da instrução e prestação de subsídios e auxílio material pelo município, província e governo central, a par da autonomia de alguns órgãos de instrução. Instrução primária no município. Instrução secundária na província. Universidade autónoma (Coimbra). Escolas e Universidades livres. Escolas industriais, regionais. Religião: Liberdade e privilégios da religião tradicional Católica, Apostólica, Romana. Proteção a esta religião e prestação de auxílio material em regime concordatário. Liberdade de congregação. Liberdade de ensino.

- Nação espiritual: a alta representação destas três formas do aspecto espiritual nos conselhos de El-Rei e na Assembléia Nacional.

A revista, que também ostentava como lema a frase "Pola lei e pola grei", trazia na capa a figura de um pelicano muito simbólico. Tais elementos, conforme veremos melhor adiante, são fundamentais e muito significativos para entendermos a visão de monarquia defendida pelo grupo.

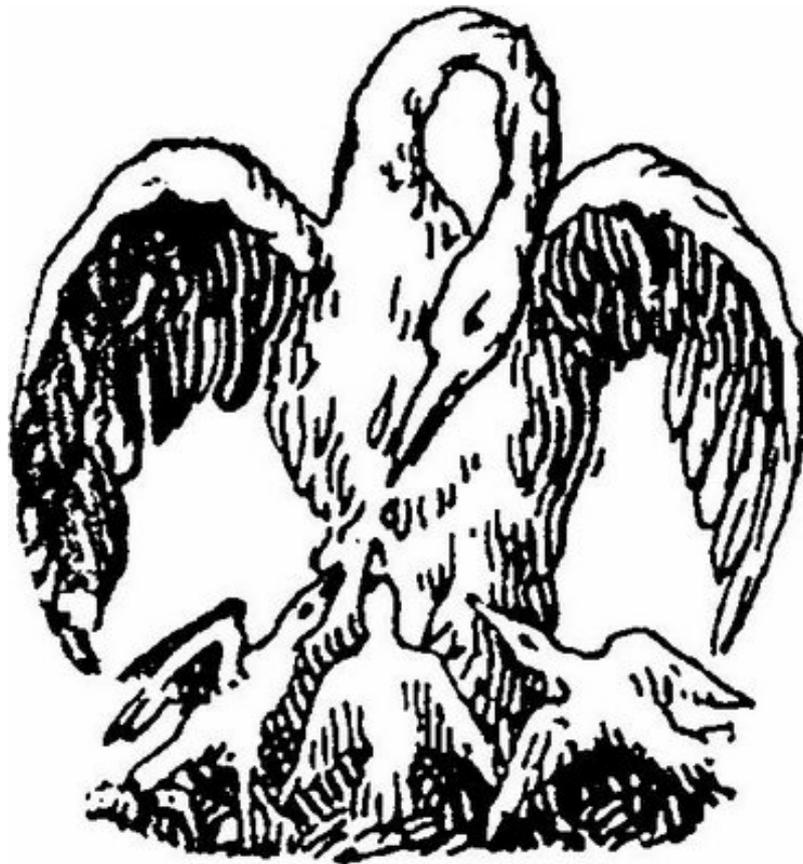


Figura 18 - Pelicano que integra a capa da Revista *Nação Portuguesa* desde a sua 1ª. edição

Analisando minuciosamente a figura, observamos que há uma ave (pelicano) que cuida de três filhotes. Representando, portanto, a figura lendária¹³⁶ que bica o próprio peito para alimentar e salvar seus filhotes famintos, a imagem do pelicano alude a uma metáfora de uso político profundo: a do Cristo redentor no momento crucial da salvação dos fiéis. Tal imagem e lema, não por acaso, foram escolhidas por D. João II (1481 a 1495) para representar

¹³⁶ Cf., por exemplo, Hugo de Folieto, *Livro das Aves*, Lisboa, Edições Colibri, 1932, p.101.

a si e a esposa (D. Leonor) e agora eram recuperadas pelo periódico para simbolizar o tipo de Monarquia e o Portugal que almejavam, já que o ícone heráldico do pelicano remetia a um imaginário régio de salvação, proteção, justiça e messianismo. Rei que também era conhecido como *Príncipe Perfeito*, D. João II foi fundamental na história de Portugal tanto por sua política ultramarina quanto por empreender a efetiva centralização política do País rumo ao progresso e, por conseguinte, nesse contexto se configurava como símbolo muito apropriado do novo Portugal que a *Nação Portuguesa* procurava empreender, através da recuperação dessa “tradição”.



Fig. 19 - Figura da empresa e divisa oficial de D. João II¹³⁷

A divisa “Pola lei e pola grei”, que compõe a imagem do pelicano da empresa de D. João II, reforça o sentido de justiça atribuído ao *rei pelicano*, bem como atesta De Pina,

¹³⁷ *Apud* Priscila Aquino Silva, 2007, p.154

(1950, p. 64)¹³⁸ em suas crônicas oficiais durante a regência do monarca. De acordo com Silva (2007, p.157)¹³⁹:

(...) o moto – *pola lei e pola grei* – tal como a empresa (ou divisa) régia, o pelicano, ilustram bem o comportamento de um rei que zelava pelo cumprimento da lei (divina e humana) e desejava impor a superior autoridade do Estado, tendo como objetivo o bem das gentes de seu país [...] Nesse lema governativo [pode detectar-se] o pioneirismo de um rei que se identifica com a consciência nacional em seu próprio programa de governo e a simboliza no pelicano, que protege os seus filhotes.

A partir do terceiro número da 3.^a série, a revista também começa a ser publicada com a seguinte epígrafe de Antonio Sardinha: “O nosso fim é salientar a urgência de condicionar toda a ação reconstrutora por um labor constante de retificação mental”. Tendo sido, com efeito, o nome mais forte e o que melhor representou a *Nação Portuguesa* em todas as fases, Antônio Maria de Sousa Sardinha (Monforte do Alentejo, 09/09/1887 – Elvas, 10/01/1925) era bacharel em Direito pela Universidade de Coimbra. Descontentamentos com a política praticada pelos Governos republicanos desde a instauração do novo regime em 1910 e com a realidade que o novo sistema implantara em Portugal nos diversos campos (político, econômico, social e religioso), levaram Antônio Sardinha à ruptura com o seu passado republicano, e fizeram-no converter-se à religião católica e ao ideal monárquico.

A partir de 1917, com o aparecimento do jornal *Monarquia*, Antônio Sardinha assumiu papel de relevo na orientação e doutrinação, iniciando o combate de filosofia política,

¹³⁸ Cf. Rui de Pina, *Crônica de D. João II*, Coimbra, Atlântica, 1950.

¹³⁹ Cf. Priscila Aquino Silva, *Entre Príncipe Perfeito e Rei Pelicano – os caminhos da memória e da propaganda política através do estudo da imagem de D. João II (século XV)*, Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007. Disponível em: www.bdttd.ndc.uff.br/tde_arquivos/6/TDE-2010-05-10T124518Z-2470/Publico/Dissert2007_SILVA_Priscila_Aquino-S.pdf. Acesso em: 01 dez. 2010. Neste excelente estudo a pesquisadora também mapeia as representações da imagem do pelicano no repertório bíblico, bem como faz um estudo minucioso de todas as representações iconográficas da ave como símbolo joanino nos principais documentos, bestiários e publicações daquela época. Cf. também Priscila Aquino. Silva, *Imagens do Poder: análise do Pelicano, a empresa régia de D. Leonor e D. João II (Portugal Século XV)*, In: *XIII Encontro de História Anpuh-Rio*, 2008, Seropédica, Anais Complementares - XIII Encontro de História Anpuh-Rio, Rio de Janeiro, Anpuh - Rio, 2008. Disponível em: http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212777402_ARQUIVO_PaperANPUHimagensdoPoder.pdf. Acesso em 01 dez. 2010.

revisão historiográfica e crítica de ideias. Eleito deputado pelo Integralismo Lusitano, assim como o companheiro Alfredo Pimenta, defendeu com muito afinco seus ideais políticos, mas o fracasso da tentativa da restauração monárquica no Porto levou-o ao exílio, na Espanha, entre 1919 e 1921. O seu pensamento radicalmente anti-republicano e nacionalista viria a encontrar, mais tarde, eco em alguns dos doutrinários do Estado Novo. A sua produção poética, nascida sob a égide da tradição, e amalgamando nuances do saudosismo com traços temáticos compartilhados pela ideologia integralista lusitana, é muito bem representada pela obra *A Epopéia da Planície*, antologia de inspiração familiar para a exaltação, com uma acentuada atenção ao concreto quotidiano e rural, que também aparecem em obras como *Chuva da Tarde* e *Era Uma Vez um Menino*. É ainda autor de *O Valor da Raça*, do poema com nuances místicas acerca da expansão portuguesa em *O Roubo da Europa*, além da série de sonetos dedicados a figuras históricas e lendárias reunidos no volume *Pequena Casa Lusitana*.

Antônio Sardinha era anti-iberista e, ao invés da fusão política dos Estados de Portugal e de Espanha, propunha uma aliança fraternal entre todos os povos hispânicos. A *Aliança Peninsular* entre as duas Monarquias seria, na sua perspectiva, o ponto de partida para a constituição de uma ampla Comunidade Hispânica (dos povos de língua portuguesa e espanhola), a base mais firme onde assentaria a sobrevivência da civilização ocidental. Apesar de ter falecido prematuramente, conseguiu afirmar-se como referência significativa para os monárquicos que recusaram condescender com o salazarismo.

Sardinha também utilizava frequentemente o pseudônimo Antonio Monforte (ou simplesmente A.M. que remetia, portanto, a sua cidade de origem) e foi, certamente, o integrante mais célebre do grupo integralista. Com efeito, constatamos que parte significativa dos editoriais e colaboração de relevo da *Nação Portuguesa* é de sua autoria e podemos afirmar ainda que a sua relevância para a divulgação da revista e de seus ideais não cessou

nem mesmo após a sua morte. Durante a nossa pesquisa realizada em Portugal (que tinha como objetivo recolher o material que não havíamos encontrado no Brasil como o acervo da *Nação Portuguesa*, por exemplo) tivemos muita dificuldade em localizar a revista, que não estava disponível integralmente nem mesmo na Biblioteca Nacional de Lisboa.¹⁴⁰

Conforme aponta Barreira (1982, p.1423)¹⁴¹, os principais temas sobre os quais se concentraram as reflexões de Sardinha publicados na *Nação Portuguesa* foram: o hispanismo, o municipalismo e os teóricos da contra-revolução (recuperação de Garrett, Herculano, Teófilo Braga e a geração de 70). Vejamos melhor no quadro a seguir como se configurou na revista tais artigos:

Títulos dos artigos de Antonio Sardinha¹⁴²				
Data	Número	Tema		
		Hispanismo	Municipalismo	Teóricos contra-revolução
Outubro 1922	4	O gênio peninsular		

¹⁴⁰ Diante de tal impedimento, tínhamos até cogitado excluí-la do *corpus* original de nossa pesquisa, pois achávamos que não a encontraríamos já que, além do acervo da Biblioteca Nacional, tínhamos consultado ainda a Hemeroteca Municipal de Lisboa, a Academia de Ciências e Letras e da Sociedade de Geografia de Lisboa em vão. O periódico até consta na base de dados da Biblioteca Nacional, mas é “consultável” apenas o primeiro volume (1914-1916), que é ainda muito irregular visto que não abrange todos os números da revista publicados no período. Felizmente, após a reunião com o professor Dr. Luís Crespo de Andrade (Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da UNL), soubemos da possibilidade de encontrar tal revista no acervo da biblioteca da Universidade Católica Portuguesa (UCP) e, de fato, lá havia o periódico completo, muito bem conservado e acessível ao público. Mais tarde, descobrimos que a viúva de Antônio Sardinha, então principal diretor da *Nação Portuguesa*, doara após sua morte toda a Biblioteca do *integralista* para a Universidade, explicando assim o fato de o periódico se encontrar de forma completa e tão bem conservado. Conversando ainda com o diretor da Hemeroteca de Lisboa, Dr. Álvaro Costa de Matos, descobrimos que grande parte dos periódicos publicados durante a primeira Guerra Mundial (1914-1918) tinha se perdido devido aos transtornos do conflito e dificilmente seriam integralmente encontrados. Diante de tal notícia ficamos muito gratos ao Antônio Sardinha e sua família por terem conservado tão bem esse precioso espólio, por tê-lo compartilhado conosco e por contribuir, de forma indireta, para que o nosso estudo fosse concretizado.

¹⁴¹ Cecília Barreira, Três nótulas sobre o Integralismo Lusitano: evolução, descontinuidade, ideologia nas páginas da *Nação Portuguesa* 1914-1926, In: *Análise Social*, Lisboa, 1982, vol. XVIII (no. 72, 73, 74), p. 1421-1430. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223461323N11BL3vp7Vz81PH1.pdf>. Acesso em 20 nov. 2010.

¹⁴² Apud Cecília Barreira, *Op. Cit.*, 1982, p.1423.

Outubro de 1922	5	Hispanismo e espanholismo		
Dezembro 1922	6	1640		
(?) 1923	11	A lição do Brasil		
(?) 1925	2 (3ª. série)	Madre hispânia		
(?) 1916	12		A teoria da nobreza	
(?) 1923	7 e 8		Teoria do município	
(?) 1914	1 e 2			Teófilo mestre da contra-revolução
(?) 1915-1916	10 e 11			O testamento de Garrett
(?) 1923	9 e 10			Significado do Amadis

Com exceção à edição número 11 publicada em 1923, em homenagem ao Brasil, poucas vezes o nosso país foi tema diretamente das matérias da *Nação Portuguesa* tal como ocorreu com as outras revistas do nosso *corpus*. Com efeito, na *Nação Portuguesa*, o Brasil sempre aparecia ligado ao grande sema “hispânia” e, não por acaso, se configurava como o melhor exemplo da grandeza e esplendor do Portugal de outrora que os integralistas almejavam recuperar. Ao contrário do Iberismo, que pressupunha a articulação de um movimento político e cultural visando o melhoramento das relações em todos os níveis entre Portugal e Espanha que resultasse na unidade política dos mesmos, o Hispanismo se definia pelo compartilhamento de atributos de base cultural tais como história, costumes, tradições, língua e religião católica da Península Ibérica como uma espécie de união “espiritual” não necessariamente pautada na identidade sanguínea.

Obcecado pela idéia de um “Quinto Império”, a “hispania” adquiriu contornos muito significativos na produção de Sardinha, sobretudo ao que concernia ao Brasil. Ainda segundo Barreira (1982, p.1428-1429):

O Quinto Império emerge, na mente de Sardinha, como o espaço transfigurado e lendário duma Hispania forte, revitalizada, balsâmica e coesa, que conceberia novos mundos, novas civilizações à sua imagem. Trata-se, na realidade, de um messianismo profetista e imperial aquele que subjaz e se recria no âmago deste ideário: todo o messianismo é uma saudade de futuro num passado sem quando nem onde. Assim, a Hispania de Sardinha afigura-se-me como uma utopia atemporal, embora deflagre num momento político específico: Primo de Rivera iniciava uma experiência nacionalista em Espanha que poderia envolver toda a Península no mesmo fôlego e entusiasmo. Estava-se em 1922. Breves são as notas, antes desta data, em que o autor de *A Aliança Peninsular* se espraia em considerações sobre uma política ibérica. Acesoas controvérsias desabrocharam no rescaldo da publicação dos escritos de Sardinha. Franco Nogueira (já em 1972) teria oportunidade de fazer ressurgir o Hispanismo, arrastando para a celeuma Rodrigues Cavalheiro e Pequito Rebelo. O primeiro censurava em Sardinha a atitude que conduziria “inevitavelmente, inexoravelmente, ao domínio, à absorção, à diluição de Portugal numa Península espanhola, e só espanhola”. Pequito Rebelo contra-argumentava que nunca a Aliança Peninsular poderia servir de pretexto a uma união política; apostava, pelo contrário, na autonomia de ambos os países.

Nesse contexto o hispanismo, estendido por conseguinte às Américas (e ao Brasil) ganharia o prefixo *pan-* para exprimir melhor a totalidade do movimento para além da península ibérica. Como veremos no trecho a seguir, essa idéia de *pan-hispanismo* visava combater os ideais de outra corrente de pensamento em voga daquela época – o *pan-americanismo*¹⁴³ – que, por divergir completamente das premissas postuladas pelo grupo de

¹⁴³ Em outras palavras, *pan-americanismo* é a doutrina com princípios que visam a solidariedade política, econômica dos países americanos com a finalidade de preservar a integridade do continente contra qualquer eventual intromissão de outros continentes (nomeadamente europeu). Sua origem remonta ao século XVIII, quando as nações americanas iniciaram seu processo de independência perante as suas antigas metrópoles européias. Tal processo se acentuou quando James Monroe, então presidente dos EUA (1817-1825), prescrevia a autonomia dos países americanos, sem qualquer ingerência dos países do velho continente (também conhecida como a Doutrina Monroe). Representada pela célebre frase do presidente “a América para os americanos”, tal corrente ganhou força no final de 1889, quando o governo norte-americano convocou a Primeira Conferência

Sardinha, precisava ser contestada, pois se fosse efetivamente colocada em prática dificultaria o diálogo luso-brasileiro e prejudicaria muito o desempenho e o papel fundamental do Brasil na “reedificação” de Portugal esperada pelos Integralistas. Antes de abordar a questão diretamente em *A Lição do Brasil*, publicada em 1923 na *Nação Portuguesa* e cujo texto conheceremos melhor adiante, Sardinha já dissertara sobre o Pan-hispanismo na revista *Contemporânea*¹⁴⁴, publicada em junho de 1922 (grifo nosso)¹⁴⁵:

É a 12 de Outubro que passa a comemoração da descoberta da América pelas caravelas de Colombo. Já a Espanha consagrou este dia como o “dia da Raça” – como o dia da festa da sua civilização. **Evidentemente que “raça” não toma aqui nenhum restrito significado étnico. Enche-se antes de um amplo sentido cultural e histórico em que Portugal e o Brasil cabem perfeitamente, sem ofensa aos seus velhos pergaminhos nacionalistas.** Na verdade desde que a Espanha solenizando o 12 de Outubro, procura restaurar a antiga lareira espiritual em que se aqueceram e

Pan-Americana, considerado como o ponto de partida do “pan-americanismo”, na perspectiva de um domínio econômico e político da América sob uma suposta “unidade continental”. O pan-americanismo tinha seus alicerces em dois fatores principais: geográfico e histórico. Enquanto o “geográfico” correspondia à realidade de um grande e recém-explorado continente, o segundo (histórico) abordava as diferenças existentes entre as civilizações que emigraram e se dividiram entre a América anglo-saxônica e a América ibérica, com suas lutas pela independência. Tais fatores (o geográfico e o histórico), em conjunto, eram pontos comuns que faziam os pensadores alimentarem o ideal pan-americano: uma América para todos. A partir de 1930, o conceito de pan-americanismo começou a enfraquecer, dando lugar ao interamericanismo. A diferença entre os dois conceitos é muito importante, já que o interamericanismo não prega a idéia da união, mas uma relação íntima entre os países americanos. Essa mudança foi formalizada pelo Tratado Interamericano de Assistência Recíproca Tiar, de 2/9/1947, e pela Carta da Organização das Nações Unidas (ONU), de 1948. Cf., Robert Freeman Smith, Estados Unidos e a América Latina, 1830-1930, In: Leslie Bethel, *História da América Latina*, São Paulo, EDUSP/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: FUNAG, 2001. vol. 4. p. 609-649.; Leslie Bethel (Org.), *História da América Latina*, São Paulo, EDUSP/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: FUNAG, 2001. v. III e Hélio Lobo, *Entre Georges Canning e James Monroe*, Rio de Janeiro, Companhia Editora Nacional, 1912.

¹⁴⁴ Publicada primeiramente em 1915 e retomada somente em 1922, a revista *Contemporânea* foi editada até 1926 sem ter cumprido, contudo, a periodicidade mensal a que se propunha. O primeiro ano foi o mais regular, registrando uma interrupção nos meses de agosto e setembro. Em 1923, saíram apenas os números de janeiro, fevereiro e março. No ano seguinte, 1924, sai um número não datado, mas com indicação de “Ano III”. Em Março de 1925, é editado um número com formato e grafismo totalmente diferentes, e que traz em cabeçalho a indicação de “1º Suplemento”. Através dele, a *Contemporânea* informava os leitores sobre a “doença prolongada de José Pacheco” (então diretor do periódico) que tinha impedido a saída do “número especial da revista dedicado a Camões” e anunciava para breve o seu reaparecimento, “completamente remodelada”. Tal acontecimento só se concretizaria só catorze meses depois, em maio de 1926 (com a indicação de 3ª. série) mas, apesar do esforço, apenas mais dois números seriam publicados. Depois a publicação desaparece definitivamente. Situada na linha de continuidade das revistas do primeiro modernismo pelo crítico Fernando Guimarães, a revista *Contemporânea* foi muito relevante para o cenário cultural de Portugal do período, mesmo sem o poder criativo e impactante de outras revistas coevas como *Orpheu* ou o *Portugal Futurista*. O acervo da revista pode ser acessado através do sítio da Hemeroteca Digital de Lisboa: <http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/CONTEMPORANEA/Contemporanea.htm>.

¹⁴⁵ Antonio Sardinha, “O pan-hispanismo”, *Contemporânea: grande revista mensal* (no. 2, junho/1922), Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, pp. 49-51. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/CONTEMPORANEA/PDF/N2_1_19.pdf. Acesso em: 05 dez. 2010. (grifo nosso)

tomaram o ser os semeadores de tantos povos de além do Atlântico e que do outro lado do mar a grande madre ibérica encontra eco prolongado e caloroso, **eu pergunto porque motivo, brasileiros e portugueses não hão de corresponder ao mesmo sentimento, incorporando-se na caravana de que de dia para dia vai engrossando?** Um equívoco secular que hoje já mal resiste ao exame da inteligência, vincou um longo e doloroso divórcio entre as duas prestigiosas pátrias da Península. No entanto se escutarmos bem as vozes profundas da nossa tradição, logo veremos que as lutas de Portugal com Castela são lutas de família, que em família sempre se resolveram. Filha de portuguesa e como tal descendente do Mestre de Avis e do Santo Condestabre, Isabel-a-Católica venceu em Toro o seu primo Afonso V, que, por sua vez descendia de D. Juan I, - o monarca derrotado em Aljubarrota. Eis uma circunstância que vale como um símbolo, porque parece ditar-nos a regra de conduta em que Portugal precisa de inspirar o conceito das suas relações com Espanha. Houve – e ninguém o contesta – parêntesis de luto e sangue a cavarem separações que não deveriam deixar mais vestígios que os de uma proveitosa experiência. Mas, por sobre eles, dominadora como as verdades que por si próprias se impõem, resplandece a unidade moral duma civilização que, tendo na Península o seu berço original, é obra comum de espanhóis e portugueses. O engano foi supor-se que essa “unidade moral” exigia uma “consequente unidade política”, quando desde as indicações de geografia às indicações de história, naturalmente a Península se mostrava conformada à existência de dois estados – um, Portugal, aberto às influências do mar, o outro Castela, como estado mais territorial que marítimo, reservado, por conseguinte, para a conquista da hegemonia continental. De resto é o que sucede na época de mais fastígio para ambas as nacionalidades, com Carlos V e Filipe II dum lado, dispondo quase da sorte da Europa e com D. Manuel I e D. João III no pequeno canto lusitano fundando com poder naval aquele admirável império de que *Os Lusíadas* são a ressonância eterna. “Durante esse período, que é o de maior prosperidade e grandeza dos povos peninsulares, - escreve o malgrado Moniz Barreto -, a consciência da força própria suprime desconfiança e temores, e a identidade de aspirações e sentimentos cimenta as bases de uma aliança em que compartilhamos com a Espanha a hegemonia no Mediterrâneo ocidental e nos dois Oceanos”. Mas a lembrança de tão glorioso paralelismo não conseguiu evitar que espanhóis e portugueses viessem a conhecer a decadência e o esquecimento, quando tiveram verdadeiramente nas suas mãos os destinos do mundo inteiro. Ora inventariarei aqui o longo rosário de desgraças e humilhações que, tanto para portugueses como espanhóis, tem representado o seu criminoso desentendimento. Mutilada, dividida, a história da Península tornou-se como o lenço de Verônica, a sangrenta efígie da nossa alma – aplicando uma imagem

inolvidável de Moniz Barreto – E, todavia, pela sua posição excepcional, senhora do estreito que devia ser o terraço lançado sobre as águas do Atlântico ao encontro da América, que missão não assinalou Deus à Península, se nós a quiséssemos e soubéssemos cumprir! Pois a hora presente é-nos, como nunca propícia! “Na opinião geral – escrevia há já bastantes anos o general Rodrigues de Quijano -, **só Espanha e Portugal pelos seus precedentes e índole especial de raça, podem chegar a ser o verdadeiro laço de união entre a Europa, a América e a África...**”. Em sucintas palavras se condensa todo o futuro das duas pátrias peninsulares, se olhando para a frente com coragem e iniciativa, nos resolvermos a executar tão belo programa de ação, para o qual, antes de tudo se estabelece como primeiro passo, a necessária aproximação de Portugal e Espanha. Assim o desacreditado *iberismo*, de evidente marca maçônica e revolucionária, será vencido pelo *peninsularismo* cujas raízes na geografia e na história, exigem logo de entrada, como condição prévia, que a tolerância política e econômica dos dois estados da Península seja integralmente respeitada. Mas o *peninsularismo* não é senão a jornada inicial! Na margem oposta do Oceano – do Oceano que tornamos algum dia como *mare nostrum*, num perfeito lago familiar -, outras pátrias existem que falam a nossa língua e não ficam insensíveis ao nosso apelo. O *pan-hispanismo* nos surge daqui, como conclusão lógica, constituído por dois elementos estruturais: o *espanholismo* e o *lusitanismo*, “voz clamorosa de la sangre contra el pan-americanismo” - foi como definiu o *pan-hispanismo* no ano passado, por ocasião da Festa da Raça, no seu famoso discurso no Teatro Real de Madrid, o conde de la Montera, D. Gabriel Maura Camajo, acrescentando em seguida que “*los pueblos que se agrupen en organizaciones más amplias que la sociedad nacional, sucumbirán bajo el imperialismo.*” Suponho suficientemente enunciadas as razões que nos levam a nós, os portugueses, a não permanecer indiferentes perante o significado atualíssimo do *pan-hispanismo*. Prefaciando o estudo recente de Marius André sobre colonização espanhola na América, o próprio Charles Maurras acaba de reconhecer sem vacilações a sua extraordinária importância. **E o Brasil, que não se esqueceu por certo dos avisos de Eduardo Prado no seu livro *A Ilusão Americana*, não vai abdicar das suas justas ambições de poderio e desenvolvimento, que só na liga das nacionalidades hispânicas acharão garantia sólida e perfeita. Lancemo-nos por isso à vanguarda d’uma civilização que é a nossa e que hoje diríamos sonâmbula, como que vivendo nas formas mumificadas do tempo que já não volta.** O que é essencialíssimo é que os povos, de derivação peninsular, readquiram a consciência da sua finalidade superior e que o exemplo parta da Península – sua casa paterna e solar venerando. E por muito que o problema se nos afigure emaranhado e difícil, é em cada

um de nós que a sua solução reside. “*Las naciones de origen hispánico* – observa novamente o conde de la Montera -, *se decidirán tal vez muy pronto a buscar en la unión efusiva e fraternal com las demás hijas de la madre común, la fuerza misma que las otras les ofrecen, mediante artificiosas combinaciones diplomáticas o económicas.* **Prepare-se Portugal, pela sua parte, reorganizando-se como nação forte e estreitando cada vez mais os vínculos de amizade com a Espanha, nossa irmã, e com o Brasil, nosso filho primogênito. E como numa Primavera nunca vista, a flor do internacionalismo hispânico abrirá as suas pétalas de maravilha, ressuscitando a manhã longínqua em que a América se revelou em toda a sua magnífica adolescência, aos pilotos de Cristóvão Colombo e à marujada de Pedro Álvares Cabral!**

Além da proposta do *pan-hispanismo*, como modelo natural e justo para a integração da América de origem ibérica, em oposição ao *pan-americanismo*, percebemos que o conceito e a visão de raça e de império emergem muito forte, sobretudo em relação ao Brasil. Colocado numa posição de superioridade em relação ao Brasil, Portugal é o “pai amoroso” que abriria ao “filho primogênito” as portas da “Hispania”, constituindo-se portanto como seu principal elo de ligação. Seria justamente através pelo sangue e origem portuguesas que o Brasil teria o “direito” e “honra” de participar desse grande projeto transnacional que visaria, sobretudo, fortalecer o homem e a raça ibérica. Em tal contexto, notemos que o continente africano e as colônias lusitanas ali situadas também poderiam integrar essa grande confederação a partir do mesmo pressuposto. Como aponta novamente Barreira (1982, p.1428-1429):

O Hispanismo não se confinava a preencher o solo peninsular: a América Latina (com o Brasil incluído) e o Norte de África cobrem os limites territoriais *ab quo* esse “Império” se habilitaria. Três conceitos se revelam fundamentais neste trecho: o de *Raça*, o de *Gênio Peninsular* e o de *império*. A Raça não é um mero efeito discursivo no desenrolar duma fibra patriótica: Sardinha fornece dados acerca de índices cefálicos, aventura-se pelos domínios da antropologia — nem sempre com o rigor que se lhe imporia, no entender de alguns críticos (...) —, reúne fontes que cruzam vagamente a biologia e a etnologia. Deste modo, abrangem-se polissemicamente o civilizacional — a feição exterior— e o orgânico — a feição interna.

É interessante ainda como Sardinha retoma, em seu texto, a obra *A ilusão americana*, de Eduardo Prado¹⁴⁶, para refutar a idéia do antiamericanismo. Datada de 1893, a obra *Ilusão Americana* fora escrita no intuito de combater a doutrina Monroe, defendida por um dos principais ideólogos da República, Benjamin Constant, como uma formulação de política externa que convinha à ruptura brasileira com o colonialismo europeu. Já naquele período era flagrante o que então se chamou de americanização do Brasil e o movimento republicano continuava a ver os Estados Unidos como um exemplo na remoção do legado imperial, na industrialização e na democracia política. Assim, com o volume Prado defendia, sobretudo, a idéia de que as relações do Brasil com os Estados Unidos deveriam ser mais igualitárias e no âmbito de nações independentes, com a liberdade para que cada país fosse soberano na defesa de seus interesses, portanto, sem concessões ou submissões que nos remetessem novamente à condição de colônia.

Ainda no ano de 1922, foram publicados na *Nação Portuguesa*, dois textos muito emblemáticos que abordavam não só a questão do hispanismo mas, principalmente, como deveria ser, segundo os integralistas, o relacionamento com o Brasil no período. Publicados respectivamente nas edições de número 3 (2ª. série, setembro de 1922) e 4 (2ª. série, outubro de 1922), tais artigos tinham o Brasil como assunto principal porque objetivavam sobretudo

¹⁴⁶ Cf. Eduardo Prado, *A Ilusão Americana*, São Paulo, Alfa-Ômega, 2001. Escritor brasileiro nascido em São Paulo – SP, Eduardo Paulo da Silva Prado (1860 - 1901), foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras (1897). Filho de Martinho da Silva Prado e de Veridiana da Silva Prado, uma abastada família paulistana, ocupou-se desde a mocidade com estudos históricos. Bacharel em Direito pela tradicional Faculdade de São Paulo (1881), durante o seu período como universitário foi ainda colaborador assíduo do *Correio Paulistano*, onde assinava artigos de crítica literária e política internacional. Em seguida passa a viver em Portugal, onde conheceu e se tornou amigo de Eça de Queirós e Ramalho Ortigão. Tendo trabalhado durante algum tempo como adido na delegação brasileira em Londres conheceu diversos países europeus e também o Egito. Dessas viagens daria observações meticolosas no livro *Viagens*, publicado em Paris (1886). Manteve relações de amizade com o Barão do Rio Branco, colaborando com a edição de *Le Brésil* (1889), obra publicada por ocasião da Exposição Internacional de Paris, comemorativa do centenário da Revolução Francesa. Monarquista convicto escreveu, sob o pseudônimo Frederico de S., uma série de artigos de protesto na *Revista de Portugal*, dirigida por Eça de Queirós, depois reunidos e publicados sob o título *Fatos da ditadura militar no Brasil* (1890). Após seu retorno ao Brasil em 1893, passa a criticar a política externa do governo republicano de Floriano Peixoto, numa luta infrutífera pela restauração da monarquia. Fundou o jornal *Comércio de São Paulo* (1895) e morreu, seis anos depois, na capital paulista.

refletir sobre as relações luso-brasileiras no ano em que comemorávamos o centenário da nossa independência oficial.

Intitulado como “Glória ao Brasil”, o editorial¹⁴⁷, publicado em setembro de 1922, ao parabenizar o Brasil, justifica mais uma vez a “fundação” da Hispânia:

Não pode deixar-nos indiferentes o centenário da independência do Brasil! Nação fundadora de nacionalidades, tal como a Espanha, nossa irmã e nossa vizinha, Portugal contempla no Brasil um dos seus mais belos florões de glória e sem dúvida um dos mais elevados serviços prestados por nós à civilização. Obra admirável do nosso gênio, o Brasil reflete na sua composição, tão forte, tão homogênea para uma pátria mal saída da confusão colonial, a estrutura histórica que tornou poderosa e grande, cá deste lado do Atlântico, a sua velha metrópole. Não há muito ainda que o eminente escritor, senhor Oliveira Lima, afirmava a um escolhido público de norte-americanos que “a história da América Latina não é senão a da Península Ibérica transportada a um novo cenário e aumentada com novos elementos humanos”, devendo buscar-se entre nós o fio das instituições e dos ideais que floresceram na outra margem do Oceano, numa terra maravilhosa e moça. Efetivamente, olhar o Brasil é como assistir a uma segunda criação de Portugal, e por virtude das mesmas forças sociais – o Catolicismo e a Monarquia, a cuja empenhada colaboração Portugal agradece a sua vida secular e a sua não menos secular resistência. [...] Por aí – pelo lado espiritual, o Brasil orgulhosamente se sente e reputa o notabilíssimo continuador da tradição herdada. Tudo quanto no Brasil seja conservar o cunho português, o traço fisionômico da velha metrópole, é conservar e apurar o nascente nacionalismo brasileiro. As razões do Brasil como pátria estão assim em relação direta com o portuguesismo da sua língua, das suas artes, das suas aspirações, da sua política. [...] Tal é o significado profundo do Brasil dentro dos pergaminhos da nação portuguesa! Mas o horizonte alarga-se muito mais, se considerarmos que a política do futuro é a política do Atlântico, tornado um mar familiar – um verdadeiro *mare nostrum*, para os povos que estanceiam nas suas margens e que na Península Ibérica – na difamada Madre-Hispânia! – encontram as raízes na frondosa árvore étnica de que são ramadas viçosas e robustas. [...] Eis porque o Brasil, tão nosso pelo passado, pelo presente e futuro, se nos desdobra diante dos olhos como uma sobrevivência deslumbradora de nós mesmos – da eternidade tocante de Portugal! Iludia-se Oliveira Martins, quando

¹⁴⁷“Glória ao Brasil!”, *Nação Portuguesa: Revista de Cultura Nacionalista*, no.3 (2ª. série), set.1922, 97-99. Por se tratar de um texto não assinado, tal inserção recebe o nome de editorial. Contudo, pelas características do texto (estilo e linguagem) poderíamos dizer que o artigo é de autoria do próprio Sardinha que, como sabemos, era o diretor da *Nação Portuguesa* na época.

supunha que o dualismo histórico de Portugal e Castela se perpetuaria nas irredutibilidades do Brasil com as outras repúblicas limítrofes. Transposta essa fase de necessária consolidação social e política, é para além – bem mais para além que se caminha: – a é para a restauração do gênio imortal que, desviando o eixo da civilização do Mediterrâneo para o Atlântico, abriu ao mundo de par em par as portas da Idade-vindoiria. [...] é a virtude do sangue que nos liga, na comunhão sacratíssima de Camões, que, sendo o poeta máximo da Língua, é por isso o maior poeta tanto de Portugal, como do Brasil. Momento de singular elevação, que ele perdure em nossas almas, dando-lhe a tempera nobre de antigamente. E, tal como antigamente, que a esforçada grei lusitana, – agora portuguesa e brasileira –, levante bem alto o facho glorioso do seu primado no mundo!

Já na edição seguinte, foi a vez de Afonso Lopes Viera¹⁴⁸ abordar a questão do hispanismo por ocasião das comemorações da “Festa da Raça”, que viria a se celebrada no dia 12 de outubro daquele ano:

Aos 12 de outubro [...] vai a Espanha celebrar, pelas altas iniciativas patrióticas da Sociedade Colombina, a “Festa da Raça”. Assim, diante do mundo, ao glorificar o Descobrimento da América, a Espanha, Portugal, o Brasil e as nações da América Espanhola afirmarão os direitos das Nações Peninsulares e das outras que destas descendem. Ao reunirem-se em Huelva os representantes da Raça, entre si entendidos com fraterna confiança, possuídos das mesmas aspirações intelectuais e convencidos por igual das angustiosas urgências desta época, aí se deverá firmar o primeiro sólido alicerce dessa outra maravilhosa – quanto lógica e fácil! – a construção futura: o Bloco Luso-Hispano-Americano, efetiva realização daquele entressenhado “Quinto Império”, torre de esplendor alçada no mundo em ruínas, e em cuja fábrica, ao invés do que sucedia com a torre bíblica, todos os obreiros se entendem. [...] Por sobre as misérias destes dias, com as quais a Nação histórica nada tem porque elas são em verdade as agonias, cambiais ou policiais, de saqueadores em invasão devastadora, expiatória, mas efêmera – lembremo-nos que Portugal e Espanha foram a flor do orbe os criadores de povos, os inventores de civilizações. Nas caravelas aparelhadas pelo Infante ou largadas da barra do Tejo, como nessas outras cujo almirante impetrou em La Rábida o amparo divino, saíram da Península as possibilidades radiosas das nações que, ora moças e já na posse de consciências superiores, volvem aos Lares

¹⁴⁸ Afonso Lopes Viera, “Palavras em louvor da ‘Festa da Raça’”, *Nação Portuguesa: Revista de Cultura Nacionalista*, no.4 (2ª. série), out.1922, 145-146.

peninsulares seus olhos filiais e lhes falam nas linguagens dos Avôs. Saudemos a Festa da raça, nossa festa também, com o mesmo espírito “português e peninsular” que nos assiste diante dos monumentos que a Argentina e o Brasil estão erguendo em honra das nações Avoengas.

No que tange ainda à perspectiva colonialista, tal “esboço” apresentado das idéias de Sardinha seria melhor desenvolvido no artigo *A lição do Brasil* (número 11, publicada em 1923)¹⁴⁹ como já afirmamos anteriormente. Por se tratar de um texto muito longo e também muito rico para entendermos melhor qual era exatamente o interesse (e especialmente) o papel do Brasil no renascimento de Portugal na visão dos integralistas, transcreveremos e comentaremos os trechos que julgamos ser os mais significativos.

Desde o início, é interessante notar algumas semelhanças entre o discurso praticado pela *Nação Portuguesa* e por outras revistas contemporâneas como a *Atlântida* e *A Águia*, que também integram o nosso *corpus*. Se em relação à revista portuense já dissertamos alhures alguma coisa a respeito, no caso da *Atlântida* é interessante sublinhar como Sardinha usa o mesmo tom e praticamente as mesmas palavras empregadas pela revista dirigida por João de Barros como mote inicial para justificar essa aproximação com o Brasil, bem como para fundamentar a “integração” do nosso país num projeto maior de confederação (a *Hispania* que, pela ótica da revista *Atlântida* com pequenas variações ideológicas, seria a *Grande Lusitânia*):

Sempre que um português haja de escrever do Brasil, se esse português for nacionalista e se ao seu nacionalismo o coordena um prudente e mesurado tradicionalismo, logo à flor da pena lhe acudirão razões que mais o confirmam na doutrina em que a sua inteligência se repousa. **Hora grave do mundo a hora que se**

¹⁴⁹ O artigo também foi publicado posteriormente em 1934 em uma edição que compilou alguns textos de Sardinha publicados na imprensa e, inclusive, alguns que já tinham sido veiculados anteriormente pela própria *Nação Portuguesa*. Por estar em melhor estado de conservação e leitura decidimos fazer a transcrição e comentários a partir da obra mencionada. Cf. Antônio Sardinha, *A lição do Brasil*, In: “*A Prol do comum*”: *doutrina e história*, Lisboa, Livraria Ferin, 1934.

atravessa, ela tem, ao menos, a admirável virtude de renovar as ideias-madres que criaram a Europa e lhe confiaram o primado da civilização!¹⁵⁰

Assim como na *Atlântida*, o contexto da guerra (“a hora grave”) servia de pretexto primordial para legitimar a aproximação entre Portugal e Brasil tomando como critérios principais a necessidade da união e do fortalecimento da “raça” e criação de uma “confederação” forte para proteger e defender os interesses desse novo grupo. No caso da *Atlântida*, a raça exaltada era a *latina* (lembramos, inclusive, que a partir da sua “segunda fase” que se inicia em 1918 a revista passara a ser denominada também como “Órgão do pensamento latino”, com a inclusão de textos em espanhol, francês e italiano) e o “modelo de nação” proposto era o da “Confederação Luso-Brasileira” ou, simplesmente, “Grande Lusitânia”. Em relação à *Nação Portuguesa*, como vimos, a raça enaltecida era a “*peninsular*” e o projeto transnacional recebia aqui o nome de Hispânia. É curioso ressaltar que o papel destinado ao Brasil (e às colônias africanas) em tais propostas, convergentes em muitos aspectos, é praticamente o mesmo: ratificar a importância e eficiência de um Portugal-metrópole de outrora e servir como plataforma para o ressurgimento do “Quinto Império” tão obstinadamente desejado por essa geração. É o que está evidente nesta afirmação de Sardinha:

Porque, precisamente, o Brasil – criação inconfundível do gênio de Portugal, seu filho primogênito, seu morgado e esplêndido continuador, resultou como nacionalidade da ação concorde das duas forças tradicionais que fizeram a nossa Pátria e que o nosso nacionalismo se impôs defender e reabilitar: – a Igreja e a Realeza. Como contra-prova do que valeram objetivamente para nós essas belas disciplinas sociais, o Brasil é por si só o desmentido de todas as calúnias com que o nosso passado sistematicamente se desacredita. Assim, dois dos nossos monarcas mais difamados, – D. João III e D. João VI, – conseguiram vencer a torpe novela urdida em torno dos seus reinados, graças ao Brasil que os restabeleceu para o justo juízo da posteridade. [...] Se outro

¹⁵⁰ Antônio Sardinha, *Op. Cit.*, 1934, p. 183. (grifo nosso)

título de glória não possuíssemos, o de descobridores e fundadores do Brasil chegaria suficientemente para nos conceder as grandezas da imortalidade!¹⁵¹

A seguir Sardinha disserta sobre a relevância das conquistas coloniais lusitanas como exemplo de um futuro próspero e como “bússola” possível que indicaria ao país a sua “salvação”. Neste trecho, o integralista também expõe a sua proposta de formação da *Hispania* para difundir e fortalecer definitivamente o gênio ibérico na América:

É imperioso que se sumariem, pois, os elevados serviços que outrora nos tornaram, com a Fé e o Império, os adais-mores do Europeísmo. Não para nos incharmos com o prestígio morto das batalhas que ganhamos [...] mas para que se desdobrem diante de nós as avenidas misteriosas do futuro e um receio ignóbil de desertores não nos impeça de lhes transportamos as entradas ainda virgens. Trata-se assim de reelaborar, pela inteligência da história, a finalidade da nação que se perdeu. Quer pelo passado, nas suas raízes profundamente lusitanas, como pela função que Deus lhe reserva num amanhã já próximo e resplendente, o Brasil associa-se, conjuga-se à sorte de Portugal porque, prolongando-nos no tempo e no espaço, é na sua maravilhosa adolescência o nosso natural complemento. Desviamos nós, com as Descobertas, da bacia do Mediterrâneo para o Atlântico, o eixo da civilização. Mas ficaria infrutífero para nós o esforço gigantesco da nossa raça, se o Atlântico não se volvesse, com o espraiar dos anos e das gerações, num verdadeiro “*mare-nostrum*”. A empresa realizada por Portugal excedia as suas possibilidades de pequeno povo. Eis que o Brasil, em vésperas de se afirmar como potência mundial, nos deixa adivinhar o concurso que necessariamente prestará a essa bela e entre sonhada política do Atlântico. Claro que fatores novos entrarão em jogo. Ao lado da espontânea aproximação que apertará cada vez mais Portugal ao Brasil, formando os dois países um bloco indestrutível, – o bloco do lusitanismo, o conceito envolvente do hispanismo revela-se-nos como forçosa conclusão, abrangendo consigo, além da Espanha, nossa irmã, vinte nacionalidades que ela intrepidamente semeou por entre perigos e arrojos através da selva americana.

152

Um argumento comum das revistas luso-brasileiras que integram o nosso *corpus* foi o da *continuidade*, ou seja, a idéia constantemente reiterada de que o Brasil seria uma versão

¹⁵¹ Antônio Sardinha, *Op. Cit.*, 1934, p. 188.

¹⁵² Antônio Sardinha, *Op. Cit.*, 1934, p. 189-190.

“melhorada e atualizada” de Portugal, conforme endossa Sardinha. Outro ponto fulcral concernia à sentimentalidade, isto é, o pensamento de que Brasil e Portugal seriam ligados muito fortemente um ao outro não somente pelos laços históricos e emblemáticos decorrente da colonização exploratória, mas por profundos laços afetivos que os manteriam numa ligação espiritual e fraternal que, para além de “picuinhas” menores, precisava a todo custo ser restaurada:

Amar e compreender o Brasil exige-nos que amemos e compreendamos a nossa história, – a história de Portugal, de que o Brasil é uma recapitulação, aumentada, indubitavelmente, pelo acréscimo de novos elementos criadores. De outra sorte, brasileiros e portugueses serão sempre estrangeiros uns aos outros, porque os separa a depravação mental que nos incaracterizou (sic) a nós, rompendo os vínculos morais em que firmávamos, como Pátria, a persistência da nossa personalidade. Como irmos assim ao encontro das promessas do futuro, sem assegurar os alicerces do edifício que pretendemos alevantar? Não! Não são os governos roídos da pior lepra jacobina, nem os letrados que se exportam constantemente na insignificância da sua literatura de postigos inqualificáveis, quem nos garantirá que, aliado a um Brasil, senhor da sua grandeza, nós venhamos a ser aquele Portugal - Maior, com que sonhamos, mas que, antes de tudo, é obrigação de misericórdia descer reverentemente da cruz! Daqui o repelirmos as vergonhas oficiais e oficiosas com que tão magna questão costuma ser encarada. Daqui o pormos como condição primeira a qualquer acercamento afetivo com o Brasil o regresso de Portugal à posse plena de sua individualidade. Sem que entre nós a nação ressurja, como representar um concurso válido, que nos dignifique e que na Europa compense o Brasil das responsabilidades que naturalmente uma aliança conosco lhe acarretará?¹⁵³

Sardinha ainda exporá em pormenor o seu entendimento sobre a raça “mediterrânea”, verdadeira origem do “povoamento ibérico”, no seu entendimento, e do homem “brasileiro” por extensão. Com efeito, percebemos que Sardinha refutava o rótulo mais natural de “raça latina” (bem diferente do que propunha a *Atlântida*) porque tal termo remetia à França e à política imperialista praticada por esse país. Se inicialmente o adjetivo *latino* designava

¹⁵³ Antônio Sardinha, *Op. Cit.*, 1934, p. 192-193.

apenas o aposto gentílico que remetia às origens de “comum ou pertencente à região de *Lazio*, na Itália”¹⁵⁴ (e, portanto, por consequência, a cultura e línguas dela provenientes) observamos que a partir de 1860, pelo menos, os sintagmas derivados do vocábulo supracitado¹⁵⁵, como *raça latina*, por exemplo, começariam a ser popularmente difundidos e especialmente utilizados no início do século XX como sinais de auto-afirmação identitária e hegemônica dos países que praticavam a política imperialista e neocolonialista e como naturais desdobramentos dos conflitos decorrentes da 1ª. Guerra Mundial.

Com efeito, bem como aponta Bethell (2009)¹⁵⁶, “o conceito de ‘race latine’, que é diferente do ‘race’ anglo-saxão, foi primeiro concebido em *Lettres sur l’Amérique du Nord* (2 vols., Paris, 1836) escrito por Michel Chevalier (1806-1879)” e foi constantemente retomado no século XIX e no início do século XX, como podemos perceber através do título do periódico *Revue des Races Latines* de 1861, por exemplo. Já a expressão “América latina”, tal como ela é frequentemente empregada hoje, isto é, como característica e adjetivo diferencial que se opõe aos pares culturais na Idade moderna de valor/tradição dos outros “povos” como o americano, anglo-saxão e africano, por exemplo, teve seus primeiros registros documentados na já citada *Revue des Races Latines*, (artigo de L. M. Tisserand intitulado “Situation de la latinité”, publicado em janeiro de 1861) e no texto acadêmico do jurista argentino Carlos Calvo de 1864 intitulado *Recueil complet dès traités, conventions, capitulations, armistices et autres actes diplomatiques de tous lês Etats de l’Amérique latine compris entre lê golfe du Mexique et lê Cap Horn depuis l’année 1493 jusqu’à nos jours...*, que a utilizou para qualificar as partes centro e sul do continente americano diferenciando-as

¹⁵⁴ Cf. verbete “latino”, *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*, Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p.1729.

¹⁵⁵ Cf. Héctor H. Bruit, A Invenção da América Latina, In: *Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC*, Belo Horizonte – 2000. Disponível em: http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro5/hector_bruit.pdf. Acesso em: 20 ago. 2010.

¹⁵⁶ Cf. Leslie Bethell, Brazil and the idea of "Latin America" in historical perspective, *Estud. hist. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, Dec. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010321862009000200001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 ago. 2010.

da porção norte, ou seja, “mundo americano” designado como “[..] hostil, degenerado, nocivo e sufocante” (apud Bruit, 2000, p.2).

Historicamente, a partir desse momento, o termo “*Amérique latine*” passou a ser utilizado também pelos intelectuais franceses para justificar o imperialismo francês no México sob domínio de Napoleão III, com a alegação de que existia, sob o signo da *latinidade*, uma afinidade cultural e linguística, uma unidade entre os povos "latinos", e que a França, nesse contexto, seria sua inspiração e líder natural (e o defensor contra a influência e ameaça da dominação nomeadamente anglo-saxônica e americana).

Nesse contexto, na opinião do integralista:

Como “continuador do gênio português no mundo americano”, assim saudamos e queremos o Brasil. Numa profunda adivinhação desse destino acertadamente lhe chamou o seiscentista Francisco de Brito Freire “Nova Lusitânia”. [...] Fruto, realmente, da civilização mediterrânea, o brasileiro, com toda a autonomia do seu tipo sociológico, representa a conseqüência feliz do desvio sofrido por ela do seu mar interior para o mistério rumoroso do Atlântico. Outra não foi a grande conquista das Descobertas! Outra não é a razão porque a história da Idade Moderna se filia na história de Portugal como um seu incontestável capítulo. Graças a Portugal, de mediterrânea a civilização clássica, salva das ruínas do mundo antigo pelo Cristianismo e acalentada durante a Idade Média no regaço da Igreja, se tornou inteiramente em civilização atlântica. As mãos de Portugal transmitiram ao Brasil o encargo de a guardar e enriquecer debaixo de novos céus, contemplando novas constelações.¹⁵⁷

Contudo, Antônio Monforte não deixa ainda de cobrar dos brasileiros uma “acolhida” mais calorosa aos portugueses ao afirmar, sutilmente, que o Brasil devia a sua grandeza e seu desenvolvimento ao sangue lusitano que o colonizou. Fazendo suas as palavras do escritor

¹⁵⁷ Antônio Sardinha, *Op. Cit.*, 1934, p.196-197.

alagoano Elísio de Carvalho¹⁵⁸, Sardinha enumera a importância do legado lusitano em solo brasileiro:

Não nos surpreendemos que Elísio de Carvalho [...] condense numa síntese inolvidável qual a dívida do Brasil a Portugal. “Aos portugueses devemos, digamos sem eufemismo, – salienta o Barrès brasileiro – a grandeza da terra, unida e identificada pelo sangue e pelo espírito da pátria, e a opulência da nacionalidade. Tendo conquistado esta porção oriental da América e só a custa de esforço, coragem e tenacidade, perseverança e trabalho constante, eles nos legaram após três séculos de sacrifícios, um Brasil grande, forte, íntegro e próspero. Quaisquer que fossem os seus erros e as suas faltas, que são muitas, é absurdo negar que, com o sangue generoso e heróico, eles nos transmitiram todas as qualidades primaciais da gloriosa estirpe que deu Nuno Álvares, o Infante Henrique, Camões e Vieira.” [...] A grandeza da nossa nacionalidade tanto enaltece o patriotismo dos brasileiros como justifica o orgulho dos lusitanos e o sentimento do nosso remoto passado, com os seus sacrifícios e as suas virtudes, é indispensável à continuidade da nossa história e à permanência da unidade nacional. Deduz-se claramente de quanto se deixa asseverado que desde logo, nos seus lineamentos estruturais o Brasil levava a direção superior duma nacionalidade a constituir-se. Houve como que uma transplantação de Portugal e precisamente nisso consistiu para nós a virtude primacial que o Brasil trouxe, como campo de atividade construtivo às energias da raça, ameaçadas de se perverterem sem remédio na orgia truculenta do Oriente. Graças à composição comunitária da grei portuguesa, Portugal não careceu, para se ordenar e estabilizar, de recorrer às funções coordenadoras do feudalismo, porque neste recanto da península as comunidades agrárias tinham radicado fortemente o espírito localista (...) ¹⁵⁹

Em seguida, é interessante notar como o então diretor da *Nação Portuguesa* enfatiza que presença lusitana no Brasil não se deveu à colonização, mas sim a uma verdadeira *realização*. Destacamos, do mesmo modo, que Sardinha também tenta minimizar as divergências decorrentes da política de exploração implantada pela ex-metrópole ao afirmar que o Brasil sempre tinha recebido um tratamento diferente das outras colônias lusitanas e que

¹⁵⁸ Elísio (ou Elysio) de Carvalho nasceu em Penedo (AL) em 1880 e faleceu em 1925. Companheiro de João do Rio e Lima Barreto, foi um importante crítico literário que conseguiu conciliar sua vida de homem das letras ao ofício de professor e diretor da Escola de Polícia do Rio de Janeiro. Também foi poeta, ensaísta, tradutor e participante do movimento modernista de 1922. Entre suas obras destacam-se *As modernas correntes estéticas* (1907), *Bárbaros e europeus* (1909) e *Brava gente* (1921).

¹⁵⁹ Antônio Sardinha, *Op. Cit.*, 1934, p. 202-206.

Portugal, portanto, tinha plena consciência de que o país seria muito importante no futuro. Assim, para o integralista, o Brasil sempre fora uma “parte” transplantada de Portugal além-mar e não meramente um sítio exploratório:

Nós nem de longe estamos esboçando a história do Brasil enquanto ligado à metrópole. Mas enumeramos aquilo que, se é a dívida do Brasil a Portugal, não deixa de ser igualmente a dívida de Portugal ao Brasil. Porque, saindo dos limites territoriais da nacionalidade, o nosso gênio, transplantado à América, demonstrou aí a quanto ascendia o seu potencial de universalidade. Tudo, tirando o Brasil, na história da nossa dilatação, é arrojo, sacrifício, não passando, contudo, ou de descobrimento marítimo, ou de transitória ocupação militar. O Brasil constitui, porém, uma *realização*. Realização tão abonatória do sentido positivo do nosso esforço de pequeno povo que, ao declará-lo D. João VI “Reino Unido”, não fazia mais que conceder fórmula jurídica ou legal a uma situação de fato, que vinha já, na sua magnífica evidência, desde o século XVII. [...] O Brasil vivia já associado a Portugal, não como uma colônia, mas como uma parte sua em outro hemisfério.¹⁶⁰

Para finalizar, o autor expôs, em linhas gerais, uma recapitulação dos princípios do Integralismo e da monarquia, que precisava ser urgentemente restaurada. Ao equiparar inclusive o termo “latinidade” ao de “cristianismo” (atribuindo a tal conceito um significado que dificilmente já tinha sido empregado antes) reitera a missão que teriam Portugal e Brasil de retomar a monarquia para igualmente regenerar o cristianismo, a Fé católica e, assim, restaurar a tradição e integridade outrora perdida:

A defesa do tipo de civilização em que o Brasil se insere e tão nobremente enriqueceu, condu-lo, sobretudo, para um campo de natureza espiritual. [...] Eis, a traços sucintos, em que se condensa a “grande obra de renovação latina” que o nacionalismo brasileiro apetece para o seu país. Ora ainda ai ele precisa assumir a atitude contra-revolucionária. Porque “raça latina” supõe “Latinidade” – e a Latinidade não é mais que o Catolicismo, – o Catolicismo que amamentou a Europa e insuflou à América o

¹⁶⁰ Antônio Sardinha, *Op. Cit.*, 1934, p. 210-211.

hálito divino da existência! (...) Não só por lei expressa do seu condicionamento moral e histórico o Brasil se emoldura no quadro geral da Cristandade, como, quando, ao inflamar-se em zelos renovadores do Latinismo, é para a Igreja Católica que ele apela, – pátria comum de todas as inteligências e de todas as sociedades que amam a ordem, como fundamento primacial da civilização. De resto, é um encargo de espírito que vem dos alvores da nação brasileira, – alvores que despontaram na hora em que, sobre uma praia enigmática, a Missa se rezou, entre o mar e a selva, no ofertório a Deus de mais um povo que ia nascer à sombra da Espada e da Cruz. Restauradores das admiráveis responsabilidades do seu passado, o Brasil e Portugal acordam desta forma para o ressurgimento do conceito perdido de Cristandade. Não há nacionalismo nenhum que se confine e seque na sua contemplação narcisista. [...] Estendamos as mãos por cima do Oceano, – e a Lusitanidade, emancipada dos mitos ignóbeis que a prostituíram, hão de sorrir de novo com a frescura singela e doce daquelas rosas que os marinheiros do Senhor Infante chamaram ‘rosas de Santa Maria’, ao colhê-las, enternecidos, para lá do Bojador.¹⁶¹

Notemos nesse trecho novamente que a leitura de Sardinha sobre a “Contra-Revolução” e o seu “cosmopolitismo ideológico” reforça a rejeição a qualquer influência ou “modelo” francês que o integralista já expressara alhures ao refutar, por exemplo, o ideal de “raça latina” difundido por eles.

Aqui cabe também outra observação importante. Consoante ao apontado anteriormente por Barreira (1982, p.1428-1429), essa “peninsularidade” refletida no hispanismo proposto pelos integralistas (e aqui representado por Sardinha) diferia da visão que a contemporânea *Renascença Portuguesa* (através da revista *A Águia*) igualmente difundia em suas publicações. No âmbito da “peninsularidade”, o hispanismo para o grupo portuense representaria uma supremacia da Espanha perante as outras expressões culturais da península (nomeadamente catalã e portuguesa) enquanto que para Sardinha equivaleria simplesmente a uma equiparação de nações e harmonia de poderes. Outro aspecto relevante sublinhado pela

¹⁶¹ Antônio Sardinha, *Op. Cit.*, 1934, p. 220-221.

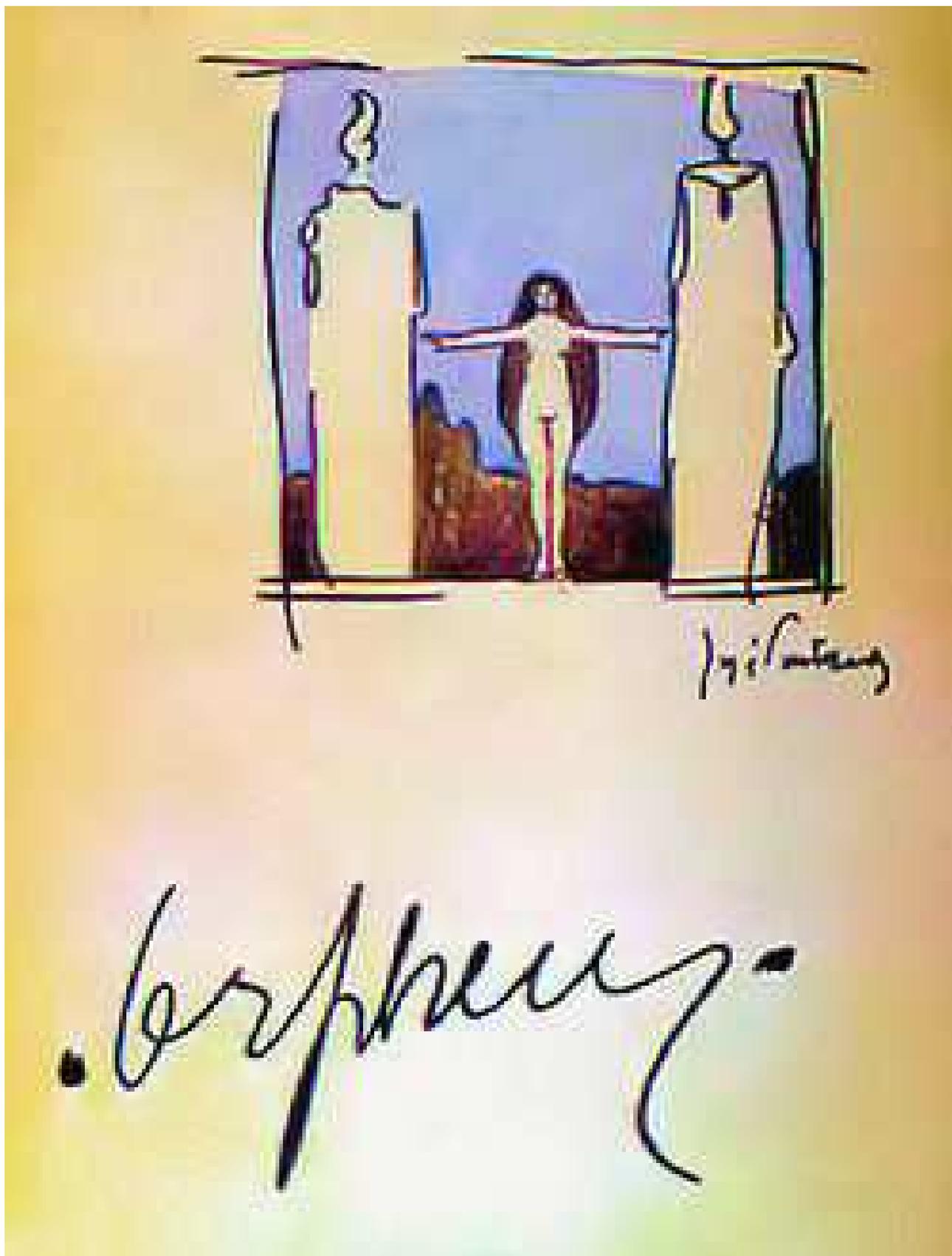
pesquisadora seria ainda a mudança repentina de opinião do integralista sobre o mesmo assunto num período tão curto. Com efeito, em 1915, Sardinha proferira uma conferência promovida pela Liga Naval alertando para o “perigo ibérico” enquanto que a partir de 1922, como vimos, passa a proclamar justamente a necessidade de uma confederação hispanista. Inserida num contexto mais amplo, o hispanismo para Sardinha teria sido, justamente a tentativa mais concreta de regeneração de Portugal desde o início do século XX, pelo menos, ainda que por vias utópicas. Ainda de acordo com Barreira¹⁶²:

Na realidade, uma raiz circunscrevia o hispanismo a uma cosmovisão: o antiliberalismo, o acirrado antianglicanismo, se quiser ser mais precisa. Tentativa de renascimento de um ocidentalismo cristão (ou, mais exatamente, católico), o Hispanismo reencontra um discurso antidecadentista que desde o Ultimato não soava por terras lusas. Em redor, uma República ferida de morte agonizava nos múltiplos golpes militares abortados, nos governos desfeitos, na onda de protestos e de desconfiança. Do lado de lá da fronteira tudo parecia diferente: o riverismo era um caminho possível. Sardinha sentia-o melhor do que ninguém.

Incoerente ou não, o fato é que Sardinha refletiu obstinadamente a realidade portuguesa de seu tempo e foi mais um, dentre tantos outros de sua geração, a recuperar e a enxergar em caminhos “míticos” soluções para o presente. Diferentemente dos outros periódicos “republicanos” que integram o nosso *corpus* – pois foi o único a eleger a “tradição” e os valores monárquicos como possíveis restauradores da “nação portuguesa” propriamente dita – percebemos que, malgrado os caminhos e ideologias diversas, todas as iniciativas convergiam para um mesmo ponto fulcral: o futuro do país.

¹⁶² Cecília Barreira, *Op. Cit.*, 1982, p.1429.

2.4 – REVISTAS *LITERÁRIAS*



2.4.1- *Orpheu*

Quando se pensa num estudo que abranja as publicações periódicas (nomeadamente com escopo cultural) de Brasil e Portugal nas primeiras décadas do século XX, certamente se pensa na revista *Orpheu* não só por este ter sido o impresso mais paradigmático da literatura moderna de língua portuguesa, mas também pelo mérito de ter sido uma publicação planejada para ser editada e difundida simultaneamente nos dois países.

Devido à sua grande relevância para as letras portuguesas, temos consciência de que realizar um estudo significativo sobre o periódico não é uma incumbência simples tentar contribuir com alguma informação inédita em face aos excelentes trabalhos que já foram realizados sobre a revista¹⁶³. Para além desse “ineditismo” advertimos, portanto, que neste capítulo nos limitaremos a revisar o que já foi dito sobre o periódico e indicar apenas um ou outro trabalho que, convergindo para o escopo central da tese, nos ajudaram em nossas

¹⁶³ Somente para citar alguns títulos, a respeito da revista e sua relevância para o movimento literário daquele momento conferir, por exemplo: José de Almada Negreiros, *Orfeu 1915-1965*, Lisboa, Ática, 1993; Maria Manuela Cabral, *A geração de Orpheu*, Porto, Porto Editora, 1978; Jacinto do Prado Coelho, *Orpheu*, In: *Dicionário de Literatura*. Volume III, Porto, Livraria Figueirinhas, 1991, p.773-774; Dalila Pereira da Costa, *Orpheu: Portugal e o homem do futuro*, Porto 1978, 16 p.; Maria Aliete Galhoz, *O Momento Poético de Orpheu*, In: *Orpheu*. Volume I (reed.), 2ª. edição, Lisboa, Edições Ática, p. VII-LI; _____, *Para uma Diversidade na História de Orpheu [1975]*, In: *Orpheu 2*, Lisboa, Edições Ática, s.d., p. VII-LXVIII; Fernando Hilário, *Orpheu: Percursos e Ecos de um Escândalo*, Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008; Nuno Júdice, *A Era do Orpheu*, Lisboa, Editorial Teorema, 1986; Eduardo Lourenço, “Orpheu” ou a poesia como realidade, In: José Augusto França, *Tetracórnio* (antologia de inéditos de autores portugueses), Lisboa, Ed. do Autor, 1955, p. 33; Fernando J.B. Martinho, *Pessoa e a moderna poesia portuguesa (do Orpheu a 1960)*, Lisboa, Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983; Fátima Freitas Morna, *A Poesia de Orpheu*, Lisboa, Editorial Comunicação, 1982; José Carlos Seabra Pereira, *Do fim-de-século ao tempo de Orfeu*, Coimbra, Almedina, 1979; Fernando Pessoa, *Obras em Prosa*, Rio de Janeiro, Editora Aguilar, 1986; *Revista Orpheu* (reedição), Lisboa, Edições Ática, Volumes I,II e III; Arnaldo Saraiva, Introdução à Leitura de Orpheu 3, In: *Orpheu 3*, Lisboa, Edições Ática, 1984, p.I-XLIV; _____. *O modernismo brasileiro e português: subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2004; José Augusto Seabra, *Fernando Pessoa, Le retour des dieux. Manifestes du modernismo portugais*, Paris, Éditions Champ Libre, 1973; _____. *Tempo e texto de Orpheu*, In: *Mitografias Poéticas*, Porto: Lello & Irmão Editores, 1994, p. 265-283; Jorge de Sena Sena, *Almada Negreiros Poeta*, In: *Almada Negreiros, Obras Completas*, Vol. I. 2ª. edição, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990, p.9-33; João Gaspar Simões, *Vida e obra de Fernando Pessoa, História de uma Geração*, 3ª. edição, Lisboa, Bertrand Editora, 1973. Conferir ainda a seção Inquérito (O significado histórico de Orpheu: 1915-1975) e os importantes ensaios de Ana Hatherly, Eduardo Lourenço, Eugénio de Andrade, Fernando Guimarães, Jorge de Sena, José-Augusto França, José Blanc de Portugal e Vergílio Ferreira publicados no volume 26 da revista *Colóquio Letras* (Fundação Calouste Gulbenkian) de julho de 1975 e também disponível em: <http://coloquio.gulbenkian.pt/bib/sirius.exe/issueContentDisplay?n=26&o=s>.

reflexões no sentido de tentarmos elucidar o papel da *Orpheu* nesse panorama das revistas luso-brasileiras no período de interesse.

Certamente a mais célebre das revistas literárias portuguesas do último século, a revista trimestral de literatura *Orpheu* foi editada em Lisboa e teve apenas dois números publicados (primeiro e segundo trimestres de 1915, respectivamente), muito embora fosse prevista uma terceira edição que só chegou a ser publicada posteriormente. Sua existência “breve”, no entanto, não impediu o periódico de exercer uma notável e relevante influência na renovação das mentalidades e da própria literatura portuguesa. O primeiro número da revista “destinada a Portugal e ao Brasil” saiu com 83 páginas e constava como editor o jovem Antônio Ferro que, assim como Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro, também se tornaria um nome emblemático do Modernismo português. À guisa de um “programa editorial”, Luís de Montalvor, considerado um dos articuladores da revista e então “diretor” da parte portuguesa, se propôs, na “Introdução”, a expor minuciosamente as orientações de natureza estética da revista, como numa espécie de “manual”, para se entender o novo tipo de conceito de arte ali exposto:

O que é propriamente revista em sua essência de vida e quotidiano, deixa-o de ser ORPHEU, para melhor se engalantar do seu título e propor-se.

E propondo-se, vincula o direito de em primeiro lugar se desassemelhar de outros meios, maneiras de formas de realizar arte, tendo por notável nosso volume de Beleza não ser incaracterístico ou fragmentado, como *literárias* que são essas duas formas de fazer revista ou jornal.

Puras e raras suas intenções como seu destino de Beleza é o do: – Exílio!

Bem propriamente, *Orpheu* é um exílio de temperamentos de arte que a querem como a um segredo ou tormento...

Nossa pretensão é formar, em grupo ou idéia, um número escolhido de revelações em pensamento ou arte, que sobre este princípio aristocrático tenham em ORPHEU o seu ideal esotérico e bem nosso de nos sentirmos e conhecermo-nos.

A fotografia de geração, raça ou meio, com o seu mundo imediato de exibição a que frequentemente se chama literatura e é sumo do que para aí se intitula revista, com a variedade a inferiorizar pela igualdade de assuntos (artigo, seção ou momento) qualquer tentativa de arte – deixa de existir no texto preocupado de ORPHEU.

Isto explica nossa ansiedade e nossa essência!

Esta linha de que se quer acercar em Beleza, ORPHEU necessita de vida e palpitação, e não é justo que se esterilize individual e isoladamente cada um que a sonhar nestas coisas de pensamento, lhes der orgulho, temperamento e esplendor – mas pelo contrário se unam em seleção e a dêem aos outros que, da mesma espécie, como raros e interiores que são, esperam ansiosos e sonham nalguma cousa que lhes falta, – do que resulta uma procura estética de permutas: os que nos procuram e os que nós esperamos...

Bem representativos da sua estrutura, os que a formam em ORPHEU concorrerão a dentro do mesmo nível de competências para o mesmo ritmo em elevação, unidade e descrição, de onde dependerá a harmonia estética que será o tipo da sua especialidade. E assim, esperançados seremos em ir a direito de alguns desejos de bom gosto e refinados propósitos em arte que isoladamente vivem para aí, certos que assinalamos como os primeiros que somos em nosso meio alguma coisa de louvável e tentamos por esta forma já revelar um sinal de seleção, os esforços do seu contentamento e carinho para com a realização da obra literária de ORPHEU¹⁶⁴.

No fim da introdução a esta primeira edição, o grupo manifesta a intenção de convergir alguns desejos de bom gosto e refinados propósitos em arte que isoladamente viviam dispersos no país, convictos de que a revista, pelo seu carácter inovador, revelaria um estímulo vital no então estagnado ambiente literário português, manifestando esperança na adesão do “público leitor selecionado” a esse projeto literário. Com efeito, a publicação de *Orpheu* selava também o rompimento definitivo de Fernando Pessoa com o *modus operandi* poético até então vigente em Portugal, bem como acentuava ainda mais as diferenças entre o poeta e alguns de seus companheiros ex-colaboradores da *Águia* e a Renascença Portuguesa –,

¹⁶⁴ Luís de Montalvor, Introdução, *Orpheu, Revista trimestral de literatura* Lisboa, Orpheu, p.11-12, no. 1, jan./fev./mar. 1915 (grafia atualizada). Também disponível em formato digitalizado em: https://bdigital.sib.uc.pt/bg4/UCBG-RB-29-30/UCBG-RB-29-30_item1/index.html .

considerado como um dos principais veículos difusores da literatura portuguesa no período. Tais divergências surgidas entre essa nova “geração modernista” e os poetas reunidos em torno da revista portuense foram observadas igualmente através dos frequentes “embates literários” envolvendo o grupo de Fernando Pessoa e os colaboradores da *Atlântida*, como já mencionamos em outro capítulo.



Fig.21- Imagem da folha de rosto do primeiro número da revista (jan./fev./mar. 1915)

Para o deleite de seus mentores, felizmente, a recepção ao projeto *Orpheu* foi muito positiva para uma pequena parcela da sociedade lusitana da época, mas foi motivo de escândalo, polêmica e chacota nacional para o público em geral. A revista abalou definitivamente o ambiente literário português pela ousadia e vanguardismo de alguns dos seus textos e se configurou como marco do advento do modernismo em Portugal.

Além de Mário de Sá-Carneiro e Fernando Pessoa, colaboraram neste primeiro número de *Orpheu* Luís de Montalvor, Ronald de Carvalho, Alfredo Pedro Guisado, Almada Negreiros, Armando Côrtes-Rodrigues e José Pacheco (responsável pela direção gráfica e também autor da capa inaugural).

O periódico nasce sob a égide mitológica de Orpheu, herói da mitologia grega considerado o deus da música¹⁶⁵. A mitologia ainda sublinha o grande poder sedutor de Orpheu, bem como seu papel de lutador que não se deixa vencer pelo mal, embora incapaz de destruí-lo. Frequentemente reiterado, hoje consta, sobre o mito, uma vasta bibliografia, bem como interpretações esotéricas, manifestadas, sobretudo, no *orfismo*.

Difundido no antigo mundo helênico, o orfismo tinha como características principais a disseminação de um panteísmo imanentista (onde existe um deus como única realidade e como origem de toda matéria), o dualismo corpo e alma e corpo, a ideia da preexistência e imortalidade da alma, a reencarnação e o desejo de salvação e purificação (que, de certa forma, remetia também ao ideal cristão). O orfismo esteve presente na produção de filósofos gregos como Tales de Mileto, Xenofonte, Parmênides, Heráclito, Empédocles, Platão, Eurípedes, Ésquilo, Píndaro e Virgílio, bem como na modernidade, sendo tema recorrente de

¹⁶⁵ De acordo com Grimal (1993, p.340), o mito de Orpheu é um dos mais obscuros e carregados de simbolismo do repertório da mitologia helênica. Filho de Eagro, Orpheu era excelente poeta, cantor, músico e considerado o inventor da cítara. Orfeu era apaixonado por Eurídice, filha de Apolo, que morreu após ter sido picada por uma cobra. Inconformado, o herói decide descer ao Inferno para reaver a amada e enfrenta Plutão e Perséfone. Esses autorizam-no a levar de volta Eurídice para o mundo dos vivos consigo, mas exigem que o hábil cantor não olhasse para trás até o momento em que se encontrasse fora do Hades. Sucumbindo à curiosidade, Orpheu desobedece aos deuses e se volta para certificar-se de que sua companheira de fato o acompanhava. Como resultado de sua transgressão, Eurídice desaparece na escuridão para sempre. Cf. Pierre Grimal, *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*, Rio de Janeiro, Bertrand, 1993, p.340.

poetas como Victor Hugo, Nerval, Leconte de Lisle, Banville, Apollinaire, Valéry e Gide, por exemplo.

Orpheu é, por excelência, o arquétipo absoluto de poeta e, portanto, ao invocar sua simbologia mitológica, os articuladores da revista quisessem talvez remeter o periódico ao fazer poético, à magia e musicalidade do canto poético do herói solitário e até, quem sabe, à individualidade poética de cada um de seus integrantes. Com efeito, seria uma resposta possível para justificar a escolha do nome do periódico que, na verdade, nada mais fez do que estender o imaginário órfico no campo das letras lusitanas.



Fig. 22- Imagem da capa do segundo número da revista (abr./mai./jun. 1915)

O segundo número da revista, dirigido por Fernando Pessoa e Mário de Sá-Carneiro, teve a colaboração de Ângelo de Lima, Mário de Sá-Carneiro, Raul Leal, Violante de Cysneiros, Luís de Montalvor, Fernando Pessoa, Álvaro de Campos e Santa-Rita Pintor.

Apesar do sucesso retumbante da revista, o projeto deu prejuízo financeiro e dificultou, assim, a concretização da edição do terceiro número. No entanto, nem Fernando Pessoa, nem Sá-Carneiro desistiriam de publicar mais números, como se pode inferir pela carta de Pessoa anunciando a seu amigo Armando Cortes Rodrigues que o número 3 da *Orpheu* sairia “em breve”. Em outra carta de Pessoa, essa para José Pacheco, datada de 11 de julho de 1917¹⁶⁶, constata-se que o planejamento do terceiro número já estava praticamente finalizado, pois “a composição já estava praticamente distribuída” e os responsáveis já projetavam, inclusive, a publicação de exemplares especiais de "A Cena do Ódio" de Almada, bem como discutiam detalhes concernentes à tiragem.

Alguns impedimentos de ordem técnica e prática, como a falta de recursos para cobrir as despesas da publicação de mais um número, bem como a inesperada morte de Mário de Sá Carneiro em 1916, certamente impediram a viabilização dessa terceira edição, concretizada somente algumas décadas depois por iniciativa de Arnaldo Saraiva.

A revista *Orpheu* vem a lume em um Portugal onde muitas revistas “lusobrasileiras” já se articulavam ou, pelo menos, já coexistiam (citamos, por exemplo, as já mencionadas *Atlântida* e *Brasil-Portugal*) e, por conseguinte, não foi a primeira a engendrar uma produção/recepção vinculada aos dois países. Como bem aponta Saraiva (2004), “como regra, as melhores revistas culturais em português ao longo do século XIX previam colaboradores e leitores portugueses e brasileiros”¹⁶⁷ com a indicação, quase sempre, dos preços e locais de vendas em ambos os países.

¹⁶⁶ Cf. Carta no. 11 de Fernando Pessoa a José Pacheco. In: Cartas a José “Pacheco”, *Colóquio-Artes: Revista Bimestral de Artes Visuais, Música e Bailado*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2ª série, n. 35, dezembro de 1977, p. 46.

¹⁶⁷ Arnaldo Saraiva, *Op. Cit.*, 2004, p. 93.

Investigando mais de perto a gênese da *Orpheu* percebemos que a publicação era, afinal, a viabilização de um sonho há muito acalentado pelos seus efetivos mentores, Pessoa e Sá-Carneiro. Com efeito, desde 1908, pelo menos, os dois amigos já estudavam a publicação da revista *Europa* e, posteriormente, *Lusitânia* (1913), como se pode inferir analisando a vasta correspondência trocada pelos amigos.¹⁶⁸

A motivação e a concretização do projeto, no entanto, só se tornariam viáveis em 1915, por ocasião do regresso de Luis de Montalvor, após um período no Brasil, com a idéia e nome de uma revista de novos escritores brasileiros e portugueses. Assim, com o patrocínio do pai de Mario de Sá-Carneiro e também para poder realizar a “antiga aspiração” de se publicar uma revista verdadeiramente “lusu-brasileira”, é que Fernando Pessoa acolhe a empreitada pois, pela primeira vez, percebera que dentre todas as publicações anteriormente projetadas a *Orpheu* poderia ser a primeira a sair do papel. De acordo com o próprio Pessoa:

Vamos, pois, ao caso do aparecimento da revista. Em princípios de 1915 (se me não engano) regressou do Brasil Luís de Montalvor, e uma vez, em Fevereiro (creio), encontrando-se no *Montanha* comigo e com Sá-Carneiro, lembrou a ideia de se fazer uma revista literária trimestral – ideia que tinha tido no Brasil, tanto assim que trazia alguns poemas de poetas brasileiros jovens, e a ideia do próprio título da revista – Orpheu. Acolhemos a ideia com entusiasmo, e como o Sá-Carneiro tinha, além do entusiasmo, a possibilidade material de realizar a revista, passou imediatamente a dar o caso por decidido, e desde logo se começou a pensar na colaboração. Com tanto mais entusiasmo acolhemos a ideia quanto é certo que ambos nós havíamos projetado várias revistas, mas, sempre por qualquer razão, os projetos haviam esquecido. O que esteve mais próximo de se realizar foi o de uma revista pequena, intitulada “Europa”, que abriria por um manifesto, de que escrevi apenas uns quatro parágrafos, com colaboração ocasional de Sá-Carneiro, e de que me lembro ser uma das principais afirmações a da nossa necessidade de “reagir em Leonino” contra o ambiente – frase tendente, é claro, para a perfeita elucidação do público. O certo, porém, é que se decidiu publicar *Orpheu*. Sem perda de tempo se adotaram o nome e a periodicidade, e

¹⁶⁸ Arnaldo Saraiva, *Op. Cit.*, 2004, p. 95.

se estabeleceu o número de páginas – de 78 a 80 em cada número. E ficou igualmente assente que figurariam como diretores o Luís de Montalvor e um dos poetas brasileiros seus amigos – Ronald de Carvalho. Digo “figurar como diretores” sem intuito algum reservado. A direção real da revista era, e foi sempre, conjunta, por estudo e combinação entre nós três e também o Alfredo Guisado e o Côrtes-Rodrigues, de quem falarei a seguir. Ficou assente, também, que o Luís de Montalvor escrevesse o prefácio da revista, o que de fato fez, não colaborando porém no primeiro número por não ter pronto ou não considerar pronto o poema com que de fato colaborou no nº 2.¹⁶⁹

Através do estudo minucioso de Saraiva (2004) tomamos conhecimento de que a “revista de novos de Portugal e Brasil” teria sido idealizada inicialmente, portanto, por Ronald de Carvalho e Luis de Montalvor nos arredores de Copacabana (muito provavelmente decorrente de um dos encontros freqüentes na casa de Carlos Maul¹⁷⁰, que ali residia). Ainda segundo o crítico, Fernando Pessoa, por ocasião da publicação efetiva da nova revista luso-brasileira resolve, num ato de diplomacia e cortesia, atribuir a Ronald a direção da parte brasileira do periódico quando, na verdade, não o fora de fato, como nos informa o próprio na citação acima. Pelas circunstâncias e fatos coligidos sobre a gênese da revista, notamos que a direção e a articulação do periódico estavam verdadeiramente concentrados nas mãos de Pessoa e Sá-Carneiro que, embora não o tivessem assumido publicamente no primeiro

¹⁶⁹ Apud CASTEX, François. Um inédito de Fernando Pessoa. In: *Colóquio – Artes e Letras*, no. 48, abril de 1968, p. 59-60. Segundo Saraiva (2004, págs. 100 e 278), tal depoimento também foi republicado com ligeiras modificações na *Nova Renascença*, vol. I, no.2, inverno de 1981.

¹⁷⁰ O poeta, jornalista e escritor petropolitano Carlos Maul (1887-1974) foi um legítimo e importante intelectual e articulador luso-brasileiro desde o início do século XX com extensa colaboração na revista *A Águia*. Praticamente desconhecido nos dias de hoje, no ano de 1904 muda-se para o Rio de Janeiro para completar os estudos, tornando-se jornalista, escritor e poeta elogiado e festejado por Olavo Bilac, João do Rio, Alcindo Guanabara, Alberto de Oliveira e Coelho Neto. Foi redator de *A Imprensa*, *Gazeta de Notícias* e do *Correio da Manhã*, construindo sólida reputação profissional e brilhante carreira. Colaborou diariamente com artigos para *A Notícia* e *O Dia* até a década 70. Em 1910, lançou seu primeiro livro de poesias *Estro*, publicado no Porto pela Livraria Portuense de Lopes & C.^a, Sucessor, com o prefácio de Agripino Grieco. De 1928 a 1930 foi deputado à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Foi membro titular de muitas entidades culturais, como as Academias Carioca, Fluminense e Petropolitana de Letras, além de membro atuante da Sociedade Brasileira de Geografia e Brasileira de Filosofia. Em 1937, participou da Comissão de Publicações da Biblioteca do Exército e por isso é oficialmente considerado como o fundador da biblioteca das forças militares brasileiras. Deixou como legado uma vasta obra com cerca de 60 livros, divididos entre poesia, teatro, traduções, história e crítica literária.

número, decidiram fazê-lo no segundo por razões práticas. Ainda segundo Saraiva (2004, p.105):

Se isso aconteceu, não foi por receios de fracasso cultural; Pessoa, pelo menos, nunca duvidou do sucesso espetacular do *Orpheu*. Talvez Sá-Carneiro e Pessoa entendessem que devia essa cortesia aos que tinham tido a ideia da publicação e do nome da revista; talvez não contassem com a “abulia” de Montalvor, que Sá-Carneiro por mais de uma vez, noutras circunstâncias criticou com veemência; talvez não imaginassem que havia distâncias estético-literárias entre eles e os dois diretores de *Orpheu* 1, os quais poderiam dar uma falsa imagem de revista, [...] talvez não se dessem bem conta da conveniência prática em fazer coincidir os nomes da diretoria oficial com os da diretoria funcional.

Algumas diferenças que percebemos entre o poeta e Ronald de Carvalho como, provavelmente, sua “falta de empenho para conseguir assinaturas” e apoio financeiro no Brasil, parecem ter dificultado ainda mais a possibilidade de se prolongar o diálogo que se pretendia estabelecer entre os dois países através do periódico. Há ainda indícios de que a *Orpheu* – que já tinha tido problemas de circulação em Portugal, com a falta de exemplares – não tivesse nem mesmo sido entregue aos seus poucos assinantes brasileiros e não há, do mesmo modo, sinais de que a revista tenha chegado no país em 1915 (Saraiva, 2004, p.110) o que reforça, logo, as divergências e dificuldades de se empreender uma publicação além e aquém-mar naquele momento sem o devido respaldo, sobretudo financeiro – diferentemente do que ocorreu com a *Atlântida* que, apesar de editada no mesmo período da *Orpheu*, não enfrentou nenhuma dificuldade em relação às suas edições transoceânicas, muito provavelmente por ter apoio oficial dos Ministérios das Relações Exteriores de Brasil e Portugal, como já vimos.

No que tange à colaboração brasileira propriamente dita no periódico, registramos que somente Ronald de Carvalho e Eduardo Guimaraens participaram efetivamente das duas primeiras edições, mas nem sequer foram cogitados para a publicação do terceiro número

(que, embora não tivesse sido publicado em seqüência como previsto, já tinha sido devidamente editado), bem como não assinalamos a presença de qualquer outro autor nacional.

Tais ilustres colaboradores brasileiros integravam no país o grupo articulador das revistas *Fon-Fon*¹⁷¹ e *Careta*¹⁷², periódicos que também eram considerados “muito modernos” para os então vigentes padrões locais. Nesse sentido, Saraiva (2004) também discutira essa presença tão pequena dos brasileiros na *Orpheu* sobretudo porque os ideais estéticos dos “dois grupos” – reunidos em tornos dessas revistas “modernas” aquém e além-mar – convergiam em muitos aspectos e tal “diálogo”, se tivesse sido prolongado e não tão abruptamente interrompido, poderia ter sido muito frutífero e materializador do intercâmbio dos “novos” de Brasil e de Portugal, consoante ao plano original.

Cabe ainda assinalar que Ronald de Carvalho, naquela época, também mantinha contato estreito com Nuno Simões (um dos colaboradores da *Atlântida*) e já tinha sido sondado, inclusive, por este para contribuir no então “Mensário artístico literário e social para

¹⁷¹ A revista *Fon-Fon* surgiu no Rio de Janeiro em meados de 1907 (13 de abril) e circulou até dezembro de 1945. De tiragem semanal, segundo a sua própria apresentação, era um “semanário alegre, político, crítico e esfuziante, noticiário avariado, telegrafia sem arame, crônica epidêmica”. O periódico, nomeado a partir da sugestão onomatopéica do barulho produzido pela buzina dos automóveis, tratava principalmente dos costumes e notícias do cotidiano e tinha grande apelo popular, provavelmente por suas numerosas inserções cômicas e pela publicação de imagens que retratavam o dia a dia da cidade. De inspiração simbolista, teve como fundadores Lima Campos e Gonzaga Duque, Mário Pederneiras (diretores da revista até 1914), aos quais se uniram posteriormente Álvaro Moreyra e Hermes Fontes. Também focada na imagem, priorizou a ilustração e charges em suas páginas contando com a colaboração dos melhores artistas residentes no Brasil daquele momento como Raul Calixto (que assinava como K.lixto), J. Carlos, Correia Dias, Emílio Cardoso Aires, Nair de Tefé (Rian) e Di Cavalcanti, por exemplo. Contou com Lima Barreto como um de seus ilustres colaboradores literários. O acervo integral da revista em formato digital pode ser acessado no endereço eletrônico da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/fonfon/fonfon_anos.htm.

¹⁷² A revista carioca *Careta* foi publicada entre 1908 e 1960 como criação do editor Jorge Schmidt. Erroneamente classificada como “humorística” pela maioria dos estudos constantes sobre a publicação, se configurava de fato como uma revista semanal de cunho jornalístico e de costumes, que utilizava freqüentemente o artifício das imagens (fotos, ilustrações, charges ou caricaturas) para representar o panorama da sociedade de seu tempo. Contou com a colaboração de alguns dos melhores chargistas do país, como Raul, Belmonte, Storni e J. Carlos (diretor e ilustrador exclusivo da revista até 1921), que era considerado por seus contemporâneos como o maior artista gráfico brasileiro. Todas as edições da revista *Careta* também estão acessíveis no setor de periódicos digitalizados pela Biblioteca Nacional (http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_periodicos/careta/careta_anos.htm.)

Portugal e Brasil”; porém, por julgar que havia mais afinidade estética com aquela proposta pela *Orpheu*, declinara o convite e aceitara a incumbência de “dirigir” a revista no Brasil.

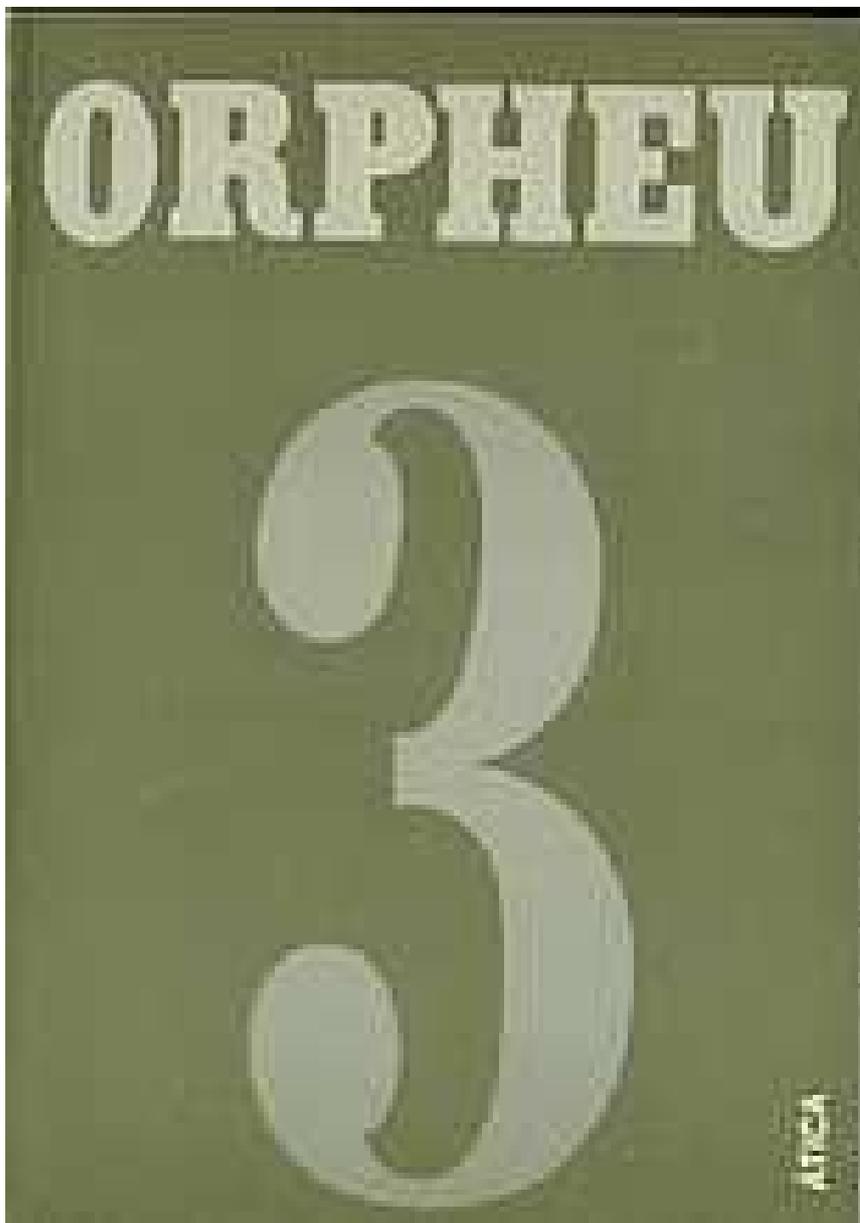


Fig. 23 - Imagem da capa do terceiro número da revista (publicada postumamente pela Ática em 1984)

Apesar de ter sido tão exígua, constatamos que talvez esse diálogo luso-brasileiro pretendido e precariamente executado pela *Orpheu* tenha sido, de fato, o único verdadeiro dentro do elenco das revistas que estudamos neste trabalho. Isso porque a *Orpheu*, a nosso ver, foi a única revista que quis promover e/ou fortalecer a amizade luso-brasileira tão

somente com escopos culturais e não com interesses escamoteados de fomentar uma nova espécie de neocolonialismo cultural lusitano através da imprensa visando aos interesses econômicos de Portugal, como já pudemos constatar analisando os artigos dos outros periódicos nos capítulos anteriores.

É notório, contudo, que Fernando Pessoa, um dos expoentes máximos da *Orpheu* e do próprio Modernismo Português, pretendia também interpretar seu país e executar um plano de reedificação nacional através da vasta obra que produziu. Nessa conjuntura, a publicação da revista *Orpheu* representava uma espécie de recuperação simbólica de um nacionalismo ligado à profundas raízes históricas que, no entanto, nunca deixara de apontar para o Portugal do futuro. De fato, tal nacionalismo, em Fernando Pessoa, seria uma espécie de bússola da herança mítica que se realizaria no porvir. Como afirma Mendonça (2001)¹⁷³:

Orpheu tinha a intenção de estabelecer não apenas uma contribuição literária, mas, principalmente, proceder a uma intervenção na história da cultura de Portugal de seu tempo e de sua posteridade (tanto na concepção mística do "terá sido" – o povo assinalado – quanto na aceção futurista do "será tido" – o Quinto Império), estabelecendo o elo entre o Moderno, o Simbolismo e o Clássico.

Se o poeta não conseguira desenvolver e pormenorizar todo o seu pensamento sobre o assunto no periódico que teve, afinal, vida tão curta, não deixou de fazê-lo, porém, em outras ocasiões. Através de sua produção dispersa, Pessoa refletiu e discutiu obstinadamente o “problema nacional” de sua pátria, passando, por exemplo, por temas concernentes à ideia de nação, ao colonialismo lusitano, à propaganda nacional, ao imperialismo e ao ressurgimento do “Quinto Império” que, inexoravelmente, remetiam indiretamente também ao Brasil.

Começamos então pela idéia de nação; segundo Pessoa¹⁷⁴:

¹⁷³ Antônio Sérgio Mendonça, A lição de Orpheu, *Coojornal*, Rio de Janeiro, n. 209, 8 de jun. 2001. Disponível em: <http://www.riototal.com.br/coojornal/antoniosergio001.htm>. Acesso em 03 jan. 2011.

¹⁷⁴ Cf. A Democracia (texto número 22). In: Fernando Pessoa, *Sobre Portugal - Introdução ao Problema Nacional*, (Introdução de Joel Serrão e recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão), Lisboa, Ática, 1978, p. 127-128.

Uma nação, em qualquer período, é três coisas: (1) uma relação com o passado; (2) uma relação com o presente, nacional e estrangeiro; (3) uma direção para o futuro. Assim, em todos os períodos, há forças que tendem a manter o que está, forças que tendem a adaptar o que existe às condições presentes, e forças que tendem a dirigir o presente para um norte previsto, visionado no futuro. Não se trata aqui de partidos políticos, mas de íntimas forças nacionais. Assim, hoje, em Portugal, o partido democrático é o que tende a manter a sociedade portuguesa no seu estilo passado; é o partido conservador, visto que resume os vícios e as atitudes dos partidos monárquicos. [...] Acima destes dois partidos paira, um pouco desorganizadamente, aquela corrente que pretende dirigir a sociedade portuguesa para um fim, para uma nova concepção de si própria. Surgiu lentamente, através da Escola de Coimbra, com Antero de Quental, sobretudo; atravessou a “Renascença Portuguesa”, do Porto; paira hoje, um tanto no ar, buscando apoio e orientação nítida. É isto que lhe pretendemos dar, dispondo-nos a construir uma orientação portuguesa.

Partindo de tal premissa pessoal já podemos perceber que sua concepção de futuro viável para Portugal intrinsecamente remete para as pistas e caminhos apontados pelo passado. O trecho também parece aludir ao longo e doloroso processo de degeneração da pátria portuguesa observado desde os tempos de D. Manuel e acentuada pela “gota d’água final” dessa decadência representada pelo então recente e traumatizante episódio do *ultimatum* britânico. O processo de queda da nação, como aponta Pessoa, principiava e se refletia no próprio povo português na medida em que se resignava com a desvalorização de sua pátria e que, por isso mesmo, aquele teria de ser o primeiro elemento “construído” para que ressurgisse um novo país:

No seu sentido superior e profundo, a desvalorização internacional da nação portuguesa deriva de três fatores conjugados (da ação conjugada de três fatores) – a incultura, geral como profissional, do indivíduo português e sobretudo do indivíduo das classes médias; a deficiência de propaganda de Portugal no estrangeiro; e a ausência de consciência superior da nacionalidade. Seria, tanto inútil como por demais extenso, procurar as causas da existência e concorrência (ação concorrente) destes três fatores. A causa fundamental, não há dúvida, é a longa decadência em que entramos desde o fim da dinastia de Avis. Por decairmos, decaíram paralelamente o indivíduo português e o Estado Português, administrado por esses indivíduos. E, decaindo o

indivíduo e o Estado, deixou de haver uma consciência superior da nacionalidade e dos fins nacionais, porque um povo decadente servido por um estado indiferente, a não pode ter; deixou de haver cultura geral, porque nem o estado educava, nem nos indivíduos havia, por decadentes, o interesse civilizado pela cultura; deixou de haver cultura profissional, porque, ausente o estímulo, de orgulho nacional, de concorrer com outras nações, desaparecia a razão para o aperfeiçoamento de cada um no seu mister; e deixou de haver a precisa propaganda de Portugal no estrangeiro, porque, falhos de classes superiores internacionalmente proeminentes, não tínhamos a propaganda natural da superioridade ou nas artes ou nas ciências, e, mal administrado o Estado, não o havia de ser bem exclusivamente na parte superior da diplomacia, nem, falho o orgulho nacional, havia quem, individualmente, se ocupasse em o erguer ante o estrangeiro. Não ocupamos, ante o geral da civilização, lugar mais proeminente, antes menos, do que no abismo da nossa decadência. O nosso homem das classes médias - e as classes médias são o esteio de um país - é mal culto, ignorante, profissionalmente instintivo ou atado (profissionalmente no comércio); a propaganda da nossa terra é descurada pelo Estado, absorvido por políticos, pelos indivíduos, desnacionalizados e inertes, para tudo quanto não seja os seus baixos interesses ou os interesses superiores da sua política inferior; e a invasão das ideias estrangeiras, pervertendo a própria substância do patriotismo que restava entre nós, privou-nos de podermos criar, não já um orgulho nacional, mas uma simples consciência superior da nossa nacionalidade. Em matéria cultural, o que se tem feito é quase nada. Quem há culto entre nós, a si próprio se cultiva, e as mais das vezes mal, quase sempre antinacionalmente. Em matéria de propaganda, a única instituição criada para esse fim, a inepta Sociedade de Propaganda de Portugal, nada faz porque, sendo uma espécie de escol de incompetentes, nada sabe fazer. E em matéria de consciência superior da nacionalidade, a maioria dos portugueses nem sequer sabem que isso existe. É preciso criar um organismo cultural capaz de substituir o estado nestas funções. Escusa de ter aspecto de potência adentro da Pátria: basta que tenha a precisa noção superior dos seus fins. Deve essa organização visar três fins: (1) a criação de uma atitude cultural nas classes médias, porque são elas as em que assenta a vida nacional, e os comerciantes sobretudo, porque, sobre serem eles a parte mais forte das classes médias, são a parte mais representativa delas, dado o caráter comercial da nossa época; (2) a criação de uma propaganda ordenada e científica de Portugal no estrangeiro; (3) A criação lenta e estudada de uma atitude donde derive uma noção de Portugal como pessoa espiritual.¹⁷⁵

¹⁷⁵ Texto número 20. In: Fernando Pessoa, *Op. Cit.*, 1978, p. 123-125.

Destarte, para Pessoa, o processo de ressurgimento da nação passaria necessariamente pela tomada de consciência de si mesmo do homem português para que fosse possível um novo Portugal. Amiúde, as questões concernentes a um “imperialismo português” do mesmo modo foram temas constantes das reflexões pessoais e personificadas, sobretudo, no mito sebastianista e na ideia de um “Quinto Império” que o poeta tanto se esmerou em difundir. Vejamos como o criador de Ricardo Reis pensava o imperialismo expansionista:

O imperialismo de expansão tem um sentido normal, para que cumpra os seus fins civilizacionais, em ir ocupar territórios, ou desertos, ou povoados apenas por povos fora da civilização. Esse imperialismo comporta três graus, sendo mais justificado no primeiro que no segundo, no segundo que no terceiro. Há, em primeiro lugar, a ocupação - obedecendo à natural necessidade de o povo se expandir - de territórios ou desertos, ou povoados por populações ou primitivas ou selvagens. Neste caso estão territórios em que as condições climáticas são de ordem a não poder produzir uma raça autóctone capaz de se civilizar e progredir. O caso do Brasil é típico. Confirma, como já se apontou (*J. M. R.*) o conceito de Buckle, de que os territórios sujeitos a excessos climáticos, como o calor intenso e a umidade excessiva, não são aptos a criar raças autóctones susceptíveis de civilização. São estes os territórios que um imperialismo expansivo tem, absolutamente, direito de ocupar. O seu destino, mesmo, está na ocupação desses territórios. O imperialismo implica, conforme provamos, a criação preliminar de um ideal nacional; a criação de um ideal nacional envolve uma fixação racial. Por isso, nesses territórios por si incapazes de gerar uma raça civilizável tem, para que neles haja civilização, que aparecer um povo já civilizado - isto é, não apenas em processo de civilização, mas com uma nacionalidade psíquica inteiramente definida. Em segundo lugar, há a ocupação de territórios habitados por povos, não já selvagens ou incivilizáveis, mas degenerados de uma civilização antiquíssima. É o caso da Índia - talvez, mesmo, o caso do México, tal qual os espanhóis o encontraram. Aqui, não há já a mesma simplicidade no direito, que o povo expansivo tenha, de ocupar estes territórios. Recordemo-nos sempre que o fim de colonizar ou ocupar territórios não é civilizar a gente que lá está, mas sim levar para esses territórios elementos de civilização. O fim não é altruísta, mas puramente egoísta e civilizacional. É o prolongamento da sua própria civilização que o imperialismo expansivo busca e deve buscar; não é, de modo algum, as vantagens que daí possam advir para os habitantes desse país. A escravatura é lógica e legítima; um zulu ou um landim não

representa coisa alguma de útil neste mundo. Civilizá-lo, quer religiosamente, quer de outra forma qualquer, é querer-lhe dar aquilo que ele não pode ter. O legítimo é obrigá-lo, visto que não é gente, a servir os fins da civilização. Escravizá-lo é que é lógico, o degenerado conceito igualitário, com que o cristianismo envenenou os nossos conceitos sociais, prejudicou, porém, esta lógica atitude. Povos, como o inglês, hipocritizaram [sic] o conceito, e assim conseguiram servir a civilização. Em terceiro lugar há aquela última forma do imperialismo de expansão que consiste em querer dominar povos ou igualmente civilizados, mas mais fracos ou menos hábeis em se defender ou fazer a guerra; ou povos menos adiantados na civilização, mas pertencentes ao mesmo esquema civilizacional que o pretense dominador. É caso como o da Alemanha querer apossar-se da Holanda e da Bélgica. Aqui o imperialismo de expansão transforma-se em imperialismo de domínio. É de expansão, porque trato desse imperialismo, quando exercido por uma nação sobrepovoada.¹⁷⁶

Neste ponto é muito interessante ressaltar nesse trecho a “visão” de Brasil que o poeta expõe ao justificar o “imperialismo português” no país. Embora estivesse se referindo a um país independente e com certo “nível de desenvolvimento” observado já em alguns lugares (citamos a “modernização” da cidade do Rio de Janeiro realizado pelo prefeito carioca no início do século XX baseado nos moldes parisienses, por exemplo), a ex-colônia sul-americana parece ter sido descrita tal qual as então colônias africanas o eram, ou seja, um território selvagem e inóspito que, sendo incapaz de gerar e dar meio de subsistência a alguma raça de valor ou sociedade digna, clamava pela colonização e por essa “dose” de civilização concedida através do português. Curioso ainda é perceber que Fernando Pessoa também professava – bem como aponta Said (1995) e, conforme veremos melhor no capítulo final – esse discurso comungado pelas nações (e intelectuais) imperialistas que alimentavam essa ideia de que as nações “menos civilizadas” necessitavam e expressavam nas “entrelinhas” esse desejo “civilizacional” que, de maneira “muito benevolente e altruísta”, países como Portugal e Inglaterra concediam aos “povos menos favorecidos”.

¹⁷⁶ Cf. Introdução ao problema nacional (texto no. 72). In: Fernando Pessoa, *Op. Cit.*, 1978, p. 216-217.

Tendo concluído alhures que um (neo) imperialismo português só se daria através da cultura, assim classificou o que seria um “imperialismo cultural”:

Se o nosso imperialismo é um imperialismo cultural, ou, em outras palavras, se é um imperialismo cujo ponto de apoio é a Cultura, é evidente que, para a sua organização dinâmica, se deve apoiar aos elementos a que culturalmente pertence ou com que culturalmente se conjuga; sendo certo que se não deve esquecer que um imperialismo, embora cultural, é sempre um imperialismo, isto é, que, embora uma política cultural, é sempre uma política. Ora os laços culturais são de três ordens, se os considerarmos não só como cultural, senão também como políticos. Vimos já (?) que há, primeiro, nações, depois grupos civilizacionais, finalmente a civilização. A determinação do sentido cultural de um país tem, portanto, que definir-se pela sua determinação em relação a si própria, ao grupo civilizacional a que pertence, e à civilização em geral. Em relação a si própria o critério definidor é a língua, que é o que define a nação para si mesma. A nação que pretenda a um imperialismo cultural deve, portanto, começar por unificar os elementos que falam a sua língua, porque não há império sem unificação, nem, portanto, império cultural sem unificação cultural. Há três casos possíveis neste caso da unificação: ou só a nação de que se trata fala a sua língua, e em toda a parte dessa nação se fala essa língua e nenhuma outra; ou a nação de que se trata inclui povos que, embora culturalmente falem a sua língua, falam naturalmente outra; ou a nação de que se trata exclui povos, que não pode integrar em si, que falam a mesma língua. O melhor exemplo da primeira é a Itália, que não tem senão dialetos e em que todos falam italiano, sem que haja colônia alguma italiana, no sentido superior e nacional da palavra “colônia”. O melhor exemplo da segunda é a Espanha, que inclui a Catalunha e Euzkadi, que falam línguas diferentes do espanhol. Para o terceiro exemplo serve Portugal, que, sendo uno no continente, tem, por exemplo, uma colônia espiritual, o Brasil, onde se fala a mesma língua mas que é inevitavelmente, por uma razão geográfica de distância, um povo diferente. Para cada espécie de povo destes, posto que esteja o problema do imperialismo cultural, esse problema se põe de modo diferente. Portugal, na determinação do apoio do seu imperialismo cultural, tem que buscar, primeiro, o Brasil, que tem por língua nacional o português. Portugal, na determinação do seu apoio em grupo civilizacional, tem que buscar a Ibéria, de cuja personalidade espiritual participa. Portugal, na determinação do seu apoio civilizacional, isto é, puramente político, tem que buscar a Inglaterra (e os países de língua inglesa ????) para apoio político da sua política externa. Portugal não difere no gênero, senão na espécie, das outras regiões da Ibéria. Isto é, os inimigos

culturais de Portugal são os inimigos culturais da Ibéria, e vice-versa. Como se trata de grupo civilizacional, a questão, aqui, não é política; e por isso pode haver inimigos políticos de Portugal que o não sejam de Espanha, e de Espanha que o não sejam de Portugal.¹⁷⁷

Nesse ponto é interessante observar como o pensamento de Pessoa converge com a opinião de Antônio Sardinha em relação ao conceito de “Hispania” e em relação ao Brasil, quando afirma que o nosso país seria uma “colônia espiritual” de Portugal, dado os nossos profundos laços históricos e afetivos¹⁷⁸. Da mesma maneira percebemos a sintonia em relação à língua portuguesa, ou melhor, ao uso dela como instrumento de manipulação cultural e como uma das vias possíveis para fazer sobressair a hegemonia da metrópole perante a sua ex-colônia. De modo análogo, bem como afirmou Serpa (2000), a revista *Nação Portuguesa*, idealizada pelo integralista Sardinha, também discutiu obstinadamente a importância e o papel da língua portuguesa como estratégia de dominação cultural. Embora situado para além de nossas balizas cronológicas para a análise de nosso *corpus* (1900-1922, aproximadamente), sublinhamos, no contexto daquela revista, as pertinentes reflexões de Élio Serpa sobre a questão da língua portuguesa no Brasil e o discurso subreptício de supremacia portuguesa, decorrentes da análise de artigo publicado na *Nação Portuguesa* em 1928:

A idéia da pátria-mãe está assentada no pressuposto daquela que dá origem, que descobre a outra, que a coloca no mundo e lhe lega um instrumento básico para suas relações: a língua. Portanto, as relações entre Brasil e Portugal dão-se sempre através de um discurso de poder no qual a língua comum e a escrita são para Portugal um instrumento de superioridade e de conquista; [...] A temática deste artigo de Manuel Múrias não se constitui em voz isolada no conjunto das revistas consultadas e permite constatar-se o quanto era significativo para setores da intelectualidade de Portugal,

¹⁷⁷ Cf. Portugal (Texto no. 83). In: Fernando Pessoa, *Op. Cit.*, 1978, p. 232-233.

¹⁷⁸ Cf., ainda neste sentido, o interessante artigo de Miguel Cardoso Esteves, que traça algumas analogias entre a opinião de Pessoa e de Sardinha sobre a saudade, sebastianismo e o “Quinto Império”. In: Miguel Esteves Cardoso, *Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a Saudade, o Sebastianismo e o Integralismo lusitano*, In: *Análise Social*. Lisboa, 1982, vol. XVIII (no. 72, 73, 74), p. 1399-1408. Também disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223461219N4jGG0xg4Je73LC6.pdf>.

afirmar o caráter natural da relação com o Brasil e positivar a ação colonizadora por meio da língua. A discursividade em torno da língua comum, vista como “criação espontânea da raça,” constituiu-se em um instrumento de poder. Aos historiadores, fazendo uso do que escreveu Bourdieu, não é permitido esquecer que “a experiência primeira no mundo (...) é uma relação socialmente construída, tal como os esquemas perceptivos que a tornam possível”. A Portugal interessava afirmar esta relação por meio da chamada “língua comum”, na medida em que é através dela que um país pode expressar, difundir e imprimir sua produção cultural e concretizar seus interesses comerciais e industriais. Portanto, tal discurso constituiu-se num veículo fundamental para Portugal afirmar sua grandiosidade e notoriedade perdidas, pois no final do século XIX e começo do XX estava correndo o risco de morrer de concorrência. Além disso, permitia-lhe afirmar seu poderio imperialista e legitimar o colonialismo, qualificando esta prática na medida que se via como criador de nação ou de nacionalidade.¹⁷⁹

Retomando as considerações de Pessoa, vejamos como ele entendia o papel da língua para a unidade do país:

A base da pátria é o idioma, porque o idioma é o pensamento em ação, e o homem é um animal pensante, e a ação é a essência da vida. O idioma, por isso mesmo que é uma tradição verdadeiramente viva, a única verdadeiramente viva, concentra em si, indistintiva e naturalmente, um conjunto de tradições, de maneiras de ser e de pensar, uma história e uma lembrança, um passado morto que só nele pode reviver. Não somos irmãos, embora possamos ser amigos, dos que falam uma língua diferente, pois com isso mostram que têm uma alma diferente. Estamos, neste mundo, divididos por natureza em sociedades secretas diversas em que somos iniciados à nascença, e cada um tem, no idioma seu e no que está nele, o seu toque próprio, a sua própria palavra de passe. Tudo mais que forma grupos adentro da vida nacional — a família, a região, a classe — são ficções intermédias, umas meio físicas, outras meio econômicas, e, se assumirem demasiada importância na vida nacional, elementos de desintegração dela. Da consciência excessiva da classe nasce o comunismo. Da consciência excessiva da região nasce o separatismo. Da consciência excessiva da família nasce esse egoísmo, tão deplorável socialmente como o direto, que faz com que um homem evite defender

¹⁷⁹ Cf. Élio Serpa, Portugal no Brasil: a escrita dos irmãos desavindos. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 20, n. 39, 2000, p. 77-80. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01020188200000100004&lng=en&nrm=isso. Acesso em: 03 Apr 2007.

a pátria porque pela sua morte pode fazer falta aos filhos, ou furtar-se a fazer obras de arte, com que a pátria se illustre, porque tem de ganhar para dar a esses filhos que comer. Todas as relações sociais entre indivíduos são essencialmente relações mentais, porque, apesar de a Igreja o dizer, o homem é de fato um animal racional. Ora a vida — social ou outra — é essencialmente ação, e o pensamento em ação é a palavra, falada ou escrita (e a palavra escrita é a palavra falada para quem nos não pode ouvir, quer porque esteja longe, quer porque não tenha ainda nascido). A base das relações sociais é portanto o idioma: não somos irmãos, socialmente falando, senão daqueles que falam a nossa língua — e tanto mais quanto mais falem a nossa língua, isto é, quanto mais nela ponham, como nós, por ela ser a língua-mãe deles, como nossa, toda a sentimentalidade instintiva, toda a tradição acumulada, que a estrutura, o som, o jogo sintático e idiomático trazem em si. Desde que duas regiões da mesma língua se separem em estados diferentes, desde logo começa a se estabelecer uma diferenciação na estrutura da língua — útil e impalpável umas vezes, acentuada em outras, mas a separação em duas pátrias tende sempre a ir tornar-se uma separação em dois idiomas. A base da sociabilidade, e portanto da relação permanente entre os indivíduos, é a língua, e é a língua com tudo quanto traz em si e consigo que define e forma a Nação. Estamos, neste mundo, divididos por natureza em sociedades secretas diferentes, em que somos iniciados à nascença; e cada uma tem, no idioma que é seu, a sua própria palavra de passe. Sucede ainda que, sendo o egoísmo a base da vida individual por isso mesmo que é vida individual, nada pode durar nem persistir neste mundo se não tiver a sua base no egoísmo. O egoísmo é, por natureza, anti-social, pois cada indivíduo, por ser ele, é oposto a todos os outros. Não poderá portanto haver vida social se não for possível encontrar uma forma social do egoísmo, qualquer coisa que seja, por assim dizer, uma síntese do egoísmo e da sociabilidade. Ora se a base da socia(bi)lidade é o idioma, é forçosamente a pátria, fundada na comunidade do idioma, que é a base da vida social. Como fenômeno egoísta, opõe-se a todas as outras pátrias, e daí a guerra, como o mais natural e espontâneo de todos os fenômenos sociais. Como fenômeno antiegoísta, gera a fraternidade entre os homens, podendo assim preparar, nos mais cultos ou mais nobres, uma compreensão das pátrias dos outros, e uma certa fraternidade antiguerreira — pelo menos nos intervalos das guerras —, um conseqüente intercâmbio de [...] e daí dois fenômenos, comuns a toda a vida histórica da humanidade: a guerra, que é o egoísmo centrífugo, e o comércio, que é o egoísmo centrípeto da nação.¹⁸⁰

¹⁸⁰ Cf. O sentido de Portugal (texto no. 17). In: Fernando Pessoa, *Op. Cit.*, 1978, p. 121-123.

Neste trecho percebemos, mais uma vez, a reiteração do fator lingüístico não só como unidade de “coesão” dentro de uma sociedade mas também como importante instrumento da manutenção de uma “hegemonia” cultural portuguesa em território estrangeiro, bem como no Brasil ou em outras “possessões” ultramarinas lusitanas. Notemos ainda, neste contexto, como o “comércio” adquire contornos interessantes nessa perspectiva de Pessoa. Em outro texto, em resposta ao inquérito nacional “Portugal vasto império”, promovido por Augusto da Costa¹⁸¹, o poeta estabelece uma curiosa conexão entre comércio e cultura:

Duas são também as forças de desenvolvimento – o estímulo físico ou material e o estímulo intelectual ou moral. Na vida das sociedades, o primeiro é dado pelo comércio, o segundo pela cultura. Com efeito, o desenvolvimento dos povos se efetua, no que material, pela multiplicação de contatos econômicos; no que mental, pela multiplicação de contactos culturais. E o comércio e a cultura andam comumente a par: é que a multiplicação de relações de uma espécie facilita inevitavelmente a multiplicação de relações da outra espécie.¹⁸²

¹⁸¹ O jornalista Augusto da Costa promove o Inquérito Nacional “Portugal Vasto Império” e o coloca a importantes figuras de renome da época, dentre as quais Fernando Pessoa. Publicado inicialmente na gazeta lisboeta *O Jornal do Comércio e das Colônias*, na edição de 28 de maio de 1926 e posteriormente editado em livro em meados da década de 30, em sua resposta Pessoa discute a hipótese de Portugal enquanto grande potência cultural, geradora do Quinto Império de que se fala na Bíblia e nas obras de Bandarra, Camões e do padre António Vieira. Apesar de se configurar como uma resposta “hermética”, tal injeção não deixava de ser, de certo modo, profética pois somente um Fernando Pessoa teria a ousadia de, em 1926, “prever” futuro imperialista sem as colônias do Ultramar mas assentado em um Imperialismo Cultural Português. Ainda de acordo com o poeta: “Portugal grande potência cultural é uma hipótese já de outro gênero. O exercício da grande influência guerreira ou econômica implica a existência de uma nação grande, unida, disciplinada, o da grande influência cultural dispensa estes característicos. [...] Portugal grande potência construtiva, Portugal Império - aqui, sim, é que, através de grandeza e de decadência, se revela o nosso instinto, e se mantém a nossa tradição. Somos, por índole uma nação criadora e imperial. Com as Descobertas, e o estabelecimento do Imperialismo Ultramarino, criamos o mundo moderno - criação absoluta, tanto quanto socialmente isso é possível, que não simples elaboração ou renovação de criações alheias. Nas mais negras horas da nossa decadência, prosseguiu, sobretudo no Brasil, a nossa ação imperial, pela colonização; e foi nessas mesmas horas que em nós nasceu o sonho sebastianista, em que a ideia do Império Português atinge o estado religioso. Portugal tem pois condições orgânicas para ser uma grande potência construtiva ou criadora, um Império. Uma coisa, porém, é dizer-se que Portugal tem condições para sê-lo; outra é predizer que o será. A pergunta não exige esta segunda demonstração, que, aliás, por extensa não poderia ser aqui dada. Nem há mestre que se diga, também, em que consistirá presumivelmente essa criação portuguesa, qual será o sentido e o conteúdo desse Quinto Império. Fora preciso um livro inteiro para o dizer, nem chegou ainda a hora de dizer-se.” In: Fernando Pessoa, *Op. Cit.*, 1978, p. 252-253.

¹⁸² Cf. Inquérito Nacional “Portugal Vasto Império”, por Augusto da Costa (Texto no. 100). In: Fernando Pessoa, *Op. Cit.*, 1978, p.249 ou Augusto da Costa, *Portugal Vasto Império: um inquérito nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1934.

Coincidência ou não, num certo sentido, é esse mesmo tipo de correspondência íntima entre cultura e comércio que se estabeleceu entre as revistas culturais em relação ao Brasil, configurando-se como um legítimo exemplo de troca simbólica no qual Portugal entraria com o capital metafórico da cultura e o Brasil representaria o capital financeiro, o comércio e a consequente retomada do desenvolvimento e auto-estima do país. No melhor sentido bourdieriano percebemos que, afinal, a aproximação cultural luso-brasileira pretendida pelos periódicos não era tão desprovida de “outros propósitos menos nobres” como apregoado por muitos de seus diretores. Para finalizar, vejamos como Pessoa entendia a “propaganda” de Portugal através da imprensa:

IV - Sim ou não o moral da Nação pode ser levantado por uma intensa propaganda, pelo jornal, pela revista e pelo livro, de forma a criar uma mentalidade coletiva capaz de impor aos políticos uma política de grandeza nacional? Na hipótese afirmativa, qual o caminho a seguir?

Há só uma espécie de propaganda com que se pode levantar o moral de uma nação — a construção ou renovação e a difusão consequente e multímoda de um grande mito nacional. De instinto, a humanidade odeia a verdade, porque sabe, com o mesmo instinto, que não há verdade, ou que a verdade é inatingível. O mundo conduz-se por mentiras; quem quiser despertá-lo ou conduzi-lo terá que mentir-lhe delirantemente, e fá-lo-á com tanto mais êxito quanto mais mentir a si mesmo e se compenetrar da verdade da mentira que criou. Temos, felizmente, o mito sebastianista, com raízes profundas no passado e na alma portuguesa. Nosso trabalho é pois mais fácil; não temos que criar um mito, senão que renová-lo. Começemos por nos embebedar desse sonho, por o integrar em nós, por o encarnar. Feito isso, cada um de nós independentemente e a sós consigo, o sonho se derramará sem esforço em tudo que dissermos ou escrevermos, e a atmosfera estará criada, em que todos os outros, como nós, o respirem. Então se dará na alma da Nação o fenômeno imprevisível de onde nascerão as Novas Descobertas, a Criação do Mundo Novo, o Quinto Império. Terá regressado El-Rei D. Sebastião.¹⁸³

¹⁸³ Cf. Inquérito Nacional “Portugal Vasto Império”, por Augusto da Costa (Texto no. 100). In: Fernando Pessoa, *Op. Cit.*, 1978, p. 255.

Ainda que tais reflexões tenham sido feitas e publicadas num período posterior àquele no qual foram gestadas e difundidas as revistas que pesquisamos, como a própria *Orpheu*, analisar o que Pessoa sintetizou sobre a identidade portuguesa na sua (re)configuração como nação e (re)assunção ao posto glorioso de pátria mítica concretizada num “Quinto Império” – que, afinal de contas, resumiram os principais questionamentos que afligiram o país no século XX (mas não somente no século passado, como sabemos) – é muito relevante pois reflete toda a aspiração de seu povo naquele momento, mesmo que de maneira indireta. Na qualidade de supra poeta, Pessoa foi mais que um núncio de sua pátria; através da sua “Orpheu” (mas não somente através dela, cabe ressaltar) foi o “conservador e revolucionário, o velho e o novo, o fim e o começo”¹⁸⁴ que, para além das letras portuguesas, planejava apontar novos rumos ao seu país através da busca e interpretação incessante de seu passado projetado (e na esperança) no e do futuro. Bem como afirmara certa vez, sabendo-o talvez melhor do que ninguém, é tarefa muito penosa e difícil “distinguir se o nosso passado é que é o nosso futuro, ou se o nosso futuro é que é o nosso passado”.¹⁸⁵

¹⁸⁴ Cf. Eugênio de Andrade, Inquérito: O significado histórico de Orpheu: 1915-1975, In: *Colóquio Letras*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, n.26, jul. 1975, p.10.

¹⁸⁵ Cf. Ecolalia interior (texto no. 3). Fernando Pessoa, *Op. Cit.*, 1978., p. 79.

Periódico coimbrão nascido sob o signo (e ritmo) da “saudade”, *A Rajada* (Revista de Crítica, Artes e Letras) foi publicada mensalmente entre março e junho de 1912 (totalizando apenas quatro edições regulares), dirigida por Afonso Duarte e Correia Dias (respectivamente responsáveis pela parte literária e artística do veículo) e editada por Moita de Deus. Como soía acontecer com as revistas literárias do período, teve uma tiragem muito efêmera, porque, além dos quatro números já mencionados anteriormente, houve somente a publicação de mais um número especial (e não datado) dedicado à atriz italiana Mimi Aguglia.

Intimamente ligada ao movimento saudosista – e, nomeadamente, à revista *A Águia* –, dentre os principais colaboradores desse periódico sediado em Coimbra também figuram alguns nomes importantes que construíram a revista portuense como, Afonso Duarte, Augusto Casemiro, Carlos Parreira, Correia Dias, Christiano Cruz, Jaime Cortesão, Joaquim Manso, Júlio Brandão, Manuel Laranjeira, Mario Beirão e Veiga Simões, entre outros.

Durante a compilação inicial do *corpus* concernente à revista, registramos que não há grandes estudos sobre a publicação e, dentre o escasso material que pudemos coligir sobre o periódico, destacamos a excelente introdução de José Carlos Seabra Pereira publicada na edição fac-similada de 2003¹⁸⁶. Com efeito, em tal apurado estudo, Seabra expõe os antecedentes estéticos e registra as principais vertentes literárias em voga na atmosfera coimbrã desde o início do século XX (desde as primeiras nuances neo-românticas até o vitalismo, saudosismo e lusitanismo) que convergiram na concepção e nas páginas de *A Rajada*. Da citada edição reproduzida em fac-símile consta ainda um índice muito útil de assuntos, temas e autores referente à colaboração literária e artística veiculada na revista elaborada por Carlos Santarém de Andrade (p. 25-34).

¹⁸⁶ Cf. José Carlos Seabra Pereira, Introdução, In: *A Rajada. Revista de Crítica, Artes e Letras*, (edição fac-similada), Coimbra, Minerva Coimbra, 2003, p. 9-21. Cabe também assinalar aqui que, além dessa versão reeditada em livro, o acervo integral da revista pode ser acessado em formato digital através do sítio https://bdigital.sib.uc.pt/bg4/UCBG-OS-965/UCBG-OS-965_item1/index.html pertencente à Biblioteca Clássica Digitalia - *Vniversitatis Conimbrigenensis*, da Universidade de Coimbra.

As primeiras edições da *A Rajada* foram pautadas por certos prenúncios da modernidade no âmbito artístico em Portugal, nesse contexto, é muito interessante analisar a edição especial (provavelmente a última publicada pela revista) em homenagem à atriz italiana Mimi Aguglia. Oriunda de uma família de atores e nascida em Catânia (Sicília, 21/12/1884 -31/07/1970) Mimi Aguglia construiu uma sólida carreira teatral na Itália e na Europa e, a partir de 1930, também participou de inúmeros filmes em Hollywood. Em Portugal, como podemos constatar, a julgar pela edição de *A Rajada* em sua homenagem, sua atuação foi bem impactante. Apesar dos poucos registros documentados da sua passagem pelo país, Sousa Pinto escreveu sobre a repercussão da visita da atriz em 1912¹⁸⁷:

Nesse incessível fadário que, perpetuando a vagueante tradição dos cômicos errabundos de outrora, constitui, sem descanso, a vida da grande maioria dos artistas dramáticos italianos, Mimi Aguglia veio pela segunda vez parar a Lisboa, à frente de uma companhia assaz numerosa, mas demasiado modesta, do qual, já um pouco vizinha do crepúsculo, ela é a absorvente, periclitante estrela. Durante a sua primeira estada em Portugal, há de haver três anos [1909], Mimi Aguglia, aplaudidíssima e concorrida no Teatro D. Amélia, revelara à capital — e depois ao Porto e a Coimbra, onde, por parte dos estudantes em delírio, a sua passagem foi notoriamente triunfal — o violento, reduzido, e por vezes pitoresco repertório do chamado teatro siciliano — invenção ovacionada e um tanto espúria do célebre e furioso ator Giovanni Grasso: esse “filho da Terra”, como lhe chamou D'Annunzio — levando à cena, se bem me recordo, com manifesto prazer das lusas gentes, entre outras coisas intensas: *Malía* de Luigi Capuana, *Cavalleria rusticana* de Giovanni Verga, *Garofano rosso* de Ugo Ojetti, etc.

¹⁸⁷ Manoel de Sousa Pinto, A atriz sem sorriso, In:_____. , *Magas e histriões*, Lisboa, “A Editora limitada”, 1914, p. 291-304 (grafia atualizada). Nesse artigo, o autor ainda avalia a atuação da atriz e de sua companhia dramática, bem como elenca as peças protagonizadas por ela na ocasião de sua primeira estadia em Lisboa em 1909: *La Fiaccola sotto il moggio* e *La Figlia de Jorio* de D'Annunzio, *La Cena delle Beffe* de Sem Benelli, *La Viapiù hmga* (Le Détoiir de Bernstein) e *a Elettra* de Hofmannsthal. A obra citada se encontra disponível em formato digital em: <http://www.archive.org/stream/magasehistorie00sousuoft>.

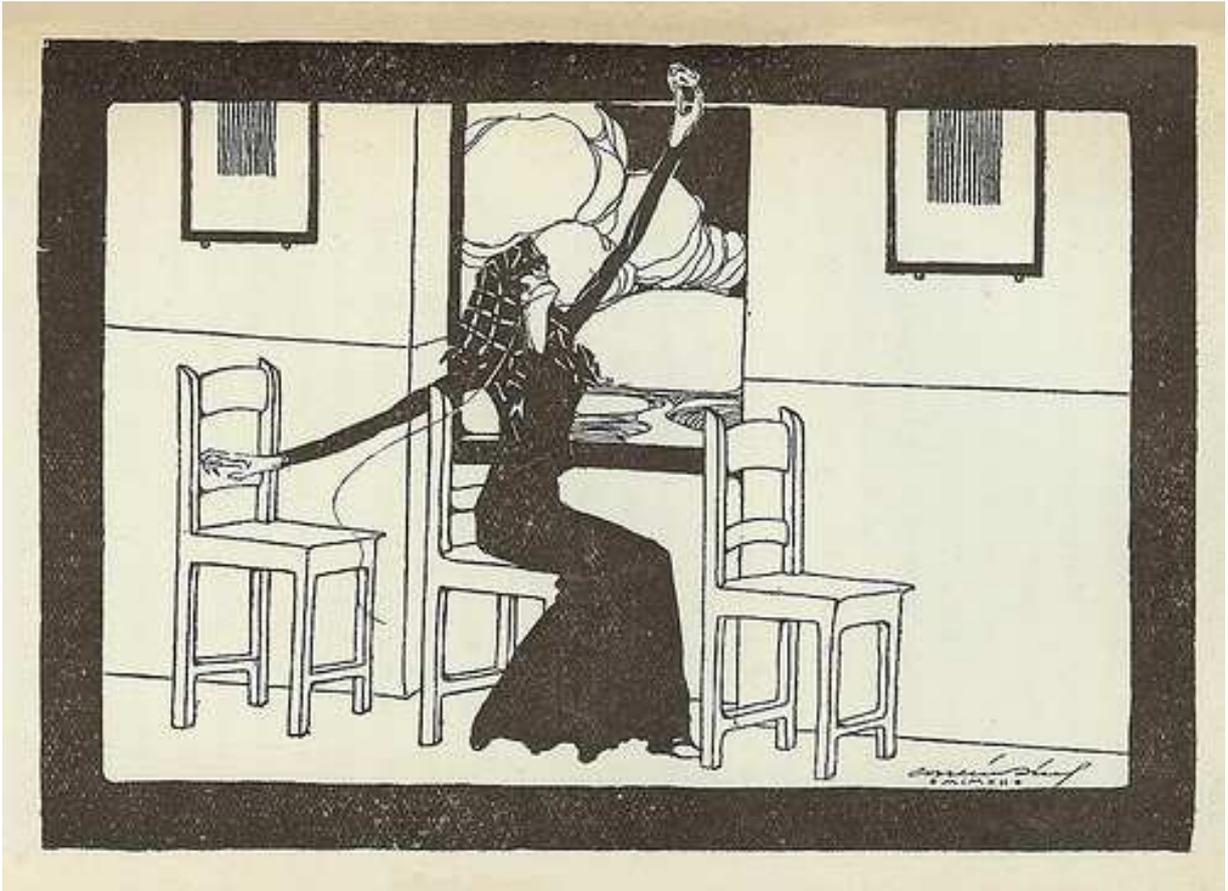


Fig. 25 - Gravura de Correia Dias que ilustra Mimi Aguglia no 2.º ato da peça *Malia*, representada em Portugal em 1912.

Ao que concerne às manifestações artísticas, além da intensa divulgação da poesia e do movimento saudosista como aludimos, o periódico difundiu obras e nomes que seriam muito representativos para o “modernismo plástico português”¹⁸⁸ que ensaiava seus primeiros passos naquele período: Jorge Barradas, Christiano Cruz, Almada Negreiros e o próprio Correia Dias que, como sabemos, era também o diretor responsável pela colaboração artística. Tendo sido o artista que mais “publicou” obras no periódico (num total de sete inserções sem contar as capas e as vinhetas) Correia Dias foi, ainda, o elo fundamental para a associação do Brasil ao nome *Rajada*.

¹⁸⁸ Cf. Sara Afonso Ferreira, A *Rajada* (verbete), In: Fernando Cabral Martins (coord.), *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*, Lisboa, Caminho, 2008, p.711-712.

Nesse sentido *A Rajada* foi, com efeito, uma espécie de “ponto de partida” para que, mais tarde, outro periódico homônimo (*A Rajada*, 1920) fosse lançado em território brasileiro sob a direção do mesmo Correia Dias e de suma relevância para o estreitamento das relações culturais entre os países no período.

Importante artista plástico português, Fernando Correia Dias era natural de Penajóia (10 de novembro de 1892 — Rio de Janeiro, 1935) e, pertencente ao Grupo de Coimbra, foi, juntamente com Christiano Cruz e Luis Philipe, um introdutor de nova orientação estética nas artes visuais e viria a configurar-se como um dos principais expoentes do modernismo em seu país. Fez seus primeiros estudos em Coimbra e foi também nessa cidade que iniciou sua carreira de artista. Em 1909 participou da fundação do jornal *O Gorro*, organizado pelos alunos do Liceu de Coimbra e, desde então, já se percebia o estilo do traço artístico que o tornaria famoso mais tarde.

Em 1910, contando apenas dezoito anos, participou da fundação da revista portuense e órgão da Renascença Portuguesa *A Águia* com o desenho da capa da revista (que se manteria, aliás, até seu último número), além de ter colaborado ativamente com outros desenhos e vinhetas publicados principalmente na primeira e segunda série do periódico. Em 1912, também desenha a capa e participa da fundação de outra revista literária, *A Rajada*, da qual, inclusive, foi um de seus diretores, ao lado do poeta Afonso Duarte. Após ter realizado uma exposição muito bem recebida pela crítica nos salões da revista *Ilustração Portuguesa* em Lisboa no início de 1914, Correia Dias embarcou para o Brasil, lugar no qual passaria a viver desde então. Desde o princípio de seu período “brasileiro” estabeleceu contato e fez grandes amizades com os principais intelectuais nacionais, bem como afirma Gouvêa¹⁸⁹:

¹⁸⁹ Cf. Leila Vilas Boas Gouvêa, *Cecília em Portugal: ensaio biográfico sobre a presença de Cecília Meireles na terra de Camões, Antero e Pessoa*, São Paulo, Iluminuras, 2001, p. 49-50.

No Rio de Janeiro, onde desembarcou em abril de 1914, aos 21 anos, Fernando Correia Dias era esperado no cais por um grupo de escritores e artistas, entre os quais o poeta e ensaísta carioca Ronald de Carvalho (1893-1935), que, já no ano seguinte, assumiria formalmente a direção da revista modernista portuguesa *Orpheu* no Brasil. (...) Ficaria amigo de personalidades literárias e artísticas importantes, embora díspares, como a artista plástica Anita Malfatti e os escritores Olegário Mariano, Álvaro Moreyra, Menotti del Picchia, Guilherme de Almeida, Amadeu Amaral ou José Geraldo Vieira, além de Ronald de Carvalho.

No Brasil também realizou inúmeras exposições destacando-se como ceramista, retratista e, principalmente, como ilustrador e artista gráfico, sendo considerado como um verdadeiro “renovador das artes gráficas” no Brasil. É bem provável que tenha sido na redação da *Revista da Semana* que o artista português conheceu, por volta de 1920, a jovem escritora, professora do ensino fundamental e futura esposa Cecília Meireles. O casamento foi celebrado em outubro de 1922 e tiveram três filhas: Maria Elvira, Maria Matilde e Maria Fernanda.

No meio literário nacional, além de ter sido o primeiro marido da ilustre poetisa brasileira, colaborou ilustrando várias obras dos promissores escritores locais como *Nós*, de Guilherme de Almeida e *Últimas Cigarras*, de Olegário Mariano, por exemplo, sem contar sua importante participação na obra da esposa.

Durante a década de 1920, Correia Dias se dedicou à produção de cerâmica, utilizando motivos que remetiam a tradição artesanal dos povos nativos da Ilha de Marajó. Seus vasos e pratos fizeram tanto sucesso que chegaram a ser fabricados pela Companhia Cerâmica Brasileira a partir de 1928.

Em 1934 o casal viajara para Portugal e Correia Dias se encarregara de apresentar à esposa os principais intelectuais e artistas portugueses de sua época, tais como Manuel Mendes, Carlos Queiroz e Almada Negreiros. Embora não tenha conseguido conhecer

pessoalmente Fernando Pessoa, durante sua estadia em Lisboa, Cecília Meireles recebeu dele um exemplar autografado de *Mensagem*.

Correia Dias sofria de depressão e, como jamais aceitara se submeter a tratamentos, cometeu suicídio em 19 de novembro de 1935 durante uma crise. Poucos anos depois, Cecília Meireles se casou novamente com o professor e engenheiro agrônomo Heitor Vinícius da Silveira Grilo.

A edição de uma *Rajada* brasileira começa a tomar corpo em meados da década de 20, justamente no período em que a revista *Atlântida* – que até então, como vimos, tinha sido um das mais significativas publicações luso-brasileiras da época – entrara em declínio e rareava suas edições. Lançada por iniciativa do próprio Correia Dias, a vertente brasileira da revista “de crítica, artes e letras” *A Rajada* era dirigida por F. A. da Silva Reis e J. Bezerra de Freitas e em muito se assemelhava a homônima de Coimbra: a capa, o grafismo e o formato das revistas eram praticamente os mesmos¹⁹⁰. Outro fato interessante é que pelo menos seis integrantes da primeira revista coimbrã posteriormente viriam a ser grandes promotores da amizade e do estreitamento de laços luso-brasileiros no período: o próprio Correia Dias, João de Barros, Nuno Simões, Jaime Cortesão, Veiga Simões e Manuel de Souza Pinto. Ainda de acordo com Saraiva¹⁹¹:

(...) não se tratava de uma revista luso-brasileira, como seria a *Atlântida*, e como não seria bem *A Rajada* brasileira, embora esta concedesse alguma atenção às duas culturas, e embora Correia Dias pelo menos desde 1915 parecesse interessado numa revista luso-brasileira.

No total foram publicados cerca de cinco números dessa “versão” brasileira que teve, portanto, uma duração ligeiramente superior em relação ao seu paradigma lusitano e que

¹⁹⁰ Cf. Arnaldo Saraiva, *A Rajada e a Terra do Sol*, In: _____, *O modernismo brasileiro e português: subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*, Campinas, Editora da UNICAMP, 2004, p.113-138.

¹⁹¹ Arnaldo Saraiva, *Op. Cit.*, 2004, p. 133.

merece ser lembrada pela sua singela contribuição para as relações culturais luso-brasileiras e por fazer parte desse processo de tentativa de união das duas nações do período.

Cabe ainda lembrar que Correia Dias, alguns anos mais tarde, em 1924, também participaria de outra revista que, sem pretender ser necessariamente luso-brasileira, o foi em sua essência, pois se empenhara em difundir a cultura portuguesa no Brasil e mantinha como colaboradores nomes ilustres de além e aquém-mar. Intitulada *Terra do Sol*, foi publicada entre janeiro de 1924 a junho de 1925 e dirigida por Tasso da Silveira e Álvaro Pinto¹⁹². Em seu estudo sobre Cecília Meireles, Gouvêa (2001, p.51) também assinala a relevância do papel do caricaturista português nesse contexto:

A preocupação de Fernando Correia Dias com o estreitamento dos vínculos luso-brasileiros nas letras e nas artes o levou a relançar no Brasil – onde já começava a grassar a chamada “onda lusófoba” a que se referiu Arnaldo Saraiva, em favor de ainda maior aproximação cultural com a França e, logo a seguir, com os Estados Unidos – a revista *Rajada*, que tinha cinco edições, bem como a participar da fase brasileira da *Águia*, que tinha por trás o editor Álvaro Pinto. Em 1921, este também se transferia para o Rio de Janeiro. Na então capital brasileira, Pinto instalou a editora Anuário do Brasil, onde Fernando passou a colaborar com o antigo chefe. Tanto na editora, que, entre 1922 e 1934, publicou cerca de 300 títulos, principalmente de autores brasileiros e portugueses, como em outras revistas lançadas pela editora.

Até os dias de hoje, infelizmente, não é muito conhecida a sua obra, dispersa por vários gêneros criativos, como se pode comprovar pelo anúncio publicado frequentemente na contracapa da própria *A Rajada*, onde se lê: “Caricaturas e Desenhos; Cartazes; Vitrais; Capas de Livros; Pastas; Ex-Libris, Piro-Gravuras; Móveis, etc. Coimbra - L. da Feira, 16.”

¹⁹² Para mais informações sobre a revista *Terra do Sol* bem como sobre a importância da intelectualidade portuguesa não só neste projeto mas também em outras revistas consideradas como “derivadas da revista *A Águia*” no Brasil, conferir o excelente estudo já citado de Raquel dos Santos Madanêlo Souza, *Convergências e Divergências: revistas literárias em perspectiva*, 2008. Sobre a *Terra do Sol* especificamente, consultar em especial o capítulo quatro, “Terra do Sol”, da tese, p. 227-327.



Fig.26

A necessidade e a luta pela sobrevivência fizeram o artista desenvolver múltiplas atividades como as de ceramista, vitralista, designer de móveis, de tapetes, de encadernações, de monumentos funerários e de jardins, caricaturista, publicista, cartazista e ilustrador. Ainda que tivesse ter sido um dos introdutores do modernismo, através da caricatura, em Portugal, não foi convidado para nenhuma exposição ou mostras Modernistas realizados na segunda década do século passado em Lisboa

e Porto, não podendo acompanhar desse modo as manifestações públicas da renovação artística em seu país.

Como também não é muito conhecido e nem difundido seu importante papel de agente fomentador das relações luso-brasileiras da época no país, tal como outros nomes de relevo como o já citado Álvaro Pinto, esperamos ainda que esse estudo possa servir como estímulo e singela contribuição para outras pesquisas e para a recuperação do legado artístico e cultural de Correia Dias no país.

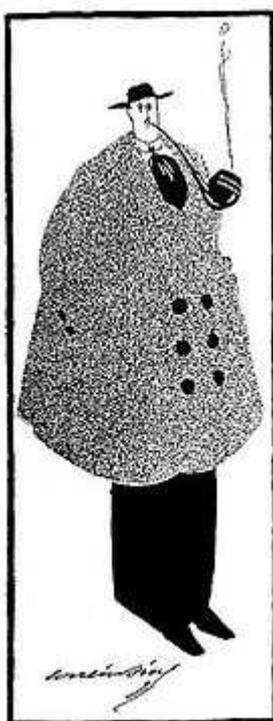


Fig. 27- Autocarro de Correia Dias

SUMARIO DO N.º 2

1.ª SERIE

o o o o o CAPA POR
CORREIA DIAS o o o o o

Dialogo d'amor — Por <i>Manuel Laranjeira</i>	1
O cavador — Por <i>Joaquim d'Almeida</i>	7
Virgens peçadas — Por <i>Vergilio Correia</i>	9
Theophilo Braga e os poetas portuguezes — Por <i>João de Barros</i>	12
A um poeta — Por <i>Joaquim Martins Manso</i>	14
O pavão, o peru e o gallo — Por <i>João de Deus Ramos</i>	19
Carta a Affonso Duarte — Por <i>Estevam Correia</i>	22
Hora crepuscular — Por <i>Augusto Casimiro</i>	26
Elegia do cavador — Por <i>Affonso Duarte</i>	29
Livros — Por <i>Nuno Simões</i>	30
Chimeras — Por <i>Motta Cabral</i>	32

DESENHOS

Antonio Joyce — Desenho de <i>Correia Dias</i>	3
Arma de defesa... — Desenho de <i>Almada Negreiros</i>	17
Dois amantes — Desenho de <i>Christiano Cruz</i>	27
Pão nosso de cada dia... Dezréisinhos, sôr doutor — Desenho de <i>Correia Dias</i>	30

VINHETAS POR
CORREIA DIAS

GRAVURAS DE o o o
o o PIRES MARINHO o o o
o o E MIRANDELLA o o o
o o & IRMÃO o o o

.. CONDIÇÕES ..

Os escritos e desenhos são da responsabilidade dos seus auctores.
E' respeitada a ortografia dos colaboradores.

CORRESPONDENCIA

Para assuntos relativos á Redacção, dirigir a MARIO VIEIRA; á Administração a ESTEVÃO D'OLIVEIRA.

PREÇOS: Serie (6 numeros):

Portugal e colonias	600 réis
Brazil, assignatura directa. 2\$500 >	
Numero avulso	100 >

PAGAMENTO ADEANTADO

Annuncios

Sempre illustrados, sendo o desenho e gravura por conta da Revista.

POR NUMERO

1 pagina	6\$000
1/2 "	3\$500
1/3 "	2\$500
1/4 "	2\$000

Por serie, contrato especial; além dos espaços vagos os «annunciantes» podem contar com mais folhas que serão adicionadas quando necessarias.



o o PAPELARIA o o

Papeis nacionaes e estrangeiros de todas as qualidades e de phantasia. Livros em branco e riscados. Artigos de escriptorio, desenho a oleo, aguarella, pyrogravura e photominiatura, etc.

Variedade em artigos para brindes

o o TYPOGRAPHIA o o

Bilhetes de visita e de loja, facturas, memoranduns, recibos, circulares, envelopes, relatorios, theses, minutas, etc.

o o o

F. CARNEIRO & C.^A

47. Rua Nova do Almada, 49

LISBOA

Fig. 28- Contra-capa e sumário do no. 2 de A Rajada

CAPÍTULO 3 - (DES)ATANDO OS NÓS

3.1- À guisa de conclusão: Breve panorama do status das relações luso-brasileiras (1808 - 1922)

A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas.

Cultura e Imperialismo, Edward W. Said

Conforme já afirmado alhures, todas as divergências e conflitos decorrentes da complexa relação entre (ex) colônia e (ex) metrópole parecem ter eclodido e se tornado mais emblemáticos nas primeiras décadas do século XX, período histórico privilegiado pelo recorte que estabelecemos para desenvolver a nossa tese.

O Brasil, desde mil e quinhentos, quando se tornou posse ultramarina de Portugal, sempre manteve certo vínculo conflituoso com seus colonizadores, como já seria natural e esperado em virtude do modelo de exploração que os lusitanos implantaram no país.

Tolhido de toda possibilidade de desenvolvimento econômico e intelectual pela metrópole até fins do século XVIII, tal situação começa a ser alterada quando em 1808 a Corte e a família Real se transferem para o Rio de Janeiro impelidos pela ameaça e invasão francesa do solo português como desdobramento da Revolução de 1789.

Naquele momento o país, que até então estava assentado em modelos retrógrados de gerenciamento e de infra-estrutura, teve de se adaptar rapidamente para receber a comitiva real e fazer jus à nova condição de capital do Império e, posteriormente, do Reino

Português¹⁹³. Uma das primeiras mudanças e “melhorias” significativas foi a abertura dos “Portos às nações amigas” (leia-se: Inglaterra), seguidas de outras não menos importantes como a criação da Imprensa Nacional e oficialização das atividades editoriais no Brasil, bem como a fundação do Banco do Brasil para fomentar as novas iniciativas e o desenvolvimento local.

Com efeito, tal “transferência da Corte”, fato certamente até então inédito na história das colonizações, foi muito relevante para o Brasil, pois, mesmo inconscientemente, ali começava para a nova “nação” a instauração de uma gradual autonomia que marcaria para sempre o modo e a forma das relações com a sua “metrópole”, bem como com o resto do mundo dali em diante.

A melhoria da situação política na Europa e os posteriores desdobramentos da Revolução Liberal do Porto forjaram as sendas que pretendiam ser as primeiras a “separar” oficial e politicamente Brasil e Portugal com o regresso de D. João VI a Lisboa, com o famoso “dia do fico” em 1821 e com a consequente “independência” avalizada por D. Pedro I em 7 de setembro de 1822.

Para além das discussões acerca da autenticidade e passividade dessa “autonomia”, na medida em que fora proclamada pelo legítimo herdeiro do reino de além-mar e sem algum tipo de “revolta” popular que a antecedesse (configurando-se quase exclusivamente como consequência direta de querelas e “picuinhas” na conjuntura da Família Real e Corte portuguesas), assinalamos que somente em 1825 foram restauradas oficialmente as relações

¹⁹³ Em 16 de dezembro de 1815, no âmbito das negociações do Congresso de Viena, o Brasil foi elevado à condição de Reino dentro do Estado português, assumindo assim a designação oficial de *Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves*. A carta de lei foi publicada na *Gazeta do Rio de Janeiro* de 10 de janeiro de 1816, oficializando o ato. O Rio de Janeiro, por conseguinte, ascendia à categoria de Corte e capital, enquanto as antigas capitanias passariam a ser denominadas como províncias (equivalente aos estados nos dias de hoje).

diplomáticas entre as nações envolvidas após a sua separação oficial, por ocasião do primeiro “Tratado luso-brasileiro”¹⁹⁴, malgrado os ainda tardios planos lusitanos de re-colonização¹⁹⁵.

Após a morte de D. João VI, inaugurou-se um novo capítulo na história das relações luso-brasileiras, ocasionada pelo receio de uma nova “unificação”, já que D. Pedro I era também o herdeiro natural do trono português. Devido às atitudes arbitrárias de seu irmão D. Miguel para assumir o poder em Portugal, D. Pedro I foi compelido a renunciar ao trono brasileiro em favor de seu filho D. Pedro II, vai a Portugal com a finalidade de resolver o problema da sucessão e inicia no país o período regencial, seguido do Segundo Reinado e a posterior Proclamação da República (1889).

Como aponta Lopes (2003, p.24), no período posterior à Independência do Brasil, as relações estabelecidas entre a jovem nação e a velha metrópole foram marcadas por um longo período de embates, pautados, sobretudo, pelas questões de ordem financeira, já que a economia portuguesa tinha sido seriamente prejudicada com a perda de sua colônia mais rentável. Ainda de acordo com a pesquisadora, “os interesses portugueses no Brasil eram bem maiores que os interesses do Brasil em Portugal, não apenas no que concerne ao comércio de exportação, mas também às finanças e à imigração” (2003, p.24).

Apesar da independência, o Brasil continuava a ser um bom negócio para Portugal, ao ponto de Alexandre Herculano ter afirmado que país era “a nossa melhor colônia... depois que deixou de ser colônia nossa”¹⁹⁶ e, portanto, se a manutenção desse território não era mais

¹⁹⁴ O Tratado da Amizade (também chamado de “Tratado da Paz e Aliança”) foi assinado no dia 25 de agosto de 1825 e chancelava o reconhecimento da Independência brasileira por parte do governo português, bem como assinalava a renúncia de D. João VI ao trono brasileiro a favor de D. Pedro I (mas conservando, porém, o título de Imperador honorífico).

¹⁹⁵ Segundo Lopes (2003, p.13), “constata-se que Portugal adotou um posicionamento de tentar recolonizar o Brasil a todo custo e todas as decisões tomadas pela Corte de Lisboa eram nesse sentido, enquanto o Brasil lançava as sementes de uma nação independente”. Cf. Maria Manuela Suassuna Quintas Lopes, *O luso-tropicalismo nas relações diplomáticas Brasil X Portugal*, Lisboa, FD – UL, 2003, Dissertação de Mestrado em Direito.

¹⁹⁶ Alexandre Herculano, *Opúsculos II*, Lisboa, Presença, 1983, p.69 (org. de Jorge Custódio e José Manuel Garcia).

possível, a manutenção desse mercado consumidor era algo essencial para os lusitanos, já que era justamente o dinheiro da sua (ex) colônia que movia boa parte de sua economia ¹⁹⁷.

As constantes crises econômicas em Portugal, aliadas às histórias de sucesso dos poucos brasileiros de “torna viagem” que regressavam ricos para a terra natal, fizeram eclodir um verdadeiro “surto imigratório” para o Brasil¹⁹⁸, que repercutia muito positivamente na economia portuguesa devido às remessas de dinheiro realizadas pelos patrícios aos parentes e familiares que ainda se encontravam em solo lusitano. Como aponta Veiga (2004, p.67-69):

Na realidade portuguesa oitocentista, sobretudo através do porto do Rio de Janeiro, continuará a ser procurado por mais de 85% dos emigrantes nacionais. (...) A falta de trabalho nos campos explorados pelas suas famílias e a fuga ao serviço militar foram os grandes motivos apontados para este fluxo de gente muito jovem, ainda e sempre masculina, mas que representará cada vez menos face ao total de emigrantes. Gente jovem, pobre, na sua maioria analfabeta. A sobremasculinidade (sic) da emigração trará como consequência imediata o aumento progressivo das remessas de Portugal, que se estende no tempo, à medida que a reunião familiar vai sendo protelada. O costume de mandar ir os restantes membros da família será substituído pelos envios regulares de ordens de pagamento. O dinheiro assim entrado em Portugal permitiu manter a realidade das regiões, mas pouco terá contribuído para as desenvolver em termos econômicos, tanto mais que a percentagem de retornos deve ter sido baixa.¹⁹⁹

¹⁹⁷ Segundo Rollo e Marques (1991, p.173-174), por exemplo, “o Brasil continuava a ser, a seguir da Grã-Bretanha, o mais importante mercado de exportação português, absorvendo 24% do valor total da exportação: era ele o maior consumidor de vinhos comuns e de toda a série de substâncias alimentares (...)”. Cf. Fernanda Rollo e A.H. de Oliveira Marques, Capítulo V: Os meios de circulação e de distribuição, In: Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal: Portugal da Monarquia à República* (vol. XI), Lisboa, Editorial Presença, 1991.

¹⁹⁸ Nesse sentido, é interessante apontar o estudo de Alves (2001) que destaca o importante papel da imprensa portuguesa a favor da “propaganda brasileira” que, ao descrever a ex-colônia como um verdadeiro “eldorado”, contribuiu muito para o aumento de emigração portuguesa ao Brasil, para além da prática já corriqueira de “chamamento” dos outros parentes e conhecidos que integravam a colônia além-mar e que aqui serviam como “ponto de apoio” para os recém-chegados. Cf. Jorge Fernandes Alves, Terra de Esperanças – O Brasil na emigração portuguesa, In: *Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros*, Cascais, Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001, p. 113-128. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo11201.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2011.

¹⁹⁹ Cf. Teresa Rodrigues Veiga, Capítulo I – As realidades demográficas, In: Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal: Portugal e a Regeneração* (vol. X), Lisboa, Editorial Presença, 2004. Nesse estudo, Veiga elenca igualmente, de forma pormenorizada, a participação e a percentagem emigratória dos diferentes distritos lusitanos no final do século XIX (p.69).

Volume da emigração portuguesa legal e provável na segunda metade do século XIX²⁰⁰			
Quinquênios	Médias anuais		
	Legal	Clandestina	Provável
1855-1859	9.996	3.332	13.328
1860-1864	5.414	1.805	7.219
1865-1869	4.783	1.594	6.377
1870-1874	12.561	4.187	16.748
1875-1879	12.132	4.044	16.176
1880-1884	16.401	5.467	21.868
1885-1889	19.867	6.622	26.489
1890-1894	24.513	8.171	32.684
1895-1900	27.028	9.009	36.037

Ainda de acordo com o estudo realizado por Veiga (2004), seria possível distinguir ao longo do século XIX três períodos frequentes de intensa atividade emigratória que refletiram diretamente tanto as crises de âmbito externo ao país, como a guerra entre o Paraguai e o Brasil, quanto as crises socioeconômicas internas, sobretudo entre 1870 e 1880. Ainda segundo a pesquisadora, a emigração ilegal e clandestina também era constituída por um contingente bem expressivo que beirava até 30% das estatísticas oficiais, como podemos perceber pelo confronto do quadro anterior com os números oficiais do IBGE em relação aos imigrantes lusitanos no mesmo período:

²⁰⁰ Apud Teresa Rodrigues Veiga, *Op. Cit.*, 2004, p.67.

Emigração portuguesa para o Brasil, segundo o IBGE²⁰¹	
1808-1817	24.000
1827-1841	2.004
1856-1857	629
1881-1900	316.204
1901-1930	754.147

Nas primeiras décadas do século XX, a crescente onda emigratória para o Brasil (que, como vimos, era o destino mais procurado por cerca de 80% dos portugueses) não só se manteve em altos patamares como chegou a se configurar, inclusive, entre os anos de 1911-1913, como “êxodo maciço”²⁰², somente arrefecido ligeiramente num momento posterior durante os anos da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e logo retomando os altos índices já apontados.

Emigração portuguesa para o Brasil (média anual)²⁰³	
1860-1869	5.098
1870-1879	15.843
1880-1889	18.160
1890-1899	25.770
1900-1909	30.799
1910-1919	40.050
1920-1929	36.634
1930-1939	14.238

²⁰¹ Apud Renato Pinto Venâncio, Presença portuguesa: de colonizadores a imigrantes, In: *Brasil – 500 anos de povoamento*, Rio de Janeiro, IBGE, 2000, p. 61-77. Também disponível em: <http://www.ibge.gov.br/ibgeteen/povoamento/portugueses.html>.

²⁰² Cf. Sacuntala de Miranda, Capítulo I – A base demográfica, In: Joel Serrão e A.H. de Oliveira Marques (dir.), *Nova História de Portugal: Portugal da Monarquia à República* (vol. XI), Lisboa, Editorial Presença, 1991, p. 36.

²⁰³ Apud Sacuntala de Miranda, *Op. Cit.*, 1991, p.25.

No total, estima-se que Portugal tenha perdido, somente entre 1860 e 1899, cerca de 648.000 emigrantes legais, chegando a atingir a impressionante marca de 1.217.000 habitantes evadidos em situação regular entre 1900 e 1939²⁰⁴. Ao analisar tais dados, Miranda (1991, p. 26) afirma ainda que:

[...] perdido o Brasil, a emigração portuguesa deixou de obedecer a um projeto de expansão imperial, passando a estar sujeita aos fenômenos de “repulsão” (crise no país de origem) e de atração (procura de mão de obra no país de acolhimento) que comandaram os movimentos migratórios no mundo capitalista contemporâneo. Inserida num projeto de expansão imperial continuou a estar a emigração para as colônias africanas, mas, não obstante variadas campanhas no sentido de a fomentar, esta revelou-se sempre insignificante em relação ao poderoso impulso que arrastou os portugueses para além do Atlântico.

Como podemos imaginar, um número tão elevado de imigrantes portugueses no país concentrados sobretudo em cidades como Rio de Janeiro, São Paulo e Pará²⁰⁵ geraram um grande número de desavenças observadas também entre a população, que de certa forma repercutiam as divergências constatadas entre o governo brasileiro e português no mesmo período na esfera política.

²⁰⁴ Cf. Sacuntala de Miranda, *Op. Cit.*, 1991, p.26.

²⁰⁵ O intelectual luso-brasileiro Carlos Malheiro Dias (1875 - 1941), nome fundamental e importantíssimo na história das relações entre Brasil e Portugal – sobretudo nas primeiras décadas do século XX – foi um dos maiores críticos ferrenhos à essa ocupação litorânea da colônia que, ao seu ver, precisava tomar para si a incumbência e o dever moral de povoar e desenvolver também o interior do Brasil. Foi principalmente através da conferência *Rumo à Terra*, proferida em 1916 (e publicada posteriormente pela revista *A Águia* em 1920) que Malheiro Dias criticou o *modus operandi* de seus patrícios no Brasil. Segundo o autor, o problema concentrava-se principalmente “no fato da colônia portuguesa ter se dedicado ao comércio do litoral e do Brasil ter descoberto que a sua vocação é a agricultura. A política portuguesa deve ser aproveitar as condições favoráveis de ação no Brasil – existência de uma comunidade de língua e de raça – retomando o rumo da terra, se não fizer a colônia portuguesa no Brasil está condenada ao desaparecimento, como aconteceu à colonização de Santa Catarina que estava nas mãos dos primitivos ilhéus. (...)” Cf. Carlos Malheiro Dias, Conferência Rumo à Terra: O problema da colonização portuguesa no Brasil, In: *A Águia*. vol. 18, jul./dez., 1920, p. 37 e também Carlos Malheiro Dias, “Notícias e comentários: Recomeçando o passado”, *Atlântida*, Ano II, Vol. IV, no. 14, 15 dez. 1917, pp. 155-157.

Tal contingente emigratório era formado, na sua maioria, por homens jovens de baixa ou nenhuma escolaridade que, ao chegar ao país²⁰⁶, quase sempre desempenhavam papéis ligados ao comércio, mas que também disputavam com os “nativos”, isto é, os “brasileiros”, os escassos postos de trabalho oferecidos pela indústria incipiente que começava a se desenvolver no Brasil. Aliás, uma boa parte dos embates observados entre os portugueses e brasileiros desse período decorria dessa situação, uma vez que os portugueses eram descritos pela imprensa e propaganda antilusitanistas²⁰⁷ como pessoas oportunistas, ignorantes e analfabetas, ao passo que, pela elite da colônia lusitana residente no país, era retratado como obediente, bom trabalhador e apolítico, além de ideal para a “manutenção dos laços econômicos, culturais e afetivos com o Brasil, considerado como a maior obra realizada por Portugal”²⁰⁸.

Com efeito, a colônia portuguesa no Brasil, sobretudo aquela concentrada na cidade do Rio de Janeiro – então capital imperial – congregava desde o humilde serviçal analfabeto até os “novos ricos” que tinham construído verdadeiras fortunas. Contudo, é muito interessante observar que, apesar de possuir uma composição em si tão díspare, a elite articuladora dessa

²⁰⁶ Segundo Ferreira e Neves (2000, p. 189), “cerca de metade dos emigrantes originava-se do setor agrícola, fosse lavradores ou trabalhadores por jornada; cerca de 10% provinha das atividades comerciais, sendo numerosos os caixeiros; em torno de 5% provinha da construção civil e o restante de um leque variado de profissões e ocupações.” Cf. Lúcia M. Bastos P. Neves e Tânia Maria Tavares Bessone da C. Ferreira, As relações culturais ao longo do século XIX, In: Amado Luiz Cervo; Jose Calvet de Magalhães. (Org.), *Depois das Caravelas: as relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000*, 1ª ed., Lisboa, Instituto Camões, 2000, v. 01, pp. 175-199.

²⁰⁷ Lúcia M. Bastos P. Neves e Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira, *Op. Cit.*, 2000, p.189.

²⁰⁸ O significativo crescimento da emigração portuguesa ao Brasil, somado à proclamação da República, reacendeu os debates acerca da nacionalidade e do papel dessa presença lusitana na formação do caráter nacional e foram, ambos, os principais “combustíveis” do movimento político e social conhecido como jacobinismo. Originado no governo de Floriano Peixoto, o movimento pretendia consolidar o novo regime e combater as influências estrangeiras (nomeadamente portuguesa) que, para esse grupo de intelectuais, era um dos principais empecilhos à fortificação da brasilidade nascente. O grupo também atribuía à colonização lusitana as causas do subdesenvolvimento do país e defendia que a grande colônia de emigrantes era muito nociva, pois reiterava e reforçava ainda mais o atraso do Brasil. Como “instrumentos” dessa guerra, os jacobinistas elegeram, sobretudo, a imprensa especializada e a propaganda lusófoba em periódicos como *A Bomba*, *O Jacobino* (dirigidos por Deocleciano Martyr), *O Nacional* (editado por Aníbal Mascarenhas), *Baziléia* (dirigido por Álvaro Bomilcar, Álvaro Damasceno Vieira e Jackson de Figueiredo) e *Gil Blás*, dirigido por Alcebíades Delamare. Ainda conforme Ferreira e Neves (2000, p.179), tais folhas “empenharam-se em criticar as influências consideradas nefastas da cultura lusitana, destacando o ‘sebastianismo tacanho’, o ‘clericalismo tartufo’ e o ‘estrangeirismo maléfico’ como inimigos do Brasil e obstáculos para que se alcançasse o progresso e a democracia no país”. Entre os “nacionalistas” ilustres desse período figuram nomes como Euclides da Cunha, João Ribeiro, Alberto Torres e Sílvio Romero.

massa sempre procurou difundir entre os patrícios um discurso de “igualdade”, segundo o qual todos figurariam como “expatriados”, e pregavam ainda que as diferenças entre eles deveriam ser superadas através da nacionalidade comum. Para tanto, não foi por acaso que procuraram fundar diversos órgãos que atendessem a tais anseios e se constituíssem como verdadeiros lugares de sociabilidade e de coesão interna para essa comunidade. Como afirmam Ferreira e Neves (2000, p.190), tais empresários foram

(...) capazes de projetar uma imagem do imigrante português pautada no tripé filantropia, honestidade e trabalho, e criando, igualmente, poderosos mecanismos de poder. Foi esse grupo de capitalistas, secundado por intelectuais, que criou uma série de instituições até hoje presentes no Rio de Janeiro e que, diante da ausência de uma política cultural dos governos português e brasileiro, assumiram a função de realizar as trocas culturais efetivas entre os dois povos.

Assim sendo, nesse sentido, tal “associação” fundou instituições fundamentais para o fomento das relações luso-brasileiras também no período contemplado em nosso estudo, como o Real Gabinete Português de Leitura (1837), o Liceu Literário Português (1868), a Beneficência Portuguesa (1858 e 1859, respectivamente no Rio de Janeiro e em São Paulo) e as “Casas” de Portugal presentes em diversas cidades que, juntamente com seus “correspondentes” de além-mar (como a Sociedade de Geografia e a Academia de Ciências e Letras de Lisboa, por exemplo), foram mesmo os “mentores” intelectuais de toda a articulação para a reaproximação de Brasil e Portugal na imprensa de modo geral e também nas revistas que pesquisamos. Fundadas em sua maioria, portanto, ao longo do século XIX, no início do século passado tais instituições citadas – algumas inclusive já bem consolidadas – funcionavam como importantes órgãos coadunadores dessa *intelligentsia* que almejava estreitar os laços luso-brasileiros.

Cabe assinalar ainda que, no caso do Brasil, tais instituições contavam com o apoio de um grande número de intelectuais denominados como “luso-brasileiros” que simpatizavam

com a causa lusitana ou, simplesmente, admiravam a cultura portuguesa e consideravam importante não romper tão abruptamente os laços com a ex-metrópole. De fato, é curioso observar que desde Varnhagen²⁰⁹, pelo menos, até as primeiras décadas do século XX, duas linhas de força em torno da “presença portuguesa” no país se articularam, ora refutando, ora enaltecendo a sua existência. Se por um lado havia uma corrente que reiterava os valores nacionalistas e antilusitanos que remontavam ao início da consciência de nossa “brasilidade” acentuada pelo advento da Independência, pelo menos, por outro, havia uma tendência de valorizar a herança deixada pelo passado português na construção da nova pátria e associá-la a certo “movimento continuísta” lusitano no país, através do fomento do sentimento de fraternidade e filiação, que deveria existir entre as nações que partilhavam a mesma origem e “passado glorioso”.

Como vimos, tão logo foi constatada oficialmente a independência política e a “perda” do Brasil como domínio ultramarino, Portugal iniciou um movimento de aproximação para não se prejudicar ainda mais com essa ruptura que, caso fosse concretizada, seria muito nociva às finanças do país, principalmente; de acordo com Figueiredo (1925, p.8)²¹⁰:

²⁰⁹ Francisco Adolfo de Varnhagen, considerado por muitos como o “primeiro historiador brasileiro” de relevo pela publicação da importantíssima obra *História Geral do Brasil* (1854-1857, 2 volumes) também é conhecido por ter sido um dos primeiros intelectuais “locais” a pensar um projeto de nacionalidade e identidade para o Brasil no século XIX. Nascido em 1816 na cidade de São João de Ipanema, na região de Sorocaba (SP), era filho de uma portuguesa e de um engenheiro alemão que fora contratado pela Coroa para construir os fornos de uma fábrica na então capitania de São Paulo. Tendo estudado a vida inteira em Lisboa, foi ainda na capital portuguesa que iniciou a carreira militar e participou de importantes acontecimentos do país, como soldado das tropas de D. Pedro IV (I, no Brasil) contra D. Miguel, por exemplo. Apesar de ter então uma carreira de certa forma encaminhada na terra natal de sua mãe, decide-se naturalizar brasileiro em 1840 para seguir a carreira diplomática e servir melhor o país pelo qual nutria tanta estima. Desse período também emergiram outras figuras emblemáticas para a “constituição da nacionalidade brasileira” por terem vínculo profundo com os nossos “colonizadores”, como foi o caso de Arthur Azevedo (que possuía dupla cidadania e que apesar de declarar a admiração à cultura portuguesa, que também fazia parte de sua origem, frequentemente entrava em conflito com seus compatriotas pela forma pela qual retratavam seus “patrícios” nas suas obras), Francisco Ramos da Paz (imigrante português que tendo chegado ao Rio de Janeiro em 1850 foi, ao mesmo tempo, importante membro do Gabinete Português de Leitura e divulgador do nome brasileiro em Portugal com a sua tradução de *Brasil Pitoresco* de Charles Ribeyrolles, por exemplo), além do já citado Carlos Malheiro Dias.

²¹⁰ Fidelino de Figueiredo, Um século de relações luso-brasileiras (1825-1925), Separata da *Revista de História*, vol. XIV, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, 1925 (grafia atualizada).

Logo em 1825, no ano do reconhecimento da separação, propunha Silvestre Pinheiro Ferreira, homem de Estado e pensador, a aproximação federativa no seu *Parecer sobre um projeto de pacto federativo entre o Império do Brasil e o Reino de Portugal*. Esta ideia nunca mais desapareceu da circulação na vida política e oratória de Portugal, porque foi glosada por muitos espíritos, entre eles Pinheiro Chagas, Consiglieri Pedroso e os senhores Bettencourt Rodrigues, João de Barros, Cunha e Costa e Julio Dantas, cada um dos quais lhe deu uma interpretação sua, alguns restringindo-se até ao campo intelectual, pedagógico e literário.

Convém ressaltar ainda, nesse ponto, que alguns dos nomes elencados por Figueiredo, como Consiglieri Pedroso e João de Barros, por exemplo (e não por acaso), foram alguns dos principais protagonistas dessa “articulação” almejada pelos portugueses nas revistas que pesquisamos, repercutida especialmente junto à colônia lusitana presente no Rio de Janeiro. Nesse contexto, também é interessante sublinhar a presença do Dr. Bettencourt Rodrigues que, como sabemos e conforme já expressamos alhures²¹¹, foi um dos principais difusores da cultura portuguesa na capital paulista através da sua expressiva colaboração no jornal *O Estado de São Paulo*.

O eloqüente pensamento de Figueiredo²¹², que se revela nesta obra de fato tão lúcido – no sentido de amainar as paixões e as arestas de ambas as partes ao tecer com clareza um verdadeiro painel não tendencioso das relações entre Brasil e Portugal naquele momento – é muito significativo porque conseguiu expressar a necessidade de valorizar a contribuição

²¹¹ Cf. Fernanda Suely Muller, *Op. Cit.*, 2007.

²¹² Ressalte-se que o importante professor, escritor, historiador e crítico literário Fidelino de Sousa Figueiredo (1889-1967), apesar de não ter se declarado nessa obra expressamente a favor de uma (re)colonização centrada numa política de reforço e imposição de hegemonia cultural, o fez sutilmente em outros ensaios, sobretudo naqueles publicados na *Revista de História*, bem como assevera Serpa (2000, p. 92-93), por exemplo: “Fidelino Figueiredo, na revista de *História* reafirmou o pendor científico dos ciclos das navegações e dos descobrimentos geográficos feito pelos portugueses. Propôs que a literatura originária dos ciclos da navegações fosse reconhecida pelos portugueses e brasileiros, porque tais investigações referiam-se à fontes de onde saiu, indelevelmente, selada a sociedade brasileira e também os escritos de eruditos e especialistas que levaram a cabo as investigações históricas referentes aos ciclos das navegações. [...] Fidelino de Figueiredo também reconheceu que a literatura brasileira em Portugal não cresceu ou não se popularizou visto falar de uma natureza e de um teor de vida que chocava pelo exotismo, enquanto os leitores comuns procuravam prazer fácil de identidade e não caminhavam ao arrepio da sensibilidade.”

lusitana para a formação da nação brasileira, sem, contudo, menosprezá-la e, por isso, respeitando a condição autônoma da ex-colônia:

Se os brasileiros tem o direito de não se deter nessa empresa ingente de construir a sua pátria e de querer fazer corresponder à autonomia política, geográfica e econômica a autonomia espiritual, se os seus esforços são triunfos constantes, porque podem hoje ostentar uma cultura brasileira, com distintas peculiaridades, tem também o dever de se moderar na proclamação desse direito augusto e na exaltação das suas conquistas, naquele ponto em que tais sentimentos tomem o caráter duma lusofobia militante e injusta.

Outrossim, os portugueses, se tem o direito de advogar o prestígio da velha metrópole, de promover a fruição de todas as vantagens legítimas da língua comum, alargando em Santa Cruz o conhecimento da cultura nacional e dos seus valores, tem que saber que lhes corre o dever de atenuar a uma medida razoável e equilibrada a proclamação da parte gloriosa, que lhes cabe no erguer da pátria brasileira e que ninguém disputa, e de reconhecer o muito que o povo irmão fez num século de independência. Os portugueses tem o dever limiar de não ferir a sensibilidade brasileira, muito vibrátil e suspicaz, como de povo moço, com um acintoso desconhecimento de autonomia moral dum povo, que já não é a “outra banda de Portugal”. Tem o dever de não arrastar o nome de sua pátria em fantasias diplomáticas de aproximações maiores do que as feitas pela história, de alianças e confederações, em que não há a devida reciprocidade de serviços e de interesses, e em que só se traduz a filáucia, ingênua ou serôdia, de quererem mudar a face do mundo povos a quem o governo do mundo não está confiado...²¹³

De fato, nesse opúsculo, Figueiredo destacou todas as iniciativas para esse “estreitamento” de laços tão almejado (especialmente pelos portugueses) desde a assinatura do “Tratado luso-brasileiro” (1825), enfatizando, sobretudo, as celeumas originadas após a proclamação da República (1889) e a Revolta da Armada (1893), que culminaram no rompimento das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal.

Com a proclamação da República brasileira, o então Imperador D. Pedro II e sua família são conduzidos ao exílio, acirrando ainda mais os ânimos já sobressaltados de

²¹³ Fidelino de Figueiredo, *Op. Cit.*, 1925, p. 1-2.

brasileiros e portugueses, principalmente na cidade do Rio de Janeiro. Mais do que nunca, naquele momento, ser “português” significava ser “monarquista”, representando, portanto, um risco ao país e uma ameaça pungente ao sucesso do novo regime.

De certo modo, o episódio da Revolta da Armada concentrou e refletiu a tensão entre brasileiros e portugueses do período, bem como aquela já existente entre os simpatizantes da monarquia e da república, particularmente acentuadas desde a instauração do recente governo²¹⁴. Como vimos, os episódios da Armada, interpretado pelos brasileiros como uma grave “ofensa” ao regime e hierarquia locais, mas entendido pelos portugueses como um ato de humanidade e generosidade para com os revoltosos²¹⁵, não passara na verdade de um lamentável mal-entendido que, apesar de ter resultado na ruptura oficial entre os países, foi rapidamente contornado resultando na “restauração” de tais laços (pelo menos no âmbito diplomático) em 1895.

Com efeito, tais eventos históricos, marcados ideologicamente pelo embate maior entre os próprios militares, traduzido pela rivalidade e pela disputa pelo poder (o Exército “representava” a República tal qual a Marinha, a Monarquia) deram o tom das relações entre

²¹⁴ Segundo Heinsfeld (2007, p. 9), outro elemento emblemático e condicionante para a eclosão da Revolta da Armada foi a crescente aproximação do país com os Estados Unidos – inserindo assim, cada vez mais, na política Pan-americanista planejada desde os tempos do Presidente Monroe, conforme já comentamos em outro capítulo. Ainda para o pesquisador, “A Revolta da Armada, que objetivava derrubar o governo de Floriano Peixoto, contribuiu para consolidar a República. Do ponto de vista da política externa, a República recém instituída havia optado por uma postura americanista. Ao sufocar a revolta e romper as relações diplomáticas com Portugal, Floriano Peixoto passou a imagem de um governo forte, que mantinha o Estado sob controle. Ao mesmo tempo, ao romper relações diplomáticas com Portugal, não estava rompendo apenas com mais um país: significava o rompimento com a tradição e demonstrava a afinidade com o novo. As manifestações anti-lusitanas levadas a efeito pelos jacobinos, forneciam elementos a Floriano Peixoto para a tomada de decisões. Portugal lembrava a Monarquia; por outro lado, a República se identificava com os EUA. Assim, a ruptura das relações diplomáticas com Portugal em 1894 tem que ser entendida no contexto da “americanização” da nova forma de governo adotada no país.” Cf. A. Heinsfeld, A ruptura diplomática Brasil-Portugal: um aspecto do americanismo do início da República brasileira, In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*, São Leopoldo, Unisinos, 2007. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Adelar%20Heinsfeld.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2011.

²¹⁵ Augusto de Castilho, um dos fundadores/diretores da revista *Brasil-Portugal*, então comandante das corvetas Mindelo e Afonso de Albuquerque e um dos protagonistas desse incidente diplomático, foi submetido a um conselho de guerra em janeiro de 1895 assim que regressou a Lisboa (juntamente com seu companheiro Aníbal Oliver), mas foi prontamente absolvido com honras de herói. Cf., por exemplo, Eduardo de Noronha, *Augusto de Castilho: o oficial de marinha, o administrador colonial, o diplomata, o filantropo, o político*, Lisboa, Cosmos, [1935].

ambas as nações até a virada do século (1900) quando as comemorações em torno do quarto centenário do Descobrimento do Brasil visavam também a apaziguar os ânimos e (re)instaurar o clima de cordialidade apropriado para uma atmosfera festiva.

Do ponto de vista político, nessas primeiras décadas do século XX, os anos de 1900 (4º. Centenário do Descobrimento do Brasil), 1908 (Exposição do Rio de Janeiro) e 1922 (1º. Centenário da Independência) foram os anos mais significativos para as “relações luso-brasileiras”, principalmente porque, evocando acontecimentos e marcos históricos, eventos puderam ser planejados e serviam então como “pretexto” para as comemorações fraternais e como uma espécie de *re*-configuração de vínculos até então bastante fragilizados, como já vimos. No entanto, outros acontecimentos inesperados, como a 1ª. Guerra Mundial e projetos como o “Acordo luso-brasileiro” e a “Confederação luso-brasileira” (também chamada de “Grande Lusitânia” por seus idealizadores), igualmente suscitaram muitos debates calorosos entre a intelectualidade de ambos os países e por isso também merecem ser elencados como elementos importantes para a construção da história luso-brasileira desse período.

Nesse sentido, analisaremos a seguir os pormenores desses eventos repercutidos e fomentados pelos veículos que integram o nosso *corpus* procurando apontar caminhos para entendermos, sobretudo, qual era o verdadeiro papel de tais revistas nesse processo constante de “aproximação” e de “propaganda” de Portugal.

3.2 – Revelando as práticas: aparelhos, instrumentos e estratégias

O século passado inaugura-se com os planos de festas comemorativas aos quatrocentos anos de Descobrimento do Brasil engendrado pelos governos de Brasil e Portugal e amplamente divulgado pela imprensa de além e aquém-mar. Como sói acontecer nas datas festivas do gênero, não faltaram organizações de comissões executivas nacionais, campanhas de esclarecimento patriótico, cortejos fluviais e marítimos, organização de eventos cívicos, inauguração de monumentos, montagens de exposições, além da confecção de selos, medalhas, moedas, bandeiras e hinos para celebrar o acontecimento aqui e em Portugal.²¹⁶

Se para o Brasil tal festa significava a ratificação de sua Independência, bem como a “glorificação” de seu novo regime republicano, para Portugal a comemoração do Descobrimento significava também a reafirmação de seus valores como nação colonialista e reforçava o intento de seguir adiante com o “Império” nas terras africanas, malgrado os fracassos após o *Ultimatum*.

Como resultado das comemorações planejadas pelo governo brasileiro, destacam-se a publicação oficial do *Livro do Centenário*, lançado pela Imprensa Nacional entre 1900 e 1910, e das importantes obras *Porque me ufano de meu país?*²¹⁷, de Afonso Celso, e *Contos Pátrios*²¹⁸, de Olavo Bilac e Coelho Neto. Analisadas em conjunto, essas obras dadas à público nesse contexto festivo visavam reforçar o ideário “romântico” do brasileiro, isto é, difundiam aquelas características que adjetivavam o nativo como bom, caridoso, carinhoso, cordial e acentuavam ainda o “exotismo” da natureza do país.

²¹⁶ Ainda nesse sentido conferir, por exemplo, Lucia Lippi Oliveira, Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do Descobrimento, *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, pp. 183-202, 2000.

²¹⁷ Afonso Celso, *Porque me ufano de meu país?*, Rio de Janeiro, Laemert & C. Livreiros - Editores, 1908. A primeira edição é de 1900.

²¹⁸ Olavo Bilac e Coelho Neto, *Contos Pátrios* (para as crianças), Rio de Janeiro, Livraria. Francisco Alves, 27ª edição, 1931. A primeira edição é de 1904.

Não obstante a efusiva comemoração e freqüente discussão acerca da importância do Descobrimento do Brasil também para a ex-metrópole presentes na revista *O Ocidente* (1878-1914)²¹⁹ durante todo o ano de 1900, foi na *Brasil-Portugal* que tal marco histórico repercutiu de forma mais retumbante.

Além das já esperadas séries de reportagens laudatórias ao país, o periódico também lançou em forma de folhetim o romance *A Terra de Santa Cruz*, “escrito expressamente para o *Brasil-Portugal*”²²⁰ pelo ilustre Henrique Lopes de Mendonça²²¹ e ainda divulgou

²¹⁹ O periódico *O Ocidente: Revista Ilustrada de Portugal e do Estrangeiro* foi publicado entre 1878 e 1914. Sediado em Lisboa, era publicado três vezes por mês e atingiu a inacreditável marca de 1296 de edições durante seus 37 anos de vida. Tal vigor editorial, muito incomum para a imprensa periódica do período, ratifica o sucesso desse periódico planejado principalmente por Caetano Alberto da Silva, gravador e principal capitalista da empresa, e por Manuel de Macedo, desenhista ilustrador, os seus grandes fomentadores. Foi também uma revista que apresentava um conteúdo muito diversificado em relação aos conteúdos e publicava matérias que atendiam tanto o público masculino, quanto o feminino. A revista *O Ocidente* existiu num período de mudanças constantes para a “indústria editorial” e suas páginas refletiram e acompanharam de maneira exemplar a sociedade moderna. Com efeito, o emergente tempo moderno repercutia nas páginas da *O Ocidente*, principalmente através da feliz combinação articulada pela imagem e da palavra. A revista não deixava de privilegiar também, no final das oito páginas de cada edição, um espaço para a publicação da filigrana dos dias – as novidades editoriais, os espetáculos, a necrologia, a meteorologia e outras miudezas. No que tange ao âmbito mais lato das ideias, e seguindo o mesmo critério da dimensão e continuidade dos textos – tal como observamos em outras revistas *ilustradas* da época – destacaram-se as reflexões que D. Francisco de Noronha desenvolveu, a partir de 1900, sobre temas como a origem do socialismo, a escravatura, a miséria, a propriedade, o trabalho, a família e o mundo infantil, publicadas sob o título *Questões Sociais*. Não há informação quanto à sua tiragem, mas há indícios que não seria superior a 1000 exemplares; com efeito, a sua longa vida dependeu, em grande medida, da vontade e do esforço dos homens que se envolveram neste projeto editorial. Em relação aos preços de lançamento, a revista conheceu apenas uma atualização, em 1881, o que era mais um sinal do grau de envolvimento pessoal dos elementos da equipe dirigente e, possivelmente, até de alguns colaboradores. De qualquer forma, é notório que a empresa *O Ocidente* tivesse procurado outras fontes de rendimento, como a edição de suplementos temáticos, sobretudo gravuras, a partir de 1880, e do *Almanach Ilustrado do Ocidente*, a partir de 1887 e, posteriormente, a venda de espaço publicitário, que ocorreria apenas em 1902.

²²⁰ Cf., por exemplo, Henrique Lopes de Mendonça, *A terra de Santa Cruz (Romance Original escrito expressamente para o Brasil-Portugal)*, *Revista Brasil-Portugal*, nº.10, Ano 1, 16 jun. 1899, p.1.

²²¹ Henrique Lopes de Mendonça, conhecido por ter sido o autor da letra do Hino Nacional Português e também por ter sido um dos diretores da revista *Serões* (1901-1911) nasceu em 1856 e conciliou em sua vida profissional as atividades de militar, historiador, arqueólogo naval, professor, conferencista, dramaturgo, cronista e romancista português. Ingressou na Armada Portuguesa como Aspirante da Marinha em 1871 tendo chegado, inclusive, ao posto de Capitão de Mar-e-Guerra. Lecionou na escola Prática de Artilharia Naval, então instalada a bordo da Fragata D. Fernando II e Glória. Na qualidade de escritor e dramaturgo, Lopes de Mendonça iniciou a sua carreira em 1884 com a peça *A Noiva*. A sua obra seguinte, a peça *A Morta*, teve seu reconhecimento merecido com o prêmio D. Luís I da Academia de Ciências de Lisboa. Em Agosto de 1889 escreveu uma obra no qual descreveu de forma pormenorizada os feitos da Armada Portuguesa nos séculos XV e XVI, à qual nomeou como *Estudos sobre Navios Portugueses dos séculos XV e XVI*. Por ocasião do Ultimato Inglês de 1890, escreveu para a música de Alfredo Keil, a marcha *A Portuguesa* que, em 1910, o Governo da República adotou como Hino Nacional. Entre 1897 e 1901 foi Bibliotecário da Escola Naval, e professor da cadeira de História da Escola de Belas-Artes de Lisboa. Em 1900 é aceito na Academia das Ciências de Lisboa como membro efetivo, da qual veio a ser nomeado posteriormente presidente em 1915. Em 1925 passa a integrar o grupo de fundadores da Sociedade Portuguesa de Autores. Lopes de Mendonça também fez parte da Academia Brasileira de Letras a partir de 1923, tornou-se sócio do Instituto de Coimbra, membro Honorário do Clube de Londres, vogal do Conselho de Arte Dramática e membro das Comissões Oficiais dos Centenários de Colombo e de Vasco da

amplamente a viagem de Lorjó Tavares (um dos diretores da revista) pelo país com a finalidade de promover a revista e enfatizar a demonstração de interesse dos editores no Brasil.

Conforme pudemos perceber, foi visando esse marco simbólico das relações entre as nações que a *Brasil-Portugal* surgiu, para estreitar os laços entre os países, sobretudo no âmbito econômico, como já vimos antes. Com efeito, é muito interessante destacar, nesse contexto, que a *Brasil-Portugal* foi mesmo um dos únicos periódicos a declarar abertamente essa intenção de fomentar a economia lusitana através da imprensa, embora praticamente todas as outras revistas que compõem o nosso *corpus* também tivessem feito o mesmo, porém de forma mais velada.

No entanto, o acontecimento que, de fato, seria o mais marcante para a história de Brasil e Portugal nessa década ocorreria apenas alguns anos depois, por ocasião da comemoração do 1º. Centenário da Abertura dos Portos Brasileiros, em 1908.

Pensada para ser um marco na comemoração do centenário da Abertura dos Portos às Nações Amigas, a Exposição Nacional de 1908 foi inaugurada em 11 de agosto do mesmo ano. Seguindo o esteio de outras exposições famosas (como a ocorrida em Paris em 1900), o evento conseguiu se consagrar como um dos maiores acontecimentos da época e serviu não só de “vitrine” para o Brasil moderno e republicano, mas também para reavivar os laços com a antiga metrópole.

A Exposição Nacional, instalada entre os morros da Babilônia e da Urca, foi dividida em quatro seções: Agricultura, Indústria Pastoral, Indústrias e Artes Liberais. Em cada uma delas havia a apresentação de produtos que, mesmo que não estivessem necessariamente à

Gama. Deixou quase uma centena de obras literárias de vários gêneros, peças de teatro, poesias, romances e estudos históricos, dentre as quais podemos citar: *O Padre Fernando Oliveira e A Sua Obra Náutica*, *Memórias Acadêmicas*, *Estudos Sobre Navios Portugueses Nos Séculos XV E XVI*, *Os Órfãos De Calecut*, *Terra De Santa Cruz*, *Cenas Da Vida Heróica*, *A Noiva* (1884), *O Duque de Viseu* (1886), *A Morta* (1890), *Afonso De Albuquerque* (1898), *Amor Louco* (1899), *O Salto Mortal*, *Nó Cego* (1905), *O Azebre* (1909), *Auto das Tágides* (1911), *A Herança e a Saudade e o Crime de Arronches* (1924). Henrique Lopes de Mendonça faleceu em 1931.

venda, poderiam gerar futuros dividendos ao país, já que se constituíam como potenciais mercadorias em negociações futuras. Assim, na seção de Agricultura, eram expostos artigos como milho, ouriço de castanha, feijão e pimenta, por exemplo, enquanto no setor da Indústria Pastoril, entre as mercancias, havia cavalos, pôneis, búfalos e tartarugas. Já na seção de Indústrias, os produtos freqüentes eram os doces, cachaças, panelas indígenas, roupas, jóias, ferramentas, peles, vassouras, injeções e ampolas de cocaína e, na área reservada à indústria extrativa, havia ainda uma exposição da coleção do herbário do Museu Emílio Goeldi, do Pará, com plantas amazônicas, peles, bolas de borracha, frutas, plantas medicinais e penas de aves, por exemplo. Finalmente, na Seção de Artes Liberais, expunham-se livros didáticos, pinturas, instrumentos musicais, projetos de saúde pública e de melhorias de cidades.

Paralelamente, na “Avenida dos Estados” – a principal via de circulação da exposição – observava-se todo o esplendor dos pavilhões representando os principais estados brasileiros da época (Bahia, Minas Gerais, São Paulo e Distrito Federal) que também expunham produtos naturais típicos de cada estado, assim como artigos manufaturados produzidos nesses locais. No entanto, apesar de privilegiar os produtos internos, a Exposição não foi, contudo, exclusivamente nacional. Como parte das comemorações à Abertura dos Portos em 1808, estava prevista a participação de Portugal (único país convidado), com seu próprio pavilhão, para expor os produtos de além-mar. Para tal acontecimento, verdadeiro marco histórico das relações luso-brasileiras do período, também tinha sido planejada a visita do rei D. Carlos I. Apesar de malgrado o plano da visita real, em decorrência do regicídio ocorrido antes da Exposição, tal evento teve uma importância singular para o reforço da amizade entre Brasil e Portugal, como já tivemos oportunidade de ver no capítulo sobre a *Brasil-Portugal*, quando discorreremos sobre o assunto.

Como afirma Santos (1999, pp.4-5), ao investigar os “múltiplos significados e intenções” da Exposição:

Estes eventos comemoram assim, o passado e o presente a um tempo. Predispondo-se a procurar nas nossas “entranhas” o que se realizou de superior, pretendem estabelecer a ponte com uma realidade que exige soluções susceptíveis de resolução dos problemas viventes com o intuito de se antever um futuro promissor. Destinam-se a produzir estratégias e práticas extremamente significativas, tendo em vista a imposição de autoridade, a legitimação ou justificação de qualquer atitude ou escolha, a revigoração de uma instituição, de um sistema político, exorcizar a desordem, o caos econômico e social e a perda de uma certa identidade aglutinadora, manter a confiança no presente e no futuro, incutir ânimo para enfrentar as dificuldades e desvanecer determinadas inquietações e angústias. Acima de tudo, visam suscitar um grande dinamismo e coesão social em torno da Pátria e dos organizadores dos eventos, que procuram ampliar o seu prestígio através do clima de euforia, exaltação e afetividade que estes momentos sublimes sempre proporcionam, almejando ser a síntese das aspirações de um povo, a imagem legítima dos seus anseios.²²²

De forma análoga àquela demonstrada pela *Brasil-Portugal*, a revista *O Ocidente* também repercutiu intensamente o importante evento em suas páginas. No total, sobre a Exposição Nacional do Rio de Janeiro, foram publicados cerca de onze artigos, dispersos entre as edições n.º 1054 (10/04/1908, p.74), 1057 (10/05/1908, p.99), 1060 (10/06/1908, p.123-126), 1061 (20/06/1908, p.131-133), 1063 (10/07/1908, p.146-149), 1064 (20/07/1908, p.154-155), 1066 (10/08/1908, p.174), 1069 (10/10/1908, p.193-198), 1070 (20/09/1908, p.206), 1071 (30/09/1908, p.211) e 1072 (10/10/1908, p.221-222). Ao adotar um “tom” mais publicitário do que o empregado na *Brasil-Portugal* para discorrer sobre o mesmo assunto, o que observamos em quase todos os artigos citados da *Ocidente* foi o prevalectimento da simples propaganda das diversas “indústrias” que representariam Portugal na Exposição,

²²² Regina Maria Seixas dos Santos, *Portugal na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908 (significados e intenções)*, Porto, UP – Letras, 1999, Dissertação de Mestrado em História.

como a joalheria Leitão & Irmão (edição 1070), a Fábrica de Vidros dos Lobatos (1071) ou a Fábrica de Móveis de Reis e Fonseca (1066), por exemplo.

Assim sendo, vejamos as considerações de João Prudêncio sobre a repercussão que a Exposição do Rio de Janeiro teve para a indústria nacional na sua “Crônica Ocidental”, publicada na edição 1054:

Portugal prepara-se com afã para concorrer à Exposição do Brasil, e oxalá faça luzir nesse certame, com brilho intenso, o nome pátrio.

Alexandre Herculano, o grande Herculano, aludindo ao valor médio dos ingressos monetários, que nos trazia o refluxo da emigração portuguesa na América, e também às permutas comerciais com terras de Santa Cruz, dizia:

– “A nossa melhor colônia é o Brasil, depois que deixou de ser colônia nossa”.

Assim foi por largos anos, e assim deverá ser ainda hoje – no que respeitasse ao bom aproveitamento dos elementos portugueses esparsos às dezenas e centenas de milhares, por aquele vastíssimo país, – se entre nós houvesse uma salutar iniciativa do Estado, caminhando paralelamente com uma iniciativa particular. Mas parece-me estar demonstrando que nem aquela entre nós existe, e se existiu, de todo o eclipsou: nem esta sequer. É que nem o estado português se lembra de que o Brasil é um dos melhores mercados que ainda hoje se conhece para os nossos produtos, nem tão pouco o industrial, o agricultor e o comerciante. [...]

Quando a indústria de qualquer país lança nos mercados brasileiros um artigo que passa a ter geral procura, imediatamente o caixeiro viajante dessa indústria rival, ou o agente permanente de qualquer fabrica, ou a câmara de comércio alemã ou francesa, envia aos interessados uma amostra desse artigo, para ver se é possível fazê-lo da mesma qualidade, ou com igual aparência, sempre mais barato. E é assim, com estes e outros processos de feroz concorrência e de constante imitação e contra facção, que a indústria alemã, de qualquer gênero, tem pouco a pouco avassalado os mercados do Brasil, desalojando e exterminando da praça grande quantidade de artigos, não só portugueses (...).²²³

Como podemos notar, seja através do artigo citado ou pela intensa “propaganda” dos produtos nacionais veiculados nas páginas da revista, os editores do *Ocidente* também

²²³ João Prudêncio, “Crônica Ocidental”, *O Ocidente*, no. 1054, 10 abr. 1908, p. 74.

acreditavam que a Exposição Nacional do Rio de Janeiro seria uma ótima oportunidade para fortalecer o comércio entre as nações e, conseqüentemente, favorecer o desenvolvimento do país. Ainda de acordo com Santos (1999, p. 56):

A Exposição como movimento simbólico, pretendia através de toda a encenação, isto é, de todas as representações, dar uma nova imagem de Portugal, fomentar ilusões de grandeza, criar determinados comportamentos ou atitudes no destinatário que incitasse à ação. E seriam os sentimentos de veneração aí criados, pela recordação do nosso passado (para isso importava somente salientar os aspectos positivos das nossas descobertas e colonização do Brasil, esquecendo-se propositadamente os negativos) e pela visualização do nosso presente que nos poderiam abrir portas para um futuro diferente e mais promissor.

Nesse sentido, a hipotética visita de D. Carlos como representante supremo de Portugal no evento poderia, do mesmo modo, através dos “laços sentimentais e históricos”, tornar mais sólida a presença comercial portuguesa em território nacional e assim dirimir, possivelmente, essa *nociva* concorrência estrangeira apontada pelos jornalistas de ambas as revistas. Apresentando-se como uma espécie de “catalisador” de esperança para o país, a “Exposição significava a lembrança, o presente e o futuro de Portugal” (Santos, 1999, p. 58) e constituiu-se, conforme vimos, como um verdadeiro observatório privilegiado para analisarmos as relações Portugal-Brasil no período.

Tal solenidade, bem como a comemoração da “ligação espiritual” fomentada por ela, também impulsionaram a concretização de um “Acordo luso-brasileiro” cerca de um ano depois (1909), avalizado pela Sociedade de Geografia de Lisboa e por Consiglieri Pedroso, então presidente da instituição e um dos maiores entusiastas do projeto, como já afirmamos no capítulo anterior.

Amplamente divulgada pelas já citadas *Brasil-Portugal* e *O Ocidente*, a elaboração do projeto causou muita euforia em seu país de origem, mas, “estranhamente” quase nenhuma repercussão no Brasil, já que seria a outra parte “interessada”, como podemos entender pelo “título” do acordo.

Como vimos anteriormente, enquanto os artigos publicados pela *Brasil-Portugal* abordam a “gestação” e toda a argumentação de Pedroso para justificar a relevância de seu projeto, o artigo, a ser cotejado em seguida, da revista *O Ocidente*, publicado alguns meses depois (20/08/1910), trata já da “execução” das medidas anteriormente elencadas na proposta original do “Acordo luso-brasileiro”. Este texto aborda a viagem de três delegados portugueses – conselheiro Ernesto de Vasconcelos, Coronel Abel Botelho e Lobo d’Avila Lima – que, designados pela Sociedade de Geografia de Lisboa, participariam do Congresso de Geografia Brasileiro, realizado em São Paulo. Visto pelos editores da *O Ocidente* como uma oportunidade única de os portugueses colocarem em prática as ideias de Pedroso, assim foi noticiado o evento pelo periódico:

Depois da corrente tão bem lançada pelo professor sr. Consiglieri Pedroso, atual presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, nas suas conferências sobre a aproximação, cada vez mais íntima de Portugal e Brasil, numa reciprocidade de interesses naturalmente indicados pelas assimilações dos dois povos irmãos, vem agora uma missão portuguesa delegada ao Congresso de Geografia Brasileiro que se reúne na cidade de São Paulo, capital daquele Estado, a qual emissão tem por fim tornar conhecido do povo brasileiro, este velho país da Europa que entra numa fase de ressurgimento progressivo, que não pára, nas manifestações de uma grande força intelectual de que já se não pode duvidar.

Três são os delegados que compõem essa missão, que no dia 22 do corrente partem para as terras de Santa Cruz, não como os antigos navegadores portugueses em busca do desconhecido, mas, seguindo o caminho por aqueles traçado sobre os mares há quatro séculos, quando pela vez primeira ali aportaram. Já não vão fincar no solo a cruz nem arvorar a bandeira das quinas entre os palmares, mas visitar o opulento país que é o nosso orgulho, numa civilização já adiantada, disputando primazias à velha

Europa, com a qual tanto troca a riqueza dos seus produtos naturais como o avanço de ideias de um povo inteligente e ilustrado.

Os delegados são os srs. conselheiro Ernesto de Vasconcelos, coronel Abel Botelho e dr. Lobo d' Ávila Lima. O sr. conselheiro Ernesto de Vasconcelos, é uma das mais distintas figuras da marinha portuguesa, professor, antigo deputado e secretário perpétuo da Sociedade de Geografia de Lisboa, muito versado nas questões coloniais, conhecedor das colônias, sobre que tem feito várias conferências públicas, ilustradas com projeções luminosas que melhor fazem conhecer o país africano. É sobre a expansão colonial portuguesa que versarão as suas conferências, conforme declarou à imprensa.²²⁴

No trecho transcrito logo acima, além da constante reafirmação de que o “acordo” era um desejo mútuo, imprescindível aos dois países e que precisaria ser realizado a qualquer custo, avultam outras questões emblemáticas, tal como a “propaganda” escamoteada do “Império Português” (que também incluiria o Brasil, caso alguns dos planos lusitanos tivessem tido êxito) pelos representantes da Sociedade de Geografia de Lisboa em São Paulo. Interessante observar que, a julgar somente pelo conteúdo das matérias publicadas em tais revistas, poderíamos inferir que a comunidade luso-brasileira do período vivia em plena harmonia quando, na verdade, como já aludimos, alguns estudos sugerem justamente o contrário, e que o sentimento antilusitano no Brasil, não obstante essas “manobras” de aproximação e acordos, era muito forte e violento, principalmente no Rio de Janeiro.

Todavia, apesar da intensa participação lusitana nesse Congresso realizado em solo paulistano, percebemos que a “visita diplomática” não rendera os frutos esperados pelos portugueses, talvez devido a não reciprocidade de interesses dos brasileiros em realizar tal acordo ou, ainda, pela morte prematura de Consiglieri Pedroso que, sendo seu principal idealizador, faleceu no mês seguinte à realização do evento (03 de setembro de 1910).

²²⁴ “Congresso de Geografia Brasileira em S. Paulo: os delegados portugueses”, *O Ocidente*, no. 1139, 20 ago. 1910, p. 186.

A proposta pioneira de Pedroso sobre a viabilidade de um “acordo luso-brasileiro” gerou pelo menos mais duas conferências, proferidas pelo brasileiro Escragnole Doria²²⁵ e pelo português Antonio de Ferreira Serpa²²⁶ – ambas na mesma Sociedade de Geografia de Lisboa – além da apaixonada defesa expressa no volume publicado pelo também português José Barbosa também em 1909²²⁷.

Por ordem cronológica, a primeira conferência a discutir a proposta de Pedroso foi a de Escragnole Doria²²⁸, membro do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro (IHGB). Proferida em 23 de novembro de 1909 e, portanto, apenas 13 dias depois da proposta “original” de Pedroso, Escragnole Doria, acolhe com muita benevolência a “conveniência” para o Brasil do projeto do então diretor da Sociedade de Geografia de Lisboa (SGL), muito provavelmente influenciado pelo “entusiasmo com que a colônia brasileira de Lisboa acolheu a ideia”²²⁹.

²²⁵ Escragnole Doria, *Da conveniência de um acordo luso-brasileiro* (Conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa em 23 de novembro de 1909), Lisboa, Sociedade de Geografia de Lisboa, 1910.

²²⁶ Antônio Ferreira de Serpa, *O acordo luso-brasileiro* (Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 06 de junho de 1910), Lisboa, Tipografia Universal, 1910.

²²⁷ José Barbosa, *As relações luso-brasileiras: a imigração e a desnacionalização do Brasil*, Lisboa, Edição de José Barbosa, 1909.

²²⁸ Luís Gastão d'Escragnole Dória (1869-1948), natural do Rio de Janeiro, pertencia a uma família ilustre e abastada de parlamentares, militares e escritores (seu tio era o famoso Visconde de Taunay) e desempenhou as atividades de professor, arquivista, compositor, libretista, publicista e escritor. Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, concluiu o curso no ano de 1890, mas não enveredou pela advocacia, empregando-se como editor do diário dos debates do Senado Federal. A partir de 1906 foi professor de história universal e de história do Brasil no Colégio Pedro II da cidade do Rio de Janeiro. Entre 1910 e 1912 viajou pela Europa como bolsista do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores do Brasil, com a finalidade de recolher documentação histórica relativa ao Brasil. De 1917 a 1922 foi diretor do Arquivo Nacional do Brasil e editor do respectivo periódico. Escragnole Dória pertenceu a várias instituições culturais como o Instituto dos Bacharéis e Letras, Instituto Geográfico de São Paulo, sócio correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Academia Amazonense de Letras, tendo sido admitido como sócio honorário do IHGB em 1912 por indicação de Max Fleiuss. Deixou uma vasta obra publicada, incluindo dispersos por vários periódicos brasileiros e de outras nacionalidades, com destaque para o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Para mais informações sobre Escragnole Doria, consultar apêndice relativo ao “dicionário de autores” no final deste volume.

²²⁹ Escragnole Doria, *Op. Cit.*, 1910, p. 8.

Na conferência de Serpa²³⁰, proferida no ano posterior (06 de junho de 1910), o autor primeiramente critica o “apoderamento” da proposta de Pedroso por alguns partidos políticos no país e novamente levanta algumas questões frequentes e já exaustivamente debatidas pela imprensa coeva, como ao alertar sobre a necessidade da criação de uma linha regular de navegação para o país. Serpa assevera que, na ocasião da “assinatura” do acordo, seria de suma importância não conceder ao Brasil “benefícios pautais àqueles de seus produtos, similares das nossas colônias” (p. 4) e acrescenta que a grande contribuição a ex-colônia já havia sido dada pela pátria na figura de seus imigrantes, assim como a colaboração para a não “desnacionalização” da terra de Santa Cruz, reiterando ainda a célebre conferência de Silvio Romero:

À nação irmã, porém, algo importante lhe poderemos dar e damos já: os nossos emigrantes, que concorrem para a sua não desnacionalização, para lhe evitar o desmembramento territorial e que são um elo para a sua coesão, ameaçada com as numerosas colônias germânicas e italianas. São partidários deste modo de ver, isto é, de continuar o reforço do elemento português pela emigração, Rui Barbosa, Silvio Romero, Lauro Sodré, Oliveira Lima, o que equivale dizer as mais altas mentalidades brasileiras contemporâneas.²³¹

É muito importante sublinhar, nesse processo, a relevância da Sociedade de Geografia de Lisboa como palco de tal discussão privilegiada e como fomentadora entusiasmada dessa

²³⁰ Antonio Ferreira de Serpa (1865-1939) foi um genealogista e historiador açoriano que se destacou principalmente pela publicação de uma ampla obra sobre as famílias da ilha do Faial e sobre a historiografia das ilhas mais ocidentais do arquipélago dos Açores. Após ter concluído os seus estudos preliminares no Liceu da Horta, inscreveu-se no Curso Superior de Letras, em Lisboa, revelando-se um competente investigador de assuntos históricos e genealógicos. Publicou diversos trabalhos polêmicos, defendendo teses arrojadas e longe das opiniões geralmente aceites, como a discussão acirrada acerca da verdadeira nacionalidade de Cristóvão Colombo. Envolveu-se na fundação de diversas instituições, entre as quais a Sociedade de Propaganda de Portugal, a Liga de Defesa dos Interesses Públicos e a Academia Portuguesa de História. Desempenhou ainda a função de cônsul de algumas Repúblicas da América do Sul em Portugal, entre as quais a República do Equador, então nomeado como cônsul-geral em Lisboa de 1898 a 1902. Foi membro de várias academias literárias e científicas estrangeiras e, na qualidade de doutor em Filosofia e Letras, integrou o Instituto de Estudos Superiores de Palermo e a Universidade Hispano-Americana.

²³¹ Antônio Ferreira de Serpa, *Op. Cit.*, 1910, p.5.

aproximação luso-brasileira. Mas, qual foi o papel da Sociedade de Geografia de Lisboa nesse contexto?

Fundada em 31 de dezembro de 1875 por iniciativa de um conjunto de intelectuais portugueses, a Sociedade de Geografia de Lisboa tinha, como um de seus objetivos principais, fomentar o ensino e a exploração científica na área da Geografia que atendessem, sobretudo, aos interesses colonialistas do país. Criada no mesmo âmbito das outras sociedades de geografia européias que tinham aparecido durante a primeira metade do século XIX, a vertente lisboeta pretendia, do mesmo modo, desenvolver trabalhos de exploração geográfica e científica com ampla divulgação nos periódicos e livros da época. As informações obtidas após as expedições exploratórias – que visavam tanto despertar a atenção dos governos para ações mais contundentes, quanto alertar para a possibilidade de exploração econômica desses novos territórios –, via de regra, eram apresentadas de maneira sedutora, com mapas, imagens exóticas com reprodução da fauna e flora, e atraíam a atenção de um público cada vez maior. Como atesta ainda seu Estatuto Inaugural:

É criada uma sociedade que tem por objetivo o estudo, a discussão, o ensino, as investigações e as explorações científicas de geografia em seus diversos ramos, princípios, relações, descobertas, progressos e aplicações. A sociedade consagrar-se-á especialmente, na esfera da sua atividade científica, ao estudo e ao conhecimento dos fatos e documentos relativos à Nação Portuguesa. A sede da sociedade é em Lisboa e a sua denominação: SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA.²³²

Com efeito, a Sociedade de Geografia de Lisboa desejava dar um novo fôlego ao movimento expansionista português e recuperar para Portugal uma situação favorável na partilha da África. Apesar de não ter sido oficialmente aprovada pelo Governo, já que este criou, após um mês de vida da nova sociedade lisboeta, uma “Comissão Central Permanente

²³² Estatutos da Sociedade de Geografia de Lisboa, Lx 1876. Apud Ângela Guimarães, *Uma corrente do colonialismo português – A Sociedade de Geografia de Lisboa 1875-1895*, Lisboa, Livros Horizonte, 1984, p.11.

de Geografia” (com função análoga à pioneira mas muito melhor estruturada e aparelhada), a atuação da SGL foi muito importante e reconhecida também no exterior.

A partir do momento em que ganha mais notoriedade, o Governo decide então integrar a Sociedade de Geografia na Comissão Central Permanente de Geografia, acentuando, assim, o papel da instituição em relação às ações coloniais concentradas tanto na exploração do território colonial (mapeamento e estudos cartográficos e hidrográficos, por exemplo), – principalmente no continente africano –, quanto no estudo etnográfico e sociológico dos povos nativos dessas terras. Em dezembro de 1876, para difundir o grande número de estudos e informações coligidas, inicia-se a publicação do *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*, ainda circulante até os dias de hoje.

Constam como “fundadores” da Instituição, dentre os 74 nomes que requereram a subscrição ao rei D. Luis I em 1875, Luciano Cordeiro (1844-1900), Antônio Enes (1848-1901), Pinheiro Chagas (1842-1895), Sousa Martins (1843-1897), Sousa Viterbo (1845-1910), Cândido de Figueiredo (1846-1925), Teófilo Braga (1843-1924), Eduardo Coelho (1864-1889), Marquês de Sá da Bandeira (1795-1876) e o Visconde de S. Januário (que foi também eleito em 1876 como primeiro presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa).

Apesar de não ter condicionado sua atuação exclusivamente ao continente africano, logo nos primeiros anos de sua existência foi criada a importante Comissão Nacional Portuguesa de Exploração e Civilização da África, mais conhecida por Comissão de África. Nesse sentido, observamos que a postura da Sociedade de Geografia de Lisboa foi mesmo determinante, à medida que promoveu expedições geográficas e contribuiu significativamente para a definição de uma política colonial portuguesa no continente africano, de suma importância para o país, sobretudo nos anos que antecederam o episódio do *Ultimatum*.²³³ De

²³³ Cf., por exemplo, Helena Wakim Moreno, A Sociedade de Geografia de Lisboa na edificação do Terceiro Império Português: a fase expansionista, In: *Anais do II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico*, São Paulo, FAPESP, FFLCH-USP, GEOPO-USP, CAPES, 2009. p. 59-76. Disponível em: <http://enhpgee.files.wordpress.com/2009/10/helena-wakim-moreno.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2011; Fernando Reis,

acordo com Guimarães, ao comentar a importância da manutenção das colônias africanas no ultramar (1984, p.36):

Perdido o Brasil, não devia Portugal ter esquecido que a África poderia constituir “outro império mais poderoso ainda”, porém, deixou-se ultrapassar pelos exploradores estrangeiros que vieram revelar à Europa, antes ignorante das coisas de África, que esta podia e devia ser um mercado salvador na paralisação atual da indústria e comércio europeus.

Com efeito, neste interessante estudo já citado de Ângela Guimarães, a pesquisadora consegue demonstrar, de forma muito contundente, como a obsessão pela política colonialista na construção de um “terceiro império” se fez “ação” através do planejamento coadunado, na Sociedade de Geografia de Lisboa, pela intelectualidade lusitana da época. Do mesmo modo, também ressalta como a Instituição contribuiu para a difusão de uma ideologia universalmente colonialista no país que, para além da sua “possessão territorial” propriamente dita, também articulava estratégias para a manutenção hegemônica de territórios fundamentais como o Brasil, como pudemos constatar pelos projetos de Consiglieri Pedroso, – apenas para citar um dos inúmeros exemplos que poderíamos mencionar – , com a ampla anuência institucional.

Com a morte de Pedroso e após a proclamação da República Portuguesa em 1910, outro acontecimento marcante e amplamente repercutido pelas revistas integrantes de nosso *corpus* foi a deflagração da 1ª. Guerra Mundial. Especialmente discutido pela *Atlântida*, como já vimos, o conflito foi utilizado como pretexto para maior diálogo entre os povos irmãos e o fortalecimento da raça “ibérica/latina” também muito difundido pelo periódico.

Em Lisboa com olhos em África: A fundação da Sociedade de Geografia, In: *Instituto Camões: Ciência em Portugal – Personagens e Episódios*. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e50.html>. Acesso em: 26 jan. 2011.

Foi igualmente através das páginas da *Atlântida* que tomamos conhecimento de outra polêmica em torno da quimérica união entre Brasil e Portugal, tão gestada pela *intelligentsia* lusitana do período e aqui traduzida na configuração de uma “Grande e Nova *Lusitânia*” ou, simplesmente, “Confederação luso-brasileira” (1917).

Lançado cerca de um ano antes (1916), a elaboração e a divulgação de um “Inquérito comercial luso-brasileiro”, se configurou como um importante precedente a mais essa tentativa de “união” proposta por essa elite luso-brasileira. Organizado pela Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro e publicado em volume na cidade do Porto pela Imprensa Portuguesa em 1916²³⁴, o Inquérito foi construído a partir de um levantamento sistemático das relações comerciais bilaterais e visava fazer um mapeamento profundo dos dados referentes às trocas comerciais entre Brasil e Portugal, motivado, sobretudo, pela constatação da perda – por parte da ex-metrópole – de grande parte da “fatia” comercial brasileira frente à concorrência estrangeira acirrada.

Portugal, que até 1910 tinha sido o principal exportador de produtos para o Brasil, na segunda década do século XX, perde a sua “hegemonia” e tem muitos prejuízos financeiros decorrentes dessa nova situação. Assim, o “Inquérito” buscava também, ao estudar a fundo tal problemática, apontar possíveis soluções para a questão e promover o fortalecimento do comércio luso-brasileiro. Dentre as várias causas apontadas estavam, além da qualidade inferior dos produtos lusitanos aos similares oferecidos pelos concorrentes (alemães, ingleses e norte-americanos, sobretudo), a dificuldade que Portugal enfrentava ao ter que aprender a desenvolver um novo tipo de comércio com sua ex-colônia fora do “pacto colonial”, no qual o

²³⁴ Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, *Inquérito para a Expansão do Comércio Português no Brasil*, Porto, Imprensa Portuguesa, 1916.

mercado deveria ser conquistado e não imposto, como estavam acostumados.²³⁵ De acordo com Sousa (2004, p.93-94):

[...] Este discurso, sempre chamando a atenção para o perigo da perda do mercado brasileiro, não deixa de ser comum no meio jornalístico e publicista português durante todo o século XIX e início do século XX. Tentavam sempre demonstrar a importância do comércio com o Brasil, chamando a atenção para a sua antiga colônia como sendo o “eldorado” do passado e também do presente. E, sempre que possível, vinham à tona os discursos a favor da melhoria deste comércio e principalmente críticas à classe comerciante para melhorar os seus produtos que estavam perdendo no mercado brasileiro clientes para os seus concorrentes europeus. [...] Para destacar outro defensor da comunidade luso-brasileira, veremos o trabalho do Bettencourt Rodrigues que, prosseguindo com as ideias de Consiglieri Pedroso, seguia a defesa da criação de uma comunidade luso-brasileira baseada tanto nas ideias de irmandade como nos de trocas comerciais. Ou seja, apostava em recuperar e estreitar os laços econômicos e emocionais entre os dois países. Suas ideias eram defendidas em artigos para revistas, ensaios e também livros de sua autoria.

Conforme já aventado por Sousa na citação acima e como já discutido no capítulo concernente à *Atlântida*, assim como o “Acordo luso-brasileiro”, em Portugal a ideia dessa nova “reunião de países” em 1917, proposta por Bettencourt Rodrigues e batizada como “Confederação luso-brasileira”, teve uma repercussão muito positiva entre os intelectuais lusitanos mas, novamente, foi praticamente ignorada no Brasil.

As bases do projeto confederativo foram lançadas com a entrevista concedida pelo republicano Antônio Bettencourt Rodrigues ao republicano João de Barros, publicada no dia 15 de Junho de 1917 na revista *Atlântida*, como já sabemos. Inserida no dramático contexto do pós-guerra, a entrevista pretendia responder a uma pergunta (que, em parte, também recuperava o pensamento do monárquico Alberto de Oliveira sobre a questão): “Uma ideia a

²³⁵ Cf. Vivina Amorin Sousa, *Comércio entre Portugal e Brasil nos inícios do ano XX: O Inquérito Comercial de 1916 e as propostas de uma comunidade luso-brasileira*, Porto, UP - Faculdade de Letras, 2004, Dissertação de Mestrado em Letras, p. 25.

defender. A Confederação Luso-Brasileira. Será possível uma nova e grande Lusitânia?”. Reiterando outra entrevista, concedida em abril de 1917 ao jornal monárquico *O Dia*, de Lisboa, dirigido por José Augusto Moreira de Almeida, Bettencourt Rodrigues, defensor das Repúblicas Unidas de Portugal e Brasil numa *Confederação Luso-Brasileira*, após se interrogar sobre o futuro das pequenas nacionalidades depois da Primeira Guerra Mundial, especialmente no âmbito econômico e nas relações internacionais, afirmou:

A ideia de uma Confederação, essa sim, não poderá deixar de impor-se à atenção de brasileiros e portugueses, mormente nesta hora incerta em que se jogam os destinos das nações, ou, para melhor dizermos, das diferentes raças que procuram alicerçar em novas bases os seus respectivos agrupamentos. [...] recentes fatos ainda mais confirmam é a tendência para os grandes agrupamentos de povos, estados, e nacionalidades, sob uma só bandeira, e tendo como base, ou o território, ou a raça, ou interesses de ordem econômica.²³⁶

Apesar da ampla divulgação e propaganda promovida pela *Atlântida* – que chegou, inclusive, a elaborar um inquérito abrangente para questionar as ilustres mentalidades de além e aquém mar sobre o assunto – poucos foram os pareceres favoráveis pelo lado brasileiro e, constatada a inviabilidade e a “falta de engajamento” dessa parte interessada, o projeto não foi adiante.

Excluindo-se alguns incidentes menores envolvendo ambos os países nos anos de 1919 e 1920 (como o episódio da repatriação dos pescadores poveiros), apenas no ano 1922 ocorreriam novamente eventos verdadeiramente significativos para a história das relações luso-brasileiras (e que assinalam, também, o fim da baliza cronológica estabelecida para o desenvolvimento deste trabalho): a comemoração do Centenário da Independência e a Semana de Arte Moderna no Brasil.

²³⁶ Bettencourt Rodrigues, *Uma Confederação Luso-Brasileira: Fatos, opiniões e alvitres*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1923, p. 93-95.

Enquanto o primeiro se caracterizou como mais uma comemoração diplomática planejada por ambos os países para ratificar o bom relacionamento entre as partes, a Semana de Arte Moderna²³⁷, arquitetada, sobretudo, por intelectuais brasileiros congregados em São Paulo, pretendia igualmente ser um marco na história do país ao proclamar, em tom de protesto e de deboche, a desvinculação com e a independência cultural quanto (a) o passado e, nomeadamente, Portugal.

De modo geral, percebemos que todas as revistas que pesquisamos e, especialmente aquelas que puderam ser analisadas mais detalhadamente, compartilharam a ideia e a concepção imperialista engendrada pela intelectualidade portuguesa, configurando-se, inclusive, como verdadeiros instrumentos dessa *elite* nesse processo. Em outras palavras, constituíram parte de um processo *re*-colonizador através da imposição da hegemonia cultural lusitana que tinha, como objetivo primeiro, *re*-colocar Portugal no patamar das nações realmente importantes no contexto mundial (concretizando, desse modo, a profecia do Quinto Império) e *re*-erguer o país economicamente através da manutenção de seu mais importante mercado consumidor de nome Brasil. Assim, esquematicamente, temos:

²³⁷ Inserida no âmbito das festividades em comemoração ao 1º. Centenário da Independência do Brasil, a Semana de Arte Moderna configurou-se como a primeira manifestação coletiva pública na história cultural brasileira a favor de um espírito novo e moderno em oposição à cultura e à arte de teor conservador, predominantes no país desde o século XIX. Foi realizada no Teatro Municipal de São Paulo entre os dias 13 e 18 de fevereiro de 1922 em um festival que promoveu uma exposição com cerca de 100 obras e três sessões que mesclaram literatura e música. Dentre os pintores que expuseram suas obras, podemos citar Anita Malfatti, Vicente do Rego Monteiro, Di Cavalcanti, John Graz, Zina Aita, Ferrignac, Antônio Paim Vieira, Yan de Almeida Prado e Alberto Martins Ribeiro. No campo da escultura participaram personalidades como Víctor Brecheret, Hildegardo Velloso e Wilhelm Haarberg, enquanto a arquitetura foi representada por Antônio Garcia Moya e Georg Przyrembel. Dentre os “homens letrados” que integraram o projeto podemos citar Graça Aranha, Renato de Almeida, Guilherme de Almeida, Mário de Andrade, Tácito de Almeida, Menotti del Picchia, Oswald de Andrade, Ronald de Carvalho, além de Manuel Bandeira. Cf. Gilberto M. Teles, *Vanguarda européia e o Modernismo Brasileiro*, Rio de Janeiro, Vozes, 1982.

APARELHOS INSTITUCIONAIS	INSTRUMENTOS	ESTRATÉGIAS PRINCIPAIS	ARTÍFÍCIOS SECUNDÁRIOS
<ul style="list-style-type: none"> • Sociedade de Geografia de Lisboa 	<ul style="list-style-type: none"> • Revista <i>Atlântida</i> (1915-1920) 	<ul style="list-style-type: none"> – 1900 (4º. Centenário do Descobrimento do Brasil) 	<ul style="list-style-type: none"> – 1902 (Conferência “O Elemento Português no Brasil)
<ul style="list-style-type: none"> • Real Gabinete Português de Leitura 	<ul style="list-style-type: none"> • Revista <i>Brasil-Portugal</i> (1899-1914) • Revista <i>Nação Portuguesa</i> (1914-1938) • Revista <i>Ocidente</i> (1878-1915) 	<ul style="list-style-type: none"> 1908 (1º. Centenário da Abertura dos Portos/Exposição RJ) 	<ul style="list-style-type: none"> – 1910 (Proclamação da República Portuguesa)
<ul style="list-style-type: none"> • Academia de Ciências e Letras de Lisboa 	<ul style="list-style-type: none"> • Jornal <i>O Estado de S. Paulo</i> (SP) 	<ul style="list-style-type: none"> – 1909 (Acordo luso-brasileiro) 	<ul style="list-style-type: none"> – 1ª. Guerra Mundial
<ul style="list-style-type: none"> • Câmara Portuguesa de Comércio 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Jornal do Commercio</i> (RJ) • <i>Jornal Portugal Moderno</i> (1904-1913, RJ) 	<ul style="list-style-type: none"> – 1916 (Inquérito Comercial RJ) 	<ul style="list-style-type: none"> – Visitas diplomáticas em geral
<ul style="list-style-type: none"> • Sociedade de Propaganda de Portugal etc. 	<ul style="list-style-type: none"> • <i>Jornal Diário Português</i> (1909, RJ) • <i>Jornal O Paiz</i> (1884-1934, RJ) • <i>Jornal A Noite</i> (1911-1964, RJ) 	<ul style="list-style-type: none"> – 1917 (Confederação luso-brasileira) 	<ul style="list-style-type: none"> etc. (...)
<ul style="list-style-type: none"> (...) 	<ul style="list-style-type: none"> (...) 	<ul style="list-style-type: none"> 1922 (1º. Centenário da Independência do Brasil) (...) 	

Percebemos, portanto, que durante o período cronológico estabelecido para desenvolver nossa pesquisa (1899-1922) essa intelectualidade, ou *elite* lusitana, tanto aquém, quanto além mar, e mais ou menos articulada e congregada em torno de seus “aparelhos institucionais” (como a Sociedade de Geografia de Lisboa e Real Gabinete Português de Leitura do Rio de Janeiro, por exemplo), valeu-se da imprensa de modo geral (e sobretudo aquela financiada por eles próprios, como já tivemos oportunidade de ver) como “instrumentos” para difundir e colocar em prática os mais diversos “planos de aproximação” (estratégias principais) com a finalidade de atingir seus objetivos maiores a favor de Portugal. Nesse processo é interessante destacar que, não por acaso, a imprensa tinha sido eleita como principal “instrumento” dessa empreitada, pois, certamente, tal intelectualidade estava consciente sobre os significativos efeitos persuasivos que a reiterada propaganda de Portugal poderia causar nas mentes mais incautas, ou não teriam tentado “mascarar” a grande onda (e conflitos) antilusitanos no Rio de Janeiro, por exemplo, através de artigos que proclamavam a “fraternidade entre as nações irmãs”, ou, do mesmo modo, não teriam insistido na ideia de que os “acordos” articulados por eles, beneficiaria muito o nosso país, como já vimos anteriormente. É importante sublinhar ainda, nesse contexto, o papel que os “artifícios secundários” tiveram porque, mesmo sem terem sido planejados especificamente para “estreitar” os laços entre Brasil e Portugal, foram “aproveitados” pela elite e constituíram-se como argumentos fundamentais para a tal aproximação, como a célebre conferência proferida por Silvio Romero, por exemplo.

Com efeito, é também no limiar desse século XX que surgem estudos muito significativos no que tange ao *modus operandi* capitalista, traduzido nessa nova espécie de *imperialismo* (ou *neo-colonialismo*), com destaque para a modalidade de dominação “cultural” que foi, de certo modo, o que Portugal tentou aplicar no Brasil.

Para além dos estudos anteriores de Hobson (1902) e Lenin (1917)²³⁸, por exemplo, e da difícil definição do termo que pudesse abranger, de fato, todas as facetas dessa “evolução” do sistema político baseado no capital nesse período também conhecido como a “era dos impérios”²³⁹, aqui faremos nossas as palavras de Said (1995) ao utilizar o termo imperialismo para “designar a prática, a teoria e as atitudes de um centro dominante governando um território distante” (p. 40). Ainda de acordo com o autor, ao reiterar as ideias de Michael Doyle:

O império é uma relação, formal ou informal, em que o Estado controla a soberania política e efetiva de outra sociedade política. Ele pode ser alcançado pela força, pela colaboração política, por dependência econômica, social ou cultural. O imperialismo é simplesmente o processo ou a política de estabelecer ou manter um império. Em nossa época, o colonialismo direto se extinguiu em boa medida; o imperialismo (...) sobrevive onde sempre existiu, numa espécie de esfera cultural geral, bem como em determinadas práticas políticas, ideológicas, econômicas e sociais.²⁴⁰

Assim, ao privilegiar o imperialismo sob uma perspectiva cultural – e que, apesar de constituir um ponto de vista privilegiado para analisar as questões concernentes entre (ex) colônia e (ex) metrópole ainda merece pouco atenção se comparada às abordagens meramente políticas ou econômicas dessa relação – também pretendemos imprimir tal leitura em nosso

²³⁸ Cf., por exemplo, Vladimir Ilitch Lenin, *Imperialismo, fase superior do capitalismo*, São Paulo, Centauro, 2005 e John Hobson, *Estudio del imperialismo*, Madrid, Alianza, 1981. Nesta última, ainda a título de exemplo – considerada inclusive como uma das pioneiras nesse âmbito – John Hobson tece uma interessante crítica ao imperialismo ao estudar as causas propulsoras do movimento expansionista das nações industriais entre 1870 e a Primeira Guerra Mundial, sobretudo ao que concerniam os “domínios” britânicos. Para Hobson, as motivações importantes do expansionismo seriam principalmente a busca de novas fontes de matérias-primas e de mercados e, por atribuir ao imperialismo raízes econômicas, sua obra serviu de base não só para uma interpretação marxista, mas também outros volumes que seguem essa mesma interpretação.

²³⁹ “Era dos Impérios” é um termo “cunhado” por Hobsbawm e nomeia um dos volumes da importante obra do historiador que se propõe a analisar o imperialismo como um fenômeno histórico ocorrido no período entre 1875 e 1914. Nessa obra, Hobsbawm realiza um profundo estudo dos anos que antecederam o ápice do desenvolvimento capitalista e que definiram o mundo no século XX, sublinhando desde o longo período de paz, expansão capitalista e dominação européia que desembocou, no entanto, em guerra e crise. O autor ainda integra ao volume importantes considerações sobre a cultura, a política e a vida social das décadas que antecederam a Primeira Guerra Mundial, construindo uma interpretação estimulante e inovadora desse momento. Cf. Eric J. Hobsbawm, *A Era dos Impérios: 1875-1914*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2006.

²⁴⁰ Edward W. Said, *Cultura e Imperialismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 1995, p. 40.

trabalho ao destacar alguns pontos essenciais dessa obra de Said (1995) para dialogar com nossa pesquisa neste estágio final do estudo.

Na introdução da obra citada, *Cultura e Imperialismo* (1985), Edward Said expõe a metodologia por ele adotada para “ler”, em certas obras (como *O Coração das Trevas*, de Conrad, e *Aida*, de Verdi, por exemplo), determinados traços concernentes à cultura e império e, nomeadamente, o discurso escamoteado nessas narrativas de reforço das estruturas e categorias mentais propostas pelos colonizadores (consolidando assim as práticas dominadoras, desde as remotas origens de um imperialismo no mundo).

Nesse sentido, almejamos nós também “ler” nas entrelinhas da infinidade de artigos citados – pertencentes aos mais diversos periódicos, como vimos – a tentativa de manutenção de um colonialismo cultural no país visando, sobretudo, assegurar o grande mercado consumidor e fornecedor de matérias primas que o Brasil representava para Portugal naquela época. De fato, percebemos que “(...) o imperialismo nutre-se, com certeza, de impulsos ideológicos, mas que não deixam de se escorar em objetivos mais materiais”²⁴¹.

Ainda que tenhamos nos concentrado apenas nos artigos que tratassem da – suposta e/ou desejada e/ou efetiva – relação Brasil-Portugal, é interessante perceber que também muitos dos anúncios vários (desde propagandas a programação teatral), ilustrações e até mesmo as “narrativas” – em forma de folhetim, como já sabemos – eventualmente publicados nessas revistas também contribuía para reforçar o discurso “imperialista” proposto pelos artigos de fundo, como pudemos notar, para dar outro exemplo, na breve análise da revista *Serões*²⁴².

²⁴¹ Marc Ferro, “Colonização ou imperialismo”, *História das colonizações – das conquistas às independências – séculos XIII a XX*, São Paulo, Companhia das Letras, 1996, p. 30.

²⁴² No início do século XX vem a lume em Portugal o periódico *Serões: Revista Mensal e Ilustrada* (“História – Viagens – Romances – Música – Costumes – Modas – Artes decorativas – Conhecimentos úteis”) que, circulando entre 1901 a 1911, integrou o elenco das inúmeras publicações periódicas pensadas pela e para a intelectualidade luso-brasileira e destinadas a estreitar os laços culturais, literários e políticos entre ambos os países no período. Editada em Lisboa, o “belo magazine da livraria Ferreira e Oliveira, da Rua do Ouro, teve larga vida e brilhante colaboração” (MARTINS, 1941, p. 111) e contou também com uma ampla divulgação no Brasil e nas colônias africanas, como podemos perceber através da intensa correspondência enviada por leitores

Do mesmo modo que as outras revistas que já citamos nos capítulos anteriores, o periódico também discutiu obstinadamente a então atual política portuguesa e, principalmente, o papel de Portugal nas (ex) colônias (deveres, direitos, resolução de conflitos, guerras, adaptação dos colonos, etc.), através de seus artigos e até mesmo através da “narrativa de ficção”, aqui representada pelo folhetim. Nesse sentido, vejamos brevemente, por exemplo, a estrutura narrativa de alguns desses folhetins que apresentavam essa temática “imperialista”, como a série “De Lisboa a Moçambique” e “Portugal e China ante a questão de Macau”.

Na página 16 do primeiro volume da revista (1901), temos a publicação do primeiro capítulo do “artigo/folhetim” intitulado “De Lisboa a Moçambique”, de Antonio Enes. A obra, estruturada em duas partes de dez capítulos cada, foi publicada como um folhetim até 1903 e foi veiculado junto com o folhetim “habitual” da revista (embora a estrutura fosse a mesma). Os folhetins veiculados na revista sempre apresentavam, via de regra, a mesma temática, ou seja, versavam sempre sobre viajantes, desbravadores e as desventuras de portugueses em terras estrangeiras e inóspitas como foi o caso, por exemplo, de “O testamento de Pedro Braz”, primeiro folhetim publicado na revista e, portanto, muito semelhante à narrativa de Enes também dada à lume no periódico em questão. Além disso, apresentou uma outra particularidade muito importante: a história ali narrada, embora com

brasileiros e colonos portugueses em terras africanas publicada na sessão “Correspondência dos Serões”, sempre publicada no final de cada volume da revista. A revista foi publicada em duas séries – a primeira circulou entre 1901 a 1904, contabilizando 24 números em 4 volumes e a segunda entre 1905 a 1911, num total de 78 números em 13 volumes. Foi dirigida, sucessivamente, por grandes nomes portugueses da época, que se destacaram não só no campo das letras, mas também no âmbito político: Henrique Lopes de Mendonça (1901-1908, autor da letra do Hino Nacional Português), Eduardo de Noronha (1909-1910) e Antonio Sergio (19010-1911). Como já mencionado, a revista contou com a colaboração de ilustres personalidades lusitanas e brasileiras, como Teixeira de Pascoaes, Ramalho Ortigão, Guerra Junqueiro, Julio Dinis, Aquilino Ribeiro, Adolfo Coelho, Antonio Enes, Câmara Reis, Carlos Malheiro Dias, Eugenio de Castro, Fidelino de Figueiredo, Gonçalves Crespo que, entre tantos outros, publicavam desde sonetos até artigos diversos sobre a economia, política, moda, literatura, música e a arte portuguesa, por exemplo. Além da tradicional seção folhetinesca, presença obrigatória em praticamente todas as publicações periódicas da época, a revista possuía ainda mais duas colunas fixas – “Atualidades” e “Correspondência dos Serões” – mas, a partir da segunda série pelo menos (1905), observamos uma grande inserção de artigos destinados ao público feminino, muito apropriadamente intitulados ora como “Serões das Senhoras”, ora “Serões das crianças” e eventualmente “Serões dos bebês” que, apesar de não apresentarem regularidade, mereceram destaque nas páginas das revistas.

efeitos e tratamento literário, era uma história real, isto é, era uma espécie de “diário de bordo” com as impressões de seu autor, cuja viagem descrita remetia ao período em que Enes esteve na África como Ministro logo após o famoso *Ultimatum* inglês.

Como veremos, o escritor-jornalista Enes²⁴³ teve uma trajetória de vida muito particular e interessante que, não por acaso, respondia aos interesses dos intelectuais da época e ratificava o programa editorial da revista. Largamente influenciado pelo discurso positivista tão em voga na época, vejamos o que escreveu sobre o povo africano e sobre a influência do meio no povo indígena e também nos colonizadores:

Moçambique poderá produzir o que quiserem, mas decerto não dotará a pátria portuguesa com um segundo Camões. Peçam-lhe tudo, menos gênios – a não serem (sic) maus gênios. Isso sim; tem-nos e fabrica-os em profusão. Se está provado que as enfermidades do fígado e do baço influem sobre o caráter e determinam melancolias, irascibilidades, azedumes, displicências, a elas deve atribuir principalmente, uma ordem inteira de fenômenos característicos da Sociedade Européia da África Oriental, fenômenos que colaboram com as depressões mentais na lastimosa inferioridade [...] Destas ligeiras observações – que cairiam no ridículo se tivessem aspirações a parecerem científicas ou sequer sisudamente comprovadas – tiro eu uma conclusão desfavorável à África e à raça branca. As ainda mal estudadas causas naturais que fizeram as raças negras estúpidas e depravadas, na sua generalidade, atuam também

²⁴³ Antonio José Enes (Lisboa, 15 de Agosto de 1848 — Queluz, 6 de Agosto de 1901), mais conhecido somente como Antonio Enes, frequentara o Curso Superior de Letras e exercera as funções de político, jornalista, escritor e administrador colonial português, tendo se destacado especialmente em Moçambique durante a rebelião tsonga na região sul daquele território. Foi membro do Partido Histórico e da Maçonaria. Também foi deputado, bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional de Lisboa (1886) e de Ministro da Marinha e Ultramar no governo de João Crisóstomo de Abreu e Sousa. Interessa-se pelo ofício de jornalista desde cedo; integrou a redação da *Gazeta do Povo*, nomeado como diretor do jornal *O País* e fundador de *O Dia*, periódico do qual foi, inclusive, diretor político e redator principal. Logo após o *Ultimato* britânico de 1890, Antonio Enes foi nomeado Ministro da Marinha e Ultramar (entre 1890 e 1891), no governo presidido pelo general João Crisóstomo de Abreu e Sousa, tendo desempenhado esse cargo num período de grande pressão política sobre as questões ultramarinas face à onda nacionalista que varreu Portugal em consequência da *ofensa* britânica. Antonio Enes conseguira manter os necessários equilíbrios internos e externos, tendo organizado uma expedição militar a Moçambique, para fazer face à crescente proximidade entre Gungunhana e os interesses britânicos, e intervindo energicamente nas colônias de São Tomé e Príncipe, Guiné Portuguesa e Bié. Em 1891 foi nomeado Comissário Régio em Moçambique e em 1896, ministro de Portugal no Brasil. Em 1901, logo após do início da publicação de sua obra nos *Serões*, falece na cidade de Queluz.

sobre europeus que se estabelecem na area de habitabilidade dessas raças, produzindo efeitos fisiológicos e morais semelhantes. Se, pois, uma colônia de brancos se fixasse, por exemplo, em Moçambique, e lá ficasse inteiramente isolada do mundo europeu e culto, extinguir-se-ia em curto prazo, é claro; mas se não se extinguisse, dentro de alguns séculos os seus descendentes talvez ainda não tivessem a epiderme negra de todo, mas já acreditariam em feitiços, comer-se-iam uns aos outros, e venderiam os filhos, como escravos, – se os verdadeiros negros, seus vizinhos, tendo-lhes passado adiante na *evolução*, não proibissem estas malfeitorias por meio de congressos, bloqueios e expedições.²⁴⁴

Como podemos notar, o tom narrativo dessa “meta-ficção” criada por Enes contribuiu para a mistificação das terras africanas, acentuando assim sua natureza acre e o “dever” que os portugueses tinham, enquanto nação valorosa e evoluída, de levar o progresso, a civilização e o nome de Portugal para terras distantes. De acordo com Said (1995, p. 40):

Nem o imperialismo, nem o colonialismo é um simples ato de acumulação e aquisição. Ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação, bem como formas de conhecimento filiadas à dominação: o vocabulário da cultura imperialista oitocentista clássica está repleto de palavras e conceitos como “raças servis” ou “inferiores”, “povos subordinados”, “dependência”, “expansão” e “autoridade”. E as ideias sobre a cultura eram explicitadas, reforçadas, criticadas ou rejeitadas a partir das experiências imperiais.

Também em tom heróico e grandiloquente são descritas as desventuras lusitanas em terras asiáticas, no artigo “Portugal e a China ante a questão de Macau”. Vejamos como começa o citado artigo, publicado em 1902:

A elíptica envolve a Terra no enorme anel que marca o caminho aparente do sol em redor do globo. A civilização portuguesa, como esse círculo máximo da esfera,

²⁴⁴ Antonio Enes, De Lisboa a Moçambique (cap. II), *Serões: Revista Mensal e Ilustrada*, Lisboa, vol.I, p.221-222, 1901.

envolveu o mundo terráqueo dum a outro hemisfério; e o clarão que, em radiantes chispas de gloriosa auréola, se acendeu em Sagres, percorre, numa fita de luz, toda a superfície terrestre e deixou iluminado o caminho que outros, depois de nós, seguiram, quando fracos e desalentados pelas desgraças e amarguras, retrocedemos e tivemos de retirar ante a força e a energia da sede de ouro dos traficantes flamengos e bretões. Mas quanto lhes custou a tarefa da expoliação! Que o digam os mares da Malásia e as ondas do Oceano Indico – quantos cadáveres se sumiram nos seus abismos! [...] De Macau, Molucas, Ilhas da Soonda, Java, India, Ceilão, Moçambique, Cabo da Boa Esperança, à Angola e Brasil – nesse enorme caminho que abrange os dois hemisférios – ações nunca vistas até então marcaram, passo a passo, os escalões da heróica retirada. E esses homens, abandonados e sós, sem navios nem armamentos, conseguiram ainda assim disputar aos vorazes piratas os valiosos restos que ainda nos ficaram do grandioso poderio de outros tempos.²⁴⁵

Portanto, analogamente ao modelo analítico proposto por Said, conseguimos identificar nesses trechos, por exemplo, a veiculação de uma “supremacia” portuguesa e um acentuado sentimento de “dever colonizador” (como se a empresa expansionista na África fosse mesmo uma missão e dever moral para os lusitanos) em oposição à descrição da terra e de seu povo nativo, retratados com adjetivos pejorativos de inferioridade.

Em suma, pretendemos demonstrar que, a partir da criação de uma *comunidade imaginada*²⁴⁶ – na medida em que fora construída por essa ideologia preponderante – essa elite lusitana tentou estabelecer um forte elo de coesão com a (ex) colônia (baseada principalmente nos laços sentimentais de “filiação” e de cultura, representado, sobretudo, pela língua portuguesa), difundido por seus órgãos oficiais (imprensa) – que na grande maioria das vezes tinha sido “fundada” e era manipulada por essa mesma elite – com o objetivo final de não só manter o “império” na antiga (e mais importante) colônia portuguesa através das novas

²⁴⁵ J.F. Marques Pereira, Portugal e a China ante a questão de Macau, *Serões: Revista Mensal e Ilustrada*, Lisboa, vol.II, pp. 195-204, fev. 1902.

²⁴⁶ Utilizamos aqui o termo de comunidade imaginada no sentido que Anderson (2008) concebe uma nação, ou seja, como “(...) uma comunidade política imaginada – e imaginada como sendo intrinsecamente limitada e, ao mesmo tempo, soberana” (p. 32). Cf. Benedict Anderson, *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, São Paulo, Companhia das Letras, 2008.

formas de imperialismo, mas também como maneira de re-erguer Portugal (moral e economicamente) para concretizar, desse modo, uma “configuração” do Quinto Império tão sonhado.

Como observa Ferro (1996, p. 33), não foi por acaso que na Inglaterra, durante seu período de expansão territorial, “o apoio popular dado à expansão (...) passa[va] pela imprensa de grande circulação que se desenvolveu no século XIX”. Do mesmo modo, a *intelligentsia* portuguesa também pretendia ter tido o respaldo e adesão popular ao instaurar e fomentar – tanto aquém, quanto além mar – uma imprensa específica para estreitar os “laços” entre as nações para melhor atender seus interesses.

CONCLUSÃO

No intuito de (des)atar alguns nós concernentes às relações luso-brasileiras em um momento tão representativo para ambas as nações, nos propomos a mergulhar nesse emaranhado de fios e teias criados pela intelectualidade luso-brasileira do início do século passado articulado pela/através dessa imprensa especializada.

Assim sendo, nas malhas das letras, procuramos tentar reconstruir – pelo menos parcialmente – uma parte significativa desse grande quebra-cabeça das complexas relações entre Brasil e Portugal durante cerca de vinte anos expressos pelas revistas.

Como vimos, no primeiro capítulo procuramos já sublinhar a importância da imprensa, ou melhor, das revistas enquanto meio de comunicação e órgãos aglutinadores/coadunadores de uma elite pensante reunida nesses periódicos através de objetivos específicos (como a divulgação de idéias literárias ou políticas, por exemplo) com o objetivo de destacar desde o início o papel decisivo desses intelectuais nos bastidores desses veículos para a propagação de seus ideais (escamoteados ou não).

A seguir, no segundo capítulo, após tecer um breve panorama informativo e histórico das revistas (como contexto, programa e idealizadores), procuramos identificar algumas linhas de força representativas nesses periódicos e assim, através da análise e da transcrição de trechos de alguns artigos mais significativos pretendemos mostrar como um “certo pensamento hegemônico comum” se articulou em cada revista a partir da perspectiva de seus idealizadores.

Já o terceiro capítulo, à guisa de preâmbulo, iniciamos com um pequena contextualização histórica para justificar os (des)encontros de Brasil e Portugal desde 1808 e entender o porquê dessa almejada “aproximação” tão premente observada em nosso *corpus*.

Em seguida, procuramos verticalizar todas as “estratégias amistosas” realizadas pelas revistas desde a virada do século XX até 1922 aproximadamente, procurando demonstrar como cada iniciativa aparentemente isolada de cada periódico no fim integrava um plano e projeto maior de “integração luso-brasileira”, justificada pela ligação afetiva e cultural mas visando somente o beneficiamento e fomento econômico de Portugal.

Nesse processo, esperamos ter conseguido exemplificar em especial, o papel fulcral da imprensa não só na “construção” desse imaginário de comunidade (união, espiritualidade) luso-brasileira como também na difusão e cooptação de seu público leitor a se engajar nesse certame, a fim de conseguir uma adesão que pudesse, de fato, viabilizar os projetos arquitetados por essa elite intelectual manipuladora.

Desse modo percebemos que, mesmo periódicos tão divergentes quanto a orientação política (como o monarquista *Nação Portuguesa* ou o republicano *Atlântida*, por exemplo) expressaram, do mesmo modo, os intentos *restauradores* em utilizar o Brasil como uma espécie de plataforma para re-erguer a decadente pátria portuguesa.

Também conseguimos perceber que, para alcançar seus objetivos, as revistas se valeram simbolicamente não só de seus tradicionais mitos nacionais, como o culto ao Sebastianismo e a instauração do profético Quinto Império, por exemplo; metaforicamente, sobrepuseram à essas alegorias de Portugal já preexistentes outras também muito significativas, como o continente perdido da *Atlântida* (também “mar Atlântico” e, portanto, natural extensão e elo de ligação entre os países), a divisa “Pela lei e pela grei”, da *Nação Portuguesa* (que, remetendo ao “Rei Pelicano” também recuperava um momento histórico fundamental para Portugal), ao mito de *Orpheu* (poeta que volta do inferno, ou seja, que também “renasce” tal qual o almejado para o país) além da eloqüente *Brasil-Portugal* (que, através do substantivo composto que nomeia a própria revista reitera mais uma vez a ideia de *união e continuidade* dos países que formam uma única sentença).

Para além das palavras, assinalamos ainda que as imagens difundidas pelas revistas (sobretudo naquelas *ilustradas*, como pudemos ver brevemente) bem como os desenhos e vinhetas escolhidos para representar as revistas (como os pássaros que remetem às ideias ascensionais ao levantar vôo da *Atlântida* e *A Águia*, por exemplo) também são muito significativas nesse processo mimético no qual esses veículos foram, ao mesmo tempo, arautos do passado glorioso e vaticinadores do futuro onírico que pretendiam a todo custo tornar possível. Sendo essa mais uma possibilidade de leitura do vasto material que aventamos, esperamos ter conseguido mostrar com a nossa pequena colaboração alguns contornos pertinentes e reveladores que podem resultar da análise dos periódicos, o quanto ainda falta a ser realizado e quantas páginas ainda temos para folhear.

APÊNDICE: Pequeno “dicionário biográfico” dos colaboradores das revistas

Afonso Duarte

O poeta **Joaquim Afonso Fernandes Duarte** (1884-1958) era formado em Ciências Físico-Naturais pela Faculdade de Filosofia de Coimbra. Sempre dedicado às funções docentes, foi aposentado compulsoriamente pelo regime salazarista em 1932 e, desde então, passou a dedicar quase exclusivamente às obras literárias e de investigação nos domínios da pedagogia e da etnografia. Foi um dos fundadores da revista coimbrã *Tríptico* (1924), junto com Antônio de Sousa, Branquinho da Fonseca, João Gaspar Simões e Vitorino Nemésio. Também possui uma colaboração expressiva em várias publicações periódicas, como *A Águia*, *Contemporânea*, *Presença*, *Manifesto*, *Portucalé*, *Notícias do Bloqueio*, *Cadernos de Poesia* ou *Litoral*. Afonso Duarte se destacou no cenário cultural português por ter acompanhado praticamente todos os movimentos literários da primeira metade do século XX em Portugal, desde o Saudosismo com a Renascença Portuguesa, passando pela *Seara Nova*, *Presença* e *Novo Cancioneiro*. Principais obras publicadas: *Os 7 Poemas Líricos*, Coimbra, 1929; *Ossadas*, Lisboa, 1947; *Obra Poética*, Lisboa, 1956; *Lápides e Outros Poemas*, Lisboa, 1960; *Obras Completas*, Lisboa, 1974

Foi colaborador de *A Águia* – (1910-1932), bem como um dos diretores da revista *A Rajada* (1912)

Cf. ainda Fernando J. B. Martinho, *Tendências Dominantes da Poesia Portuguesa da Década de 50*, Lisboa, Colibri, 1996.

Alceu Amoroso Lima

Alceu Amoroso Lima foi um importante crítico literário, professor de literatura, pensador, polígrafo e líder católico brasileiro nascido em Petrópolis (RJ), em 1893. Filho de Manuel José Amoroso Lima e de Camila da Silva Amoroso Lima, frequentou o Colégio Pedro II, formou-se em Direito pela Faculdade do Rio de Janeiro (1913) e adotou o pseudônimo **Tristão de Ataíde**, ao se tornar crítico (1919) em *O Jornal*. Faleceu no Rio de Janeiro (1983). Entre suas principais publicações literárias relacionam-se *Introdução à Economia Moderna* (1930), *Preparação à Sociologia* (1931), *Problemas da burguesia* (1932), *Introdução ao direito moderno* (1933), *No limiar da Idade Nova* (1935), *O Espírito e o Mundo* (1936), *Idade, Sexo e Tempo* (1938), *Três ensaios sobre Machado de Assis* (1941), *O existencialismo* (1951), *A segunda revolução industrial* (1961) e *Memórias improvisadas* (1973). Foi colaborador da *Atlântida* (1915-1920).

Antônio Arroio

O engenheiro, professor, político e crítico de arte português **Antônio José Arroio** nasceu em 19 de Fevereiro de 1856, no Porto. Apesar de ter conjugado tantas habilidades, ainda foi autor de obras sobre literatura, música e artes plásticas e destacou-se como promotor do ensino técnico e das artes aplicadas em Portugal. Irmão de João Marcelino Arroio e de José Diogo Arroio, concluiu o curso de Engenharia pela Academia Politécnica do Porto, em 1878, e trabalhou com afinco na construção dos caminhos de ferro da Beira Baixa, da Beira Alta, do Sul e do Sudoeste. Entre 1881 e 1890, foi incumbido dos serviços de recepção de material do estrangeiro do Ministério das Obras Públicas, o que o lhe deu a oportunidade de viajar pelo continente europeu e a estabelecer-se em Bruxelas durante quatro anos. Entre os anos de 1890 e 1926, exerceu o cargo de inspetor do Ensino Elementar Industrial e Comercial e, em 1926, integrou o Conselho de Obras Públicas, tendo-se aposentado dois anos depois. Também foi vogal da Comissão Portuguesa na Exposição Universal de Paris, em 1900, e foi um dos sócios

fundadores da Liga de Educação Nacional. Antônio Arroio manteve uma atividade intensa como conferencista e como crítico nos setores da música, da literatura, da pintura e da escultura. Da vasta obra publicada, destaca-se *José Viana da Mota* (1896), *Notas sobre Portugal* (1908-1909), *A Orquestra Filarmônica de Berlim* (1908), *O Canto Coral e a Sua Função Social* (1909), *O Ensino Industrial como Elemento Intensificador da Produção* (1917). Antônio Arroio faleceu a 25 de Março de 1934, em Lisboa.

Foi colaborador da revista *Atlântida* (1915-1920).

Antonio Enes

O escritor, político, jornalista e administrador colonial português **Antonio José Enes** (Lisboa, 15 de Agosto de 1848 — Queluz, 6 de Agosto de 1901), mais conhecido apenas por Antonio Enes, era formado no Curso Superior de Letras. Como representante da autoridade máxima do império além mar, se destacou principalmente em Moçambique onde exerceu as funções de Comissário Régio durante a rebelião tsonga na região sul daquele território. Foi membro destacado do Partido Histórico e da Maçonaria. Também foi deputado, bibliotecário-mor da Biblioteca Nacional de Lisboa (1886) e de Ministro da Marinha e Ultramar no governo de João Crisóstomo de Abreu e Sousa. Conjugou suas atividades políticas aos dotes de jornalista; foi integrante da redação da *Gazeta do Povo*, bem como nomeado diretor do jornal *O País* e ainda fundador de *O Dia*, periódico do qual foi diretor político e redator principal. Logo após o ultimato britânico de 1890, Antonio Enes foi nomeado Ministro da Marinha e Ultramar, no governo presidido pelo general João Crisóstomo de Abreu e Sousa e teve que desempenhar com muita sobriedade essa nova função, sobretudo por ter sido esse período muito delicado para a política portuguesa de forma geral. Em 1891 foi nomeado Comissário Régio em Moçambique e posteriormente, em 1896, nomeado ministro de Portugal no Brasil. Em 1901, logo após do início da publicação de sua obra nos *Serões*, falece na cidade de Queluz.

Foi colaborador da revista *Serões* (1901-1911)

Cf. Lourenço Cayolla, *Antônio Enes*, Coleção *Pelo Império*, Lisboa, 1936; Amália Proença Norte, *Altas figuras do Império: Freire de Andrade, Antônio Enes, Mouzinho, Salvador Correia, Pero da Covilhã, Serpa Pinto, Paiva Couceiro, João de Almeida*, Lisboa, Ed. Império, Lisboa, 1940 e Eugênio Lisboa (coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, (vol. II), Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, p.188.

Antonio Ferreira de Serpa

Antonio Ferreira de Serpa (1865 -1939) foi um genealogista e historiador açoriano que se destacou principalmente pela publicação de uma ampla obra sobre as famílias da ilha do Faial e sobre a historiografia das ilhas mais ocidentais do arquipélago dos Açores. Após concluir os seus estudos preliminares no Liceu da Horta, inscreveu-se no Curso Superior de Letras, em Lisboa, onde destacou-se como investigador de assuntos históricos e genealógicos. Publicou diversos trabalhos polêmicos, defendendo teses arrojadas e longe das opiniões geralmente unânimes, como a discussão acirrada acerca da verdadeira nacionalidade de Cristóvão Colombo. Envolveu-se na fundação de diversas instituições, entre as quais a Sociedade de Propaganda de Portugal, a Liga de Defesa dos Interesses Públicos e a Academia Portuguesa de História. Desempenhou ainda a função de cônsul de algumas Repúblicas da América do Sul em Portugal, entre as quais a República do Equador, então nomeado como cônsul-geral em Lisboa de 1898 a 1902. Foi membro de notáveis academias literárias e científicas estrangeiras e, como Doutor em Filosofia e Letras, integrou o Instituto de Estudos Superiores de Palermo e a Universidade Hispano-Americana.

Foi colaborador da revista *Serões* (1901-1911)

Antônio Sardinha

Antônio Maria de Sousa Sardinha (ou tão somente Antônio Sardinha) nasceu em Monforte do Alentejo a 9 de Setembro de 1887 e faleceu em Elvas, no dia 10 de Janeiro de 1925. Era formado em Direito pela Universidade de Coimbra e foi autor de uma vasta obra ensaística de natureza doutrinária, mentora do integralismo lusitano e pensamento político no qual se conjugam principalmente a defesa da monarquia, o nacionalismo e o catolicismo. Inicialmente de convicção republicana, logo se decepciona com o regime recém-instaurado em Portugal e converte-se à religião católica e ao ideal monárquico configurando-se, desde então, como um de seus maiores defensores e promotores. Em meados de 1914, em parceria com Hipólito Raposo e Alberto Monsaraz, lança a revista *Nação Portuguesa*, órgão e expoente máximo do Integralismo Lusitano, onde se mostra defensor da instauração da monarquia orgânica, tradicionalista e antiparlamentar. Em 1917, no então recém-fundado diário *Monarquia*, Antônio Sardinha se destaca e assume um papel relevo na orientação e doutrinação *pro* Monarquia, atuando principalmente pelo combate de filosofia política, revisão historiográfica e crítica de ideias. Eleito deputado pelo Integralismo Lusitano junto com Alfredo Pimenta, dedica-se à defesa dos seus ideais políticos, mas o fracasso da tentativa da restauração monárquica no Porto leva-o ao exílio, em Espanha entre 1919 e 1921. Com o êxito de *Ao Princípio era o Verbo* é homenageado publicamente pelas personalidades intelectual e moralmente mais destacados da nação. Antônio Sardinha faleceu muito jovem, com apenas 37 anos de idade mas, apesar de sua morte prematura, conseguiu afirmar-se como referência incontornável para os monárquicos que recusaram condescender com o salazarismo. A sua atividade política através do Integralismo Lusitano, assim como a de Alfredo Pimenta, foi considerada como uma verdadeira advertência acerca dos perigos que advêm da democracia, do capitalismo, do judaísmo e da maçonaria, e que repercute ao longo das páginas de toda a sua obra. Também assinava seus artigos como Antônio Monforte (A.M).

Foi colaborador (bem como um dos fundadores) da *Nação Portuguesa* (1914-1938).

Cf. Eugênio Lisboa (coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, (vol. III), Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, p.350.

Augusto de Castilho

Augusto Vidal de Castilho Barreto e Noronha (Lisboa 10 de Outubro de 1841 - Lisboa 30 de Fevereiro de 1912) foi um importante militar da Marinha Portuguesa e publicista lusitano. Iniciou a sua carreira Escola Naval em 1859, tendo servido em Angola, no Estado Português da Índia, em Moçambique e no Brasil. Em Moçambique ocupou o cargo de Governador-geral de 1885 a 1889. Foi ainda Governador civil do Porto, Diretor-geral da Marinha e ministro da Marinha e Ultramar, de 4 de Fevereiro a 25 de Dezembro de 1908. Encerrou a sua carreira no posto de Major-general da Armada na altura da implantação da República. Apesar de sua brilhante carreira militar, conjugou-a de maneira exemplar à vida de homem das letras. Era filho de Antônio Feliciano de Castilho e afilhado de Alexandre Herculano. Como alto oficial da Marinha lusitana, participou ativamente do plano de tentativa de “moralização” das forças armadas portuguesas, engendrado sobretudo após o episódio do *Ultimatum* em 11 de janeiro de 1891. Nesse âmbito, serviu nas bases portuguesas de Angola, Índia, Goa e Moçambique desde 1860, pelo menos, até ter sido nomeado como governador das possessões ultramarinas do distrito de Inhambane e Lourenço Marques, em 1874 e 1875, respectivamente. Em 1885, alcança a posição de Governador Geral de Moçambique, tendo ali desempenhado com destaque a ocupação até então irregular da porção norte da província e administrado com competência os conflitos violentos da região. Em 1893 protagoniza o famoso episódio da Revolta da Armada que acabaria por resultar posteriormente na ruptura temporária das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal (até 1895) como desdobramento de tal

acontecimento. Em 1895, de volta à sua terra natal e, ainda refletindo a confusão recente ocorrida na Baía de Guanabara, foi julgado e absolvido. Contudo, jamais deixou de servir sua pátria e integrar a Marinha; em 1903, por exemplo, fiscalizou de perto a construção da canhoneira *Pátria*, além de ter sido diretor da Escola Naval em Lisboa e Ministro responsável pela pasta da Marinha e das Colônias (tudo isso no mesmo tempo em que integrou a direção da *Brasil-Portugal*). Como reconhecimento último aos seus serviços prestados à nação portuguesa, foi homenageado postumamente em 1914, quando batizaram um navio da esquadra portuguesa com seu nome.

Foi colaborador (bem como fundador e diretor) da *Brasil-Portugal* (1899-1914)

B

Basílio Teles

O professor e escritor **Basílio Teles** nasceu na cidade do Porto em 1866 e faleceu em 1923. Após concluir os estudos preparatórios, matriculou-se na Academia Politécnica e depois na Escola Médica-cirúrgica, em 1875, mas acaba abandonando-a devido a um conflito com um professor daquela escola. Dedicou-se ao magistério e lecionou literatura, filosofia e ciências naturais, ao mesmo tempo em que colaborava em diferentes jornais políticos e literários. Posteriormente ingressara na vida política através de sua filiação no partido republicano e também pela colaboração nos principais jornais que se publicavam em Lisboa e no Porto. Fez parte do Clube de propaganda democrática do norte, ao qual prestou excelentes serviços. Para além da sua colaboração em diferentes jornais e revistas políticas e literárias, publicou as seguintes obras: *Carestia da vida nos campos*; *Estudos históricos e econômicos*; *Introdução ao problema do trabalho nacional*; *Problema agrícola (credito e imposto)*, Porto, 1899; *Do ultimatum ao 31 de janeiro*.

Foi colaborador da revista *Atlântida* (1901-1911)

Cf. A. Braz Teixeira, TELES (Basílio) (verbete), *Logos - Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, Editorial Verbo, Lisboa, São Paulo, 1989, vol. 5 e Eugênio Lisboa (coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, (vol. II), Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, p.393.

Bento Carqueja

O publicista, escritor, naturalista e professor da Universidade do Porto **Bento de Sousa Carqueja** nasceu a 6 de Novembro de 1860, em Oliveira de Azeméis, no distrito de Aveiro. Concluiu o curso em Agricultura pela Academia Politécnica do Porto em 1882, graças sobretudo ao apoio financeiro do tio Manuel de Sousa Carqueja. Foi colaborador do *O Comércio do Porto*, propriedade do tio que lhe deixou parte do jornal em herança. Em 1884, foi nomeado professor da Escola Normal do Porto, onde lecionou as disciplinas de Agricultura e de Ciências Físico-Naturais. Nessa escola estabeleceu importantes melhorias, como a criação dos laboratórios de Fisiologia Vegetal e de Química Agrícola e do Jardim Botânico. Em 1898, passa a ensinar na Academia Politécnica do Porto e, com a criação da Faculdade Técnica da Universidade do Porto (atual Faculdade de Engenharia), foi nomeado professor de Economia Política, de Contabilidade e de Legislação de Obras Públicas, em 1915. Em 1908, com o falecimento do seu tio, tornou-se co-proprietário de *O Comércio do Porto*, desempenhando um trabalho notável em várias instâncias, como a promoção e a organização da construção de três bairros operários no Porto, a fundação de quatro creches homônimas do jornal, bem como fomentou a compra do primeiro aeroplano que voou em Portugal. Do mesmo modo, dinamizou e organizou as Escolas Móveis Agrícolas, financiadas

por vários amigos que partilhavam do entusiasmo de Bento Carqueja. A sua aptidão e competência demonstrada no âmbito económico acarretou na sua nomeação como representante de Portugal em diversas conferências no país e no estrangeiro, o que lhe permitiu visitar diversos países. Ainda como consequência de tais participações foi eleito membro de algumas Academias e Institutos portugueses e estrangeiros no exterior. Quando foi instaurada uma comissão de propaganda da imprensa, foi um dos seus mais ativos membros, sendo em 1918 eleito seu presidente, funções em que dirigiu vários manifestos à opinião pública portuguesa. Entre as suas principais obras destacam-se *A Liberdade de Imprensa* (1893), *Doenças da Videira* (1894), *O Imposto e a Riqueza Pública em Portugal* (1898), *O Futuro de Portugal* (1900), *O Capitalismo Moderno e as suas Origens em Portugal* (1908), *O Povo Português* (1916), *O Sol da Meia Noite* (1923), *Princípios da Economia Política* (1926-1930, 5 volumes), *A Luz do Cruzeiro* (1929), entre outros. Foi membro e sócio de prestigiadas instituições, tais como a Academia das Ciências de Lisboa, a *Société Chimique*, em Paris, a *Société Belge d'Études et d'Expansion*, em Liège, o *Advisory Council of the Stable Money Association*, em Nova Iorque. Bento de Sousa Carqueja faleceu a 2 de Agosto de 1935, na Foz do Douro, no Porto.

Foi colaborador da revista *Atlântida* (1915-1920).

Cf. ainda *Dicionário Portugal* (1914), Lisboa, Ed. Romano Torres, VI: 1071 e *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira* (s.d.), Lisboa, Ed. Enciclopédia, V: 992.

Bettencourt Rodrigues

O português **Antônio Maria Bettencourt Rodrigues** (1854-1933) era médico especialista em doenças mentais (turma de 1886, pela *École de Médecine de Paris*) e simpatizante do sistema republicano. Estabeleceu-se no Brasil em 1892 ao ter sido preterido, devido às suas opiniões políticas, no concurso para preenchimento da vaga de diretor do Manicômio de Lisboa. Foi

morador da cidade de São Paulo entre 1892 e 1913 onde, além de exercer a medicina, foi intelectual atuante da colônia portuguesa e colaborador ativo de vários órgãos importantes da imprensa local, como o jornal *O Estado de São Paulo*. Regressando a Portugal em 1913, foi nomeado embaixador em Paris, tendo sido demitido devido à revolução de 15 de Maio de 1915. Amigo de Sidónio Pais, aderiu ao golpe de Dezembro de 1917, tendo sido reinvestido na sua missão em Paris. Com a morte de Sidónio regressou a Portugal, após uma curta permanência na delegação portuguesa à Conferência de Paz de Paris.

Foi colaborador da *Atlântida* (1915-1920).

C

Carlos Maul

O poeta, jornalista e escritor petropolitano **Carlos Maul** nasceu em 1887 e morreu em 1974, se destacando no cenário das letras brasileiras sobretudo como importante elo de ligação luso-brasileira no início do século XX através da revista *A Águia* (1910-1932). Praticamente desconhecido nos dias de hoje, no ano de 1904 muda-se para o Rio de Janeiro para completar os estudos, tornando-se jornalista, escritor e poeta elogiado e festejado por Olavo Bilac, João do Rio, Alcindo Guanabara, Alberto de Oliveira e Coelho Neto. Foi redator de *A Imprensa*, *Gazeta de Notícias* e do *Correio da Manhã*, construindo sólida reputação profissional e brilhante carreira. Colaborou diariamente com artigos para *A Notícia* e *O Dia* até a década 70. Em 1910 lançou seu primeiro livro de poesias *Estro*, editado em Portugal. De 1928 a 1930 foi deputado à Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro. Foi membro titular de muitas entidades culturais, como as Academias Carioca de Letras, Fluminense e Petropolitana de Letras, além de membro atuante da Sociedades Brasileira de Geografia e Brasileira de Filosofia. Em 1937 participou da Comissão de Publicações da Biblioteca do Exército e por isso é oficialmente considerado como fundador da Biblioteca do Exército Brasileiro. Deixou

como legado uma vasta obra com cerca de 60 livros, divididos entre poesia, teatro, traduções, história e crítica literária. Dentre as mais conhecidas obras citamos: *A Glória Escandalosa de Villa-Lobos*, *O Rio de Bela Época*, *Pequenas Histórias do Rio Antigo*, *A Marquesa de Santos*, *Canto Primavera* (poesia), *O Poeta conversa com a Musa* (poesia), *A Marcha do Gigante* (poema), *Tábua de Salvação* (teatro), *A Última Encarnação de Pierrô* (teatro em verso) etc. Foi redator dos anais da Câmara dos Deputados, Inspetor Federal do Ensino Secundário e Escrivão Titular do Cartório da 3ª Vara Civil do Distrito Federal. Ingressou na Academia Petropolitana de Letras em 1944, na cadeira nº 39, patrono Padre José Benedito Moreira. Foi colaborador da *A Águia* (1910-1932)

Consiglieri Pedroso

Zófimo José Consiglieri Pedroso Gomes da Silva (Lisboa, 10 de Março de 1851 — Sintra, 3 de Setembro de 1910), mais conhecido por **Consiglieri Pedroso** foi político, etnógrafo, ensaísta, escritor, professor, diretor do Curso Superior de Letras e também membro da Sociedade de Geografia de Lisboa. Para além do ensino e da política, Consiglieri Pedroso distinguiu-se em várias áreas, nomeadamente na etnografia, tendo sido, conjuntamente com outros investigadores, um dos fundadores e um dos mais importantes dinamizadores da Antropologia em Portugal. Dentro desse contexto, dedicou-se especialmente ao estudo dos mitos, das tradições e das superstições populares. Colaborou em diversos periódicos, tendo publicado no jornal *O Positivismo*, por exemplo, uma grande parte das suas análises etnográficas. Foi ainda presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa e sócio efetivo da Academia de Ciências de Lisboa. No ano de 1878 concorreu à cadeira de *História Universal e Pátria* do Curso Superior de Letras, tendo sido avaliado por um júri composto por Teófilo Braga, António da Silva Túlho, Manuel Pinheiro Chagas e Carlos Teixeira de Aragão. Tendo sido vencedor do concurso, na docência distinguiu-se pelo seu gosto linguístico, memória

prodigiosa e inteligência acima do vulgar, características que foram frequentemente apontadas por parte de mestres, alunos e amigos. Exerceu várias funções em cargos acadêmicos no Curso Superior de Letras, como o de secretário (1879-1881), diretor-vogal (1897-1899) e diretor (1881-1883 e 1901-1910). Também se dedicou ao estudo da História, tendo publicado fragmentos extraídos de processos setecentistas da Inquisição de Lisboa que endossam a mesma utilização, de um imaginário peculiar aos séculos XVII e XVIII, feita por Manuel Bernardes nos seus *exempla*. Como publicista, colaborou em diversos periódicos ligados à esquerda liberal. Republicano convicto e adepto do positivismo, escreveu e colaborou em dezenas de panfletos doutrinadores sob o título *Biblioteca de Propaganda Democrática* (1886-1888), bem como em publicações de caráter doutrinário e filosófico, como o já citado *O Positivismo* (1879-1882). A sua intensa e destacada atividade de publicista propicia a sua eleição como Presidente da Comissão Diretora da Associação de Jornalistas e Escritores Portugueses em 1882. A sua produção literária e jornalística também outorgou-lhe grande notoriedade, sendo listado entre os autores mais populares num inquérito realizado em 1884 pelo periódico *O Imparcial* de Coimbra. Embora tivesse mantido ao longo da sua vida uma intensa atividade política, em particular na Câmara dos Deputados, Consiglieri Pedroso dedicou-se com igual diligência ao estudo da etnografia e da mitografia, tendo dedicado a maior parte da sua carreira académica ao estudo dos mitos e superstições populares, como já afirmamos, e que resultou em muitos artigos sendo alguns deles inclusive traduzidos e publicados em revistas francesas e inglesas. A relevância de sua pesquisa lhe dá a oportunidade de participar de várias associações científicas e culturais, entre as quais a Sociedade de Geografia de Lisboa, da qual foi inclusive vice-presidente (1900-1909) e presidente (1909), e a ser eleito em 1905 como sócio efetivo da Academia de Ciências de Lisboa. Entre as suas obras de cunho etnográfico assinalamos *Tradições Populares Portuguesas*, *Estudos de Mitografia Portuguesa*, *Contribuições para Uma Mitologia Popular*

Portuguesa, Contos de Fadas e Contos Populares Portugueses. Em 1880 foi um dos participantes e fomentadores do Congresso Internacional de Antropologia e Arqueologia Pré-Históricas, realizado em Lisboa, apresentando uma importante comunicação e atuando como anfitrião dos congressistas estrangeiros. Também em 1880 foi um dos principais ativistas que organizaram um importante conjunto de iniciativas comemorativas do tricentenário da morte de Luís de Camões e do quarto centenário da descoberta do caminho marítimo para a Índia. Como representante da Associação dos Jornalistas e Escritores Portugueses participou num congresso internacional realizado em Paris, tendo então visitado a França, Alemanha e Áustria. Em 1896 visitou São Petersburgo, na Rússia, na qualidade de presidente da Sociedade de Geografia de Lisboa, tendo publicado na revista *Serões* (1903-1911) uma muito interessante descrição da cidade e da história e vida política russa de então. Republicano convicto, defendia a formação de uma comunidade luso-brasileira, com um sistema político unindo Portugal e o Brasil, como já vimos. Ao que tange a carreira política, Consiglieri Pedroso iniciou-a oficialmente em 1876, quando foi eleito vereador republicano na Câmara Municipal, juntando-se no cargo a seu pai, então vereador eleito nas listas do Partido Progressista. Integrou as comissões de obras públicas e de segurança municipal e manteve o seu lugar, ao longo de sucessivas eleições, até 1890. Foi um dos fundadores do primeiro Diretório Nacional do Partido Republicano Português, integrando a ala moderada do movimento. Simpatizante das idéias positivistas, foi um dos grandes propagandistas da instrução pública e das ideias democráticas. Também foi um dos fundadores, com Basílio Teles, do Clube de Propaganda Democrática do Norte, ampliando seu eixo de influência para além do território lisboeta. Consiglieri Pedroso deixou uma vasta obra dispersa por dezenas de periódicos portugueses, mas publicou a parte mais substancial da sua obra científica no mencionado jornal *O Positivismo*. Dentre as suas obras publicadas, destacamos: *Um brado contra a pena de morte* (Lisboa, 1874); *História da Revolução Francesa* de Ernest Hamel (tradução para

português e prefácio de Consiglieri Pedroso, em 1875); *O sufrágio universal ou a intervenção das classes trabalhadoras no governo do país* (Lisboa, 1876); *A constituição da família primitiva: tese para o concurso da primeira cadeira do Curso Superior de Letras: Historia Universal e Pátria* (Lisboa, Casa de Bragança, 1878); *Sur quelques formes du mariage populaire en Portugal : contribution à connaissance de l'état social des anciens habitants de la péninsule.* (Lisbonne, Tip. de l'Académie Royal des Sciences, 1880); *Contribuições para uma mythologia popular portugueza* (Porto, Imprensa Commercial, 1880); *Compêndio de História Universal* (Porto, 1881); *Portuguese Folk-tales* (London, 1882); *Tradições populares portuguezas, XV : o secular das nuvens* (Porto, Typografia Elzeviriana, 1883); *As Grandes Épocas da História Universal* (1883); *Tradições Populares Portuguesas, Uma Crítica Positivista* (Paris, 1884); *Compêndio de História dos Povos Orientais* (Lisboa, 1896); *Alexandre Herculano, o historiador* (Lisboa, 1910); *Contos Populares Portugueses* (1910); *Catálogo bibliographico das publicações relativas aos descobrimentos portuguezes* (Lisboa, Imprensa Nacional, 1912); *Contribuições para uma Mitologia Popular Portuguesa e outros Escritos Etnográficos* (Lisboa, D. Quixote, 1988); *Contos populares portugueses* (Porto, 1878).

Foi colaborador da revista *Brasil-Portugal* (1899-1914) e também da revista *Ocidente* (1878-1915)

Cf., por exemplo, João Leal, “Pedroso, Zófimo Consiglieri”, in Álvaro Manuel Machado (ed.), *Dicionário da Literatura Portuguesa*, Lisboa, Presença, 1996, p. 371-372; Maria Filomena Mônica (coord.), *Dicionário de História de Portugal*, Porto, Figueirinhas, 1999 e Eugênio Lisboa (coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, (vol. II), Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, p.344.

Cristiano Cruz

Cristiano Cruz (1892-1951) foi pintor, desenhista e caricaturista da primeira geração do Modernismo português. Ao lado de Almada Negreiros, Jorge Barradas e com outros artistas de relevo, Cristiano Cruz integrou a exposição do *I Salão dos Humoristas*, realizado em 1912 no Grêmio Literário. Também participou indiretamente do II Salão ao elaborar a capa do catálogo oficial da mostra. Mais tarde participou ainda na exposição de *Humoristas e Modernistas*, realizada em 1915, no Porto, e posteriormente na *III Exposição dos Humoristas*, realizada em 1920. Em sua produção artística nota-se influências de Van Gogh, de Cézanne e do expressionismo, principalmente de Munch. Uma de suas obras mais notáveis é a *Cena de Guerra* (c. 1916-1918), da coleção do Museu do Chiado, Lisboa. A partir de 1919, Cruz fixa residência em Angola após um curto período em Moçambique, passando a trabalhar como médico veterinário e abandonando definitivamente a carreira artística.

Foi colaborador da revista *A Rajada* (1899-1914)

Cf., *História da Arte Portuguesa*, Volume III, *Do Barroco à Contemporaneidade*, Círculo de Leitores, 1997, p. 370, 372, 375-76; *A Grande História da Arte*, volume 19: *Arte em Portugal*, Público, Porto, 2006, p. 310; Leonel de Oliveira (coordenação), *Portugal Século XX: Portugueses Célebres*, Círculo de Leitores, 2003, p. 106.

Cunha Belém

Político e jornalista português, **Antônio Manuel da Cunha Belém** nasceu a 12 de Dezembro de 1834, em Lisboa. No ano de 1858, diploma-se em Medicina pela Universidade de Coimbra e, em seguida, passa a exercer a carreira militar, na qual chega a atingir o posto de general. Desempenhou um papel muito relevante no setor da saúde, fazendo parte de diversas

comissões oficiais e participando em várias conferências. Foi também deputado no Parlamento, diretor da Escola Maria Pia e diretor do jornal *A Revolução de Setembro*. O jornalista realizou ainda críticas teatrais, com o pseudônimo de Cristóvão de Sá, redigiu comédias, operetas e dramas, como *O Pedreiro Livre* (1876), de conteúdo maçônico e anticlerical. Antônio Manuel da Cunha Belém faleceu a 12 de Março de 1905, em Lisboa.

Foi colaborador da revista *Brasil-Portugal* (1899-1914)

Cf. Eugênio Lisboa (coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, (vol. II), Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, p.173.

Cunha e Costa

José Soares da Cunha e Costa foi advogado, escritor e jornalista (Lisboa, 1868-1928). Licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra, decide viver um período no Brasil, onde ocupou o cargo Cônsul de Portugal em Santos. De volta a Portugal, inicia sua contribuição com a imprensa periódica lusitana em 1904 e 1905 quando, no jornal diário republicano *O Século*, começa a escrever um grande número de artigos sobre a questão dos tabacos, grande polêmica na época. Vereador da câmara de Lisboa com a República, abandonou o Partido Republicano em 1911 e, aderindo à causa monárquica, passa a colaborar em periódicos católicos. Afastado da república, “convertido à monarquia por uma questão de puro patriotismo, pela razão e não pelo sentimento” foi, a partir de 1914, assíduo colaborador dos jornais monárquicos *A Nação* e *O Dia*. Além dos periódicos citados, colaborou com o jornal *O Mundo* e com a revista *Brasil-Portugal*, acumulando ainda a função de sócio da Academia das Ciências de Lisboa. Como advogado teve uma carreira brilhante, atuando nos mais célebres processos do seu tempo, como o crime de Serrazes e o processo do Banco Angola e Metrópole, por exemplo.

Foi colaborador da revista *Serões* (1901-1911)

D

E

Escragnole Dória

Luís Gastão d'Escragnole Dória (1869-1948), natural do Rio de Janeiro, pertencia a uma família ilustre e abastada de parlamentares, militares e escritores (seu tio era o famoso Visconde de Taunay) e desempenhou as atividades de professor, arquivista, compositor, libretista, publicista e escritor. Formado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, concluiu o curso no ano de 1890, mas não enveredou pela advocacia, empregando-se como editor do diário dos debates do Senado Federal. A partir de 1906 foi professor de história universal e de história do Brasil no Colégio Pedro II da cidade do Rio de Janeiro. Entre 1910 e 1912 viajou pela Europa como bolsista do Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores do Brasil com a finalidade de recolher documentação histórica relativa ao Brasil. De 1917 a 1922 foi diretor do Arquivo Nacional do Brasil e editor do respectivo periódico. Escragnole Dória integrou várias instituições culturais como o Instituto dos Bacharéis e Letras, Instituto Geográfico de São Paulo, sócio correspondente da Sociedade de Geografia de Lisboa e da Academia Amazonense de Letras, tendo sido admitido como sócio honorário do IHGB em 1912 por indicação de Max Fleiuss. Deixou uma vasta obra publicada, incluindo dispersos por vários periódicos brasileiros e de outras nacionalidades, com destaque para o *Jornal do Comércio* do Rio de Janeiro. Conhecedor profundo de francês e inglês, traduziu vários sonetos, novelas e romances, dentre os quais destacamos *O Corvo* de Edgard Allan Poe e *As Semi-virgens* de Marcel Proust. Ainda foi um refinado conhecedor de música erudita e do bel-canto – em grande parte influenciado por sua mãe *Dona Adelaide d Escragnolle Taunay* – e escreveu para a Sociedade de Concertos

Sinfônicos (1913-1931) libretos para óperas e poemas sinfônicos, dentre os quais podemos citar *O Navio Negreiro* de Assis Nepomuceno e *A Guerra* de Vila Lobos.

Escreveu para os jornais *A Folha da Tarde* (1891), *Jornal do Comércio* (1893), *Gazeta de Notícias* (1908) e para as revistas *Renascença*, *Kosmos* e *A Semana*. De sua longa atuação no setor de imprensa destacamos sua contribuição para a revista *A Semana*, sendo registrados mais de 1300 artigos, escritos no período de 1927 a 1948. Escragnole Dória deixou importante obra de memória sobre o CP II. Além do citado livro do centenário, deixou mais de 3000 títulos de artigos publicados em periódicos que fazem referência ao colégio, seus professores e ex-alunos, e constam do Códice da Seção de Arquivos Particulares da Divisão de Documentação Escrita do Arquivo Nacional.

F

Faro e Oliveira

O português **Luis de Faro e Oliveira**, também conhecido como Visconde de Faro e Oliveira, nasceu em Lamego em 1847 e morreu em Sintra em 1906, filho de José Maria de Faro e de sua mulher D. Henriqueta Cândida de Oliveira. Após concluir seus primeiros estudos no Porto, parte para o Brasil com a idéia de fazer uma carreira comercial no país. Inicialmente se instala no estado do Rio Grande do Sul, onde obtém seu primeiro emprego numa casa comercial local, onde logo se estaca por sua grande perspicácia e vocação para os negócios. Em seguida transfere-se para o Rio de Janeiro onde funda, em 1886, com a firma comercial de Faro & Nunes, a *Livraria Contemporânea*, que se configura como uma das principais daquela capital. Com efeito, sob a sua inteligente direção, tal estabelecimento se torna um importante centro de encontro para a conversação e leitura, que coadunava os homens mais eminentes da política e da intelectualidade brasileira. Obstinado mais pela ideia de estudar e de se instruir do que simplesmente fazer fortuna, acaba por se revelar um grande erudito pois aproveitava

todas as horas livres do trabalho no escritório para estudar. Sendo dotado de elevada inteligência, auxiliada da boa vontade, depressa ganhou a reputação de rapaz muito hábil e ilustrado, que ele dia a dia confirmava, atraindo também as maiores simpatias. Tornou-se notável a influência que exercia entre a colônia portuguesa, pelo seu gênio trabalhador, e pela sua dedicação até ao sacrifício, por tudo quanto respeitava à instrução, desenvolvimento e progresso dos portugueses no Brasil. Foi um dos fundadores do *Liceu Literário Português*, do *Retiro Literário Português* e da *Beneficência Portuguesa do Rio de Janeiro*. Na condição de escritor, provou a maior competência pelos seus estudos sobre as associações de beneficência do Brasil, cujos relatórios fez publicar no *Brasil-Portugal*, e que foram muito apreciados. Enquanto viveu no Brasil, os portugueses sempre puderam ver nele um protetor dedicado. O governo brasileiro agraciou-o com o oficialato da ordem da Rosa, e o governo de Portugal lhe concedeu o título de visconde. Foi um dos diretores do *Banco do Crédito Real do Brasil* e tem também diretor de outras empresas de revelo no período. Foi diretor de vários estabelecimentos de negócios e financeiros entre os quais o *Banco de Crédito Real do Brasil*. Era oficial da Ordem da Rosa do Brasil. Foi casado com a brasileira Elisa Carolina de Miranda Paranhos.

Foi colaborador da revista *Brasil-Portugal* (1899-1914)

G

Graça Aranha

O escritor e diplomata **José Pereira da Graça Aranha** nasceu em 21 de junho de 1868, na capital do Estado do Maranhão, filho de Temístocles da Silva Maciel Aranha e de Maria da Glória da Graça. Faleceu no Rio de Janeiro em 26 de janeiro de 1931. Foi um dos membros fundadores da Academia Brasileira de Letras. Formado em Direito, exerceu a magistratura no interior do Estado do Espírito Santo e dessa estadia capixaba retira a inspiração e os

elementos necessários para escrever o romance *Canaã*, publicado com grande repercussão editorial em 1902. Também teve grande destaque com a sua participação na Semana de Arte Moderna, em 1922. Principais obras publicadas: *Canaã* (1902), *Malazarte* (1911), *A Estética da Vida* (1921) e *A Viagem Maravilhosa* (1930).

Foi colaborador (e diretor da parte francesa) da *Atlântida* (1915-1920)

H

Hipólito Raposo

O advogado, escritor, historiador e político português **José Hipólito Vaz Raposo** (1855-1953) foi um dos mais destacados dirigentes do Integralismo Lusitano, tendo começado a sua carreira profissional como professor no Liceu Passos Manuel e no Conservatório de Lisboa. Em 1919, era diretor do jornal *A Monarquia* e, em decorrência de sua atuação no pronunciamento monárquico de Monsanto, foi condenado à prisão em 1920. Após exercer advocacia em Angola (1922-23), foi reintegrado como professor no Conservatório lisboeta (1926). Por defender a recusa de colaboração dos monárquicos à União Nacional (Partido Único) e ao regime do “Estado Novo”, foi novamente demitido de todos os cargos públicos e deportado para os Açores, desta vez como represália e consequência direta da publicação de sua obra *Amar e Servir* (1940) no qual criticava a “Salazarquia”. Ao que tange sua produção como escritor integralista, sublinhamos o ensaio que escreveu acerca da distinta matriz doutrinária do Integralismo Lusitano e do nacionalismo francês da *Action française (Dois nacionalismos, 1925)*, bem como a conferência *A Reconquista das Liberdades* (1930), onde sintetizou o programa político do Integralismo Lusitano e procurou desfazer a miragem de messianismo salazarista que se anunciava. Outras obras: *Sentido do Humanismo*, 1914; *Aula Régia*, 1936; *Pátria Morena*, 1937; *Direito e Doutores na Sucessão Filipina*, 1938; *Mulheres*

na Conquista e Navegação, 1938; *D. Luísa de Gusmão*, 1947; *Folhas do Meu Cadastro*, 1º Volume (1911-1925), 1940, *Idem*, 2º Volume (1926-1952), 1986, etc..

Foi colaborador da *Nação Portuguesa* (1914-1938).

I

J

Jayme Victor

Jayme Justino Victor nasceu em Torres Nova (1855 -?). De origem humilde, fica órfão de pai aos dois anos e começa a trabalhar muito cedo, fato que lhe impediu de seguir com os estudos formais e ingressar na Universidade. No entanto, desde cedo dedicara-se às letras, tendo colaborado em inúmeros periódicos de Lisboa e do Brasil como o *Diário de Notícias*, *Diário da Manhã*, *Jornal da Noite*, *Democracia*, *Renascença*, *Ocidente* e *Arquivo Literário*, por exemplo. Como escritor publicou alguns livros de poemas, dentre os quais relevamos, por exemplo, “*Herculano e Michelet*” (Lisboa, Tipografia Gutierrez da Silva, 1877).

Foi colaborador (bem como fundador e diretor) da *Brasil-Portugal* (1899-1914)

Cf. Innocencio Francisco da Silva, *Diccionario bibliographico Portuguez*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1883, Tomo X, p. 125 e 126.

João de Barros

O poeta, pedagogo e publicista português **João de Barros** (Figueira da Foz, 4 de Fevereiro de 1881 — Lisboa, 25 de Outubro de 1960) foi ainda um importante intelectual lusitano do século passado licenciado em Direito pela Universidade de Coimbra. Dedicou-se sobretudo às letras e à educação portuguesa, sendo autor de uma vasta obra na sua maior parte dispersa por publicações periódicas. No campo da poesia revelou-se sensível e inspirado, sendo autor de

uma obra ainda mal conhecida. Foi um entusiasta da aproximação luso-brasileira, tendo dirigido, com João do Rio, a revista *Atlântida* (1915-1920), que incluiu colaboração dos principais escritores lusófonos da geração de 1910-1920. No ano de 1920 foi eleito sócio da Academia Brasileira de Letras, muito provavelmente influenciado pela entusiasmada aproximação luso-brasileira que fomentou na revista. No âmbito político, foi um dos últimos Ministros dos Negócios Estrangeiros da Primeira República Portuguesa, integrante de um dos governos que se sucederam em 1925. Após a implantação da República assumiu os cargos de Diretor do Ensino Primário (1910), Diretor do Ensino Secundário e secretário-geral do ministério da Instrução (1915). Dedicou os seus últimos anos de vida à adaptação para a juventude de alguns dos mais famosos textos clássicos, publicando versões em prosa de *Os Lusíadas* de Luís Vaz de Camões e da *Odisséia* de Homero. Foi pai do Professor Henrique de Barros, que viria a ser Ministro de Estado e Presidente da Assembléia da República após a Revolução de 25 de Abril de 1974. Foi também sogro do primeiro-ministro Marcelo Caetano. Foi colaborador da revista *A Rajada* (1912), bem como fundador e diretor *Atlântida* (1915-1920)

João do Rio

João do Rio foi o pseudônimo literário do ilustre intelectual João Paulo Emílio Cristóvão dos Santos Coelho Barreto (também conhecido como Paulo Barreto). Filho de Alfredo Coelho Barreto, professor de matemática e positivista, e da dona de casa Florência dos Santos Barreto, Paulo Barreto nasceu em 1881 e desempenhou com maestria as atividades de jornalista, cronista, tradutor e dramaturgo. Estudou Português no Colégio São Bento, onde começou a exercer seus dotes literários, e aos 15 anos prestou concurso de admissão ao Ginásio Nacional (hoje, Colégio Pedro II). Em 1 de junho de 1899, teve seu primeiro texto publicado em *A Tribuna*, jornal de Alcindo Guanabara. Assinado com seu próprio nome

publicou uma crítica intitulada *Lucília Simões* sobre a peça *Casa de Bonecas* de Ibsen, então em cartaz no teatro Santana (atual Teatro Carlos Gomes). Desenvolvendo uma intensa atividade jornalística, João do Rio logo passa a ser conhecido como o primeiro homem da imprensa brasileira a ter o senso da reportagem moderna. Começou a publicar suas grandes reportagens que se tornaram muito famosas em todo o Brasil, entre as quais podemos citar “As religiões no Rio” e o famoso inquérito “Momento literário”. Ambas coleções foram posteriormente reunidas depois em livros e ainda hoje se configuram como uma leitura proveitosa e muito interessante, pois constitui excelente fonte de informações acerca da sociedade brasileira do final do século XIX. Nos diversos jornais nos quais trabalhou, tinha enorme popularidade, consagrando-se como o maior jornalista de seu tempo. Usou vários pseudônimos, além de João do Rio, destacando-se: Claude, Caran d’ache, Joe, José Antônio José. Como homem de letras, deixou obras de valor, sobretudo como cronista e é considerado, inclusive, como o criador da crônica social moderna. Eleito para a Academia Brasileira de Letras em sua terceira tentativa, em 1910, Paulo Barreto foi o primeiro a tomar posse usando o hoje famoso “fardão dos imortais”. Como dramaturgo, teve grande êxito a sua peça *A bela madame Vargas*, representada pela primeira vez em 22 de outubro de 1912, no Teatro Municipal. Deixou obra vasta, mas efêmera, que de modo algum corresponde à imensa popularidade que desfrutou em vida. Ao falecer, era diretor do diário *A Pátria*, que fundara em 1920, curiosamente para defender os interesses dos “poveiros”, pescadores lusos oriundos em sua maioria de Póvoa de Varzim, e que abasteciam de pescado a cidade do Rio de Janeiro. Com efeito, o grande engajamento de Barreto a favor da colônia portuguesa acarretou-lhe uma grande quantidade de inimigos, um sem-número de ofensas morais e até mesmo um covarde episódio de agressão física, quando, surpreendido enquanto almoçava sozinho num restaurante, foi surrado por um grupo de nacionalistas. Os restos mortais de João do Rio encontram-se sepultados no Cemitério de São João Batista, no bairro de Botafogo. Por

determinação de sua mãe, a biblioteca de João do Rio foi doada ao Real Gabinete Português de Leitura. Principais obras publicadas: *As religiões do Rio* (Paris: Garnier, 1904); *O momento literário* (Paris, Garnier, 1905?); *A alma encantadora das ruas*. (Paris, Garnier, 1908?); *Era uma vez...* (em co-autoria com Viriato Correia; Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1909); *Cinematographo: crônicas cariocas* (Porto, Lello & Irmão, 1909); *Fados, canções e danças de Portugal* (Paris, Garnier, 1910); *Dentro da noite* (Paris, Garnier, 1910?); *A profissão de Jacques Pedreira* (Paris, Garnier, 1911); *Psicologia urbana: O amor carioca; O figurino; O flirt; A delícia de mentir; Discurso de recepção* (Paris, Garnier, 1911); *Vida vertiginosa* (Paris, Garnier, 1911); *Portugal d'agora* (Paris, Garnier, 1911); *Os dias passam...* (Porto, Lello & Irmão, 1912); *A bela madame Vargas* (Rio de Janeiro, Briguiet, 1912?); *Eva* (Rio de Janeiro, Villas Boas, 1915); *Crônicas e frases de Godofredo de Alencar* (Lisboa, Bertrand, 1916?); *Pall-Mall Rio: o inverno carioca de 1916* (Rio de Janeiro, Villas Boas, 1917); *Nos tempos de Venceslau* (Rio de Janeiro, Villas Boas, 1917); *Sésamo* (Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1917); *A correspondência de um estação de cura* (Rio de Janeiro, Leite Ribeiro & Maurílio, 1918); *A mulher e os espelhos* (Lisboa, Portugal-Brasil, 1919?); *Na conferência da Paz* (3 v; Rio de Janeiro, Villas Boas, 1919-20); *Adiante!* (Paris, Aillaud; Lisboa, Bertrand, 1919); *Ramo de loiro: notícias em louvor* (Paris, Aillaud; Lisboa, Bertrand, 1921); *Rosário da ilusão...* (Lisboa, Portugal-Brasil; Rio de Janeiro, Americana, 1921?); *Celebridades, desejo* (Ed. Póstuma; Rio de Janeiro, Centro Luso-Brasileiro Paulo Barreto, 1932).

Foi colaborador bem como fundador e diretor *Atlântida* (1915-1920)

Cf. ainda Renato Cordeiro Gomes, *João do Rio: vielas do vício, ruas da graças*, Rio de Janeiro, Relume-Dumará, Prefeitura, 1996 (Série Perfis do Rio, n. 13.) e também João Carlos Rodrigues, *João do Rio: uma biografia*, Rio de Janeiro, Top books, 1996.

Joaquim Leitão

O escritor e jornalista português **Joaquim Antunes Leitão** era natural da cidade do Porto (1875) e era casado com Amélia de Abreu de Lima Tavares Cardoso Leitão. Após ter frequentado as Escolas Politécnicas de Porto e Lisboa – nas quais fizera os estudos preparatórios médicos – ingressou nas Escolas de Medicina das Universidades de Lisboa e do Porto. Sendo um intelectual respeitado, durante sua vida profissional foi designado a diversos cargos importantes, dentre os quais podemos destacar: Secretário Geral da Academia das Ciências de Lisboa; Diretor do Museu da Assembléia Nacional da Restauração; Inspetor das Bibliotecas, Arquivos e Museus Municipais de Lisboa; Sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras e Diretor Geral da Assembléia Nacional (1935-1945). Na condição de jornalista colaborou ativamente com a imprensa periódica do período, bem como da redação do *Jornal de Notícias* e *Correio da Manhã* e em revistas portuguesas e brasileiras, como a revista *Atlântida*, por exemplo. Entre 1911 a 1912, durante os anos de seu exílio, foi um dos diretores de *O Correio*, único jornal monárquico de Portugal que saía no Porto. Deixou como legado uma vasta produção, composta por vários gêneros literários abrangendo desde o romance, o conto e o teatro, até ensaios diversos e livros de história, assim como diversas traduções e colaborações com outros autores, ente os quais Faustino da Fonseca e Júlio Dantas. Principais obras publicadas: *Trenó da miséria* (1859); *Cabeça a Prêmio*: contos; *O Varre Canelhas*: novela transmontana; *Corpos e Almas*: contos; *Val d'Amores*; *A Impossível Paz*; *Uma Mulher Ciumenta*; *O Amor na renascença*; *Os Deuses Voltaram*; *Jardim da Saudade*; *Os Cegos*: peça em 3 atos; *O almirante dos mares orientais*; *A peste: aspectos morais da epidemia nacional*; *D. Carlos, o Desventuroso*; *O Palácio de S. Bento*; *Oração à Pátria*; *Anais Políticos da República Portuguesa*; *Embaixada Histórica*; *Do civismo e da arte no Brasil*; *A comédia política*; *Diário dos vencidos: subsídios para a história de Revolução de Cinco de Outubro*; *Os cem dias funestos: processo e condenação do último Presidente do*

Conselho de 1910, Antônio Teixeira de Sousa, e do seu livro, "Para a história da Revolução"; Da proclamação da República às primeiras tentativas de Restauração: Outubro de 1910 - Março de 1911; Gênio da desgraça: na hora centenária de Camilo; Leopardi; A beleza venceu; A mulher na obra de Gil Vicente; Italianismo e D. Dinis na "Divina Comédia"; O maior romancista inglês do século XIX; A máscara de Veneza; Racine, cortesão; Egas Moniz, escritor; Canção do regresso: novela; Livros de S. Bento: memória; Romeiros do Atlântico; Vila Cova do Alva - terra de encanto e poesia; Eça de Queiroz acadêmico, entre outras. Também assinalamos as importantes traduções para o português das obras de Dmitri Merejkowsky, Leão Tolstói, John W. Harding, C. Albin de Cigala, Paulo Mantegazza, J. Haring, Luísa Maria Linares, Jean Louis Dubut de Laforest e Louis Constant Wairy.

Foi colaborador da revista *Atlântida* (1915-1920).

Cf. ainda *Dicionário biográfico das personalidades em destaque do nosso tempo*, Lisboa, Portugália, 1947, p. 405-406 e *Espólios da Biblioteca Municipal do Porto*, Porto, Câmara Municipal do Porto, 2008, p. 14-15, disponível também em: http://www.cm-porto.pt/users/0/58/CatlogoBPMP_2cc8c856110630e1d73565eca1369d73.pdf.

L

Lopes de Mendonça

Henrique Lopes de Mendonça (1856-1931), importante militar, historiador, arqueólogo naval, professor, conferencista, dramaturgo, cronista e romancista português, foi o autor de *A portuguesa*, hino nacional de Portugal e também um dos diretores da revista *Serões* (1901-1911). Ingressou na Armada Portuguesa como Aspirante da Marinha em 1871 e terminou sua

carreira militar como Capitão de Mar e Guerra. Foi professor da escola Prática de Artilharia Naval, então instalada a bordo da Fragata D. Fernando II e Glória. Como escritor e dramaturgo, Lopes de Mendonça iniciou a sua carreira em 1884 com a peça *A Noiva*. A sua obra seguinte, a peça *A Morta*, foi coroada com o prêmio D. Luís I da Academia de Ciências de Lisboa. Em Agosto de 1889 escreveu uma obra em que historiou metodicamente os feitos da Armada Portuguesa nos séculos XV e XVI à qual deu o título de *Estudos sobre Navios Portugueses dos séculos XV e XVI*. Por ocasião do Ultimato Inglês de 1890, escreveu para a música de Alfredo Keil, a marcha *A Portuguesa* que, em 1910 o Governo da República adotou como Hino Nacional. Entre 1897 e 1901 foi Bibliotecário da Escola Naval, e professor da cadeira de História da Escola de Belas-Artes de Lisboa. Em 1900 foi eleito membro efetivo da Academia das Ciências de Lisboa, da qual veio a ser nomeado presidente posteriormente em 1915. Em 1925 integrou o grupo de fundadores da Sociedade Portuguesa de Autores. Lopes de Mendonça também fez parte da Academia Brasileira de Letras desde 1923, tornou-se sócio do Instituto de Coimbra, membro Honorário do Clube de Londres, vogal do Conselho de Arte Dramática e membro das Comissões Oficiais dos Centenários de Colombo e de Vasco da Gama. Deixou quase uma centena de obras literárias de vários gêneros, peças de teatro, poesias, romances e estudos históricos, dentre as quais podemos citar: *O Padre Fernando Oliveira e A Sua Obra Náutica*, *Memórias Acadêmicas*, *Estudos Sobre Navios Portugueses Nos Séculos XV E XVI*, *Os Órfãos De Calecut*, *Terra De Santa Cruz*, *Cenas Da Vida Heróica*, *A Noiva* (1884), *O Duque de Viseu* (1886), *A Morta* (1890), *Afonso De Albuquerque* (1898), *Amor Louco* (1899), *O Salto Mortal*, *Nó Cego* (1905), *O Azebre* (1909), *Auto das Tágides* (1911), *A Herança e a Saudade e o Crime de Arronches* (1924).

Foi colaborador (bem diretor) da revista *Serões* (1901-1911)

Lorjó Tavares

José Bernardo Camilo Lorjó Tavares nasceu no dia 21 de dezembro de 1857 na cidade de Faro, em Portugal. Dividindo suas atividades entre o jornalismo e a dramaturgia foi, durante onze anos, redator do *Correio da Noite*, além de ter sido colaborador do *Correio Português*, *Ocidente*, *Ilustração Portuguesa*, *Comércio Português*, *Diário da Manhã*, entre outros. No campo editorial, destacamos ainda os periódicos que fundou – *Perfis Contemporâneos* e a já citada *Brasil-Portugal* –, junto com Jayme Victor e Ernesto Bartolomeu. O legado teatral de Lorjó Tavares, considerado incipiente pelos seus contemporâneos, só obteve algum reconhecimento no fim de sua carreira como escritor e apenas alguns anos antes de sua morte. No entanto, no círculo jornalístico, (pelo menos em Portugal) sua figura era muito apreciada, como já podemos notar, tanto pelo número de periódicos no qual foi colaborador, quanto pelo relevo das publicações que fundou e dirigiu. No mais, consta apenas que falecera na cidade de Colares em 1939.

Foi colaborador das revistas *Ocidente* (1878-1915), *Ilustração Portuguesa* – (1903-1924), bem como fundador e diretor da *Brasil-Portugal* (1899-1914).

Cf. Eugênio Lisboa (coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, (vol. II), Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, p.404 e José Sousa Bastos, *Carteira do artista: apontamentos para a história do teatro português e brasileiro*, Lisboa, Antiga Casa Bertrand/José Bastos, 1898, p.458.

Lúcio José dos Santos

O mineiro **Lúcio José dos Santos** (Cachoeira do Campo, 1875 – Belo Horizonte, 1944), era graduado como Engenheiro Civil e de Minas pela Escola de Minas de Ouro Preto e, posteriormente, também atuou como professor da instituição. Lecionou também em vários estabelecimentos de ensino médio de Minas Gerais. Formou-se em Direito pela Universidade

de São Paulo, em 1908. Em 1922, foi nomeado professor da Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais (UMG). Foi nomeado reitor da UMG durante o período entre Março de 1931 a maio de 1933. Durante a vida foi condecorado em diversos países e produziu obras científicas importantes.

Foi colaborador da *Atlântida* (1915-1920).

Luís de Almeida Braga

Luís Carlos de Lima de Almeida Braga (1886 - 1970), também conhecido simplesmente como **Luís de Almeida Braga**, foi advogado, literato, político português, um dos fundadores do Integralismo Lusitano e destacou-se no cenário político português pelo seu engajamento no combate à Primeira República Portuguesa e ao Estado Novo. Defensor apaixonado da Monarquia, desde muito jovem dirigiu o semanário monárquico de Coimbra, Pátria Nova. Iniciou seus estudos em Braga, no Colégio do Espírito Santo, e posteriormente interrompe seus estudos em Direito para participar nas incursões monárquicas de 1911, contra a República, sob o comando de Paiva Couceiro e ao lado de Francisco Rolão Preto. Na sua passagem pela Espanha, estabeleceu relações com o movimento carlista de Juan Vázquez de Mella, saindo depois para o exílio na Bélgica onde frequentou os círculos do sindicalismo católico. Frequentou ainda as Universidade de Bruxelas, onde fundou a revista *Alma Portuguesa* (1913) e na qual cunhou a expressão “Integralismo Lusitano”, para designar um movimento estético-filosófico de renascimento católico. Em 1914, a expressão “Integralismo Lusitano” vem a designar um movimento político-cultural estabelecido em torno da revista *Nação Portuguesa* (Coimbra), cujo índice programático, como já vimos, se proclamava “Monarquia tradicional, orgânica e anti-parlamentar”. Após o seu retorno a Portugal, em 1916 consegue concluir a sua licenciatura em Direito na Universidade de Coimbra e se torna membro da Junta Central do Integralismo Lusitano. Em 1919, volta a estar ao lado de Paiva

Couceiro, desta vez como seu secretário no governo da Monarquia do Norte, sendo forçado a sair de novo para o exílio quando esta facção é derrotada. Em 1932 novamente resolve trilhar os caminhos da imprensa e funda, com Hipólito Raposo, a revista *Integralismo Lusitano – Estudos Portugueses*, que se torna um órgão de resistência à instalação do Estado Novo de Oliveira Salazar, e apoiando o Movimento Nacional-Sindicalista dirigido por Francisco Rolão Preto. Como advogado, após a morte de D. Manuel II, ocorrida em 1932, destacou-se na defesa dos direitos de D. Duarte Nuno aos bens vinculados da Casa de Bragança, com os quais Salazar estabeleceu a Fundação da Casa de Bragança. Após a morte de Hipólito Raposo, também importante liderança de referência dos integralistas, Luís de Almeida Braga veio ainda combater o regime de Oliveira Salazar ao lado das jovens gerações: em 1957, esteve com a constituição do Movimento dos Monárquicos Independentes; apoiou e promoveu com Rolão Preto a candidatura do general Humberto Delgado à presidência da República, destacando-se uma vez mais como advogado, agora na defesa de Henrique Galvão. Esteve depois com Francisco Rolão Preto, Mário Saraiva e Henrique Barrilaro Ruas no lançamento do movimento da “Renovação Portuguesa” e da “Biblioteca do Pensamento Político”, em torno da qual se vieram a juntar Manoel Galvão, Antônio Jacinto Ferreira, Fernão Pacheco de Castro, Sá Perry-Vidal, entre outros. Dirigiu o Instituto Minhoto de Estudos Regionais e respectivo órgão de comunicação, a revista *Mínia*. Foi também presidente da Confraria do Bom Jesus do Monte. Principais obras publicadas: *O Culto da Tradição*, 1916; *Mar Tenebroso*, 1918; *Paixão e Graça da Terra*, 1932; *Sob o Pendão Real*, 1942; *Posição de Antônio Sardinha*, 1943; *A Revolta da Inteligência*, 1944; *Nuvens sobre o Deserto*, 1954 e *Espada ao Sol*, 1969.

Foi colaborador (bem como um dos fundadores) da *Nação Portuguesa* (1914-1938).

Cf. Eugênio Lisboa (coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, (vol. III), Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, p.327.

M

Malheiro Dias

O escritor, jornalista e historiador português *Carlos Malheiro Dias* (1875-1941) concluiu a licenciatura no Curso Superior de Letras pela Universidade de Lisboa. Filho de pai português e mãe brasileira, tentou conciliar e desenvolver sua carreira entre seus dois países de origem num momento muito emblemático para as relações luso-brasileiras, como já vimos. Com efeito, fixou residência no Brasil em dois períodos distintos: primeiramente em 1893, quando integrou a legião de emigrados portugueses que rumavam para o Brasil em busca de uma nova vida e depois, entre 1913 e 1935, na condição de literato reconhecido, quando exilou-se no Brasil em virtude das divergências políticas (Dias era monarquista e o regime republicano tinha acabado de se instaurar no país). No Brasil desenvolveu intensa atividade intelectual representada sobretudo pelo jornalismo e através da sua atuação incisiva nas instituições culturais portuguesas localizadas no Rio de Janeiro. Foi defensor apaixonado da aproximação cultural luso-brasileira e por isso, ganhou muitos inimigos entre a intelectualidade nacionalista antilusitanos da época. Apesar de português de nascimento, nunca deixou de mencionar a ascendência brasileira pelo lado materno especialmente nos momentos mais críticos de embate com a facção xenófoba da então intelectualidade local e frequentemente utilizava essa ligação familiar como justificativa para fomentar o vínculo histórico e cultural entre Brasil e Portugal. O período “brasileiro” de Dias entre 1893 e 1897 sublinhou não só sua estréia e afirmação (bem como a polêmica) no âmbito literário mas também proporcionou um estreitamento de laços com o comércio e , notadamente, os homens importantes que moviam a

economia e os negócios luso (brasileiros) no período. Desse modo, data desde essa época o bom relacionamento e o prestígio que Malheiro Dias tinha com os dirigentes das instituições patrocinadas pela elite, como a Beneficência Portuguesa e o Gabinete Português de Leitura. Regressando a Portugal desempenhou o cargo de deputado entre 1897 a 1910. Com a Proclamação da República Portuguesa (1910), exilou-se voluntariamente no Brasil, onde permaneceu até 1935. Posteriormente abandonou a ficção para dedicar-se à historiografia e temas cívicos e políticos. Coordenou a publicação da monumental *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (1921), com reconhecida maestria, em que confluíram o realismo historicista e o neo-romantismo nacionalista. Fundou e dirigiu a famosa revista carioca *O Cruzeiro* (1928). Além de ter sido diretor da revista *Ilustração Portuguesa*, foi também um dos fundadores da Academia Portuguesa de História (1936), considerada sucessora da Academia Real de História Portuguesa. Foi membro-correspondente da Academia Brasileira de Letras (ABL), sucedendo a Eça de Queiroz. Conjugando em si as atividades de romancista, contista e cronista, é considerado um dos maiores e mais talentosos escritores portugueses da geração seguinte à do autor de *O primo Basílio*. Da sua vasta obra publicada, além da já citada *História da Colonização Portuguesa do Brasil* (1921), destacamos: *Cenários - Fantasias sobre a História Antiga* (1894), *O Filho das ervas* (1900), *Os Telles de Albergaria* (1901) e *Paixão de Maria do Céu* (1902); da peça teatral *O Grande Cagliostro* (1905), *A Vencida* (1907), *O Estado Atual da Causa Monárquica* (1913), *Exortação à Mocidade* (1924) e *O Piedoso e o Desejado* (1925).

Foi colaborador da revista *Atlântida* (1915-1920), *Serões* (1901-1911), bem como um dos diretores da *Ilustração Portuguesa* (1903-1924).

Cf. ainda Plínio Salgado, Carlos Malheiro Dias, *Pensadores brasileiros: Pequena Antologia*, Lisboa., Livraria Bertrand, s.d., p. 133-154; Joaquim Paço d'Arcos, Carlos Malheiro Dias:

Escritor Luso-Brasileiro, *Ocidente*, LX (274-277), p. 1-76; João Bigotte Chorão, *Carlos Malheiro Dias na ficção e na História*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa (ICALP), 1992; Raimundo de Menezes, *Dicionário literário brasileiro (2ª ed.)*, LTC, 1978; Celso Pedro Luft, *Dicionário de literatura portuguesa e brasileira (2ª ed.)*, Rio de Janeiro; Ed. Globo, 1969; Eugênio Lisboa (coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, (vol. III), Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, p.164; Jorge Luis dos Santos Alves, *Carlos Malheiro Dias: Trajetória de um intelectual português no Brasil*, *Anais da XXVII Reunião da Sociedade Brasileira de Pesquisa Histórica*, Rio de Janeiro, 2008, disponível em: <http://sbph.org/2008/historia-arte-e-representacoes/jorge-santos-alves>.

N

Navarro da Costa

Mário Navarro da Costa (Rio de Janeiro, 1883 — Florença, 1931) foi um pintor e diplomata brasileiro. Faleceu na Itália servindo como cônsul. Considerado como um excelente pintor de marinhas, o Salão Nacional de Belas Artes premiou-o com uma medalha de prata em 1912 e com uma de ouro, em 1920. Esteve em Portugal, cuja paisagem lhe serviu de inspiração para algumas das suas obras. A Itália também repercutiu muito significativamente na obra do artista, sobretudo no período no qual ali residira.

Foi colaborador (e diretor artístico) da *Atlântida* (1915-1920).

Cf. José Roberto Teixeira Leite, *Dicionário crítico da pintura no Brasil*, Rio de Janeiro, Artlivre, 1988.

Nuno Simões

Nuno Simões nasceu em Vila Nova de Famalicão a 30 de Janeiro de 1894 e faleceu a 26 de Julho de 1976. Figura ímpar do republicanismo português se destacou nas funções de Governador Civil de Vila Real, integrante do Supremo Tribunal Administrativo, Deputado e Ministro do Comércio e das Comunicações em três governos da 1ª República (entre 1921 e 1925), economista, jornalista, advogado e ainda como um dos grandes defensores do Luso-Brasileirismo. Também advogou em favor da política do “espaço econômico” entre Portugal e as colônias e estimulou as relações com o Brasil, onde tinha vários amigos. Por seu grande destaque no âmbito cultural, em 1968 foi agraciado pelo Município de Vila Nova de Famalicão com a “Medalha de Ouro”, recebendo o grau de Grande-Oficial da Ordem de Benemerência, nesse mesmo ano. Posteriormente, o Dr. Nuno Simões doou à Biblioteca Municipal a sua valiosa biblioteca, que se constitui até hoje como preciosa fonte de informação sobre o Brasil e guardião de obras raras, já que muitos livros doados com dedicatórias e autografados pelos seus autores. No âmbito político, dedicou-se ao estudo dos problemas internos do país, a nível econômico, social, político e cultural onde defende o regionalismo, o vinho o Porto e a sua marca internacional, a indústria portuguesa, a agricultura, o comércio e a emigração, coincidindo estes interesses com as posições que ocupa na política nacional, já que em 1913 tinha sido nomeado Sub-Delegado da República para a comarca de Vila Nova de Famalicão. Durante o seu primeiro mandato como ministro à frente da pasta do Comércio e Comunicações, se empenhou em produzir leis que se relacionassem com a obtenção de recursos para iniciar uma política de fomento de portos e marinha mercante, assim como dos transportes ferroviários pelo país. Em seu segundo mandato ainda como representante supremo do Comércio e Comunicações, destacou-se por organizar a primeira classificação oficial dos monumentos históricos, pela lei n.º 1700, de 8 de Julho de 1924, formando, assim, a Direção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, então

dividida quatro seções (Lisboa, Porto, Coimbra e Évora). Na terceira gestão, exercida no mandato de Domingos Pereira, sublinhamos a lei que previa a proteção à marinha mercante nacional e a criação da Junta Autônoma das Estradas. Concomitantemente ao desenvolvimento de sua carreira política sempre procurou fomentar as relações de seu país com o Brasil e foi um dos intelectuais portugueses mais entusiastas da aproximação luso-brasileira, sobretudo pela sua presença constante ao defender a causa em revistas e jornais, nacionais e internacionais ao lado de outras figuras de destaque na sociedade lusitana que compartilhavam a mesma opinião: Consiglieri Pedroso, Bettencourt Rodrigues, João de Barros, Graça Aranha, Paulo Barreto, Antônio Sergio, Jaime Cortesão, Assis Chateaubriand, entre outros. Em 1925 foi alvo de uma campanha injuriosa na imprensa portuguesa que culmina na sua prisão. Desiludido com a vida política desde tais acontecimentos, abdica dessa carreira aos 32 anos e passa a se dedicar somente à advocacia e à consultoria empresarial. Ao longo da sua vida foi condecorado muitas vezes, dentre as quais destacamos: a Ordem do Cruzeiro do Sul (1953), Grande Oficial da Ordem do Rio Branco (1968) e postumamente a Grande Oficial da Ordem do Infante D. Henrique.

Foi colaborador da *Atlântida* (1915-1920)

Cf. Arminda E. Ferreira, *O Luso-Brasileirismo na Perspectiva de Nuno Simões. Esboço de um estudo de natureza Biográfica*, Vila Nova de Famalicão, Edições Quase, 2005 ; _____. Nuno Simões: o pensamento colonialista de um republicano, *Revista Africana* n.º 26/27, 2003, Porto, Universidade Portucalense e Cf. Eugênio Lisboa (coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, (vol. III), Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, p.481.

O

Pequito Rebelo

José Adriano Pequito Rebelo (1893-1983), também membro e fundador do Integralismo Lusitano, se destacou no cenário português como cientista e político no movimento agrário. Detentor de grande fortuna, pode financiar diversas publicações monárquicas integralistas como a revista *Nação Portuguesa* ou o jornal *A Monarquia*. Durante a 1ª Grande Guerra, participou como combatente oficial miliciano de Artilharia. Durante a guerra civil espanhola, engajou-se como voluntário nas forças nacionalistas, vindo a disponibilizar, inclusive, o seu avião particular para múltiplas missões políticas e diplomáticas. Teve importante papel no combate que os integralistas lusitanos desenvolveram contra a “Salazarquia” e na desvinculação dos monárquicos ao “Estado Novo”. Em 1949, organizou uma lista agrária independente nas eleições para a Assembleia Nacional, suscitando forte polémica com a candidatura da União Nacional e com o Partido Comunista. No ano seguinte, foi um dos subscritores da atualização doutrinária do Integralismo Lusitano intitulada “Portugal Restaurado pela Monarquia”. No período das guerras da África (1961-74), disponibilizou-se ao serviço das forças militares portuguesas em Angola, integrando, mais uma vez com o seu avião particular, as “*Formações Aéreas de Voluntários*”. Contudo, não deixara de se opor energicamente ao Estado Novo, acompanhando e incentivando todas as ações que visassem a sua desintegração bem como a divulgação ativa dos princípios do Integralismo Lusitano, como o lançamento da *Editores Biblioteca do Pensamento Político*, a constituição do movimento da *Renovação Portuguesa*, etc. Em 1975, foi expropriado dos bens fundiários que possuía no Alentejo. Durante o chamado “PREC”, integrou a primeira linha do combate contra a sovietação dos campos e da política portuguesa. Posteriormente foi empossado no

cargo de conselheiro do Duque de Bragança, em 1 de Dezembro de 1978, no qual se manteve até o seu falecimento.

Principais obras publicadas: *Pela Dedução à Monarquia*, 1922; *Meditações de Fátima*, 1942; *O Aspecto Espiritual da Aliança Inglesa - Ensaio de Crítica Histórica*, 1945; *As Eleições de Portalegre*, 1949; *Em Louvor e Defesa da Terra*, 1949; *O Meu Testemunho*, 1949; *Um Documento Revelador*, 1974, *Boas e Más Reformas Agrárias*, 6 vols., 1975; *A Invasão Soviética do Alentejo*, 1979.

Foi colaborador (bem como um dos fundadores) da *Nação Portuguesa* (1914-1938).

Q

R

Rolão Preto

Francisco de Barcelos Rolão Preto nasceu em 5 de Fevereiro de 1894, no Gavião (Abrantes). Quando era apenas um estudante de liceu se juntou na Galiza às tropas que, comandadas por Paiva Couceiro, desencadearam as incursões monárquicas a partir de 1911. Refugiado na Bélgica, tornou-se o secretário da revista *Alma Portuguesa*, na qual Luís de Almeida Braga inaugurara o termo “Integralismo Lusitano”. Posteriormente retomou os seus estudos no Liceu Português de Lovaina (criado pelo Professor Mendes Pinheiro), e frequentou a Universidade da mesma cidade, licenciando-se em Ciências Sociais. Concluiu o curso de Direito, em 1917, durante sua estadia em Toulouse. De passagem por Paris, antes de retornar a Portugal, conheceu alguns intelectuais importantes do nacionalismo francês da época, como Maurice Barrès (republicano) ou Charles Maurras, Léon Daudet, Jacques Bainville (monárquicos), que muito influenciaram a direção da *Nação Portuguesa*, como vimos. Em 1917, de volta ao seu país natal, Rolão Preto também participou ativamente do jornal

integralista da tarde, *A Monarquia*. Em 1920, durante o período de prisão de Hipólito, Rolão Preto assumiu a direção do jornal *A Monarquia* e da organização do Integralismo Lusitano. Cooptado para a sua Junta Central, em 1922, veio depois desempenhar destacado papel nas ações conspirativas que vieram a derrubar o regime parlamentar republicano, em 28 de Maio de 1926. Estreito colaborador do General Gomes da Costa, foi Rolão Preto o autor do Manifesto em 12 pontos afixado nas paredes de Braga, no qual se formulavam as bases programáticas do movimento militar que se iniciava e que chamavam os portugueses às armas. A partir de 1932, estando à frente o “Movimento Nacional-Sindicalista” (MNS), acentuou-se o destaque de Rolão Preto no cenário político lusitano, sobretudo porque o movimento recém-fundado desafiava o Salazarismo emergente. Com efeito, o movimento pretendia especialmente o autoritarismo de Salazar que, apesar de também se auto-proclamar como seguidor das tradições cristãs, revelou-se um excelente ditador forjado nos moldes fascistas. Em 1974, por iniciativa da “Convergência Monárquica”, foi fundado o “Partido Popular Monárquico” (P.P.M.), do qual foi confiada a Presidência do diretório e do Congresso a Rolão Preto. Francisco Rolão Preto morreu em 19 de Dezembro de 1977. Em 10 de Fevereiro de 1994, foi condecorado, postumamente, pelo Presidente da República, Mário Soares, com a Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, pelo seu patriotismo e “entranhado amor pela liberdade”.

Obras mais significativas publicadas: *A Monarquia é a Restauração da Inteligência*, Lisboa, 1920; *Para Além do Comunismo*, Coimbra, 1932; *Orgânica do Movimento Nacional Sindicalista*, Lisboa, 1933; *Salazar e a Sua Época: Comentário às Entrevistas do Atual Chefe do Governo com o Jornalista Antônio Ferro*, Lisboa, 1933; *Justiça!*, Lisboa, 1936; *O Fascismo*, Guimarães, 1939; *Em Frente! Discurso pronunciado pelo Dr. Rolão Preto no banquete dos intelectuais nacionalistas*, Castelo Branco, 1942; *Para Além da Guerra*, Lisboa,

1942; *A Traição Burguesa*, Lisboa, 1945; *Inquietação*, Lisboa, 1963; *Carta aberta ao Doutor Marcello Caetano*, Lisboa, 1972.

Foi colaborador da *Nação Portuguesa* (1914-1938).

S

T

Tomé Barros Queirós

O comerciante, capitalista e político do período da Primeira República Portuguesa (que, dentre outras funções, desempenhou os cargos de deputado, Ministro das Finanças, Ministro da Instrução Pública e Presidente do Conselho de Ministros) Tomé José de Barros Queirós nasceu em 2 de Fevereiro de 1872, em Quintãs, Ílhavo, e morreu em 5 de Maio de 1926, em Lisboa. Também foi membro da Maçonaria. Apesar de pertencer a uma família instruída e tradicional – o seu tio-bisavô, o desembargador Joaquim José de Queirós, tinha sido um dos líderes da revolução liberal de 1820 – foi compelido a transferir-se para Lisboa com seu pai quando tinha apenas oito anos para, junto com seu progenitor, trabalhar e tentar tirar a família da miséria. Desde muito cedo exercera inúmeras profissões para ajudar a sua família, desde aprendiz de oficina até caixeiro. Na condição de caixeiro obtém certa prosperidade e consegue, inclusive, a se tornar proprietário da casa José de Oliveira. Foi alfabetizado somente na idade adulta, depois de matricular-se em aulas noturnas numa escola comercial. Como caixeiro, foi ainda um dos fundadores de *A Voz do Caixeiro* e colaborador do *O Caixeiro*. Em 1888, quando tinha apenas 16 anos, filiou-se ao Partido Republicano, onde se destacou como um membro atuante. Durante esta sua trajetória partidária, colaborou no jornal *A Luta*. Foi Ministro das Finanças em duas ocasiões (1915 e 1921). Malgrado sua brilhante carreira e os constantes convites para novos cargos sempre declinados, foi, todavia, nos Caminhos de Ferro Portugueses que mais se relevaram suas qualidades como administrador

público e méritos de gestor financeiro. Com efeito, foi uma personalidade muito respeitada de seu tempo que, apesar de sua origem humilde era frequentemente consultado sobre as questões tributárias e de alta finança.

Principal obra publicada: *Apontamentos para o estudo dos impostos proporcional e progressivo*, Guimarães & C^a Editores, Lisboa, 1917.

Foi colaborador da revista *Atlântida* (1915-1920).

U

V

Veiga Simões

O político, diplomata e escritor **Alberto da Veiga Simões** (1888 – 1954), natural de Arganil, era formado em Direito na Universidade de Coimbra. Após uma breve carreira de advocacia e também no jornalismo – ao ocupar a direção de um periódico de Arganil e a chefia de redação no *Diário de Coimbra*, ainda na segunda década do século XX –, foi ministro dos Negócios Estrangeiros no início dos anos 20. Em 1911 ingressa na carreira diplomática e, no exercício de suas funções, esteve no Brasil (Manaus e Pará), Viena de Áustria, Praga, Budapeste, Bruxelas e em Berlim. Pouco simpatizante de Salazar, acabou afastado da carreira diplomática e transfere-se para a França em exílio, onde falece. A sua atividade literária foi concentrada sobretudo na segunda década do século XX, com a publicação de ensaios, peças de teatro e o livro de contos *Nitockris*. Nos anos 30 publicou diversos ensaios sobre política e História, entre os quais uma biografia sobre o Infante D. Henrique.

Foi colaborador da revista *Atlântida* (1915-1920).

Cf. Eugênio Lisboa (coord.), *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, (vol. III), Lisboa, Publicações Europa-América, 1994, p.380.

Vitor Viana

O carioca **Vitor Viana** (23/12/1881 – 21/08/1937) foi um homem das letras que conjugou as atividades de jornalista, professor, crítico literário e ensaísta. Eleito em 11 de abril de 1935 para a Cadeira n. 12, na sucessão de Augusto de Lima, foi recebido em 10 de agosto de 1935, pelo acadêmico Celso Vieira. Foi filho do ilustre professor da Escola Nacional de Belas Artes Ernesto da Cunha de Araújo e de Teresa de Figueiredo Araújo Viana. Após concluir os estudos de humanidades e de Direito, entrou para o jornalismo. Direcionou sua carreira aos problemas nacionais constitucionais, tornando-se exímio articulista de assuntos econômicos e financeiros. Colaborou nos jornais *O século*, *Cidade do Rio*, *Imprensa* (de Alcindo Guanabara), passando para *O Paiz* e, finalmente, para o *Jornal do Commercio*, do qual chegou a ser o redator principal e diretor. Durante a 1ª. Guerra Mundial, foi um dos comentadores mais informados dos acontecimentos da guerra. Foi ainda bibliotecário da Escola Nacional de Belas Artes, professor da Escola de Altos Estudos e professor de Geografia Industrial e História das Indústrias na Escola Nacional de Artes e Ofícios Venceslau Brás. Também integrou a comissão incumbida de elaborar o Código Aduaneiro. Representou o governo da União no Congresso da Instrução Primária, reunido no Rio de Janeiro em 1921. Fez parte do Conselho Superior de Comércio e Indústria. Serviu em comissão junto ao gabinete do ministro da Fazenda, de 1919 e 1922, e junto ao gabinete do ministro da Agricultura, de 1922 a 1925. A seguir assumiu o cargo de superintendente dos estabelecimentos do Ensino Comercial. Seu nome aparece no Almanaque do Ministério das Relações Exteriores como redator do respectivo Boletim de 1926 a 1929. Era membro do Conselho Federal de Comércio Exterior e da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro e membro titular da Sociedade Brasileira de Direito Internacional, por proposta de Amaro Cavalcanti, em virtude dos artigos publicados sobre a guerra e a Liga das Nações.

Principais obras publicadas: *Formação econômica do Brasil: história* (1922); *O Banco do Brasil Sua formação, seu engrandecimento, sua missão nacional* (1926); *Uma constituição do século XX: O Código de Weimar e a moderna Alemanha, ensaio* (1931); *A nova Constituição espanhola Liberalismo, democracia, ensaio* (1932); *A Constituição inglesa O liberalismo e os partidos políticos, ensaio* (1933); *A Constituição francesa Os imortais princípios e os partidos políticos, ensaio* (1933); *A Constituição austríaca: A racionalização do poder e a representação de classes, ensaio* (1933); *A Constituição dos Estados Unidos: As lições de uma longa experiência, ensaio* (1933); *O regime fascista e a democracia: A utopia reacionária e as realidades brasileiras, ensaio* (1933).

Foi colaborador da *Atlântida* (1915-1920).

BIBLIOGRAFIA

Fontes Primárias

A Águia -1ª e 2ª séries

A Rajada (1912)

Atlântida (1915-1920)

Brasil-Portugal (1899-1914)

Ilustração Portuguesa - 1ª e 2ª séries

Nação Portuguesa (1914-1938)

Ocidente (1878-1915)

Orpheu (1915)

Serões (1901-1911)

Bibliografia geral

ABDALA JÚNIOR, B.; PASCHOALIN, M. A. *História social da literatura portuguesa*. São Paulo: Ática, 1982

ABDALA JÚNIOR, Benjamin (org). *Incertas relações: Brasil-Portugal no século XX*. São Paulo: SENAC, 2003.

AGUIAR, Armando de. *Portugueses no Brasil*. Lisboa: Tip. da Imprensa Nacional, 1945.

AMORA, Antônio Soares. *História da literatura brasileira*. São Paulo: Edição Saraiva, 1960.

- ARCOS, Joaquim Paço d'. Carlos Malheiros Dias, escritor luso-brasileiro. In: *Ocidente, LX* (274-277) (1961): 1-76.
- AZEVEDO, Manuela (org). *Cartas a João de Barros*. Lisboa: Edições “Livros do Brasil”, 1971.
- AZEVEDO, Manuela. *Cartas políticas a João de Barros*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1982.
- ALEXANDRE, Valentim. *Velho Brasil, Novas Áfricas – Portugal e o Império (1808-1975)*. Porto: Edições Afrontamento, 2000.
- ALMADA NEGREIROS, José de. *Orfeu*. 1915-1965. Lisboa: Ática, 1993;
- ALVES, Dário Moreira de Castro. *Luso-brasilidades: 500 anos*. Fortaleza: Casa de José de Alencar, Programa Editorial, 1999.
- ALVES, Jorge Fernandes. Terra de Esperanças – O Brasil na emigração portuguesa, In: *Portugal e Brasil – Encontros, desencontros, reencontros*, Cascais, Câmara Municipal, VII Cursos Internacionais, 2001, p. 113-128. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo11201.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2011.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Eugênio de. Inquérito: O significado histórico de Orfeu: 1915-1975. In: *Colóquio Letras*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, n.26, jul. 1975, p.10.
- BARBOSA, José. *As relações luso-brasileiras: a imigração e a desnacionalização do Brasil*. Lisboa: Edição de José Barbosa, 1909.
- BARREIRA, Cecília. Três nótuas sobre o Integralismo lusitano (evolução, descontinuidade, ideologia nas páginas da *Nação Portuguesa*, 1914-1926). In: *Análise Social*. Lisboa, 1982, vol. XVIII (no. 72, 73, 74), p. 1421-1429.
- BARROS, João de. *Hoje, Ontem, Amanhã*. Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1950.
- _____. *Presenças do Brasil*. Lisboa: Edições Dois Mundos, [s.d.]

_____. *Sentido do Atlântico: uma campanha luso-brasileira*. Paris: Aillaud e Bertrand, 1921.

_____. *Caminho da Atlântida: uma campanha luso-brasileira*. Paris: Aillaud e Bertrand, 1921.

BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

BETHEL, Leslie (Org.). *História da América Latina*. São Paulo: EDUSP/Imprensa Oficial do Estado; Brasília: FUNAG, 2001. v. III.

_____. Brazil and the idea of "Latin America" in historical perspective. *Estud. hist. (Rio J.)*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 44, Dec. 2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010321862009000200001&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 20 ago. 2010. doi: 10.1590/S0103-21862009000200001.

BILAC, Olavo; NETO, Coelho. *Contos Pátrios* (para as crianças). Rio de Janeiro: Livraria. Francisco Alves, 27ª edição, 1931.

BLAKE, Sacramento. *Dicionário bibliográfico brasileiro*. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1970, 7 v.

BORGES, Paulo A. E. *Pensamento atlântico: estudos e ensaios de pensamento luso-brasileiro*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 2002.

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1999, (34ª Edição).

_____. *O pré-modernismo*. 5. ed. São Paulo: Cultrix, s/d.

_____. As letras na Primeira República. In: FAUSTO, Boris (org.). *O Brasil republicano, sociedade e instituições (1889 - 1930)*. São Paulo; Rio de Janeiro: Difel, 1978.

BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. (org. de Sergio Micelli). São Paulo, Editora Perspectiva, 1974.

_____. *Meditações Pascalinas*. Oeiras: Celta Editora, 1998

BRUIT, Héctor H. A Invenção da América Latina. In: *Anais Eletrônicos do V Encontro da ANPHLAC*. Belo Horizonte - 2000. ISBN 85-903587-1-2. Disponível em: http://www.anphlac.org/periodicos/anais/encontro5/hector_bruit.pdf. Acesso em: 20 ago. 2010

BRUNO, Sampaio. *O Brasil Mental*. Porto: Livraria Chadron, 1898.

CABRAL, Maria Manuela. *A geração de Orpheu*. Porto: Porto Editora, 1978;

CAEIRO, Francisco da Gama. Antônio Sardinha à luz da cultura portuguesa. In: *A Cidade*. Porto Alegre, no.2 (julho-dezembro de 1988), p. 37-44

CANDIDO, A. Zeferino. *Relações comerciais entre Portugal e Brasil* (Duas conferências da Associação Comercial de Lisboa). Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1902.

CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 5. ed. São Paulo: Editora Nacional, 1976.

CARDOSO, Miguel Esteves. Misticismo e ideologia no contexto cultural português: a Saudade, o Sebastianismo e o Integralismo lusitano. In: *Análise Social*. Lisboa, 1982, vol. XVIII (no. 72, 73, 74), p. 1399-1408. Também disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223461219N4jGG0xg4Je73LC6.pdf>.

CASTEX, François. Um inédito de Fernando Pessoa. In: *Colóquio – Artes e Letras*, no. 48, abril de 1968, p.59-60

CASTILHO, Augusto de. *A questão do Transvaal: documentos collegidos, tradusidos e comunicados à Sociedade de Geographia de Lisboa*, Lisboa: Casa da Sociedade de Geographia, 1891.

_____. *Relatório da guerra da Zambesia em 1888*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1891.

_____. *Portugal e Brazil, conflicto diplomático – o processo no Conselho de Guerra de Marinha(...)*. Lisboa: M. Gomes Editor, 1894 (3 volumes).

_____. *O districto de Lourenço Marques, no presente e no futuro*. Lisboa: Casa da Sociedade de Geographia, 1860.

CAVACO, Susana Margarida Dias dos Santos. *A América (1868-1871): um caso de publicismo ao serviço das relações luso-brasileiras*. Porto: UP- Faculdade de Letras, 2000 (Dissertação de Mestrado em Letras)

CAYOLLA, Júlio. *Brasil, terra lusíada*. Lisboa: Editorial Ática Ltda., 1942.

CERVO, Amado Luíz e MAGALHÃES, José Calvet. *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil (1808-2000)*. Lisboa: Edição do Instituto Camões, 2000.

COELHO, Jacinto do Prado. Orpheu. In: *Dicionário de Literatura*. Volume III. Porto: Livraria Figueirinhas, 1991.

COELHO, José Simões. *O Brasil contemporâneo*. Lisboa: Guimarães e Cia. Editores, 1915.

COELHO, Nelly Novaes. *Dicionário crítico de escritoras brasileiras*. São Paulo: Escrituras, 2002.

CONCEIÇÃO, Cecília Dias de Carvalho Henriques da. *A revista Atlântida: documento sócio-cultural e literário de uma época – “Um abraço mental” entre Portugal e o Brasil*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1997 (Dissertação de Mestrado em Letras)

CORRÊA, Francisco Antônio. *Aproximação econômica entre Portugal e Brasil*. Lisboa: Seção de Publicidade do Museu Comercial, 1923.

COSTA, Afonso. *Estudos de economia nacional: I – O problema da imigração*. Lisboa: Imprensa Nacional / Edição do autor, 1911.

COSTA, Augusto da. *Portugal Vasto Império: um inquérito nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1934.

COSTA, Carla Guapo da. *A cultura como fator dinamizador da Economia: os investimentos portugueses no Brasil*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, 2005.

COSTA, Dalila Pereira da. *Orpheu*. Portugal e o homem do futuro. Porto 1978.

- COVAS, Maria João Marques Inglês Gomes. *Orpheu em 1915 (revistas e jornais)*. Lisboa: FCSH- UNL, 1999. (Dissertação de Mestrado em Literaturas Comparadas de Língua Portuguesa)
- CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.
- DE PINA, Rui. *Crônica de D. João II*. Coimbra: Atlântica, 1950
- DEMARTINI, Zélia de Brito Fabri. Imigrantes portugueses em São Paulo (a educação em Portugal) nos inícios do século XX. In: *Revista População e Sociedade*, no.14/15. Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade/ Edições Afrontamento, 2007 (p.25-32)
- DESVIGNES, Ana Isabel de Sousa Sardinha. *Nas origens do Integralismo Lusitano – Antônio Sardinha: aspectos de um percurso intelectual no século (1903-1915)*. Lisboa: FCSH- UNL, 2002. (Tese de Doutoramento em História Social Contemporânea), 3 vol.
- DIAS, Carlos Malheiro. *Carta aos estudantes portugueses*. Lisboa: Portugal-Brasil Sociedade Editora, 1919.
- _____. Conferência Rumo à Terra: O problema da colonização portuguesa no Brasil. In: *A Águia*. vol. 18, jul./dez., 1920, p. 37
- DIAS, Fernando (seleção e notas). *Ciclorama crítico de um tempo*. Lisboa: UEGA, 1982.
- DIMAS, Antônio. *Tempos Eufóricos. Análise da Revista Kosmos: 1904-1909*. São Paulo: Ática, 1983.
- DINIZ, Almáchio. *A perpétua metrópole*. Lisboa: Portugal-Brasil Sociedade Editora, [s.d.]
- DONATO, Hernâni. *Dicionário das batalhas brasileiras*. São Paulo: Instituição Brasileira de Difusão Cultural, 1996.

DORIA, Escragnolle. *Da conveniência de um acordo luso-brasileiro*. (Conferência na Sociedade de Geografia de Lisboa em 23 de novembro de 1909). Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1910.

ENES, Antonio. De Lisboa a Moçambique (cap. I). *Serões: Revista Mensal e Ilustrada*, Lisboa, vol.I, p.17-34, 1901.

ENES, Antonio. De Lisboa a Moçambique (cap. II). *Serões: Revista Mensal e Ilustrada*, Lisboa, vol.I, p.81-97, 1901.

FEITOSA, R. G. A. Eça jornalista: olhar crítico sobre a literatura e vida social do século XIX. In: PETERLE, P.; SANTURBANO, A.; CAIRO, L. R. V.; MARGATO, I. (Org.). *Escritura e sociedade: o intelectual em questão*. Assis/SP: UNESP- Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2006, p. 61-69

FERRARO, Alceu Ravanello. Analfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos? In: *Educ. Soc.*, Campinas, v. 23, n. 81, Dec. 2002. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S01013302002008100003&lng=en&nrm=iso. Acesso em 20 out. 2010

FERREIRA, Tito Lívio. *O Brasil não foi colônia*. Lisboa: Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa / Empresa Tipográfica Casa Portuguesa, 1957.

FERRO, Marc. *História das colonizações – das conquistas às independências – séculos XIII a XX*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FIGUEIREDO FILHO, Ricardo Moreira. *Brasil e Portugal: imagens e representações (1870-1900)*. Porto: UP – Faculdade de Letras, 2002. (Dissertação de Mestrado em História)

FIGUEIREDO, Fidelino. *Um século de relações luso-brasileiras (1825-1925)* Separata da *Revista de História*, vol. XIV, Lisboa, Empresa Literária Fluminense, 1925.

FOLIETO, Hugo de; GONÇALVES, Maria Isabel Rebelo (trad.) *Livro das Aves*. Lisboa: Edições Colibri, 1932.

- FONSECA, Vitor Manuel Marques da. Monumento à imigração: as sedes das associações portuguesas no Rio de Janeiro, em inícios do século XX. In: *Revista População e Sociedade*, no.14/15. Porto: CEPESE – Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade/Edições Afrontamento, 2007 (p.131-150)
- GALHOZ, Maria Aliete. O Momento Poético de Orpheu. In: *Orpheu*. Volume I (reed.). 2ª. edição. Lisboa: Edições Ática, p. VII-LI;
- _____. O momento poético do Orpheu. In. *Orpheu no.1*. Lisboa: Ática, 2ª. Reed.
- _____. Para uma Diversidade na História de Orpheu [1975]. In: *Orpheu 2*. 3ª. reedição. Lisboa: Edições Ática, s.d., p. VII-LXVIII;
- GIRON, Loraine Slomp; BERGAMASCHI, Heloísa Eberbe. *Colônia: um conceito controverso*. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.
- GOMES, Alvaro Reis. *Portugal e Brasil na celebração do “Dia da Comunidade Luso-Brasileira”*. Lisboa: Edição do autor, 1967.
- GOUVÊA, Leila Vilas Boas. *Cecília em Portugal: ensaio biográfico sobre a presença de Cecília Meireles na terra de Camões, Antero e Pessoa*. São Paulo: Iluminuras, 2001
- GOUVEIA, Maria Margarida Maia. Sobre as relações culturais entre Brasil e Portugal nos fins do século XX: uma carta de Fran Paxeco a Teófilo Braga. In: *Arquipélago (Revista da Universidade de Açores)*, no. V. Ponta Delgada: janeiro de 1893, p.257 a 271.
- GOYET, Bruno. *Charles Maurras : «Références Facettes»*. Paris: Presses de Sciences Po, 2000.
- GRIMAL, Pierre. *Dicionário da Mitologia Grega e Romana*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1993, p.340.
- GUIMARÃES, Ângela. *Uma corrente do colonialismo português: a Sociedade de Geografia de Lisboa (1875-1895)*. Porto: Livros Horizonte, 1984.

HEINSFELD, A. A ruptura diplomática Brasil-Portugal: um aspecto do americanismo do início da República brasileira, In: *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*, São Leopoldo, Unisinos, 2007. Disponível em: <http://snh2007.anpuh.org/resources/content/anais/Adelar%20Heinsfeld.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2011.

HERCULANO, Alexandre. *Opúsculos II*. Lisboa: Presença, 1983 (org. de Jorge Custódio e José Manuel Garcia).

HILÁRIO, Fernando. *Orpheu: Percursos e Ecos de um Escândalo*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, 2008;

HOBBSAWN, Eric J. *A Era dos Impérios: 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

JÚDICE, Nuno. *A Era do Orpheu*. Lisboa: Editorial Teorema, 1986;

JUREMA, Aderbal. *O sentido da colonização portuguesa no Brasil*. Recife: Ciclo cultural luso-brasileiro, 1942.

LANÇA, Joaquim. Brasil: herança do gênio português. In: *Revista Independência*, no.32. Braga: Livraria Cruz, 1965.

LEAL, Ernesto de Castro. “A ideia de Confederação Luso-Brasileira nas primeiras décadas do século XX”. *Ibérica – Revista Interdisciplinar de Estudos Ibéricos e Ibero-americanos* Juiz de Fora, UFJF, Ano III, Nº12, dez. 2009 - mar.2010, p.6. Disponível em: <http://www.estudosibericos.com/arquivos/iberica12/confederacao-luso-brasileira.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2010.

LENIN, Vladimir Ilitch. *Imperialismo, fase superior do capitalismo*. São Paulo: Centauro, 2005.

LOBO, Hélio. *Entre Georges Canning e James Monroe*. Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1912.

LOPES, Fernando Farelo. A revista “*Pela Grei*” (doutrina e prática políticas). In: *Análise Social*. Lisboa, 1982, vol. XVIII (no. 72, 73, 74), p. 759 - 772. Disponível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223400305P9aFA0tv7Pn83VP4.pdf>. Acesso em 06 dez. 2010.

LOPES, Maria Manuela Suassuna Quintas. *O luso-tropicalismo nas relações diplomáticas Brasil X Portugal*. Lisboa: FD – UL, 2003. (Dissertação de Mestrado em Direito)

LOURENÇO, Eduardo. “Orpheu” ou a poesia como realidade. In: FRANÇA, José Augusto. *Tetracórnio* (antologia de inéditos de autores portugueses). Lisboa, Ed. do Autor, 1955, p. 33;

MARQUES PEREIRA, J.F. Portugal e a China ante a questão de Macau. *Os Serões: Revista Mensal e Ilustrada*, Lisboa, vol.II, p.195-204, fev. 1902.

MARTINHO, Fernando J.B. Pessoa e a moderna poesia portuguesa (do Orpheu a 1960). Lisboa : Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1983;

MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em revista: Imprensa e práticas culturais em tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: Edusp, 2001.

MARTINS, Fernando Cabral. *Dicionário de Fernando Pessoa e do Modernismo Português*. Lisboa: Caminho, 2008.

MARTINS, J.P. de Oliveira. *Formação histórica da nacionalidade brasileira*. Rio de Janeiro: Cia. Editora Leitura, 1944.

_____. *O Brasil e as colônias portuguesas*. Lisboa: Parceria Antônio Maria Pereira Livraria Editora, 1904.

MARTINS, Rocha. *Pequena História da Imprensa Portuguesa*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1941.

MATOS, Alfredo Campos. “*Diálogo*” com Antônio Sérgio. Lisboa: Editorial Presença, 1998.

MEDINA, João. A “Revolução” quase coperniciana de Gilberto Freyre: o auto-retrato luso-brasileiro do Brasil em *Casa-Grande e Senzala*. In: *Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. Lisboa: 2002, p. 103-118.

MELLO, Martinho Nobre de. *Intercâmbio cultural entre Portugal e Brasil*. Rio de Janeiro: Edição do Liceu Literário Português, 1938.

MENDES, José Aurivaldo Sacchetta Ramos. *Laços de sangue: privilégios e intolerância à imigração portuguesa no Brasil (1822-1945)*. Tese (Doutorado em História Social)– FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MENDONÇA, Antônio Sérgio. A lição de Orpheu. *Coojornal*, Rio de Janeiro, n. 209, 8 de jun. 2001. Disponível em: <http://www.riototal.com.br/coojornal/antoniosergio001.htm>. Acesso em 03 jan. 2011.

MESQUITA, Marieta Dá (seleção). *A Águia*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

MINÉ, E. A. *Páginas Flutuantes: Eça de Queirós e o jornalismo no século XIX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

MORENO, Helena Wakim. A Sociedade de Geografia de Lisboa na edificação do Terceiro Império Português: a fase expansionista. In: *Anais do II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico*. São Paulo: FAPESP, FFLCH-USP, GEOPO-USP, CAPES, 2009. p. 59-76. Disponível em: <http://enhpgii.files.wordpress.com/2009/10/helena-wakim-moreno.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2011

MORNA, Fátima Freitas. *A Poesia de Orpheu*. Lisboa: Editorial Comunicação, 1982;

MULLER, Fernanda Suely. *Ruptura ou tradição? A crítica e a literatura portuguesa em 'O Estado de São Paulo' no Pré-modernismo brasileiro: 1900-1911*. Dissertação (Mestrado em Literatura Portuguesa) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8150/tde-01112007-144956/publico/TESE_FERNANDA_SUELY_MULLER.pdf

- MURALHA, Pedro. *Portugal no Brasil: A colonização portuguesa*. Lisboa: Tipografia Luso-Gráfica, 1909.
- NORONHA, Eduardo de. *Augusto de Castilho: o oficial de marinha, o administrador colonial, o diplomata, o filantropo, o político*. Lisboa: Cosmos, [1935].
- NORONHA, Eduardo de. *Cadernos Coloniais 08 (Augusto de Castilho)*. Lisboa: Editorial Cosmos, s/d.
- NORONHA, Eduardo. *Cadernos Coloniais 08 (Augusto de Castilho)*. Lisboa: Editorial Cosmos, s/d.
- OLIVEIRA, Alberto de. *Na outra banda de Portugal (quatro anos no Rio de Janeiro)*. Lisboa: Portugal-Brasil Sociedade Editora, [s.d.]
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Imaginário histórico e poder cultural: as comemorações do Descobrimento. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 26, p. 183-202, 2000.
- PACHECO, F. *Hum francez-brasileiro, Pedro Plancher: subsídios para a história do “Jornal do Commercio”*. Rio de Janeiro, Typografia do Jornal do Commercio. 1917.
- PAIVA, Janise de Sousa. *Atlânticamente Atlântida: em busca de mares já navegados*. Niterói: UFF, 2001 (Dissertação de Mestrado em Letras)
- PAULO, Heloísa. “Aqui também é Portugal”: a colônia portuguesa e o Salazarismo. Coimbra: Faculdade de Letras, 1997. (Tese de Doutoramento em História)
- PEDROSO, Z. Consiglieri. *O acordo luso-brasileiro*. Lisboa: Antiga Casa Bertrand, 1909.
- PENTEADO, José Roberto Whitaker. *Comunidade luso-brasileira*. Lisboa: Separata da “Revista Ocidente”, vol.LXXI, 1966, p.41-52.
- PEREIRA, Armando Gonçalves. *Da relação luso-brasileira*. Lisboa: Ática, 1963.
- PEREIRA, José Carlos Seabra. *Do fim-de-século ao tempo de Orfeu*. Coimbra: Almedina, 1979;

- _____. Introdução. In: *A Rajada. Revista de Crítica, Artes e Letras*. (edição fac-similada). Coimbra: MinervaCoimbra, 2003
- PESSOA, Fernando. *Correspondência Inédita*, (organização de Manuela Parreira da Silva). Lisboa: Livros Horizonte, 1996.
- PESSOA, Fernando. *Obras em Prosa*. Rio de Janeiro: Editora Aguilar, 1986;
- PESSOA, Fernando. *Páginas de Doutrina Estética* (seleção, prefácio e notas de Jorge de Sena). Lisboa: Editorial Inquérito, s/d.
- PESSOA, Fernando. *Sobre Portugal - Introdução ao Problema Nacional*. (Introdução de Joel Serrão e recolha de textos de Maria Isabel Rocheta e Maria Paula Morão). Lisboa: Ática, 1978,
- PINTO, Antônio Costa (coord.) *Portugal contemporâneo*. Madrid: Ediciones Sequitur, 2000.
- PINTO, Antônio Costa. A formação do Integralismo lusitano (1907-1917). In: *Análise Social*. Lisboa, 1982, vol. XVIII (no. 72, 73, 74), p. 1409- 1419.
- PINTO, José Marcelino Rezende et al. Um olhar sobre os indicadores de analfabetismo no Brasil. In: *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 81, n. 199, p. 511-524 , set./dez. 2000. Disponível em: www.inep.gov.br/download/cibec/2000/rbep/rbep199_010.pdf. Acesso em 21 out. 2010.
- PLATÃO. *Timeu e Critias ou a Atlântida*. São Paulo: Hemus, 1981
- PLUET-DESPATIN, Jacqueline; LEYMARIE, Michel et MOLLIER, Jean-Yves. *La belle époque des revues (1880-1914)*. Paris: Éd. de l'IMEC, 2002.
- PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2001.
- PRADO, J.F. de Almeida. *O Brasil e o colonialismo europeu*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955.
- PROENÇA, Cândida; MANIQUE, Antônio Pedro. *Ilustração Portuguesa* (texto e seleção de imagens). Lisboa: Publicações Alfa, 1990.

- QUINTAS, José Manuel. *Filhos de Ramires - As origens do Integralismo Lusitano*. Lisboa: Editorial Nova Ática, 2004
- RAMOS, Maria Bernardete. A intimidade luso-brasileira: nacionalismo e racismo. In: *Revista de História das Idéias*, v. 22. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Idéias da Faculdade de Letras de Coimbra, 2001, p.517-552.
- REGO, A. da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Lisboa: Edições Panorama, 1966.
- REGO, A. da Silva. *História da colonização moderna*. Lisboa: Centro Universitário de Lisboa, 1956.
- REIS, Arthur César Ferreira. *A política de Portugal no vale Amazônico*. Belém: Oficina Gráfica da Revista Novidade, 1940.
- REIS, Fernando. Em Lisboa com olhos em África: A fundação da Sociedade de Geografia. In: *Instituto Camões: Ciência em Portugal – Personagens e Episódios*. Disponível em: <http://cvc.instituto-camoes.pt/ciencia/e50.html>. Acesso em: 26 jan. 2011.
- REIS, Luís da Câmara. *Cartas de Portugal para o Brasil (1906-1907)*. Lisboa: Livraria Ferreira, 1907.
- REVISTA ORPHEU (reedição). Lisboa: Edições Ática. Volumes I,II e III;
- RIBEIRO, Atanagildo Barata. *Sonho no cárcere: dramas da revolução de 1893 no Brasil*. Rio de Janeiro: Casa Mont'Alverne, 1895.
- RIO BRANCO, Barão do. *Efemérides Brasileiras*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1938.
- ROCHA, Clara. *Revistas literárias do século XX em Portugal*. Lisboa: Casa da Moeda, 1985.
- RODRIGUES, Bettencourt. *Uma confederação luso-brasileira: fatos, opiniões e alvitres*. Lisboa: Livraria Clássica, 1923.
- ROMERO, Sílvio. *O Elemento Português no Brasil: Conferência*. Lisboa: Tipografia da Companhia Nacional Editora, 1902.
- SAID, Edward W. *Cultura e Imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

- SALGADO, Francisco Ribeiro. *Interesses econômicos luso-brasileiros*. Lisboa: Seção de Publicidade do Museu Comercial, 1927.
- SÁ-MACHADO, Manuel de. *Para uma comunidade luso-brasileira*. Lisboa: Empresa Tipográfica Casa Portuguesa / Sociedade de Geografia de Lisboa, 1973.
- SCHIAVON, Carmem G. Burgert. O Estado Novo no Brasil e as relações culturais luso-brasileiras no período. In: *Anais Eletrônico do IX Encontro Estadual de História – Vestígios do Passado: a história e suas fontes* – ANPUH- RS. Disponível em: http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1210897420_ARQUIVO_TextoANPUH.pdf. Acesso em: 10 out. 2009.
- SAMUEL, Paulo. *A Renascença Portuguesa: um perfil documental*. Porto: Fundação Engenheiro Antônio de Almeida, 1990.
- _____. *Teixeira de Pascoaes na revista Águia*. Porto: Edições Caixotim, 2004.
- SANDRONI, C. *180 anos do Jornal do Commercio – 1827-2007: de D. Pedro I a Luiz Inácio Lula da Silva*. Rio de Janeiro: Quorum, 2007.
- SANTA-RITA, José Gonçalo. *O conflito das colonizações*. Coimbra: Coimbra Editora, 1944.
- SANTOS, Regina Maria Seixas dos. *Portugal na Exposição Nacional do Rio de Janeiro em 1908 (significados e intenções)*. Porto: UP – Letras, 1999. (Dissertação de Mestrado em História)
- SARAIVA, Arnaldo. Introdução à Leitura de Orpheu 3. In: *Orpheu 3*. Lisboa: Edições Ática, 1984, p.I-XLIV;
- _____. *O modernismo brasileiro e português: subsídios para o seu estudo e para a história das suas relações*. Campinas: Editora da UNICAMP, 2004
- SARAIVA, Antônio José ; LOPES, Óscar. *História da literatura portuguesa*. 17. ed. Porto: Porto, 1996.
- SARDINHA, Antônio. *“A Prol do comum” : doutrina e história*. Lisboa: Livraria Ferin, 1934.

SARDINHA, Antonio. “O pan-hispanismo”. *Contemporânea: grande revista mensal* (no. 2, junho/1922), Lisboa: Imprensa Libânio da Silva, pp. 49-51. Disponível em: http://hemerotecadigital.cm-lisboa.pt/OBRAS/CONTEMPORANEA/PDF/N2_1_19.pdf.

Acesso em: 05 dez. 2010.

_____. A lição do Brasil. In: “*A Prol do comum*”: *doutrina e história*. Lisboa: Livraria Ferin, 1934.

SEABRA, José Augusto. *Fernando Pessoa. Le retour des dieux. Manifestes du modernismo portugais*. Paris: Éditions Champ Libre, 1973;

_____. Tempo e texto de Orpheu. In: *Mitografias Poéticas*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1994, p. 265-283;

SENA, Jorge de Sena. Almada Negreiros Poeta. In: *Almada Negreiros. Obras Completas*. Vol. I. 2ª. edição. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1990.

SERPA, Antônio Ferreira de. *O acordo luso-brasileiro* (Conferência realizada na Sociedade de Geografia de Lisboa em 06 de junho de 1910). Lisboa: Tipografia Universal, 1910.

SERRÃO, Joel e MARQUES, A.H. de Oliveira. (dir.) *Nova História de Portugal: Portugal e a Regeneração* (vol. X). Lisboa: Editorial Presença, 2004.

_____. *Nova História de Portugal: Portugal da Monarquia à República* (vol. XI). Lisboa: Editorial Presença, 1991.

SILVA, Priscila Aquino. *Entre Príncipe Perfeito e Rei Pelicano – os caminhos da memória e da propaganda política através do estudo da imagem de D. João II (século XV)*. 180 fls.

Dissertação (Mestrado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

Disponível em: www.bdt.d.ndc.uff.br/tde_arquivos/6/TDE-2010-05-10T124518Z-2470/Publico/Dissert2007_SILVA_Priscila_Aquino-S.pdf. Acesso em: 01 dez. 2010.

_____. Imagens do Poder: análise do Pelicano, a empresa régia de D. Leonor e D. João II (Portugal Século XV). In: *XIII Encontro de História Anpuh-Rio*, 2008, Seropédica. Anais

Complementares - XIII Encontro de História Anpuh-Rio. Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2008.

Disponível em:

http://www.encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1212777402_ARQUIVO_PaperANPUHImagensdoPoder.pdf. Acesso em 01 dez. 2010.

SILVAN, Fernando. *O espaço cultural luso-brasileiro*. Lisboa: Editorial Império, 1963.

(Separata da “Revista de Portugal – Série A: Língua Portuguesa, vol. XXVIII), p. 47-53

SIMÕES, João Gaspar. *Vida e obra de Fernando Pessoa. História de uma Geração*. 3ª. edição. Lisboa: Bertrand Editora, 1973.

SIMÕES, Nuno. *Atualidade e permanência do luso-brasilismo*. Lisboa: Edição do Autor, 1960.

_____. *O Brasil e a imigração portuguesa (nota para um estudo)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1994.

SIMÕES, Veiga. *Daquém e dalém mar: Portugal e a Amazônia*. Manaus: Tipografia da Livraria Palais Royal César Cavalcanti, 1916.

_____. *Interesses portuguesas na Amazônia*. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1917.

SOARES, Torquato de Souza. *Fundamentos e perspectivas da Comunidade luso-brasileira*. Coimbra: Coimbra Editora, 1960.

_____. *O colonialismo português (Resposta ao folheto “O Brasil foi colônia de Portugal”, de Marcondes Souza)*. Coimbra: Edição do autor, 1959.

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Colônias Portuguesas em países estrangeiros*. Lisboa: Tipografia Universal, 1915.

SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA. *Seminário luso-brasileiro sobre a problemática atual da Comunidade Lusíada*. (Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa de 1973). Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1973.

- SODRÉ, N. W. *História da Imprensa no Brasil*. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
- SOUSA PINTO, Manoel de. A atriz sem sorriso. In:_____. *Magas e histriões*. Lisboa: “A Editora limitada”, 1914.
- SOUSA, Vivina Amarin. *Comércio entre Portugal e Brasil nos inícios do ano XX: O Inquérito Comercial de 1916 e as propostas de uma comunidade luso-brasileira*. Porto: UP - Faculdade de Letras, 2004. (Dissertação de Mestrado em Letras)
- SOUZA, Raquel dos Santos Madanêlo. *Convergências e divergências: revistas literárias em perspectiva*. 2008. 420 fls. Tese (Doutorado em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008. Disponível em: http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8156/tde-18092008-160545/publico/TESE_RAQUEL_DOS_SANTOS_MADANELO_SOUZA.pdf. Acesso em: 20 dez. 2009.
- SOUZA, T.O. Marcondes. *O Brasil foi colônia de Portugal*. São Paulo: Edição do Autor, 1959.
- TEIXEIRA, Antônio Braz. *Deus, o mal e a saudade: Estudos sobre o pensamento português e o luso-brasileiro contemporâneo*. Lisboa: Fundação Lusíada, 1993.
- TELLES, Moreira. *Brazil e Portugal: apontamentos para a história das relações dos dois países*. Lisboa: Livraria Ventura Abrantes, s/d.
- _____. *O Brazil e a Imigração*. Lisboa: Livraria Ventura Ventura Abrantes, s/d.
- TORRES, João Vasconcelos. *Fundamentos objetivos da comunidade luso-brasileira*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1966. (Separata do Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa de outubro-dezembro de 1966), p. 435-445.
- VELOSO, D. Duarte. *A confederação luso-brasileira*. (Conferência realizada no dia 03 de maio de 1918 no Grêmio Luís de Camões em Curitiba). Curitiba: Imprensa Paranaense, 1918.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Presença portuguesa: de colonizadores a imigrantes. In: *Brasil – 500 anos de povoamento*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000, p. 61-77.